

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E
TERRITORIALIDADES

ADRIANA AMANTINO DAMASCENO DE SOUZA

ENQUADRAMENTOS NOTICIOSOS CONSTRUÍDOS PELOS PORTAIS G1 E
MUNDO NEGRO SOBRE UM CASO DE RACISMO: VARIAÇÕES DO
MESMO TEMA

VITÓRIA

2023

ADRIANA AMANTINO DAMASCENO DE SOUZA

**ENQUADRAMENTOS NOTICIOSOS CONSTRUÍDOS PELOS PORTAIS G1 E
MUNDO NEGRO SOBRE UM CASO DE RACISMO: VARIAÇÕES DO
MESMO TEMA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Territorialidades.

Linha de pesquisa: Comunicação e Poder
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cílicia M. Krohling Peruzzo

VITÓRIA

2023

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

S719e Souza, Amantino Damasceno de, Adriana, 1978-
Enquadramentos noticiosos construídos pelos portais G1 e Mundo Negro sobre um mesmo caso de racismo : variações do mesmo tema / Adriana Souza, Amantino Damasceno de. - 2023. 240 f. : il.

Orientadora: Cicilia M. Krohling Peruzzo .
Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Racismo midiático. 2. Enquadramento noticioso. 3. Mídia hegemônica. 4. Mídia alternativa. 5. Territorialidade. I. , Cicilia M. Krohling Peruzzo. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Artes. III. Título.

CDU: 316.77

ADRIANA AMANTINO DAMASCENO DE SOUZA

ENQUADRAMENTOS NOTICIOSOS CONSTRUÍDOS PELOS
PORTAIS G1 E MUNDO NEGRO SOBRE UM CASO DE RACISMO:
VARIAÇÕES DO MESMOTEMA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Territorialidades, na linha de pesquisa Comunicação e Poder.

Aprovada em 17 de fevereiro de 2023.

Comissão Examinadora

Documento assinado digitalmente
 CÍCILIA MARIA KROHLING PERUZZO
Data: 28/02/2023 18:16:44-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profa. Dra. Cíclia M Krohling Peruzzo
(orientadora – POSCOM/UFES)

Documento assinado digitalmente
 RAFAEL DA SILVA PAES HENRIQUES
Data: 01/03/2023 13:41:21-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Rafael da Silva Paes Henriques
(membro interno – POSCOM/UFES)

Documento assinado digitalmente
 IVONETE DA SILVA LOPES
Data: 01/03/2023 22:57:15-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profa. Dra. Ivonete da Silva Lopes
(membro externo – DER/PPGER/UFV)

Aos meus pais, que sempre me encorajaram a questionar realidades e nunca mediram esforços para que eu me tornasse o que eu quisesse ser.

AGRADECIMENTOS

Depois de tantos anos, retornar à vida acadêmica foi um turbilhão de emoções, que me proporcionaram (re)aprender técnicas, processos e uma importante incursão às minhas origens raciais. Muitas pessoas cruzaram meu caminho nessa jornada de (auto)conhecimento e todas tiveram sua importância. Diante disso, deixo um abraço e expresso, aqui, meu enorme agradecimento:

A Deus, por ter me concedido o dom da escrita, que é a base de toda a minha caminhada profissional, e, principalmente, por ter me permitido chegar até este momento de finalização de um curso iniciado em meio a uma crise sanitária mundial sem precedentes. Nada disso seria possível sem Sua autorização.

Aos meus pais, Vicente e Dora, pelo exemplo de retidão, caráter e persistência, mesmo contra todas as possibilidades, e por serem meu porto seguro, para onde eu sempre quero voltar. Amo muito vocês.

Ao meu irmão, Vinícius, pelo incentivo e torcida.

Ao meu marido Cremilson, que comemora comigo todas as minhas conquistas, que me apoia e me fortalece em cada derrota. Obrigada pelo imenso privilégio de ter você segurando minha mão por todos esses anos. Juntos, construímos uma família cujos laços se tornaram imprescindíveis para mim. Obrigada pela troca constante, pela parceria e pela paciência, especialmente durante essa jornada acadêmica. Você é fundamental no meu dia a dia. Amo você.

Ao meu filho Gabriel, meu amor maior, motivação diária para eu ser uma pessoa melhor, para quem eu tento transmitir com atitudes, como este momento, a importância de seguirmos sempre em frente, de acreditarmos no nosso potencial e escrevermos nossa própria história. Obrigada por ser fonte inesgotável de amor em mim.

Aos meus tios, tias, primos, primas e agregados, pela parceria nos melhores e piores momentos. Uma família linda, cujos erros e acertos me conduziram à pessoa que sou hoje. Um agradecimento especial às primas Daliana e Viviane e à comadre Elaine, que, acima de tudo, são amigas e parceiras da vida inteira. Obrigada pelo apoio incondicional de sempre.

À família Souza, que anos atrás me acolheu e, desde então, me apoia e vibra com minhas conquistas. Um agradecimento, também, aos amigos que fiz por intermédio dessa união familiar, incluindo meu compadre Samid e família, pelos momentos de confraternização e boa conversa.

À amiga Giselle, a quem a distância só fez fortalecer os laços de cumplicidade e amor. Agradeço pelas trocas, pela cumplicidade, pela evidente vontade de se fazer presente, pelo afeto, pela delicadeza e pelo constante acolhimento. Te amo!

A Patrícia, Taciana, Ludmila, Carolina e Lourdes, amigas queridas que a Universidade Federal de Viçosa me deu e que o tempo, a distância e as novas configurações da vida não conseguiram tirar. Um agradecimento mais que especial a Denise e Flávia, que, além de tudo isso, foram essenciais para a consecução deste trabalho. E aos amigos (e agora professores universitários) Hygor e Flaviane, pelas dicas, pela disponibilidade e pelo carinho de sempre. Cada um a seu modo, todos vocês foram imprescindíveis para que eu chegasse até aqui. Obrigada por permanecerem na minha vida!

Aos amigos que fiz ao longo da vida, em especial, Pricila, Flávia e Cintia, por me lembrarem de minhas raízes e da importância de manter amizades sinceras. Muito bom sentir que a intimidade que construímos ao longo dos anos segue intacta. Melhor ainda ver o quanto evoluímos e ainda conseguimos manter aquela alma de crianças. Carinho eterno!

À Sandra, minha parceira para assuntos da casa, que talvez nem tenha dimensão do tanto que contribuiu para a finalização deste trabalho, quando, de fato, me ajudou na organização doméstica para que eu pudesse me concentrar nesta fase de estudante. Obrigada!

Às chefes Ruth Reis e Thereza Marinho e a todos os colegas da Superintendência de Comunicação da Ufes, por terem me possibilitado me afastar e me dedicar exclusivamente aos estudos por um ano. Meu agradecimento especial aos colegas que o tempo e as trocas diárias transformaram em amigos queridos: Jorge, Vinícius e Lidia. Monick, minha revisora preferida, é um luxo ter você tão perto. Tenho certeza de que temos um (re)encontro de almas. Obrigada por tudo e por tanto!

Aos colegas da turma de 2021, pelas trocas intelectuais, pelo apoio e por serem os grandes acadêmicos/profissionais com os quais tive a honra de conviver e aprender. Vocês são fortaleza e tornaram o percurso muito mais leve e divertido. Agradeço, especialmente, à Ana Gabriela, à Tatiana, à Priscilla, à Karolyne e à Elisa, pelo carinho, pelas palavras sempre assertivas e pelo suporte emocional.

Aos funcionários do Pós-Com, em especial à Karina, pela paciência e pelo empenho em me orientar nas questões logísticas durante o curso.

Aos professores do programa, pelo empenho em me transmitir conhecimento em um formato de ensino novo, desafiador, e por acrescentar tanto à minha pesquisa. Obrigada por me lembrarem do poder transformador do conhecimento. Agradeço especialmente aos professores Rafael Paes, Fábio Goveia, Flávia Mayer, Edgard Rebouças, Ruth Reis e Daniela Zanetti, que, ao me oferecerem diferentes aconselhamentos, *feedbacks* e toques de aprimoramento, melhoraram minha capacidade como pesquisadora.

À minha orientadora Cicilia Peruzzo, por aceitar me auxiliar durante este percurso e transmitir a tranquilidade necessária nos meus momentos de desespero. Obrigada por me ensinar tanto sobre esse universo acadêmico. Foi um privilégio contar com essa parceria.

À professora Ivonete Lopes, tão solícita desde o primeiro contato, pela gentileza em aceitar participar da minha banca de qualificação. Agradeço pela generosidade, pela dedicação na leitura do meu trabalho e pela fundamental contribuição a esta pesquisa.

À jornalista Maria Clara, colaboradora do Mundo Negro, que prontamente atendeu ao meu chamado e, mesmo em meio a um turbilhão pessoal, tanto contribuiu para esta pesquisa. Obrigada pela imensa generosidade, pela disponibilidade e pela simpatia de sempre.

À comunidade negra da Ufes, em especial às professoras Rosely Pires e Jacyara Paiva, pela oportunidade de participar de momentos de troca tão enriquecedores para minha formação pessoal e acadêmica. É uma honra participar da luta antirracista ao lado de pessoas tão fortes e resilientes. Sigamos!

Por fim, a todos aqueles que, ainda que não tenham sido nominalmente citados, contribuíram com palavras, gestos e atitudes para o sucesso desta empreitada.
Meu singelo muito obrigada!

Com carinho, Adriana.

“[...] temos, enfim, a consciência de que as histórias a nós legadas ainda estão sendo escritas. Não apenas porque temos a responsabilidade de levá-las adiante, mas porque ainda estão sendo vividas e tecidas em seus significados. Somos parte desse processo e estamos todos ligados, por uma miríade de fios visíveis e invisíveis, de laços ao mesmo tempo belos e dolorosos para os quais nem sempre estamos dispostos a olhar com sinceridade” (Silvio de Almeida, em discurso de posse como Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, em janeiro de 2023).

RESUMO

Estudo sobre o racismo presente no jornalismo brasileiro, que apresenta os enquadramentos noticiosos construídos pela mídia branca hegemônica (exemplificada pelo portal G1) e aqueles produzidos pela mídia alternativa negra (aqui representada pelo canal Mundo Negro) sobre o furto de uma bicicleta elétrica ocorrido em junho de 2021, no bairro do Leblon, no Rio de Janeiro. O objetivo é verificar como racismo, violência simbólica e movimento antirracista se manifestam nos *frames* jornalísticos escolhidos por G1 e Mundo Negro na cobertura do caso do furto da bicicleta no Leblon. Questiona-se em que medida um portal de notícias tradicional gerenciado por indivíduos brancos tem impacto na cobertura jornalística de casos que envolvem corpos negros, e a necessidade do fortalecimento de meios de comunicação antirracistas. Em termos metodológicos, o trabalho foi produzido a partir da articulação entre pesquisa bibliográfica e estudo de caso, colocando-se em paralelo as 15 matérias que compõem o *corpus* (11 do G1 e quatro do Mundo Negro) sobre o furto da bicicleta, cujas comparações entre coberturas racistas e antirracistas servem de base para a condução das discussões sobre a importância da construção de enquadramentos afrocentrados. Buscou-se aproximação com abordagens teóricas que avalizam a existência do racismo estrutural na sociedade brasileira e, sobretudo, com pesquisadores que tratam do racismo cometido pela mídia branca hegemônica contra a população negra, por meio de enquadramentos estigmatizados, tendenciosos e/ou invisibilizadores. A análise tem seu recorte no período de dois meses após a ocorrência do caso no qual a investigação está centrada, mas eventualmente se estende algum período antes ou depois para apresentar outras manchetes, evidenciando que o racismo midiático está presente em diversas coberturas construídas pela mídia branca hegemônica. Os resultados da pesquisa ratificam que o enquadramento construído pelo portal G1 originou uma cobertura protocolar, com viés implicitamente racista, enquanto o canal Mundo Negro cobriu o caso de maneira mais engajada, com claras inclinações antirracistas.

Palavras-chave: Racismo midiático. Enquadramento noticioso. Mídia hegemônica. Mídia alternativa. Territorialidade.

ABSTRACT

In this study we address racism in Brazilian journalism, presenting framings created by the hegemonic white media (represented by G1) and news produced by the alternative black media (represented by Mundo Negro) on the theft of an electric bicycle in June 2021 in Leblon, a neighborhood of Rio de Janeiro. The objective is to assess how racism, symbolic violence and the anti-racist movement are manifested in the journalistic frames chosen by G1 and Mundo Negro when covering the case of a bicycle theft in Leblon. We question the extent to which a traditional news portal managed by white individuals has an impact on journalistic discourse involving black bodies, and points to the need to strengthen anti-racist media. In methodological terms, this study was produced from the articulation between bibliographic research and case study. We compare the 15 pieces on the bicycle theft that make up the corpus (11 from G1 and 4 from Mundo Negro). The links between racist and anti-racist speeches provide the basis for discussing the importance of creating Afrocentric frameworks. The research is based on theoretical approaches that support the existence of structural racism in Brazilian society and, above all, on researchers who study racism in the hegemonic white media through framings that are stigmatized, biased and/or make the black population invisible. By analyzing a period of two months after the occurrence of the case on which the study is centered, apart for some headlines that go beyond the initial time frame, we show that media racism is present in several coverages constructed by the hegemonic white media. The research results confirm that the framings created by G1 showed biased and implicitly racist speeches, while Mundo Negro generated speeches with clear anti-racist tendencies.

Keywords: Racism. Framing. White media. Black media. Territoriality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Três dos envolvidos no caso do furto da bicicleta no Leblon.....	33
Figura 2 – Quarto envolvido no caso foi preso pela polícia do Rio de Janeiro..	33
Figura 3 – Gráfico mostra as buscas pela expressão “Racismo no Leblon”.....	34
Figura 4 – Cartaz oficial do evento “Minha cor é o Brasil”.....	85
Figura 5 – Relato de caso de racismo em redação capixaba.....	131
Figura 6 – Manchetes sobre personagens brancas e negras.....	141
Figura 7 – Manchetes sobre personagens branca e negra.....	142
Figura 8 – Manchetes sobre personagens branca e negra.....	142
Figura 9 – Manchetes sobre personagens branca e negra.....	143
Figura 10 – Manchetes sobre personagens branca e negra.....	143
Figura 11 – <i>Twitter</i> sobre a cobertura da mídia branca.....	145
Figura 12 – <i>Twitter</i> sobre a cobertura da mídia branca.....	146
Figura 13 – <i>Twitter</i> sobre a cobertura da mídia branca.....	146
Figura 14 – <i>Twitter</i> sobre a cobertura da mídia branca.....	146
Figura 15 – <i>Twitter</i> sobre a cobertura da mídia branca.....	147
Figura 16 – Veículos de mídia pertencentes ao Grupo Globo.....	152
Figura 17 – <i>Cirrus</i> do compilado das matérias do G1.....	178
Figura 18 – <i>Cirrus</i> do compilado das matérias do Mundo Negro.....	178
Figura 19 – Transcrição de um trecho da postagem de Matheus Ribeiro, feita pelo G1.....	182
Figura 20 – Transcrição de um trecho da postagem de Matheus Ribeiro, feita pelo Mundo Negro.....	183
Figura 21 – G1 racializa o negro e não os brancos.....	187
Figura 22 – Mundo Negro racializa o casal branco.....	187
Figura 23 – Vídeo do G1 borra imagem dos agressores.....	189
Figura 24 – Mundo Negro mostra com nitidez a imagem dos agressores.....	189
Figura 25 – G1 chama Igor Pinheiro de réu.....	193
Figura 26 – Mundo Negro chama Igor Pinheiro de ladrão.....	194
Figura 27 – Relato da demissão feita pelo G1.....	195
Figura 28 – Relato da demissão e críticas feitos pelo Mundo Negro.....	195
Figura 29 – G1 fala sobre racismo.....	197
Figura 30 – G1 coloca vítima para falar sobre racismo.....	197

Figura 31 – G1 coloca vítima para falar sobre racismo.....	198
Figura 32 – G1 coloca vítima para falar sobre racismo.....	198
Figura 33 – G1 não especifica o crime que gerou o BO.....	199
Figura 34 – Mundo Negro esclarece que o BO foi por causa de racismo.....	199
Figura 35 – Seleção do G1 para racismo estrutural.....	200
Figura 36 – Seleção do G1 para racismo estrutural.....	201
Figura 37 – Mundo Negro chama Tomás Oliveira de racista.....	201
Figura 38 – Mundo Negro explica do que se trata o caso.....	202
Figura 39 – Racialização repetitiva de Matheus Ribeiro no G1.....	202
Figura 40 – Uma das duas vezes em que o casal branco é racializado.....	203
Figura 41 – Racialização de Igor Pinheiro no G1.....	203
Figura 42 – Mundo Negro e a racialização das personagens.....	204
Figura 43 – Mundo Negro racializa Mariana Spinelli.....	205
Figura 44 – Mundo Negro racializa Igor Pinheiro.....	205
Figura 45 – G1 e a divulgação da postagem do vídeo nas redes sociais digitais.....	206
Figura 46 – Mundo Negro publica postagens de pessoas indignadas com o caso.....	206
Figura 47 – Manchetes sobre demissão do casal branco.....	209
Figura 48 – Manchetes sobre decisão da justiça.....	210
Figura 49 – Manchetes sobre prisão do ladrão branco.....	211
Figura 50 – Manchetes sobre condenação do ladrão branco.....	212

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Análise dos enquadramentos.....	55
Quadro 2 – Matérias analisadas do portal G1.....	175
Quadro 3 – Matérias analisadas do portal Mundo Negro.....	176
Quadro 4 – Termos mais citados e seus contextos.....	179
Quadro 5 – Lista de notícias analisadas na categoria ênfase.....	208

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 METODOLOGIA: CAMINHOS PERCORRIDOS.....	30
1.1 ESTRATÉGIAS E FERRAMENTAS.....	30
1.1.1 Estudo de caso.....	32
1.2 IDENTIFICAÇÃO DAS TÉCNICAS E FERRAMENTAS.....	34
1.2.1 Voyant tools.....	34
1.2.2 Amostragem por conveniência.....	36
1.3 CONCEITOS DE ENQUADRAMENTO.....	36
1.3.1 O enquadramento noticioso.....	39
1.3.2 Enquadramento versus objetividade.....	42
1.3.3 O que está acontecendo aqui?.....	46
1.3.4 Teorema de Thomas.....	50
1.4 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS.....	54
2 DE ONDE VEM O HOJE: CONCEITUALIZAÇÕES SOBRE NEGRITUDE IMPORTAM.....	57
2.1 RAÇA.....	57
2.1.1 Classificação racial.....	58
2.1.2 Teoria do determinismo racial.....	60
2.1.3 Então, por que ainda estudar raça?.....	64
2.2 RACISMO.....	67
2.2.1 Racismo e poder.....	69
2.2.2 Racismo, preconceito e discriminação.....	71
2.2.3 O racismo de lá e o racismo de cá.....	73
2.3 O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL.....	76
2.3.1 Do mito da democracia racial à necropolítica.....	80
2.3.1.1 O surgimento do mito.....	83
2.4 O RACISMO QUE SE SENTE.....	87
2.5 VIOLÊNCIA SIMBÓLICA.....	93
3 TIC E TERRITORIALIDADES CONTEMPORÂNEAS: A NOTÍCIA E O CORPO NEGRO.....	97

3.1	O IMPACTO DAS TIC NA COMUNICAÇÃO.....	97
3.2	UMA NOVA SOCIEDADE.....	100
3.3	A POPULARIZAÇÃO DOS PORTAIS DE NOTÍCIA.....	103
3.4	PORTAIS DE NOTÍCIA COMO NOVO <i>LOCUS</i> DA INFORMAÇÃO....	111
3.5	TERRITORIALIDADE HUMANA: O CORPO NEGRO NO ESPAÇO SOCIAL.....	114
	3.5.1 Territorialidade e racismo.....	121
4	MÍDIA, RACISMO E LUTA ANTIRRACISTA.....	124
4.1	A HEGEMONIA É BRANCA.....	124
	4.1.1 O branco visível, o negro invisível.....	127
4.2	UM PROCESSO NATURALIZADO.....	132
4.3	DE BRANCO PARA BRANCO.....	134
	4.3.1 A morte tem (outra) cor.....	136
4.4	RACISMO MUDIÁTICO.....	137
	4.4.1 Hipervalorização versus hipovalorização.....	141
4.5	PLURALIDADE AMEAÇADA.....	148
	4.5.1 O portal de notícias G1.....	150
	4.5.2 Organizações Globo e concentração midiática.....	151
	4.5.3 A negação do racismo.....	4
4.6	UMA ALTERNATIVA À HEGEMONIA MUDIÁTICA BRANCA.....	158
	4.6.1 Breve perspectiva histórica da imprensa negra colonial.....	160
	4.6.2 Uma luta constante.....	162
	4.6.3 O portal de notícias Mundo Negro.....	164
4.7	DE NEGRO PARA NEGRO: O ANTIRRACISMO MUDIÁTICO.....	168
	4.7.1 Nós por nós.....	170
5	ANÁLISES, RESULTADOS E DISCUSSÕES: POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES FRENTE AO RACISMO ESTRUTURAL E MUDIÁTICO..	174
5.1	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	174
5.2	<i>CORPUS</i>	175
	5.2.1 Fase um: termos mais citados.....	177
	5.2.2 Fase dois: contextualização.....	179
	5.2.2.1 Matheus Ribeiro.....	180
	5.2.2.2 Leblon.....	184

5.2.3 Fase três: categorias de enquadramento.....	190
5.2.3.1 Abordagem dos textos.....	190
5.2.3.1.1 <i>Explicativa</i>	190
5.2.3.1.2 <i>Denunciativa</i>	192
5.2.3.1.3 <i>Crítica</i>	194
5.2.3.2 Seleção e exclusão nos quadros.....	196
5.2.3.3 Ênfase das publicações.....	208
5.2.3.3.1 <i>Blocos de análises</i>	209
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	214
REFERÊNCIAS.....	220

INTRODUÇÃO

“Trata-se de um valoroso acervo para ampliar as discussões e pesquisas sobre as problemáticas específicas da população negra, e possibilita ao leitor a apreensão de novos conceitos e abordagens, bem como a desconstrução de velhos e arraigados preconceitos.” (Tânia Mara Pedroso Müller, 2012, p. 5).

Existe racismo no Brasil. Seria ingênuo e desonesto não partir desse fato para dar início a esta pesquisa, diante de tantos casos denunciados regularmente pelos veículos midiáticos e pelas redes sociais digitais, além daquelas situações que acontecem no cotidiano da população negra, mas não chegam a ser divulgadas. Porém, se ainda restam dúvidas, em 1995 o Datafolha (instituto independente de pesquisa de opinião do Grupo Folha) realizou um extenso estudo jornalístico-científico¹ sobre preconceito racial no Brasil, durante o qual mais de cinco mil pessoas foram entrevistadas por 700 profissionais, durante seis meses (TURRA; VENTURINI, 1995; VAN DIJK, 2021). A conclusão foi taxativa: “O Brasil é um país racista contra pessoas negras” (TURRA; VENTURINI, 1995, p. 5). Especificamos, assim, que, embora saibamos da possibilidade de que esse tipo de discriminação possa atingir outros grupos, como orientais e judeus, esta pesquisa é limitada ao trato do racismo cometido por veículos midiáticos contra o povo negro (pretos e pardos, segundo definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE).

Fundamentada nesta premissa e considerando o contexto nacional atual, esta dissertação insere-se na legítima discussão acerca do racismo presente nas notícias da mídia branca hegemônica brasileira, mais especificamente o portal de notícias G1, visando traçar um paralelo com os produtos jornalísticos produzidos pela mídia alternativa negra, a exemplo do veículo informativo Mundo Negro. Para além do estabelecimento de consensos sobre a mídia hegemônica ser (ou não) racista e a mídia alternativa ser (ou não) antirracista, este trabalho

¹ O título do estudo é *Racismo cordial: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*.

aponta para o alijamento histórico da população negra no campo midiático (em especial nos produtos jornalísticos inseridos nas novas tecnologias) e para a dicotomia racial “nós” versus “eles”, que tem sido cada mais exaltada atualmente.

Esta pesquisa, portanto, problematiza o racismo no meio jornalístico, analisando como os diferentes enquadramentos produzidos por dois portais de notícias antagônicos se relacionam com as coberturas midiáticas construídas sobre um mesmo tema e, especialmente, com o modo como a população negra é retratada para a sociedade, tendo em vista que o parâmetro principal é a perspectiva da mídia branca hegemônica.

Nesse sentido, o problema de pesquisa consiste na questão de como a população negra é tratada e retratada pelos canais de mídia branca hegemônica. Assim, a pergunta central é: *o cenário constituído por uma mídia branca hegemônica, como o portal G1, impacta a cobertura jornalística relacionada à população negra, tornando necessário o fortalecimento de uma comunicação alternativa antirracista, como o canal Mundo Negro?*

Para tratar dessa problemática, elegemos como unidades de observação dois portais de notícias dessemelhantes, G1 e Mundo Negro, a fim de observar suas abordagens acerca de uma mesma pauta que envolve personagens brancas e negra. O portal G1 (pertencente ao Grupo Globo), representando a mídia branca hegemônica, e o canal Mundo Negro, representando os veículos negros alternativos. Para tanto, optamos pelo estudo de um fato noticiado por ambos os veículos, qual seja, o furto de bicicleta elétrica ocorrido no Rio de Janeiro, que envolveu diretamente três personagens brancas e uma negra.

Embora o caso tenha tido grande repercussão nacional, consideramos oportuno que se faça uma espécie de retrospectiva dos fatos para trazer o acontecimento à tona. Em 12 de junho de 2021, Matheus Ribeiro, um rapaz negro, aguardava sua namorada em frente ao Shopping Leblon, localizado no bairro homônimo, zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Na época com 22 anos, Matheus Ribeiro atuava como instrutor de surfe nas praias da região e era morador do Complexo da Maré, conjunto de 17 favelas localizado na zona norte da capital fluminense.

Matheus Ribeiro estava sentado em sua bicicleta elétrica quando fora abordado por Tomás Oliveira e Mariana Spinelli, um casal de jovens brancos. A moça

alegava que sua bicicleta, de mesmo modelo, avaliada em mais de R\$ 3 mil, havia sido furtada nas redondezas. Naquele momento, Matheus passou a filmar a abordagem e, no vídeo, é possível ver o casal de brancos afirmando que o veículo era parecido com o deles e questionando se o instrutor teria furtado a bicicleta.

Matheus Ribeiro apresentou o cadeado da bicicleta e mostrou fotos antigas dele (Matheus) com o veículo. Depois de se convencer de que ele era mesmo o dono, o vídeo mostra o casal se desculpando e afirmando ter se tratado de um mal-entendido. Mas Matheus Ribeiro postou o vídeo em suas redes sociais e a repercussão foi grande em todo o país, com pessoas se dividindo entre aquelas que enxergaram mais um flagrante caso de racismo e outras que defenderam o ocorrido como se tratando de um simples mal-entendido por parte do casal e enxergando um exagero na reação do rapaz.

Dados do site Google, por meio da ferramenta Google Trends², mostraram que a busca pela expressão “Racismo no Leblon” foi alta no período, indicativo de grande interesse público acerca do episódio. Tamanha repercussão fez com que o caso se tornasse pauta de conversas e de discussões nas redes sociais digitais, entrando, portanto, na agenda dos principais veículos de comunicação por várias semanas.

Entre meados de junho e final de agosto, o desenrolar dos acontecimentos foi sendo acompanhado pela sociedade por meio da mídia: Matheus Ribeiro registra boletim de ocorrência, no qual afirma ter sido acusado de furtar uma bicicleta elétrica; polícia do Rio de Janeiro inicia investigação; após pressão social, Mariana Spinelli e Tomás Oliveira são demitidos dos seus empregos; câmeras de segurança mostram que o verdadeiro responsável pelo furto era Igor Pinheiro, o “Lorão”, um homem branco costumaz praticante de furtos no bairro; vem à tona o fato de que Igor Pinheiro tinha tido prisão indeferida por outro crime, no mesmo dia do furto no Leblon; Ministério Público Estadual denuncia “Lorão” pelo furto e, dessa vez, prisão preventiva é mantida; após denúncia feita por Matheus Ribeiro,

² Ferramenta do Google que mostra os termos mais populares buscados, apresentando gráficos com a evolução do número de buscas por palavras-chave ao longo do tempo.

justiça conclui que não houve crime do casal branco contra o jovem negro; Igor Pinheiro é condenado a um ano e quatro meses em regime semiaberto.

Escolhemos realizar a investigação com foco em portais de notícia, aqui definidos como “[...] websites de notícias online de referência que oferecem conteúdos editoriais semelhantes aos da imprensa [...]” (HERSCOVITZ, 2009, n.p.). Em detrimento dos veículos impressos, essa escolha se deu por razões como o crescimento do número de internautas observado nos últimos anos – segundo o Mídia Dados Brasil 2021, o Brasil é o quarto país do mundo onde mais se usa internet, atrás apenas da China, da Índia e dos Estados Unidos (CORREA, 2021) –; a viabilização mais eficiente da coleta de dados, haja vista as notícias estarem disponíveis na internet; e ao maior alcance de públicos, dadas as características inerentes ao meio on-line.

Definimos como portais de notícias somente os veículos que foram criados nessa perspectiva, ou seja, nasceram como canais produtores e divulgadores de produtos jornalísticos. Assim, excluímos da pesquisa sites de movimentos sociais, redes sociais digitais, agências de notícias e organizações sociopolíticas.

O portal G1 foi escolhido por ser um veículo pertencente ao Grupo Globo, o maior conglomerado de comunicação do Brasil e um dos 30 maiores do mundo, garantindo-lhe enormes abrangência e autoridade. Além desse fato, o portal ficou em primeiro lugar na categoria notícias no ranking Mídia de Dados Brasil 2021 (ultrapassando Uol, Terra e R7) (CORREA, 2021). Com relação ao Mundo Negro, trata-se do primeiro canal informativo do Brasil produzido 100% por jornalistas negros e voltado para a população negra (SILVA, 2022), além de ser o veículo com esse perfil detentor do maior engajamento nas redes sociais digitais atualmente. As informações sobre as unidades de pesquisa serão aprofundadas no capítulo 4 deste estudo.

A opção pelo formato notícia se deu por causa de sua relevância no campo do jornalismo, tendo em vista que “A notícia é um dos sinais temporais utilizados pela sociedade para sua orientação” (ANTUNES, 2009, p. 85). Notícias são a essência de um portal jornalístico e, “[...] por ser um ato de linguagem e por estar inserida no discurso, também assinala posições ideológicas dos sujeitos” (TOSTA, 2019, p. 53). Além disso, a relevância das notícias para as pesquisas

empíricas está ligada a estratégias de persuasão e captação do interlocutor, pois, “[...] a depender dos imaginários sociodiscursivos e valores de crença apresentados pelo ouvinte ou leitor, é possível que certos enunciados desencadeiem nele algum estado emocional, o que poderia levá-lo a concordar com o ponto de vista do sujeito que argumenta³” (SOUZA; SILVESTRE; SILVA, 2020, p. 103).

Seguindo o entendimento de Varjão (2018), consideramos inoportuno mencionar os jornalistas produtores das notícias do *corpus*,

Porque os problemas rastreados na amostra pesquisada dizem respeito menos a agentes e mais a posições de agentes; menos a indivíduos e mais a relações de produção; menos a sujeitos e mais a mecanismos; menos a intenções e mais a operações rotinizadas que geram sistemas automatizados de estruturação de notícias (VARJÃO, 2018, p. 347).

Importante ressaltar que, por concentrar a investigação em uma questão sociodiscursiva, esta pesquisa demanda enfoque metodológico qualitativo de cunho interpretativo, preocupando-se “[...] em entender o objeto, ancorando-se em elementos fornecidos pela própria essência, tendo como resultado uma interpretação e reflexão crítica fundamentada” (THIEL; RADDATZ, 2020, p. 1). A abordagem qualitativa utiliza “[...] vários métodos, técnicas e instrumentos [...]” que propiciem “[...] a compreensão do objeto, com o menor afastamento possível do ambiente natural” (SOARES *et al.*, 2011, p. 2). Tal abordagem “[...] é descritiva e coleta os dados em fonte direta. Os processos e suas dinâmicas, as variáveis e as relações entre elas são dados para a construção de sentidos e os principais condutores da abordagem” (BRASILEIRO, 2013, p. 49).

A identificação dos principais assuntos abordados nas notícias foi realizada por meio da produção de uma lista de frequência de palavras e distribuição dessa frequência, o que permitiu a extração das características do *corpus* e o apontamento do assunto principal. Este trabalho foi feito tendo como suporte o aplicativo *Voyant Tools*⁴, que tem como característica “[...] conjugar técnicas de

³ Esta estratégia recebe o nome de patemização.

⁴ Aplicativo on-line e de código aberto que reúne um conjunto de ferramentas para a aplicação em análise de textos. A ferramenta, disponível em <https://voyant-tools.org/>, atua somente com arquivos de texto.

diferentes correntes analíticas, tornando-a recursiva, iterativa, aberta e flexível [...]” (SANTOS; KIOURANIS, 2020, p. 807-808).

Nossa opção pelo *software* se deu porque o *Voyant Tools* fornece “[...] suporte prático para o processamento de dados qualitativos complexos, permitindo que o pesquisador armazene, busque, localize e explore dados” (FERRO, 2021, p. 130). A autora avalia que “O propósito desse tipo de ferramenta é [...] que o investigador possa concentrar os dados e acessá-los a qualquer momento⁵, em busca de relações significativas a partir das categorias estabelecidas para a análise” (FERRO, 2021, p. 130).

Aliado a esse fator,

[...] o *Voyant* produz uma visualização que auxilia os usuários na interpretação e atribuição de significado dos dados brutos. O layout da ferramenta auxilia a direcionar e orientar a pesquisa de maneira mais prática, pois é possível visualizar três utensílios de análise de uma única vez (BRINKHUS, 2020, p. 54).

No caso específico desta pesquisa, que observa dois portais de notícias diferentes, o *Voyant Tools* se mostrou eficiente também porque “Seus diferentes recursos de leitura e análise estão programados para interagir uns com os outros, de forma a oferecer visões mais amplas e mais específicas dos corpora analisados ao mesmo tempo” (FERRO, 2021, p. 130).

Ressalvamos nossa preferência por incluir, em momentos oportunos, manchetes pertinentes do portal G1 para servir como ilustração, na tentativa de exemplificar a teoria discutida. Essa pesquisa se insere na técnica de amostragem não probabilística por conveniência (também chamada de não intencional) do tipo exploratória, na qual se busca “[...] obter uma amostra de elementos convenientes”, cuja “[...] seleção das unidades amostrais” (MALHOTRA, 2001, p. 306) ficou a cargo da pesquisadora.

Antes de prosseguirmos, é pertinente salientar que eu, a autora, além de jornalista, sou uma mulher negra e, como tal, sempre me senti incomodada com a postura resiliente de muitos colegas da mídia branca no que tange a alguns discursos produzidos sobre a população negra. O *insight* para esta pesquisa

⁵ Ferro (2021, p. 130) lembra que a URL “[...] permanece ativa desde que acessada ao menos uma vez por mês [...]”. Além disso, não há opção de impressão dos dados.

partiu justamente dessa inquietude, das provocações para voltar meu olhar a uma temática social e do interesse em me aprofundar nos mecanismos por trás da construção da cobertura midiática. Portanto, é impossível para esta autora tratar o tema com totais distanciamento e neutralidade, muitas vezes exigidos em um trabalho com rigor acadêmico-científico, até porque o período de produção desta dissertação foi um processo de autodescoberta.

Isso porque, a cada nova leitura, eu passei a me entender mais como mulher negra em um espaço social dominado por brancos, como se participasse de um curso intensivo de letramento racial. Passei a identificar angústias enraizadas e a entender as razões de algumas dores. Esse processo me garantiu mais segurança para enfrentar essas dores pessoais e me deu maior senso de coletividade para pensar em como servir ao meu povo por meio da minha escolha profissional.

Logo, o estudo não pretende ser neutro, mas buscarei ancoragem em fundamentos teóricos e em dados como forma de estabelecer o distanciamento necessário. Procurei seguir o postulado de Charaudeau (2013, p. 29) ao tratar do papel do analista, que “[...] é o de observar a distância, para tentar compreender e explicar como funciona a máquina de fabricar sentido social, engajando-se em interpretações cuja relatividade deverá aceitar e evidenciar”.

Os assuntos estudados me atravessam como ser humano que sofre diariamente com os reflexos de uma sociedade racista – se não como indivíduo, ferindo meu instinto de coletividade. É uma jornada acadêmica que busca somar esforços aos muitos pesquisadores, negros e brancos, que discutem graves problemas sociais, como o racismo, e lutam por mudanças estruturais. Este trabalho é a materialização de um latente desejo pessoal de contribuir com a transformação social.

Ao iniciar o mestrado, meu objetivo era analisar a notícia racista exclusivamente sob a ótica jornalística, pesquisando como se dava o discurso da mídia (em geral, não de um caso específico, como agora) em relação a um fenômeno tão importante do ponto de vista social. Mas, ao percorrer o caminho, fui sendo gradativamente levada a outras perspectivas relacionadas à questão da negritude versus branquitude e da hegemonia da mídia branca em comparação com a marginalização e invisibilização da mídia negra. Assim, o problema de

pesquisa, os objetivos geral e específicos, as hipóteses iniciais, bem como o episódio estudado, foram repensados e readequados até atingir este produto que aqui se apresenta.

O caso do furto da bicicleta me tocou porque escancara o quanto, no Brasil, ainda se desrespeita o negro como pessoa, o quanto seguimos sendo vistos como atrevidos por estarmos em territórios ou ocuparmos posições que muitas pessoas brancas julgam não nos pertencer. O racismo é tão naturalizado que brancos não se intimidam em abordar um negro na rua e questionar a posse de sua propriedade – especialmente nos últimos anos, devido ao respaldo sentido na postura dos governantes no exercício do poder na República. Mas esses mesmos brancos se ofendem quando são chamados de racistas e alegam que foi somente um mal-entendido, algo contornável, um “mimimi⁶”, e que a vítima foi exagerada em sua reação. Típico exemplo de “racismo à brasileira”, conceito que será abordado ao longo deste trabalho.

Esse novo olhar sobre a pesquisa só foi possível após o encontro com a orientadora desta dissertação, Cicilia Peruzzo, cujos trabalhos sobre comunicação alternativa me trouxeram inquietações muito positivas e pertinentes, direcionando-me para outro caminho; e em razão dos importantes apontamentos feitos pelas professoras Ivonete Lopes, da Universidade Federal de Viçosa (UFV), e Flávia Mayer, da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), durante a banca de qualificação. Especialmente a professora Ivonete Lopes, que, mulher negra como eu, trouxe a perspectiva da negritude e algumas provocações que muito contribuíram para a concretização da parte teórica deste trabalho.

Excluindo-se o componente pessoal, a pesquisa se justifica dada a importância de, mais uma vez, trazer para a academia um assunto tão debatido em diferentes campos do conhecimento, na tentativa de ser uma nova peça na luta para se desconstruir a naturalidade com que a figura do negro segue sendo estigmatizada na mídia branca hegemônica. A utilização massiva de termos pejorativos e estereotipados, como o pobre, o violento, o preguiçoso, o perigoso, o feio, bem como de enquadramentos noticiosos que deixam muitas vezes

⁶ Definida por Jerônimo (2021, p. 129) como “[...] expressão de cunho negativo que muitas vezes é atribuída aos negros quando se manifestam a respeito de situações de racismo”.

implícitas tais intenções, ainda é constante e fundamentalmente normalizada, sendo acatada e reproduzida pela sociedade – especialmente em tempos de internet, dada a velocidade de disseminação de informações característica do meio.

Com base no problema de pesquisa e na pergunta central do estudo, tecemos duas hipóteses, quais sejam:

1. O portal G1 age com parcialidade no caso do furto da bicicleta, reportando os fatos e tecendo juízo de valor de acordo com características fenotípicas das personagens envolvidas, cujos enquadramentos noticiosos mostram que o portal posiciona o negro em situação de inferioridade em relação ao branco; e
2. O canal Mundo Negro constrói cobertura diferenciada, com apelo antirracista, mostrando-se mais democrático e inclusivo, apresentando-se como mídia negra com força contra hegemônica essencial ao jornalismo brasileiro contemporâneo.

A pesquisa teve como objetivo geral verificar como racismo, violência simbólica e movimento antirracista se manifestam nos enquadramentos noticiosos escolhidos por G1 e Mundo Negro na cobertura do caso do furto da bicicleta no Leblon. Como objetivos específicos, a pesquisa pretende:

- a) sistematizar conceitos pertinentes ao objeto de estudo, a exemplo dos parâmetros teóricos relacionados ao universo da negritude e do racismo e das diferenças estruturais em relação à branquitude, trazendo uma contextualização com o momento sociopolítico brasileiro;
- b) identificar o *modus operandi* do jornalismo, com base nos portais de notícias e nas territorialidades da informação, e o corpo negro no espaço social;
- c) refletir sobre as disparidades socioculturais entre a mídia branca hegemônica e a mídia alternativa negra, apresentando o movimento antirracista e o jornalismo negro alternativo;
- d) relacionar o entendimento acerca da pragmática do enquadramento noticioso à metodologia da pesquisa; e

- e) analisar as diferentes abordagens, seleções, exclusões e ênfases dadas pela cobertura do G1 e do Mundo Negro sobre o caso do furto de uma bicicleta elétrica ocorrido no Leblon.

Do ponto de vista metodológico, privilegiamos a divisão do estudo em duas fases. Na primeira, realizamos uma pesquisa bibliográfica, durante a qual procuramos não perder de vista aspectos teóricos centrais sobre negritude, branquitude, racismo, violência simbólica, território e territorialidade, tecnologias e mídias hegemônica e alternativa. A realização de uma revisão de bibliografia sobre os temas abordados nesta pesquisa nos possibilitou verificar a existência de um considerável número de trabalhos acadêmicos sobre racismo e antirracismo midiático.

Dessa forma, buscamos pelo estado da arte das discussões já desenvolvidas sobre o assunto, rastreando trabalhos semelhantes que pudessem complementar aspectos de nosso estudo, tendo em mente que esta pesquisa não foi realizada do nível zero. Esse ponto será explicitado no capítulo metodológico.

Na segunda fase, adotamos como método o estudo de caso, no qual é analisado o fato noticioso citado. Dentre as justificativas para a escolha de analisar o episódio em questão e seus desdobramentos, estão as evidências de que o ocorrido mostra claramente a diferença entre o tratamento oferecido a negros e brancos no campo midiático. Aliado a esse ponto, devido às características físicas dos atores participantes, o furto da bicicleta elétrica ganhou importância no contexto atual, contribuindo para o debate científico. Sem esquecer a já mencionada grande repercussão nacional.

Apesar de o fato ter acontecido em 12 de junho de 2021, o dia 14 foi definido como início do recorte, pois, nessa data, o G1 fez sua primeira repercussão sobre o acontecido, fixando o fato na agenda de debate público. Tal fixação se deu a partir do momento em que o portal publicou a notícia que trazia como manchete “Rapaz negro registra boletim de ocorrência em que diz ter sido acusado de roubar bicicleta por casal no Leblon, zona sul do Rio”. A partir dessa notícia, pesquisamos todas as publicações acerca do caso nos buscadores de ambos os portais, nos quais foram destacadas as expressões “furto no Leblon”, “furto de bicicleta”, “bicicleta elétrica” e “racismo no Leblon”. O levantamento

apontou para 15 notícias, das quais 11 foram publicadas pelo G1 e quatro, pelo Mundo Negro.

Dessa forma, delimitamos, nossa coleta de 14 de junho a 26 de agosto de 2021 porque este último dia foi marcado pela divulgação da sentença de condenação de um dos envolvidos – momento em que, para fins desta pesquisa, consideramos o caso encerrado.

Os dados para o presente estudo empírico, elementos essenciais para a pesquisa, foram coletados e não gerados (COSTA, 2009). Buscamos identificá-los, descrevê-los e analisá-los, de modo a investigar *se e como* o racismo e o antirracismo são promovidos, reproduzidos e legitimados nos portais de notícias observados, o que será feito por meio da análise com base no enquadramento noticioso produzidos por G1 e Mundo Negro a respeito da cobertura de um caso de racismo envolvendo personagens brancas e negra. O primeiro capítulo trará maior detalhamento das questões metodológicas desta pesquisa.

Todas as notícias estão com seus respectivos *links* de acesso ao longo desta dissertação, para que fiquem à disposição, caso o leitor tenha interesse em tecer suas próprias análises, a despeito de nossas conclusões. Como se trata de um estudo qualitativo, no âmbito da teoria do enquadramento noticioso, não há que se falar em verdade absoluta ou em esgotamento do assunto, mas em pontos de vista capazes de ampliar os entendimentos acerca das coberturas jornalísticas que consumimos diariamente pela mídia brasileira (GUILHEM, 2014).

Com a articulação entre o quadro teórico, o *corpus* e a pesquisa empírica, buscamos compreender aspectos relacionados ao racismo estrutural e sua relação com a mídia branca hegemônica em contraposição à mídia alternativa negra. O percurso narrativo desta dissertação foi construído em quatro capítulos. No primeiro, **Metodologia: caminhos percorridos**, procuramos discutir o método de pesquisa escolhido e os percursos metodológicos utilizados para atingir os objetivos propostos. Segundo Brinkhus (2020, p. 48), “[...] o método representa uma explicação do porquê os dados foram coletados, quais foram os dados, de onde, qual foi o período da coleta, como foram coletados e como eles foram analisados”.

No referido capítulo, destrinchamos um pouco mais o caso estudado e apresentamos as matérias que compõem o *corpus* da pesquisa. É desenvolvida a teoria do enquadramento noticioso, cerne teórico metodológico do estudo, delineando algumas conceitualizações a fim de explicitar como o paradigma nos auxiliou a elucidar o problema e a responder à pergunta da pesquisa.

O capítulo dois, **De onde vem o hoje: conceitualizações sobre negritude importam**, trata da representação do negro nas notícias de portais a partir de um episódio de grande repercussão nacional, que envolveu três personagens brancas e uma negra. Consideramos ser imprescindível, antes de tudo, buscar entender como determinados fatos históricos têm reflexo no comportamento social e, no caso deste estudo, no tratamento dado a negros e brancos na cobertura midiática contemporânea.

Assim, a bibliografia produzida por estudiosos que tratam de conceitos-chave, como raça, racismo, preconceito, discriminação e violência simbólica, auxilia-nos no entendimento de assuntos que vão nortear toda esta pesquisa, uma vez que, como afirma Djamilla Ribeiro (2019, p. 21), é importante “[...] nomear as opressões, já que não podemos combater o que não tem nome”. Van Dijk (2021, p. 30) já indicava essa perspectiva ao sentenciar: “Para interpretar discurso e evento como racistas, obviamente precisamos, em primeiro lugar, saber o que é racismo”.

Acreditamos que os termos e os dados apresentados no segundo capítulo podem ser úteis para que os leitores se familiarizem ou mesmo relembrem as concepções, oportunizando uma reflexão sobre como a história se relaciona com a maneira pela qual o corpo negro é visto pela sociedade na atualidade e retratado em portais de notícias antagônicos, como G1 e Mundo Negro.

Entendemos que uma pesquisa que se proponha a analisar coberturas jornalísticas racistas produzidos por portais de notícias precisa fazê-lo considerando algumas dinâmicas que criaram e desenvolveram o jornalismo na era da internet, buscando apreendê-lo dentro de um processo histórico. Assim sendo, o terceiro capítulo, intitulado **TIC e territorialidades contemporâneas: a notícia e o corpo negro**, traz uma breve historicização das novas estruturas

de informação e comunicação, abordando a relação delas com o *modus operandi* do jornalismo atual.

Analisamos, ainda, questões intrinsecamente ligadas às novas tecnologias, trazendo uma inquietação com o uso de algoritmos nas redações e uma possível relação com o racismo algorítmico, e abordando as mudanças na sociedade, que culminaram no incremento do jornalismo on-line e em novas territorialidades para as notícias. A questão dos territórios também é abordada ao tratarmos da relação do negro com o espaço social.

Em seguida, apresentamos o capítulo quatro, **Mídia e racismo**, que consideramos ser o carro-chefe deste trabalho. Nele, procuramos trazer à tona os lugares e não lugares do negro na mídia brasileira, mais especificamente nos portais de notícias analisados nesta pesquisa, refletindo acerca dos problemas que estigmas, estereótipos e invisibilização da população negra nos produtos midiáticos provocam nessa grande parcela da população brasileira.

São apresentados exemplos de manchetes e fotografias divulgadas pelo G1, abordando brevemente o poder das imagens e sua relação com a construção dos enquadramentos jornalísticos da mídia branca hegemônica. Os portais G1 e Mundo Negro são devidamente apresentados, inclusive por meio da visão de seus próprios diretores. Abordamos, ainda, uma diferenciação entre mídia branca e mídia negra, inserindo a temática do jornalismo alternativo.

O capítulo cinco, **Análises, resultados e discussões: possibilidades e limitações frente ao racismo estrutural e midiático**, é destinado à análise e à discussão da cobertura midiática produzida pelos dois portais. As notícias que compõem o *corpus* são separadas, compiladas e processadas no aplicativo *Voyant Tools* e, a partir dos resultados, são traçados paralelos entre os enquadramentos escolhidos por ambos os canais, sem perder de vista a relação com a fundamentação teórica.

Por fim, nas **Considerações finais**, apresentamos nossas percepções acerca dos principais achados e as implicações teóricas, científicas e sociais desta dissertação.

1 METODOLOGIA: CAMINHOS PERCORRIDOS

“O processo de pesquisa exige do pesquisador domínio de fundamentos teóricos, de um método de construção de conhecimento. De procedimentos metodológicos coerentes com o objeto de investigação e o exercício da criatividade – qualidade necessária à elaboração de respostas inovadoras às problemáticas da pesquisa.” (Jussara Ayres Bourguignon, 2006, p. 41-42).

Assim como apresentado no prólogo, este capítulo faz menção ao processo de pesquisa, explicitando as estratégias e os procedimentos adotados, além do cerne teórico/metodológico do estudo.

1.1 ESTRATÉGIAS E FERRAMENTAS

Segundo Bourguignon (2006, p. 42), a motivação da investigação está relacionada às questões que permeiam os interesses do pesquisador e os contextos socialmente determinados, sendo resultado da inserção do estudioso no real, que, dada “[...] a sua complexidade, instiga a *busca, o novo, a superação, o original, a possibilidade de recriação*”.

Dividimos nossa metodologia de pesquisa em duas fases: pesquisa bibliográfica e estudo de caso. A revisão da bibliografia teve como finalidade a busca por conhecimentos gerais acerca do campo em que o objeto de estudo está envolvido para compreender conceitos e teorias que envolvam a temática estudada. Dessa forma, esta pesquisa parte de elementos teóricos alicerçados principalmente em áreas como Comunicação e Sociologia, tendo como propósito enriquecer o campo do saber relacionado a racismo, negritude e mídia, sem, obviamente, ter a pretensão de esgotar o assunto. Apropriamo-nos de conceitos de autores como Abdias Nascimento (1978), Achille Mbembe (2006), Adilson Moreira (2016; 2020), Bell Hooks (2019), Cicilia Peruzzo (2009), Djamila Ribeiro (2019; 2020), Jessé Souza (2021), Jesús Martín-Barbero (1997; 2006; 2016; 2018; 2019), Kabengele Munanga (2003), Milton Santos (2011), Muniz Sodré (1999), Pierre Bourdieu (1989; 1992; 1997; 2012), Robert Sack (2013), Roberto

Damatta (1987), Robin Diangelo (2018), Rogério Haesbaert (2011), Silvio de Almeida (2019), Teun van Dijk (1991; 2001; 2018; 2021) e outros importantes pensadores contemporâneos, incluindo autores de teses, dissertações e artigos acadêmico-científicos e jornalísticos, numa busca constante pela promoção de diálogos entre as diferentes perspectivas.

Conforme adiantado na Introdução, esta primeira fase nos propiciou verificar que há grande variedade de produções acadêmicas e literárias que abordam a temática do racismo midiático. Encontramos, por exemplo, a tese de doutorado de Valmir Teixeira de Araújo, da Universidade Metodista de São Paulo, que analisou a imprensa negra brasileira, os conteúdos de três sites voltados à população negra (Correio Nagô, Mundo Negro e Nação Z) e os enquadramentos noticiosos construídos por esses canais (ARAÚJO, 2019). A presente pesquisa segue os principais aspectos metodológicos utilizados por Araújo, diferenciando-se, no entanto, por se tratar de um estudo sobre dois veículos que, além de dessemelhantes, são antagônicos e atuam na cobertura de um mesmo caso de racismo, o que, portanto, apresenta a construção de coberturas que partem de pontos de vista divergentes. Isso nos dá indícios da construção de notícias racistas, por um lado, e antirracistas, por outro.

Assim, ainda que sigamos pelo mesmo caminho teórico-metodológico, nosso trabalho se distingue daquele produzido por Araújo (2019) tanto no perfil dos objetos quanto pela opção de analisar os enquadramentos de portais antagônicos acerca de um único fato social, o que, conseqüentemente, apresentará diferenças entre os resultados obtidos lá e cá. Dessa forma, acreditamos que a presente dissertação deixará novos subsídios para se pensar criticamente a importância da mídia alternativa negra, que deve ser fortalecida a ponto de ser capaz de se contrapor à hegemonia da mídia branca e à visão e disseminação estigmatizadas, estereotipadas e racistas da população negra.

Este mapeamento bibliográfico teve o objetivo de auxiliar na compreensão do problema de maneira generalizada, de forma que fossem consideradas possíveis variáveis. Logo, a pesquisa bibliográfica nos auxiliou “[...] no desenvolvimento, esclarecimento e modificação de conceitos e ideias, buscando problemas preciosos e tópicos para pesquisas futuras” (BRINKHUS, 2020, p. 49).

Concomitantemente a esta primeira etapa, a segunda fase da metodologia de pesquisa se deu por meio do estudo de caso, no qual observamos o evento do furto da bicicleta elétrica ocorrido no bairro carioca do Leblon, em junho de 2021.

1.1.1 Estudo de caso

O estudo de caso tem, dentre suas características técnicas, a coleta de dados e os meios de análises desses dados (YIN, 2003, tradução nossa). Trata-se de uma estratégia que busca examinar eventos contemporâneos, mas sem a possibilidade de se manipular comportamentos relevantes. Além do mais, “[...] o poder diferencial do estudo de caso é sua habilidade de lidar com uma grande variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas, e observações – além do que pode estar disponível em um estudo histórico convencional” (YIN, 2003, p. 7-8, tradução nossa).

Conforme apregoa Yin (2003), o estudo de caso deve ser utilizado quando se busca responder a questões do tipo “por que” ou “como” acerca de um conjunto de eventos contemporâneos, sobre os quais o investigador tem pouco ou nenhum controle. Além disso, o estudo de caso contribui para o conhecimento de indivíduos, grupos e sociedade (YIN, 2003).

É uma metodologia de pesquisa que utiliza, geralmente, dados coletados a partir de eventos reais para explicar fenômenos da atualidade que estão inseridos em um dado contexto. Essa estratégia pode ser utilizada quando se deseja, de forma intencional, lidar com condições contextuais, acreditando que elas possam ser muito pertinentes à pesquisa (YIN, 2003).

O interesse pelo estudo de caso vem crescendo nos trabalhos em Comunicação por causa da “[...] necessidade de incorporar dados reais às pesquisas e, com isto, obter resultados mais efetivos” (ELLRAM, 1996, *apud* BRANSKI; FRANCO; LIMA JR., 2010, p. 1), além de sua utilidade na investigação de conceitos mais novos, como o enquadramento noticioso.

Conforme já apresentado na Introdução, o caso em estudo é um fato ocorrido no bairro do Leblon, no Rio de Janeiro, onde um jovem negro foi acusado de ser o autor do furto de uma bicicleta elétrica por um casal de brancos. A Figura 1 mostra os primeiros envolvidos no caso:

Figura 1 – Três dos envolvidos no caso do furto da bicicleta no Leblon



Fonte: Brasil de Fato⁷, 2021 (Reprodução).

Dias depois, descobriu-se que o verdadeiro autor era outro indivíduo, também branco, conforme apresentado na Figura 2:

Figura 2 – Quarto envolvido no caso foi preso pela polícia do Rio de Janeiro



Fonte: Folha de São Paulo⁸, 2021 (Hermes de Paula).

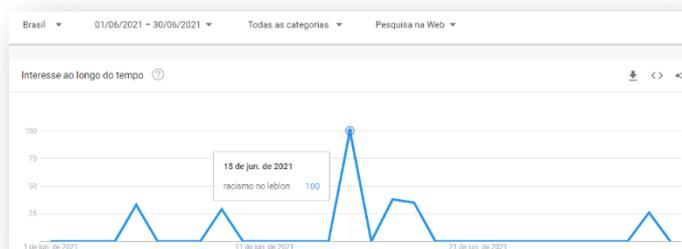
A opção por estudar o caso do furto da bicicleta elétrica e seus desdobramentos se deu devido a alguns fatores, como importância do fato no contexto atual; contribuição para o debate científico; e repercussão nacional (o assunto teve grande destaque nos noticiários e foi bastante debatido nas redes sociais digitais e na sociedade em geral). Como já mencionamos, após a divulgação midiática

⁷ <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/05/racismo-no-leblon-juiz-inocenta-casal-que-acusou-jovem-negro-de-furtar-bicicleta-no-rj>.

⁸ <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/06/policia-prende-homem-branco-por-furto-de-bicicleta-no-leblon-apos-donos-acusarem-jovem-negro.shtml>.

do vídeo feito por Matheus Ribeiro, dados da ferramenta *Google Trends* mostraram que a busca pela expressão “Racismo no Leblon” teve um alto volume de procura, como se pode observar na Figura 3.

Figura 3 – Gráfico que mostra as buscas pela expressão “Racismo no Leblon”



Fonte: Google Trends⁹, 2021.

Além dessas questões, a principal motivação para sustentar a escolha pelo caso reside no interesse pessoal da pesquisadora em uma história que envolve racismo à brasileira, violência simbólica e racismo midiático. Logo, trata-se de um fato social que reúne vários elementos inseridos em um conjunto de papéis sociais, podendo, portanto, ser caracterizado como um caso (DUARTE, 2005).

Sendo o uso do enquadramento noticioso e do aplicativo *Voyant Tools* as técnicas escolhidas para realizar o estudo de caso, explicitamos a seguir algumas questões teóricas que envolvem essas ferramentas.

1.2 IDENTIFICAÇÃO DAS TÉCNICAS E FERRAMENTAS

1.2.1 *Voyant tools*

A partir da leitura e da apreensão dos conceitos, passamos à pesquisa empírica, na qual partimos, efetivamente, para a análise dos enquadramentos noticiosos – o que foi feito com auxílio da ferramenta *Voyant Tools*, já descrita. Tendo em vista o cerne teórico-metodológico do enquadramento, analisamos como as notícias do caso foram veiculadas nos dois portais, buscando identificar se

⁹ <https://bitly.com/VtjEVsmH>.

existem diferenças na forma de tratamento na mídia branca e na mídia negra, em relação às personagens envolvidas. Observamos, assim, se por meio da definição dos quadros, a mídia branca hegemônica reforça os estereótipos que atingem o povo negro, bem como se, pelo contrário, a mídia alternativa negra utiliza suas molduras para quebrar estigmas racistas.

A identificação dos principais assuntos abordados nas notícias foi realizada por meio da produção de uma lista de frequência de palavras e distribuição dessa frequência, o que permitiu a extração das características do *corpus* e o apontamento do assunto principal. Esse trabalho foi feito tendo como suporte o aplicativo *Voyant Tools*¹⁰, que tem como característica a associação de diferentes técnicas analíticas, o que faz com que o aplicativo se torne recursivo, aberto e interativo (SANTOS; KIOURANIS, 2020).

Nossa opção pelo aplicativo se deu porque o *Voyant Tools* fornece “[...] suporte prático para o processamento de dados qualitativos complexos, permitindo que o pesquisador armazene, busque, localize e explore dados” (FERRO, 2021, p. 130). Esse tipo de ferramenta visa auxiliar os pesquisadores na concentração dos dados (que ficam acessíveis a qualquer momento)¹¹ e na busca de correlações significativas, tendo como base as categorias preestabelecidas para a análise (FERRO, 2021).

Aliado a esse fator,

[...] o Voyant produz uma visualização que auxilia os usuários na interpretação e atribuição de significado dos dados brutos. O layout da ferramenta auxilia a direcionar e orientar a pesquisa de maneira mais prática, pois é possível visualizar três utensílios de análise de uma única vez (BRINKHUS, 2020, p. 54).

No caso específico desta pesquisa, que observa dois portais diferentes de notícias, o *Voyant Tools* se mostrou eficiente também porque, devido à programação de seus recursos de leitura e análise, há possibilidade de interação

¹⁰ Aplicativo on-line e de código aberto que reúne um conjunto de ferramentas para a aplicação em análise de textos. A ferramenta, disponível em <https://voyant-tools.org/>, atua somente com arquivos de texto.

¹¹ Ferro (2021, p. 130) lembra que a URL “[...] permanece ativa desde que acessada ao menos uma vez por mês [...]”. Além disso, não há opção de impressão dos dados.

entre textos, garantindo visões mais ricas e específicas dos materiais analisados ao mesmo tempo (FERRO, 2021).

1.2.2 Amostragem por conveniência

Ressalvamos nossa preferência por incluir, em momentos oportunos, manchetes de diversos portais de notícias brasileiros para servir como ilustração, na tentativa de corroborar a teoria discutida. Esta pesquisa se insere na técnica de amostragem não probabilística por conveniência (também chamada de não intencional) do tipo exploratória, na qual se busca a obtenção de amostras de elementos convenientes. A definição das unidades amostrais (MALHOTRA, 2001) ficou a cargo da pesquisadora.

Oliveira (2001, n.p.) explica que “A amostragem por conveniência é adequada e freqüentemente [sic] utilizada para a geração de idéias [sic] em pesquisas exploratórias, principalmente”. O método é empregado quando o pesquisador tem interesse na obtenção de dados rápidos e com baixo custo, já que o procedimento consiste na busca por unidades convenientes da amostragem (OLIVEIRA, 2001).

1.3 CONCEITOS DE ENQUADRAMENTO

A análise do enquadramento (ou *framing analysis*) é o cerne teórico e metodológico desta pesquisa, haja vista ter sido o instrumento que se apresentou como o mais aderente ao nosso objetivo de analisar as diferentes construções do relato noticioso produzidas por G1 e Mundo Negro. Isso tendo em mente que a cobertura jornalística, embora aborde um mesmo assunto, possui intencionalidades dissonantes a depender de quem a produziu. Conforme pontuam Rodrigues e outros (2018), não existe ingenuidade na construção de discursos.

Dessa forma, empregamos o conceito visando

[...] analisar como informações pontualmente corretas e verificáveis podem ser selecionadas, valorizadas, destacadas, omitidas ou atenuadas, relacionadas a outras, em reportagens complexas, de modo a produzirem representações diferentes de

uma mesma situação, dentro do limiar de verossimilhança (SOARES, 2009, p. 21).

Portanto, a partir da definição do caso a ser estudado, passamos a nos questionar: *qual a abordagem utilizada pela mídia para retratar o assunto? Por meio de quais enquadramentos a história foi contada em cada um dos portais observados?* Isso porque a ideia do enquadramento é justamente observar os ângulos de abordagem que um determinado veículo de comunicação dá aos temas pautados. Dito de outro modo, a análise do enquadramento foca na construção dos discursos noticiosos e na verificação de como o direcionamento dado pelos jornalistas interfere na percepção do fato e na opinião do público (PAIXÃO; THEODORO; LEITE, 2018).

Sanfelice (2018, p. 359) explica que, “Nesse processo de construção, a notícia toma forma fazendo com que o acontecimento saia do plano de outros Campos Sociais e constitua-se enquanto midiático. Isso se dá pela construção dos discursos” vinculados aos enquadramentos. Por meio dos quadros, os diferentes veículos elegem o bom e o mau, o mocinho e o bandido, o visível e o invisível, construções que podem acabar reforçando e legitimando casos de racismo e tendo papel fundamental no imaginário social relacionado à população negra, por exemplo. Sanfelice (2018) percebe a mídia mais como um selecionador do que como um intermediador, já que os produtos midiáticos enfatizam e intervêm, por meio de palavras e imagens, na construção simbólica dos fatos.

Os quadros escolhidos pelos dois canais podem construir diferentes realidades e produzir sentidos sociais díspares e é precisamente essa possibilidade de interpretação que deve ser analisada quando estudamos os enquadramentos noticiosos. Isso tendo em vista que a maneira como uma cobertura jornalística é construída tem efeito direto no modo como o público recebe determinada informação e essa informação também pode influenciar a maneira como as pessoas enxergam o mundo (PAIXÃO; THEODORO; LEITE, 2018). É o que nos lembra Bourdieu (2009, p. 51), citando Saussure: “O ponto de vista cria o objeto”.

Em outras palavras, essa metodologia possibilitou compreender melhor o quadripé abordagem, seleção, exclusão e ênfase, que cada um dos canais observados deu às notícias do *corpus*, uma vez que o enquadramento tem seu

foco na observação das várias possibilidades que cada indivíduo tem de identificar uma situação diante da qual se encontra (CARVALHO, 2009). Conforme apregoam Paixão, Theodoro e Leite (2018, p. 172), “As mensagens são construídas intencionalmente deixando margem para apenas uma maneira de interpretá-las”.

O enquadramento está preocupado com a seleção e a importância dos fatos veiculados. Dessa forma, compreender que os enquadramentos podem variar e transformar um mesmo fato em múltiplas realidades é fundamental para que se entenda não somente as variações que acontecem na vida social, “[...] exigindo-nos novos referenciais interpretativos (quadros), mas também para reconhecermos que os acontecimentos narrados pelo jornalismo estão sujeitos a essa mesma dinâmica” (CASTRO; PÔRTO JÚNIOR, 2018, p. 30).

Rothberg (2007, n.p.) lembra que os pontos que vão se mostrar como característicos de uma dada moldura “[...] surgem do exame atento de uma cobertura jornalística específica, em processo de estudo e aproximação no qual eles vão se revelar como atributos inseparáveis do foco adotado pelo veículo”. Segundo o autor, a *framing analysis* contém “[...] um inventário dos olhares constituídos por determinada matéria em torno de certo assunto e uma consideração qualitativa a respeito da adequação de seu foco” (ROTHBERG, 2007, n.p.).

Uma vez que, como vimos, os elementos principais do *framing* são seleção dos aspectos de uma realidade percebida e a ênfase dada a eles (SOARES, 2009), a parte empírica deste trabalho tratou de analisar a definição da situação (seleção), a interpretação do caso (abordagem) e a avaliação moral (ênfase; exclusão) dos veículos observados sobre as personagens envolvidas no caso. Isso tendo em vista que a informação midiática é construída, não sendo, portanto, um simples reflexo do real, já que os fatos públicos nunca são publicizados em estado bruto (GOMES; SOUZA, 2021).

Carvalho (2009, p. 5) avalia que

[...] narrar um acontecimento transformado em notícia, dando-lhe um enquadramento, consiste, à primeira vista, na seleção de aspectos que deem à narrativa sobre ele inteligibilidade, a partir de estruturas cognitivas e quadros de referência que conduzirão a uma determinada visão, dentre uma série de outras possíveis,

relativamente ao que é apresentado ao fruidor da informação daí resultante.

Dessa forma, esse se torna um conceito propício quando nos interessa entender a utilização dos *framings* como estruturas cognitivas fundamentais para a percepção e o trânsito dos fatos que acontecem no espaço com o qual o público tem contato diariamente (CARVALHO, 2009).

1.3.1 O enquadramento noticioso

De maneira geral, pode-se atribuir todo o estudo sobre os quadros ao sociólogo Erving Goffman, que se baseou em trabalhos anteriores¹² do psicólogo social Gregory Bateson para desenvolver os primeiros conceitos dos *frames*¹³. É o *frame* que organiza nossa percepção da realidade e é a partir dessa realidade construída que decidimos como agir em relação a ela (MARTINO, 2021).

“Mas, no âmbito do jornalismo, como distinguir e o que caracteriza os *frames*?” (ANTUNES, 2009, p. 86). A socióloga Gaye Tuchman¹⁴ foi uma das primeiras a se apropriar do conceito de Bateson e Goffman e incorporar os quadros como parte de um cenário maior dentro do entendimento do jornalismo (CARVALHO, 2009). Robert Entman foi outro pesquisador que também teve papel relevante na ordenação das análises dos enquadramentos noticiosos (PAIXÃO; THEODORO; LEITE, 2018), tendo integrado o conceito à noção de hegemonia, uma vez que o significado de enquadramento nos fornece uma ferramenta de análise empírica acerca do papel da mídia na construção da hegemonia (PORTO, 2002).

Para Paixão, Theodoro e Leite (2018, p. 171),

[...] por trás de cada notícia, existem atributos que são dados a ela, com intenção de fazer com que uma determinada informação passe a fazer parte da memória do leitor dentro da

¹² Mais especificamente, “[...] um texto nomeado ‘*A theory of play and fantasy*’, que propôs a noção de enquadramento no campo da Psicologia” (OLIVEIRA JÚNIOR; PÔRTO JUNIOR, 2018, p. 166).

¹³ Os *frames*, termo que pode ser traduzido como quadros, moldura, indicam um “[...] conceito psicológico que relaciona com a noção de ‘contexto’” (GONÇALVES, 2005, p. 158).

¹⁴ Segundo Porto (2002, p. 5), Tuchman ofereceu a primeira aplicação mais relevante do conceito de enquadramento em seu livro *Making News: a study in a construction of reality*, no qual “[...] argumenta que as notícias impõem um enquadramento que define e constrói a realidade”.

perspectiva de verdade que se procura construir a notícia, ou seja, conforme o enfoque que é dado. Um mesmo evento pode ser trabalhado de diferentes formas pela mídia.

O paradigma do enquadramento vem sendo utilizado para análises midiáticas desde a década de 1980 (RODRIGUES *et al.*, 2018), período da redemocratização brasileira e da volta das eleições diretas, colocando em evidência o noticiário midiático. Assim, o primeiro trabalho¹⁵ do país, na área do jornalismo, a utilizar a análise do enquadramento foi realizado em 1994 por Afonso de Albuquerque (PORTO, 2002; REIS; GADINI, 2016). Quatro anos mais tarde, as eleições presidenciais de 1998 fizeram crescer o número de trabalhos utilizando o conceito de enquadramento (PORTO, 2002).

Segundo Porto (2002), as aplicações do paradigma do *framing* dinamizam de tal forma o campo da comunicação que os estudos já são capazes de oferecer uma nova perspectiva para o entendimento do papel da mídia. De acordo com o autor, acadêmicos brasileiros têm feito uso do conceito para estudar a relação entre os movimentos sociais e a mídia, além de utilizar o enquadramento para desenvolver análises comparativas entre o jornalismo praticado em diferentes veículos – caso desta dissertação.

Assim, atualmente, é cada vez mais comum a utilização desse paradigma nos estudos do jornalismo, uma vez que essa metodologia auxilia no entendimento do processo de construção das notícias e sua relação com a política e a cultura das sociedades (GOMES; SOUZA, 2021). Soares (2009) entende o enquadramento como um processo de representação próprio do jornalismo, capaz de influenciar os juízos sociopolíticos dos públicos. Trata-se de uma abordagem que “[...] tem como ponto de partida a utilização da noção de frame como conceito analítico do discurso jornalístico e dos seus mecanismos de produção de sentido nas sociedades contemporâneas” (GONÇALVES, 2005, p. 157).

Desse modo, os quadros ajudam a compreender o poder da mídia, uma vez que o enquadramento é a maneira pela qual o jornalismo transforma um fato social em notícia (PAIXÃO; THEODORO; LEITE, 2018). Nesse sentido, essas

¹⁵ A pesquisa analisou a cobertura do Jornal Nacional, da Rede Globo, sobre as eleições para presidente do Brasil entre os meses de março e maio de 1994 (REIS; GADINI, 2016).

molduras fazem referência a “[...] palavras, imagens, frases ou estilo textual para tratar uma informação de determinado assunto [...]” (OLIVEIRA JÚNIOR; PÔRTO JUNIOR, 2018, p. 166). À construção de conteúdos noticiosos, tendo como base abordagem, seleção, exclusão e ênfase de certas características de uma realidade, e a omissão de outras, convencionou-se chamar *framing* de notícias (OLIVEIRA JÚNIOR; PÔRTO JUNIOR, 2018).

Concernente ao *framing* de notícias, Sanfelice (2018) avalia que a questão desafia o campo da pesquisa, pois enseja no entendimento das formas como os processos midiáticos dizem ou mandam que o público leia algo relacionado ao cotidiano. Isso decorre do fato de o autor entender o jornalismo como “[...] um grande construtor da sociedade midiaticizada na medida em que ele define as fronteiras desse espaço a partir da construção dos fatos noticiosos com todas as operações de produção nela implícitas” (SANFELICE, 2018, p. 1.521).

A esse respeito, Antunes (2009) lembra que, ainda que o enquadramento seja um elemento da interlocução jornalística, capaz de oferecer ao público dados que o auxiliem na compreensão da informação, os mecanismos dos *frames* podem não estar explícitos em uma cobertura noticiosa, mas, sendo quadros, serão sempre acionados durante a etapa de interpretação.

Araújo (2017) argumenta que o enquadramento influencia o modo pelo qual o público rememora os fatos noticiados, ou seja, como as notícias foram entendidas pelas pessoas, que acontece por causa de um processo de valoração de opções de publicização. Todavia, o autor ressalta que os quadros têm efeito em muitos receptores, mas não em sua totalidade: “[...] o efeito do enquadramento não é universal” (ARAÚJO, 2017, p. 8).

De maneira geral, estudiosos dos *frames* consideram os processos de influência da mídia na conformação da opinião social, levando em consideração a forma como os veículos jornalísticos dispõem os assuntos para discussão pública, focando nos conteúdos (que agem como *frames* visando formar as opiniões) ou nos efeitos que os quadros têm para estimular certas conversações sociais (ANTUNES, 2009).

De acordo com Vimieiro e Dantas (2009), pesquisas do campo da Comunicação que tratam da temática do enquadramento o fazem de duas formas: abordando

os enquadramentos da mídia (*media frame*) e/ou os enquadramentos da audiência (*thought frame, individual frame* ou *frame effects*). Por sua vez, Porto (2002, p. 15) distingue o enquadramento em dois tipos principais – os noticiosos e os interpretativos:

Enquadramentos noticiosos são padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados por jornalistas para organizar seus relatos. No jargão dos jornalistas, este seria o “ângulo” da notícia, o ponto de vista adotado pelo texto noticioso que destaca certos elementos de uma realidade em detrimento de outros. [...] Enquadramentos interpretativos são padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos [...]” este tipo de enquadramento tem origem geralmente em atores sociais e políticos externos à prática jornalista.

Nesta dissertação, nosso olhar está voltado para os quadros produzidos por dois portais de notícias, com foco nos conteúdos e na maneira como a notícia é apresentada, inserindo-a na categoria *media frame*; e na observação das escolhas feitas pelos jornalistas de ambos os veículos com base no formato das notícias, escolhas que têm consequências na ênfase seletiva em alguns pontos de uma realidade percebida (PORTO, 2002), o que classifica a análise aqui realizada como enquadramento noticioso.

Os enquadramentos noticiosos ou jornalísticos são, então, “[...] processos de construção de sentidos baseados na cultura, que dizem menos do individual e mais do social” (VIMIEIRO; DANTAS, 2009, p. 4). A estrutura midiática cria, de forma rotinizada, alguns tipos de *frames*, excluindo outros. Dessa forma, os enquadramentos podem ser entendidos, concomitantemente, como exclusivistas e inclusivos, já que, assim como excluem determinados fatores sociais, incluem outros (GONÇALVES, 2005).

1.3.2 Enquadramento versus objetividade

Porto (2002) avalia que, para o bem da democracia, é importante que a mídia transmita para o público informações de maneira objetiva e imparcial. Daí que, especialmente ao abordar temáticas sensíveis, como aquelas que envolvem questões raciais, os veículos jornalísticos devem cuidar para que ideologias e valores pessoais (especialmente dos proprietários das empresas e dos

jornalistas) não interfiram no relato dos fatos (noção de objetividade) e evitar que a mídia favoreça determinado grupo (noção de imparcialidade) (PORTO, 2002).

As mídias hegemônicas têm procurado apagar o jornalista do processo de produção da notícia por meio da busca pela objetividade, não considerando que o profissional

[...] realiza a cobertura dentro de um determinado contexto social e cultural, ou melhor, ainda, agendado pelos valores culturais, identitários de seu leitor. Nesse ponto, o jornalista estabelece vínculos da sua acepção do mundo, relacionado ao local, estabelecido pelas relações de cultura e valores locais, construindo, assim, os mapas de significado (SANFELICE, 2018, p. 298).

Ainda que o critério da objetividade siga sendo utilizado por grande parte das maiores empresas de comunicação do Brasil, Rodrigues e outros (2018, p. 175-176) observam que

[...] estudos do jornalismo apontam que a neutralidade é um exercício bastante ingrato para os profissionais dessa área, haja vista que a produção noticiosa se articula em um campo minado por diferentes elementos, dentre os quais pode-se destacar os interesses econômicos das organizações, as expectativas dos anunciantes, influências políticas, implicações da própria realidade e ainda pelas convicções pessoais daquele que é responsável pela composição do relato, o jornalista.

No entanto, Porto (2002, p. 2) garante que as limitações da objetividade já têm sido reconhecidas por pesquisadores, os quais têm feito proposições de conceitos alternativos, como o de enquadramento. Paixão, Theodoro e Leite (2018, p. 174) asseguram que

Guardadas as proporções, o *framing* pode ser entendido como um contraponto à objetividade¹⁶ [...]. O *framing* aponta que as notícias são construídas não com a intenção de retratar um determinado fato com fidelidade, mas considerando apenas determinados aspectos de uma realidade, conforme a intenção de quem produz e o contexto em que esse produtor está inserido.

¹⁶ Segundo esse princípio, os textos jornalísticos devem se orientar por informações objetivas, não subjetivas (PAIXÃO; THEODORO; LEITE, 2018, p. 173).

Neste caso específico, em que estudamos uma mesma temática sob a ótica de dois veículos antagônicos, a análise do enquadramento pode nos auxiliar na identificação de quais quadros os jornalistas de G1 (mídia branca hegemônica) e Mundo Negro (mídia alternativa negra) consideraram mais importantes para criar suas realidades a partir dos aspectos interpretados como os mais significativos pelos canais acerca do caso do furto da bicicleta.

Destacamos que as coberturas da imprensa são construídas por meio de técnicas de comunicação que recorrem de maneira intencional a recursos linguísticos e discursivos e a imagens capazes de sustentar seus pontos de vista. Nas palavras de Sanfelice (2018, p. 623), “[...] as notícias são o resultado de um processo de produção, sendo esse uma percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima [...] num produto [...]”. Daí porque Sanfelice (2018) considera o meio jornalístico uma atividade profissional bastante difícil e complexa, tornando-se um alvo fácil para as críticas. Para Rodrigues e outros (2018, p. 176),

[...] ser jornalista é uma das profissões mais difíceis que existem, pois se refere a um fazer que exige do profissional grande senso de responsabilidade social. Seu labor baseia-se na realidade, matéria-prima do trabalho jornalístico, e no desejo do ser humano pela informação sobre seus pares e sobre o mundo que o rodeia.

Conforme sentença Gonçalves (2005, p. 159), “As notícias produzem um ‘corte’ artificial da realidade que passa, elevando ao estatuto de conhecimentos públicos apenas pequenas partes da multiplicidade de ocorrências do cotidiano social”. Tal fato ocorre porque a angulação a partir da qual o público percebe o fato define o que será visto e o modo como será visto (MARTINO, 2021).

Além do mais, conforme já mencionamos, a seleção, a ênfase, a exclusão e a abordagem que o jornalista faz de alguns aspectos da realidade direcionam a interpretação do assunto. Nesse sentido, Paixão, Theodoro e Leite (2018, p. 170) argumentam que

Em algumas situações, os frames podem ser identificados nos textos por meio das palavras-chaves e imagens estereotipadas, fontes de informação ou frases, que reforçam uma representação particular da realidade, além da omissão de outros elementos que possam sugerir uma perspectiva diferente ou desencadear um sentimento diferente.

Para se entender as maneiras pelas quais os enquadramentos são produzidos, é imprescindível levar em consideração que o jornalismo é uma prática institucionalizada e, como tal, suas notícias tendem a favorecer ideologias hegemônicas, reforçando a manutenção do *status quo* (CARVALHO, 2009). Assim como ocorre nos Estados Unidos, a estrutura midiática do Brasil é comercial; sendo assim, pode-se pensar no posicionamento político-ideológico de empresas jornalísticas e de seus funcionários do ponto de vista dos enquadramentos noticiosos (ARAÚJO, 2017), com grande preocupação com a manutenção de anunciantes. Inclusive, a mídia brasileira adota padrões de *framing* bem semelhantes àqueles da mídia norte-americana (ARAÚJO, 2017).

Andrade e Silva (2021, p. 71) observam, por exemplo, que “[...] os enquadramentos hegemônicos se sobressaem nos textos veiculados pela imprensa porque as fontes [...] que integram a elite simbólica têm mais condições de influenciar e/ou ocupar mais espaços no processo de produção de notícias”. Aliado a esse fato, é preciso ponderar que os espaços (inclusive geográficos) nos quais os jornalistas atuam determinam os fatos que serão noticiados (BUDÓ, 2010).

Tais profissionais (os jornalistas) podem ser considerados, portanto, “[...] construtores do mundo real, que selecionam determinados acontecimentos em detrimento de outros” e decidem quais quadros serão utilizados para “[...] condicionar os leitores em relação ao fato noticiado” (PAIXÃO; THEODORO; LEITE, 2018, p. 171). Porém, vale lembrar que a maneira como uma notícia é construída vai além da rotina jornalística, uma vez que muitos profissionais estão subordinados a questões ideológicas dos grupos hegemônicos, que têm o poder de controlar a mídia (PAIXÃO; THEODORO; LEITE, 2018). Conforme avalia Sanfelice (2018), o trabalho jornalístico sofre influência dos meios que a empresa dispõe, já que o jornalismo também é um negócio e o espaço ocupado pelos anunciantes, como vimos, intervém na produção midiática.

De acordo com Sanfelice (2018, p. 289),

[...] os significados oferecidos e produzidos pelas várias comunicações saíram de instituições cada vez mais globais em seu alcance e em suas sensibilidades e insensibilidades,

interessando-nos, como pesquisadores, compreender esses processos ora estabelecido pelos media, ora deflagrado pelas instituições.

A este respeito, Carvalho (2009, p. 6) ressalta que

A vida em sociedade exige outras interações e elas não podem ser desprezadas como componentes dos modos como acionamos quadros de referência para a interpretação de uma dada situação. E os operadores jornalísticos, além de não escaparem a essa condição, exercem uma atividade profissional que tem dentre as suas especificidades múltiplas dimensões de negociação com uma grande quantidade de sujeitos/atores sociais. Como consequência, produzem significados que são mais complexos do que aqueles a que são constrangidos pelas relações institucionalizadas.

1.3.3 O que está acontecendo aqui?

Para a teoria do enquadramento noticioso, a interpretação de um fato sempre será resultado da resposta a uma pergunta chave: “O que está acontecendo aqui?” (CARVALHO, 2009; MARTINO, 2021; PORTO, 2002). Ou seja, os quadros são ideias organizadoras que fornecem sentidos para os eventos sociais, sugerindo o que está em questão (VIMIEIRO; DANTAS, 2009). Em outras palavras, eles delimitam o assunto, produzindo moldes para os fatos e selecionando quadros da realidade que se transformam em pontos salientes para a interpretação do público. “O *frame* é um traço da narrativa jornalística [...]” (ANTUNES, 2009, p. 96).

Por meio dos quadros, a mídia fabrica a realidade de forma previsível e seguindo um certo padrão, uma vez que o veículo não se adapta ao caso, o caso se adapta ao veículo (SANFELICE, 2018). Esse enquadramento pode ser facilmente encontrado nas construções de notícias no jornalismo (CASTRO; PÔRTO JUNIOR, 2018).

A análise das molduras nos auxilia na determinação de quais fatos foram selecionados como noticiáveis, o que tem início em uma pré-definição que o jornalista tem sobre os locais onde esses fatos podem acontecer, ignorando tudo o que não está inserido nesse espaço (BUDÓ, 2010). Assim, a forma como os jornalistas de G1 e Mundo Negro enquadraram o assunto pode ter tido influência tanto na maneira como a sociedade pensou sobre o tema, quanto sobre como

agiu a respeito dele, além do local onde se deu a ação. Isso porque “[...] os quadros enfatizam um componente específico de um problema e de certa forma influencia os leitores” (OLIVEIRA JÚNIOR; PÔRTO JUNIOR, 2018, p. 167). Importante, contudo, considerar que a abordagem, a seleção, a exclusão e a ênfase sobre questões relacionadas à negritude são, em grande medida, orientadas com base na visão hegemônica, desde o início da construção da cobertura até a publicação da notícia.

Ainda que a análise do enquadramento noticioso se encarregue de estudar os efeitos dos meios de comunicação (ou *media effects*), esse entendimento não significa inferir que

[...] a mídia determina o pensamento dos indivíduos, posto que eles dispõem rotineiramente de meios de reinterpretação pessoal e apropriação específica dos conteúdos midiáticos de acordo com suas inclinações, vivências e capacidades” (ROTHBERG, 2007, n.p.).

Pelo contrário, os enquadramentos aumentam ou diminuem a importância de alguns pontos do assunto abordado, “[...] ativando esquemas que encorajam os públicos-alvo a pensar, sentir e decidir de maneira particular” (ENTMAN, 2007, *apud* ROTHBERG, 2007, n.p.). Rothberg (2007, n.p.) argumenta que

Se a crítica de mídia foca, portanto, o enquadramento do texto analisado, coloca em primeiro plano o que acredita, atualmente, ser um dos efeitos da recepção de matérias jornalísticas, ou seja, a construção de hábitos de pensamento e visões de mundo nos quais certos problemas têm mais proeminência e são explicados de determinadas maneiras, ao passo que outras questões tendem a ganhar menor projeção ou não conseguem ser apreciadas de formas distintas.

Inclusive, Sanfelice (2018) acredita que os enquadramentos sejam formas de processos identitários¹⁷ por meio dos quais a mídia comunica-se com a sociedade. Seguindo esse entendimento, podemos refletir sobre a possibilidade de que, com o passar do tempo, o público comece a pensar de maneira semelhante aos veículos de comunicação, uma vez que é comum a sociedade usar as mensagens midiáticas como parâmetro (PAIXÃO; THEODORO; LEITE, 2018).

¹⁷ De acordo com o autor, “[...] aspectos identitários são elementos discursivos dentro da cobertura dos jornais destacados” (SANFELICE, 2018, p. 337).

Para Sanfelice (2018, p. 337),

[...] a objetivação do discurso não depende somente daquele que o detém, mas também do grau em que o discurso se anuncia ao seu grupo de identidade, isto é, no reconhecimento e na crença que lhes concedem os membros desse grupo. [...] as mídias buscam, por meio de seu discurso, evocar questões identitárias, culturais, de representação, em sua cobertura.

Como abordado, o furto de uma bicicleta elétrica no Leblon foi destaque por várias semanas na mídia nacional. Tal repercussão pode favorecer uma compreensão de acordo com a forma com a qual o fato foi moldado para a audiência dia após dia, pois, levando-se em conta o contexto psicossocial, há grande chance de que a manipulação faça com que a mensagem seja absorvida pelo público da maneira como os jornalistas esperam (SILVA, 2018). “Uma mensagem enquadrada dentro de uma determinada moldura repetida periodicamente faz com que essa moldura deixe de ser parte apenas do meio de comunicação e se transforme na moldura pela qual o público passa a olhar o mundo” (PAIXÃO; THEODORO; LEITE, 2018, p. 172).

Daí que, para ajudar a responder à pergunta chave da análise do enquadramento (*O que está acontecendo aqui?*), precisamos emoldurar o caso estudado, ou seja, estipular os aspectos a partir dos quais serão atribuídos sentidos ao fato (MARTINO, 2021). Isso porque, segundo Castro e Pôrto Junior (2018, p. 30), “[...] existe uma forte relação entre a forma como a mídia enquadra um determinado fato e a seleção de atributos que o público utiliza para construir uma imagem [...]”. No caso do furto do Leblon, por exemplo, vemos claramente, a ênfase em um ou outro ângulo, a depender do veículo que noticia o caso.

Todavia, Antunes (2009, p. 97) alerta para o fato de que a *framing analysis* não pode manter-se presa

[...] à identificação de uma idéia [sic] principal sob pena de produzir um reducionismo na compreensão dos processos pelos quais o sentido se constrói na notícia. Dependendo do recorte, uma mesma matéria pode conter em diferentes passagens várias idéias-chave [sic], no interior do próprio material significativo que a compõe.

Há, assim, o risco de se criar uma etiqueta para a notícia, desconsiderando-se outros elementos que atuam na construção de significados (ANTUNES, 2009).

Martino (2021, p. 101) argumenta que

Isso não significa adotar uma postura relativista (“cada um tem a sua verdade” ou “cada um enxerga o que quer”) e encerrar o assunto. [...] os enquadramentos individuais de uma situação só valem se forem *compartilhados* por outras pessoas – e daí vem sua força.

De certo, o quadro não pode ser reduzido a uma espécie de cartilha que faz com que uma notícia seja produzida ou interpretada de acordo com um tipo de história. O enquadramento é um agrupamento de fatos que constroem uma notícia (ANTUNES, 2009). Por esse viés, entende-se que os enquadramentos só se tornam válidos perante a existência de consenso de outros diante de um fato, já que eles, como construtos sociais, dizem mais dos sentidos compartilhados socialmente do que das disposições individuais dos jornalistas (VIMIEIRO; DANTAS, 2009). Como explica Sanfelice (2018, p. 578), “O frame é construído numa via de mão dupla entre o jornalista e seu público”. Por exemplo, o uso de uma *hashtag* nas redes sociais digitais mostra qual o enquadramento esperado em relação às postagens sobre determinado assunto (MARTINO, 2021). Ou seja, o entendimento de um fato depende do envolvimento mútuo dos participantes, ou seja, da forma como a maior parte dos envolvidos compreende e age naquele instante (MARTINO, 2021).

Vimieiro e Dantas (2009, p. 6) explicam que “[...] as mensagens, em determinados momentos, dizem de escolhas individuais, mas de escolhas que são feitas com base no mundo significativo do qual eles fazem parte e do qual eles participam da construção”. Por essa razão, segundo os autores, os quadros são vistos como esquemas de interpretação que têm como base a cultura.

Antunes (2009) avalia que os diferentes indivíduos interpretam o mundo de acordo com a tipificação das notícias feita pelos jornalistas, isto é, as classificações feitas com base nas práticas jornalísticas. Os jornalistas se baseiam em um acervo de experiências prévias que agem como um ponto de referência. De acordo com o autor,

O jornalista, quando identifica um evento noticiável, mobiliza uma cadeia de percepções, que vão do repertório de sua

experiência individual até as molduras produzidas à escala da sua comunidade interpretativa profissional e àquelas molduras pré-definidas no âmbito do meio em que trabalha (editorias, linha editorial, linguagem do veículo etc.) (ANTUNES, 2009, p. 86).

Situações como o caso de racismo estudado nesta dissertação podem gerar incertezas em algumas pessoas (especialmente nas brancas), por não saberem exatamente qual sentido deve ser atribuído ao fato e como lidar com ele. Nesses momentos, elas podem se agarrar à primeira informação disponível para se sentirem mais seguras, mesmo tendo dúvidas sobre a autenticidade da notícia. “Algumas pessoas talvez prefiram acreditar em um enquadramento questionável a não ter nenhum” (MARTINO, 2021, p. 106).

Podemos dizer que estamos todos sujeitos a considerar algo como verdadeiro somente porque aquilo se encaixa em um de nossos quadros (MARTINO, 2021). Em tempos de *fake news*, essas informações falsas são poderosas não apenas por seu conteúdo, mas pelo fato de encontrarem reverberação em nossos enquadramentos pessoais. Por esse motivo, é comum utilizarmos expressões satisfatórias como “Está vendo? Eu sabia!” ao nos depararmos com informações que sentimos reconhecer (MARTINO, 2021).

Segundo Carvalho (2009, p. 9), quando utilizamos os enquadramentos noticiosos como forma de “[...] nos assegurarmos de que estamos interpretando corretamente uma dada situação, nem sempre nos será possível identificar se aquela cena corresponde a algo verdadeiro”. Oliveira Júnior e Pôrto Junior (2018) explicam que isso acontece porque, em muitas questões de interesse social (como nos casos de racismo), além de as pessoas não serem bem informadas, elas não são cognitivamente ativas, o que faz com que o *frame* tenha forte influência sobre elas.

1.3.4 Teorema de Thomas

Paixão, Theodoro e Leite (2018) coadunam o entendimento de muitos pesquisadores, segundo os quais a produção dos *frames* midiáticos é entendida como elemento decisivo no desenvolvimento de construção de significados para questões de interesse social. Para os autores, “São como operações pelas quais

os jornalistas desenvolvem e fomentam significados aos fatos reportados, ou seja, eles serão entendidos na perspectiva pela qual quem reporta a informação está mostrando” (PAIXÃO; THEODORO; LEITE, 2018, p. 171).

Antunes (2009, p. 92) ressalta que “Quando textos jornalísticos apelam a figuras como do herói, do vilão ou da vítima, ou quando produzem relações de casualidade entre eventos relatados nas notícias, operam no âmbito de esquemas cognitivos”. Dessa forma, o autor afirma haver “[...] uma clara proposição de que a construção jornalística da notícia se dá no escopo dos enquadramentos, que se fazem presentes na matéria e ajudam a compor seu processo de significação e instigam o leitor a perceber a realidade de maneira similar” (ANTUNES, 2009, p. 96).

A isso, convencionou-se denominar Teorema de Thomas¹⁸, que diz: “[...] se as pessoas definem uma situação como real, elas serão reais em suas consequências” (MARTINO, 2021, p. 108). Em outras palavras, a forma como enquadramos uma situação nos faz agir de acordo com esse quadro. Um dos perigos do Teorema de Thomas, especialmente quando envolve a população negra, está no fato de que as consequências dos *framings* são reais (MARTINO, 2021). Outro risco é o não reconhecimento, por parte do público, de profissionais que deliberadamente manipulam ou mesmo falsificam uma personagem e/ou cenário com intenção de “forjar” uma realidade (CARVALHO, 2009).

A esse respeito, Rodrigues e outros (2018, p. 179) fazem uma ressalva: “[...] enquadrar não é forjar situações que não aconteceram, a Teoria do *Framing* trabalha com a perspectiva de que o relato jornalístico é construído a partir de fatos condizentes com a realidade”. As autoras complementam, explicando que o jornalista, produtor da notícia, usa de artifícios “[...] que sobrepõem pedaços de informação em detrimento de outros, ou até mesmo omitem fatos, com o objetivo de chamar a atenção e fixar na memória do receptor aquele detalhe que lhe interessa salientar” (RODRIGUES *et al.*, 2018, p. 179).

Rothberg (2007) afirma que os códigos de ética do jornalismo também podem atuar como pontos de crítica ao enquadramento. Embora o texto mais recente

¹⁸ Criado pelos sociólogos norte-americanos William e Dorothy Thomas, em 1928 (MARTINO, 2021).

do código da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), datado de 2007, não mencione a provisão do pluralismo e do equilíbrio como metas profissionais, o texto defende, em seu artigo quarto, que “O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação” (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS, 2007, n.p.).

Por sua vez, o código de ética da *American Society of Newspaper Editors* (ASNE), criado em 1922 nos Estados Unidos, visa incentivar o jornalismo justo e de princípios. Em seu site¹⁹, a associação elenca suas iniciativas-chave: liderança, inovação, diversidade e inclusão na cobertura e na força de trabalho jornalística.

Segundo Rothberg (2007, n.p.), o código de ética da ASNE apregoa que os jornalistas norte-americanos devem se fazer algumas questões durante a produção de uma reportagem, dentre as quais estão:

1. Quais suposições e visões preconcebidas nós estamos trazendo para a mesa? Como tais visões preconcebidas moldam nossa cobertura noticiosa antes mesmo que nós comecemos a enquadrar a reportagem? 2. Qual é a essência da reportagem? Como deveríamos enquadrar nossa cobertura a fim de perceber onde o assunto começa, as nuances da situação e os significados que as pessoas estão propagando? 3. Como e quem estamos ouvindo? Que vozes devemos cobrir a fim de iluminar a cobertura de notícias e como precisamos nos aprofundar nas muitas dimensões das nossas comunidades para encontrar vozes? [...].

Perguntas como essas, propostas pela ASNE, deveriam ser encorajadas nas redações brasileiras para se buscar compreender a dimensão social que a escolha de um enquadramento noticioso possui.

Tendo em vista a impossibilidade de se conceber que o público irá interpretar a moldura exatamente da forma que foi pensada pelo jornalista (RODRIGUES *et al.*, 2018), Castro e Pôrto Junior (2018) dão indícios de que a maneira como um fato é enquadrado nas notícias pode ter consequências comportamentais mensuráveis. Segundo os autores, “Até o nome atribuído a um assunto pode

¹⁹ <https://bityli.com/XjMdHyd>.

influenciar o destaque de certos pontos de vista e a distribuição da opinião pública” (CASTRO; PÔRTO JUNIOR, 2018, p. 29-30).

Manipular referências na produção de enquadramentos pode levar à criação de uma realidade, e tal fabricação de situações organiza todos os componentes de uma moldura para produzir, de maneira artificial, uma experiência no público (MARTINO, 2021). Sanfelice (2018, p. 218) acredita que “Os frames são eleitos pelos media como um conhecimento prévio dos receptores na construção dinâmica dos significados, baseados nas estruturas sociais reconhecidas por esses”.

Para Martino (2021), porém, os participantes nem sempre se envolvem com os quadros de maneira racional. O autor aborda que o público tem uma ligação afetiva e emocional com determinado momento, que é compreendido e compartilhado pelas pessoas.

Carvalho (2009, p. 9) entende que

As potencialidades de “fabricação” e o fato de os quadros de referência se apresentarem em camadas sobrepostas reforçam a necessidade de que os indivíduos, diante de uma determinada situação, estejam atentos à possibilidade de que os quadros primários por eles acionados não deem conta de uma explicação adequada da cena. A falha, nesse caso, não se refere a uma incapacidade cognitiva relativamente a um repertório de quadros de referência, mas a uma atitude que pode misturar credulidade e ingenuidade, resultando na crença de que todos os componentes da cena estão atuando de forma não enganadora.

Embora não faça parte do escopo desta pesquisa, entendemos a importância de abrir espaço para uma futura discussão acerca das ações que o enquadramento tem no público, já que, conforme avalia Araújo (2007), grande parcela dos estudos analisa a utilização do enquadramento noticioso, mas pouco discutem sobre o impacto da ação dos quadros na cognição do destinatário. Contudo, a maneira como nos apoderamos desse aporte metodológico nesta pesquisa torna-se pertinente, uma vez que os caminhos teóricos traçados até o momento permitem supor sua eficácia (RODRIGUES *et al.*, 2018).

1.4 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

Conforme mencionado anteriormente, utilizamos a ferramenta *Voyant Tools* como apoio para analisar os conjuntos de dados textuais que os dois portais observados construíram sobre o caso estudado. Dentre os diversos recursos oferecidos pelo aplicativo, optamos por selecionar *Termos* e *Cirrus* para a realização da parte empírica desta dissertação. A ferramenta *Termos* mostra as terminologias mais recorrentes organizadas por frequência de repetição, que pode ser ascendente ou descendente; nossa escolha de seleção feita para essa análise foi a descendente. Tal recurso mostra tanto o termo que é repetido quanto o número de vezes em que ocorre a repetição.

Por sua vez, o *Cirrus*, que proporciona uma apresentação da quantidade de repetições de cada palavra na forma de nuvens de palavras, foi utilizado somente com a finalidade de demonstração visual. Haja vista a possibilidade de escolha de quantos termos serão apresentados na nuvem (por padrão, o *Voyant Tools* retorna 55 palavras), nossa preferência foi por configurar em 25.

Na fase um desta pesquisa empírica, separamos as 11 notícias do G1 das quatro do Mundo Negro para realizar o processamento da amostra. Dessa forma, carregamos o *Voyant Tools* com um compilado das matérias do G1, criando um extenso bloco de texto único. A operação foi repetida para as notícias do Mundo Negro, em outro momento. A partir desse procedimento, levantamos os três termos²⁰ mais recorrentes em cada uma das unidades de observação para formar uma nuvem de palavras, que nos serviu para indicar, de maneira preliminar, os principais assuntos abordados pelos portais analisados.

Na sequência, a fase dois consistiu na realização de um processo de repetidas leituras de todas as notícias, com os objetivos de incluir os três elementos mais citados em seu contexto de uso nos portais, visando verificar as construções jornalísticas em sua completude, e nos atentar para outras modalidades discursivas utilizadas pelos jornalistas (grifos, retrancas, legendas, fotografias ou

²⁰ Como “Toda análise exige critérios de exclusão de palavras que não são importantes para os objetivos de cada pesquisa” (CANABARRO, 2021, p. 140), optamos por remover determinados verbos, artigos, preposições e pronomes, como a; ao; aos; com; da; de; disse; do; e; em; entre; essa; esse; esta; este; foi; na; no; não; o; para; pela; pelas; pelo; pelos; por; que; se; um; uma; é; ele; ela; eles; e elas. Todos esses termos foram adicionados à lista de *stopwords* contida no *Voyant Tools*.

vídeos). As análises foram feitas separadamente e, por fim, confrontamos os resultados com nossa base de fundamentação teórica apresentada nos capítulos de 2 a 4 desta pesquisa.

A terceira fase foi correlacionar os aspectos coletados no *Voyant Tools* e nas leituras das notícias com o paradigma do enquadramento noticioso. Os procedimentos de análise dessa parte da pesquisa estão fundamentados em trabalhos anteriores postulados por Araújo (2019) e Rothberg (2007).

A correlação foi feita considerando-se a abordagem, a seleção, a exclusão e a ênfase que os jornalistas de G1 e Mundo Negro deram aos textos. A identificação se deu com base nos quesitos ilustrados no Quadro 1, cujas categorias são utilizadas para os enquadramentos analisados no capítulo 5.

Quadro 1 – Análise dos enquadramentos

Categorias	Descrição da categoria
Abordagem	Tipo de abordagem utilizada na matéria: explicativa, denunciativa ou crítica
Seleção	Dados apresentados pelo texto, como assunto ou tema principal
Exclusão	Informações que deveriam estar presentes para atendimento dos critérios de pluralidade e equilíbrio
Ênfase	Identificação de elementos que se destacam, seja porque são ressaltados em títulos, subtítulos, fotografias, entre outros, e auxiliam na determinação da publicação como favorável ou desfavorável à negritude

Fonte: Produzido pela autora, com base em Araújo (2019) e Rothberg (2007).

A partir da análise das abordagens encontradas nas notícias do G1 e do Mundo Negro, foi possível identificar a prevalência de uma ou outra categoria, o que nos auxiliou a determinar a maneira que prevalece, em cada portal, a apresentação de sua cobertura sobre o caso.

As categorias seleção e exclusão nos proporcionaram avaliar qual a temática principal escolhida em cada um dos veículos e, por outro lado, qual assunto foi deixado de lado ou teve menos importância na construção da cobertura de cada portal.

Para analisar os enquadramentos realizados pelos portais, também foram identificados quais elementos tiveram maior destaque. Nesta última parte da fase três, que analisa a ênfase das notícias do *corpus*, optamos por traçar um paralelo entre o enquadramento noticioso construído pelos dois veículos por meio da

seleção de matérias cujas pautas fossem semelhantes, excluindo-se, portanto, notícias sem correspondência direta. A base para o espelhamento foi o total das publicações sobre o caso no portal Mundo Negro, isso é, quatro matérias; assim, optamos por buscar no G1 notícias assemelhadas (mesma pauta) àquelas publicadas pelo canal Mundo Negro, para, então, traçar um paralelo. As manchetes semelhantes foram divididas em duplas, formando quatro blocos (A, B, C e D) de análises.

Para análise da ênfase, mantivemos o foco somente nas manchetes, uma vez que, segundo Corrêa (1999, p. 66), o título comumente “[...] representa um resumo do resumo do texto”. Para o autor, os tipos de títulos conhecidos como canônicos (como os que serão analisados nessa dissertação) são aqueles que “[...] exercem um papel fundamental no processamento de informações expressas nos textos jornalísticos antes, durante e depois da leitura do texto em si” (CORRÊA, 1999, p. 66).

Redigido depois do texto,

[...], o título desempenha, no processo de leitura, uma função eminentemente catafórica e, assim, exerce grande influência sobre o leitor, na medida em que funciona como estímulo ou desestímulo à leitura. O título desempenha, dessa forma, uma importante função argumentativa, pois constitui uma estratégia a serviço das intenções do enunciador que pretende influir sobre o leitor, interessá-lo e convencê-lo, numa situação real de interlocução (CORACINI, 1989, *apud* CORRÊA, 1999, p. 65).

Para van Dijk (2018, p. 13), “[...] notícias na imprensa sempre têm manchetes desempenhando ou não um papel na reprodução de preconceitos étnicos”. Portanto, e tendo em vista a importância das manchetes na construção do quadro interpretativo geral e sua implicação na ênfase das publicações, a análise da ênfase baseou-se na observação das oito manchetes que compõem o *corpus*.

Diante dessa exposição metodológica, passamos agora aos capítulos que trazem as discussões teóricas norteadoras do caminho que nos guiaram até o alcance das respostas para as provocações e inquietações incitadas ao longo da produção desta pesquisa.

2 DE ONDE VEM O HOJE: CONCEITUALIZAÇÕES SOBRE NEGRITUDE IMPORTAM

“Historicizar os termos em que se formulam os debates é já uma forma de acesso aos combates, aos conflitos e lutas que atravessam os discursos e as coisas.” (Jesús Martín-Barbero, 1997, p. 21).

A importância deste capítulo está em conceitualizar termos históricos, contextualizando-os a fim de trazer luz às intrínsecas relações entre passado e presente.

2.1 RAÇA

Noble (2018) entende a raça como algo socialmente construído e constituído de maneira mútua por meio de processos históricos, sociopolíticos e econômicos. Raça é, então, um conceito relacional e histórico, uma vez que a história das raças está ligada à história da constituição político-econômica da sociedade contemporânea (ALMEIDA, 2019).

Para alguns estudiosos, etimologicamente, o conceito de raça vem do italiano *razza* (MUNANGA, 2003). Para outros, a origem está no latim, cuja palavra *radix* remete a tronco, raiz (PORTAL GELEDÉS, 2012), dado que talvez explique o porquê de a palavra ter sido inicialmente utilizada nas Ciências Biológicas como meio de classificação de animais e vegetais. Porém, muitos entendem que a raça não pode ser utilizada como critério para classificar os seres vivos, porque não há comprovação científica sobre essa hipótese biológica (MOREIRA, 2020).

Indo por outro caminho, há autores para os quais a raça é uma “[...] categoria jurídica necessária para a classificação dos indivíduos em certos contextos por ser um parâmetro efetivo para a medição das desigualdades sociais” (MOREIRA, 2020, p. 39-40). Da mesma forma, há aqueles que descrevem a raça como uma construção social, que tem seu significado alterado ao longo do tempo, possibilitando a criação e a mudança de identidades raciais (MOREIRA, 2020). Diangelo (2018, p. 41), por exemplo, identifica a raça dessa forma e explica que

a inclusão de indivíduos na categoria de brancos sofre alteração ao longo do tempo. A socióloga lembra que grupos europeus, como irlandeses e italianos, eram excluídos dessa categoria no passado.

A raça também é entendida como uma representação cultural que estrutura relações de poder dentro de uma sociedade (MOREIRA, 2020). Para Moreira (2020, p. 44),

[...] ela pode ser utilizada para a legitimação de normas legais que tratam indivíduos de forma arbitrária ou pode permanecer invisível em sociedades nas quais privilégios raciais sistemáticos tornam a discriminação direta uma forma obsoleta de manutenção de hierarquias entre negros e brancos. Aqueles grupos que possuem poder político e econômico criam sentidos culturais que os permitem atribuir valores a certos traços a partir das quais identidades e lugares sociais são instituídos.

Uma vez que a raça pode ser entendida como uma hierarquia sociocultural e que categorizar pessoas por meio de raças faz parte da tecitura social ou da posição esculpida nesta hierarquia racial (TREITLER, *apud* NOBLE, 2018), entende-se o porquê de não ser permitido a um indivíduo não ter raça em uma sociedade racializada.

2.1.1 Classificação racial

Foi na Idade Medieval que raça passou a designar ascendência, remetendo a um grupo de indivíduos com a ancestralidade e algumas características físicas em comum, sendo, no início, a cor da pele um critério principal para efetivamente se dividir a humanidade entre as raças branca, preta e amarela (MUNANGA, acesso em 29 jun. 2022). Na França dos séculos 16 e 17, a palavra raça passou a identificar as relações entre as classes sociais. Com isso, o conceito de raças “puras” passou a validar as relações de dominância e sujeição entre nobres e plebeus, ainda que não existissem diferenças moro-biológicas entre os ocupantes dessas classes (MUNANGA, acesso em 29 jun. 2022).

Seja qual for a origem do termo, sabe-se que a primeira classificação racial das pessoas foi feita em 1684 pelo médico e antropólogo francês François Bernier, na publicação *Nouvelle division de la terre par les différents espèces ou races*

*qui lhabitent*²¹. O texto empregava, pela primeira vez, a palavra raça em seu sentido moderno, buscando classificar a variedade humana em núcleos fisicamente diferentes, chamados de raças. (MUNANGA, acesso em 29 jun. 2022; SANTOS *et al.*, 2010).

Munanga (acesso em 29 jun. 2022) não vê problema em classificar os indivíduos segundo a grande variabilidade de características físicas (considerada por ele como “inegável”), uma vez que a divisão de pessoas em grupos assemelhados contribui para a ordem do pensamento e do saber científico. Contudo, destaca que tal rotulação foi cunhada por brancos europeus com o intuito de classificar hierarquicamente, criando uma escala de valor entre as raças, na qual havia uma (branca) superior à outra (não branca).

Interessante notar que muitos brancos não se enxergam em termos raciais, uma vez que, entre eles, há a consciência de que, se a raça de alguém tem importância e pode ser discutida, será a não branca (DIANGELO, 2018). “Os brancos são ‘simplesmente pessoas!’ – nossa raça raramente é, se é que é alguma vez, nomeada”, analisa Diangelo (2018, p. 82).

A branquitude se baseia em uma premissa fundadora: a definição dos brancos como a norma ou o padrão do humano e das pessoas de cor como um desvio dessa norma. A branquitude não é reconhecida pelos brancos, e o ponto de referência branco é presumido como universal e imposto a todos (DIANGELO, 2018, p. 49).

Dessa forma, como sugere Diangelo (2018), é importante nomear a branquitude, ou, no mínimo, sugerir uma significação para ela, apresentando suas vantagens indevidas. Para a autora, essa atitude será desconcertante e desestabilizadora para os brancos, que responderão por meio de respostas defensivas.

A mídia branca hegemônica naturaliza o racismo, infiltrando-o por meio de palavras e terminologias selecionadas, especialmente nos quadros da editoria de polícia (REIS, 2018). Assim, personagens negras são frequentemente nomeadas como tal, de forma explícita, enquanto as brancas raramente são racializadas, mostrando que pessoas brancas não costumam ser localizadas no

²¹ Nova divisão da terra pelas diferentes espécies ou raças que a habitam (SANTOS *et al.*, 2010).

campo das interações raciais. Depreendemos daí que, quando o jornalista da mídia branca hegemônica não necessita de algo em perspectiva negra, não há necessidade de racializar, o que reforça a ideia de que os brancos são simplesmente humanos e que os negros são tipos específicos (portanto, racializáveis) de indivíduos (DIANGELO, 2018).

Dessa forma, Diangelo (2018) entende que há um contrato racial subentendido (e algumas vezes explícito) entre pessoas brancas que promove e mantém o ideal da branquitude sobre os indivíduos negros.

Esse contrato racial tácito, na visão de Diangelo (2018), é um dos responsáveis por fazer com que crianças sejam ensinadas que não se deve falar abertamente sobre raça. De modo contrário, elas aprendem a fingir não perceber características físicas que definem algumas pessoas mais ou menos valorizadas do que outras (DIANGELO, 2018).

Tais lições manifestam-se posteriormente na vida, quando adultos brancos baixam a voz antes de nomear a raça de alguém que não é branco (especialmente se a raça a ser nomeada seja a *negra*), como se a negritude fosse vergonhosa ou como se a simples palavra fosse insultuosa. Se a isso acrescentarmos todos os comentários que fazemos privadamente sobre pessoas de cor [...] podemos começar a reconhecer como as crianças brancas aprendem a conviver com outras raças (DIANGELO, 2018, p. 63).

2.1.2 Teoria do determinismo racial

Nascimento (1978) lembra que, em geral, a ciência tratou de louvar a superioridade do branco e a inferioridade do negro por meio da Antropologia, da História, da Etnologia e da Medicina, contribuindo para edificar a ideologia e institucionalizar o racismo com fundamentos “científicos”. Ou, como prefere Almeida (2019, p. 136), “[...] discurso pseudocientífico do darwinismo social [...]”.

Foram cientistas europeus, inclusive, os responsáveis pelo surgimento da teoria do determinismo racial, no século XIX, segundo a qual características físicas, caráter e comportamentos individuais eram determinados pela raça (VIDOR, 2015). Essa teoria, aliada a outras teorias biológicas ou à teoria geográfica, buscava nas diferenças físicas existentes entre as pessoas, como estrutura

craniana, formato do nariz, do queixo e dos lábios e ângulo facial, provas de uma suposta existência de espécies distintas (JACQUES, 2020).

Nas Américas, Diangelo (2018) afirma que foi Thomas Jefferson, terceiro presidente dos Estados Unidos, o responsável por sugerir que havia diferenças naturais entre as raças, solicitando, então, que os cientistas as descobrissem. Para ele e outros que pensavam como ele, “Se a ciência conseguisse provar que os negros eram natural e inerentemente inferiores [...], deixaria de haver contradição entre nossos ideais professados e nossas práticas sociais” (DIANGELO, 2018, p. 39). Assim, inspirados no trabalho anterior realizado pelos europeus,

[...] os cientistas americanos começaram a pesquisar a resposta para a pretensa inferioridade dos grupos não anglos. [...] esses cientistas não perguntavam: “os negros (e os demais) são inferiores?”. Eles perguntavam: “Por que os negros (e os demais) são inferiores?” Em menos de um século, a sugestão de Jefferson da diferença racial tornou-se comumente aceita como “fato” científico (DIANGELO, 2018, p. 39).

Como exemplo de tais diferenças físicas, o crânio alongado era entendido como uma característica dos brancos, enquanto o crânio arredondado era considerado atributo físico de negros e amarelos (MUNANGA, 2003). A tese de Freyre (2003) é a de que atributos físicos, como a forma do crânio, eram utilizados para vincular a inferioridade do negro em atividades intelectuais e técnicas, aptidões que seriam congênitas. Essa ideia da inferioridade racial surgiu como justificativa para o tratamento desigual entre brancos e negros e não o contrário. Ou seja, a crença na inferioridade do indivíduo negro não foi o que desencadeou as maneiras desiguais no tratamento (DIANGELO, 2018).

Almeida (2019) observa que, a partir desse tipo de pensamento, identificado como racismo científico²², a pele não branca e o clima tropical eram utilizados como resposta ao comportamento imoral, lascivo, violento e pela indicação de pouca inteligência desses povos. Para Sueli Carneiro (2011, p. 15-16),

Uma das heranças da escravidão foi o racismo científico do século XIX, que dotou de suposta cientificidade a divisão da

²² Produzido na Europa, o racismo científico foi “[...] apropriado e assimilado no Brasil a partir do século 19 [...]” (MOURA, 2017, p. 71).

humanidade em raças e estabeleceu hierarquia entre elas, conferindo-lhe estatuto de superioridade ou inferioridade naturais. Dessas ideias decorreram e se reproduzem as conhecidas desigualdades sociais que vêm sendo amplamente divulgadas nos últimos anos no Brasil.

Sendo a raça socialmente construída, as dissemelhanças físicas detectadas entre as pessoas, como textura dos cabelos e formato do nariz, por exemplo, são superficiais e surgiram das especificidades adaptativas, de acordo com os espaços geográficos, ainda que seja forte a convicção de que as diferenças associadas às raças tenham relação com a Biologia (DIANGELO, 2018).

A palavra em inglês *race* tem o mesmo sentido que o termo brasileiro “cor” e expressa a combinação de características físicas, como cor da pele, formatos dos lábios e do nariz, tipo do cabelo, considerando-se que aspectos relacionados ao corpo negro têm, normalmente, conotações negativas (TELLES, 2003). Para Sodré (1999), a hegemonia da cor branca é extraída do fato de que o indivíduo branco, seja ele rico ou pobre, deixa presente na totalidade de sua realidade a chance de exercer a dominação. Assim como o termo raça, no Brasil, a cor de um indivíduo está impregnada de conotações sobre o valor e o *status*, que são comumente relacionados às ideologias raciais ao redor do mundo.

Essa classificação da raça branca como superior já era vista há mais de 2.500 anos, quando o médico grego Hipócrates classificava as pessoas de pele escura como covardes, em detrimento daquelas de pele clara, vistos como valentes (MEDIIVILLA, 2016). O antropólogo Kabengele Munanga (acesso em 29 jun. 2022) ressalta que

[...] os indivíduos da raça “branca”, foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e conseqüentemente [sic] mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra, mais escura de todas e conseqüentemente [sic] considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e portanto a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação.

Dito de outra maneira, a classificação racial dos seres humanos serviria mais como ferramenta do colonialismo europeu para submissão e posterior destruição de povos nativos de regiões como África e Ásia do que propriamente para o conhecimento científico (ALMEIDA, 2019).

Somente após o desenvolvimento da genética e da biologia molecular (na segunda metade do século XX) é que se comprovou não existir diferenças entre os seres humanos, do ponto de vista biológico, que pudessem justificar a classificação por raças (MUNANGA, acesso em 29 jun. 2022). Pela ótica da ciência, fenótipos diferentes são características insuficientes para sentenciar que uma pessoa é de uma espécie diferente, já que “[...] a pequena porcentagem de genes que se distinguem (responsáveis pela aparência física ou pela cor da pele, por exemplo) não justifica a classificação da sociedade em raças” (JERÔNIMO, 2021, p. 118). Aliás, estudos recentes sobre genética realizados ao redor do mundo (inclusive no Brasil) concluem que, biologicamente, somos todos mestiços, podendo ser separados entre mestiços mais claros ou mais escuros (FIGUEIREDO; GROSGOUEL, 2009).

Conforme explica Appiah (1997, *apud* PEREIRA, 2010), essa ligação do racismo às características hereditárias é uma visão típica do racialismo, termo segundo o qual os descendentes adquirem informações genéticas dos antepassados. Tais informações permitem que esses descendentes sejam divididos em um pequeno grupo de raças, de forma que todos os membros compartilhem entre si características que não são comuns com pessoas de nenhuma outra raça. “O racialismo, então, [...] está no cerne das tentativas do século XIX de desenvolver uma ciência da diferença racial, mas parece ter despertado também a crença de outros [...] que não tinham nenhum interesse em elaborar teorias científicas” (APPIAH, 1977, *apud* PEREIRA, 2010, p. 34).

Progressos nas pesquisas na área de Genética Humana, alcançados no decorrer do século XX, deram conta de que critérios químicos ligados ao sangue são mais determinantes do que a aparência física para dividir os homens em raças. Percebeu-se que grupos sanguíneos e algumas doenças hereditárias, por exemplo, eram localizados com maior incidência em algumas raças do que em outras. Tal conclusão configura o que passou a ser chamado de marcador genético (MUNANGA, 2003).

Inclusive, Salvador Macip, diretor do laboratório de investigação dos mecanismos do câncer e do envelhecimento da Universidade de Leicester, na Inglaterra, explica que há certo receio em explorar as diferenças entre as raças, uma vez que tais pesquisas podem fomentar o racismo, ainda que não haja nenhuma pesquisa que tenha encontrado diferenças intelectuais entre as raças (MEDIIVILLA, 2016).

Dessa forma, a raça passou a ser entendida como um conceito que se refere aos diversos grupos sociais, não exatamente à natureza biológica dos indivíduos. Em 2016, quatro cientistas publicaram na revista de divulgação científica norte-americana *Science* um artigo²³ no qual argumentam que o conceito de raça como meio para se entender a diversidade genética do ser humano deve ser superada (MEDIIVILLA, 2016). Segundo eles, a utilização do conceito biológico de raça na pesquisa genética humana é, na melhor das hipóteses, problemática e, na pior, nociva – posição deferida também por Almeida (2019, n.p.), segundo o qual “[...] a raça é um elemento *essencialmente* político, sem qualquer sentido fora do âmbito socioantropológico”.

Indo no mesmo caminho, Bove (2020) observa que o conceito de raça é inconsistente devido, principalmente, a nunca ter havido uma classificação inequívoca dos parâmetros utilizados. Esse fato deu margem para se catalogar de duas a 63 raças humanas ao longo da história e, dessa forma, a terminologia adotada atualmente é ancestralidade, aludindo às características herdadas dos ancestrais pelos descendentes (BOVE, 2020).

2.1.3 Então, por que ainda estudar raça?

Atualmente sem validade no campo das Ciências Naturais, o conceito de raça estabeleceu-se como uma ideia das Ciências Sociais, sendo utilizada para pesquisar, debater e criticar as desigualdades raciais existentes na sociedade (MUNANGA, acesso em 29 jun. 2022). Sodré (1999, p. 194) reforça que

²³ O artigo *Taking race out of human genetic* pode ser visualizado em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.aac4951>.

Falar-se de raça só é admissível como noção culturalmente (e jamais biologicamente) marcada, donde a possibilidade da 'relação racial', isto é, aquela caracterizada por dissimetria nas relações hierárquicas e simbólicas entre seres humanos em virtude de diferenças fenotípicas.

Essa invalidação, contudo, não quer dizer que todos os seres humanos sejam iguais do ponto de vista genético, pois, como dito, ainda que a genética seja diferente, tais discrepâncias não são suficientes para que seja feita a classificação em raças (MUNANGA, 2003). Além disso, segundo Freyre (2003, p. 379), "O depoimento dos antropólogos revela-nos no grupo negro traços de capacidade mental em nada inferior à das outras raças: 'considerável iniciativa pessoal, talento de organização, poder de imaginação, aptidão técnica e econômica [...]'".

A raça segue como um ponto socialmente considerável para se analisar a forma como os sujeitos são alocados na estrutura de classes (LOPES, 2021), a ponto de Jerônimo (2021) sentenciar que raça, no Brasil, segue tendo grande relevância. Especialmente sob a perspectiva negra, esta sentença faz sentido se considerarmos o relato da socióloga e instrutora de diversidade em ambientes de trabalho Robin Diangelo (2018, p. 79), mulher branca:

Pelo fato de eu não ter sido socializada para me ver ou ser vista pelos outros brancos em termos raciais, não carrego o peso psíquico da raça; não preciso me preocupar com o modo como os outros se sentem a respeito da minha raça. Nem preciso me preocupar com a possibilidade de minha raça ser usada contra mim.

Além da importância de se caracterizar a branquitude como um traço da personalidade das pessoas brancas, é imprescindível que se lembre sempre de que é uma raça marcada por privilégios que foram sedimentados tendo como base a opressão de outros indivíduos sociais (RIBEIRO, 2019).

A despeito dos mais de cem termos²⁴ utilizados pelos brasileiros para definir a cor da pele (TELLES, 2003), o que sempre foi adotado no Brasil foi a

²⁴ Carneiro (2011) cita algumas variantes do moreno, como moreno-claro, moreno-bombom e moreno-jambo.

classificação em negros, mulatos (mistura de branco com negro), mamelucos (mistura de branco com indígena) e cafuzos (mistura entre negro e indígena) (SODRÉ, 1999).

De acordo com Noble (2018, p. 39-40, tradução nossa), as pessoas que se “diferenciam” pela raça são “marcadas” como desviantes “[...] em relação ao humano universal [...], enquanto outros tentam ‘não ver cor’ em uma busca pela cegueira racial destinada ao fracasso”. A autora entende que a raça está estruturada em cada aspecto do trabalho, da cultura e da produção do conhecimento e analisa que, para entender as representações da raça em um meio como a internet (caso deste estudo),

[...] é necessário recorrer a pesquisas sobre como a raça é constituída como uma hierarquia social, econômica e política baseada em categorias raciais, como pessoas são racializadas, como isso pode mudar ao longo do tempo sem muita interrupção na ordem hierárquica e como a identidade branca [...] funciona como uma “norma” invisível ou uma ausência de características a partir da qual todas as outras identidades se tornam aberrantes (NOBLE, 2018, p. 44, tradução nossa).

Daí a importância de o estudo da raça seguir operante: buscar entender o porquê de o termo ainda ser utilizado visando à naturalização de desigualdades e à legitimação da segregação e do genocídio de maiorias minorizadas, como os negros (ALMEIDA, 2019). Sobre essa legitimação, Diangelo (2018) considera que a ausência de negros na vida de pessoas brancas não ser vista como uma perda real é a mais profunda mensagem de segregação racial.

A despeito daqueles que dizem não enxergar cor; do discurso recorrente de que grupos sociais não importam; que raça é uma só (a humana); e que todas as pessoas são vistas como iguais, sabemos que, no Brasil, ser branco (assim como definido pela cultura hegemônica) não é o mesmo que ser negro. Por isso, Ribeiro (2019, p. 30) explica a importância de tirar a cultura negra da invisibilidade:

[...] frases como “eu não vejo cor” não ajudam. O problema não é a cor, mas seu uso como justificativa para segregar e oprimir. Vejam cores, somos diversos e não há nada de errado nisso – se vivemos relações raciais, é preciso falar sobre negritude e também sobre branquitude.

Esse senso comum de “não enxergar cor” é denominado por Bell Hooks (2019) como “apagamento racial”. É “[...] a ideia sentimental [...] de que o racismo deixaria de existir se todos esquecessem a raça e apenas vissem uns aos outros como seres humanos iguais” (HOOKS, 2019, p. 39). Hooks (2019) assegura que, geralmente, pessoas brancas reagem incrédulas quando negros identificam o “ser branco” como símbolo de privilégio e destacam a diferença entre as raças branca e negra. Segundo a ativista, a raiva deles surge porque eles são convencidos de que “[...] todas as formas de olhar que destacam a diferença subvertem a crença liberal em uma subjetividade universal (nós somos todos apenas pessoas) que eles pensam que fará o racismo desaparecer” (HOOKS, 2019, p. 220).

Segundo Diangelo (2018), o sentimento de superioridade está tão profundamente internalizado nas pessoas brancas que uma simples sugestão de que ser branco possui significado sociocultural tem como resultado o disparo de variadas respostas defensivas. A autora assegura que um dos maiores medos de uma pessoa branca é ouvir que algo que ela tenha dito ou feito é racialmente problemático, processo que ela denomina de fragilidade branca.

Há, entre os brancos, um enraizado investimento emocional nesse “[...] mito da ‘homogeneidade’, mesmo quando suas ações refletem o poderio da branquitude como elemento que influencia quem são e como pensam” (HOOKS, 2019, p. 220). Isso porque as explicações para que o elemento raça se mantenha como fator de inferiorização dos negros são somente modificadas, porém nunca são completamente eliminadas (VIEIRA, 2021). Conforme apregoa o teórico e antropólogo Stuart Hall (2003, p. 41), “A raça permanece, apesar de tudo, o segredo culposos, o código oculto, o trauma indizível [...]”.

2.2 RACISMO

Para Munanga (2003, n.p.), o ato de classificar serve como ferramenta para operacionalizar o pensamento e, nesse sentido, o conceito clássico de raça e a classificação dos seres vivos com base nela teriam cumprido a função, em um primeiro momento. Porém, conforme apresentado no tópico anterior, com o passar do tempo, foi instaurada uma movimentação visando à hierarquização,

pavimentando o caminho do racismo (MUNANGA, 2003) e culminando no racismo.

Para Ribeiro (2019), falar sobre racismo no Brasil é levantar um debate sobre a estrutura social, sendo fundamental trazer o ponto de vista histórico. Enquanto conceito e realidade, o racismo foi criado em 1920 (MUNANGA, 2003) e, assim como a raça, agrega uma variedade de denominações, o que, por vezes, levanta obstáculos para o seu entendimento. Alguns estudiosos, como Moreira (2020, p. 38), o entendem “[...] como um ato ou uma fala de caráter discriminatório baseados no pressuposto de que todos os membros de uma minoria racial possuem os mesmos traços [...] classificados como inferiores”.

De forma semelhante, Munanga (2003, n.p.) vê o racismo como “[...] uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural”. Em sua análise, Munanga (2003) afirma que uma pessoa racista segue vendo a raça da maneira clássica: como um grupo social com traços (físicos, culturais, religiosos, geográficos etc.) que ela considera inferiores ao grupo do qual faz parte.

O pesquisador Adilson Moreira (2020) argumenta que o racismo surge como um ato intencional e arbitrário de uma pessoa em relação à outra e que tal atitude se baseia em juízos negativos a respeito de indivíduos do outro grupo racial. Sobre isso, a filósofa e ativista antirracista Sueli Carneiro (2004) ressalta que, dentre as características do racismo, está a forma como ele aprisiona o outro racial em imagens fixas e cheias de clichês, enquanto aos racialmente hegemônicos fica reservado o privilégio de serem representados de maneira diversa.

Por seu turno, Almeida (2019, p. 23) define o racismo como “[...] uma forma sistêmica de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo ao qual pertençam”. Sodré (1999, p. 80) corrobora essa visão ao argumentar que o racismo faz referência à segregação a partir da raça, ao que o autor denomina racismo de dominação, ou ao racialismo,

[...] que redundando no racismo de exclusão. Este último é sempre vantajoso para as elites dirigentes e suas afinidades de classe, porque elementos etnoculturais como cor da pele, parentesco e educação formal alimentam a hierarquização social garantida pela desigualdade econômica.

Assim que, enquanto a raça tem sido uma questão da cultura negra ao longo da história, o racismo se mostra como um peso para os negros (DIANGELO, 2018), já que, como vimos, o racismo decorre, em parte, de representações estereotipadas disseminadas e transformadas em características universais (VIEIRA, 2021). O relato pessoal de Diangelo (2018, p. 80) apresenta a diferença entre o peso do racismo para brancos e negros:

Enquanto meu dia transcorre, o racismo simplesmente não é um problema para mim. Embora eu tenha consciência de que a raça foi usada injustamente contra as pessoas de cor, não fui ensinada a ver esse problema como responsabilidade minha. [...] Essa isenção de responsabilidade me confere um nível de relaxamento racial e de espaço emocional e intelectual de que as pessoas de cor não podem dispor enquanto seu dia transcorre.

Do exposto, entende-se a intrínseca relação entre racismo e raça, sendo esta a base do sistema de discriminação daquele. Ou seja, a prática do racismo está associada ao conceito de raça, uma vez que o racismo opera inferiorizando determinados grupos raciais e naturalizando desigualdades sociais (LOPES, 2021). Daí que, para fins deste trabalho, adotaremos, preferencialmente, a definição de Diangelo (2018, p. 48, aspas da autora), para quem o racismo é “um sistema de vantagens baseado na raça”. Tais vantagens são “[...] referidas como privilégio branco, um conceito sociológico decorrente das vantagens consideradas normais pelos brancos, mas que não podem ser similarmente desfrutadas pelas pessoas de cor no mesmo contexto [...]” (DIANGELO, 2018, p. 48).

2.2.1 Racismo e poder

Uma vez que o racismo extrapola a esfera da ação individual, as instituições passam a ser vistas como racistas porque a sociedade viabiliza a reprodução

sistemática de práticas racistas na política, na economia e na legislação (ALMEIDA, 2019). Dessa forma, o racismo é estrutural por se tratar de

[...] uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. [...] Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção (ALMEIDA, 2019, p. 35).

Souza (2021, n.p.) sustenta que virou moda entre os brasileiros usar a expressão “racismo estrutural” como “[...] uma espécie de palavra-chave que supostamente abriria todas as portas do ‘segredo’ do racismo”. Segundo o autor, trata-se de uma estratégia antiga utilizada por pessoas que não entendem muito sobre o assunto, mas querem passar a falsa impressão de que são profundas conhecedoras do tema – bastando, para isso, usar o adjetivo “estrutural”. “[...] quando lidamos com um fenômeno social e confundimos nomear com explicar, atribuindo um poder mágico à mera palavra, a confusão e a frustração são inevitáveis” (SOUZA, 2021, n.p.).

Atual Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil, Silvio de Almeida²⁵ já indicava esse pensamento ponto ao elucidar que a utilização do termo “estrutura” não quer dizer que “[...] o racismo seja uma condição incontornável e que ações e políticas institucionais antirracistas sejam inúteis” (ALMEIDA, 2019, p. 35) ou que pessoas que cometam ações discriminatórias não devam ser responsabilizadas pessoalmente. “Pelo contrário: entender que o racismo é estrutural, e não um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo, nos torna ainda mais responsáveis pelo combate ao racismo e aos racistas” (ALMEIDA, 2019, p. 35).

Para o pesquisador holandês Teun van Dijk (2018), mesmo que o racismo seja, com frequência, reduzido à ideologia racista, ele deve ser entendido como um sistema social de dominação complexo e da desigualdade decorrente deste, que se fundamenta racialmente. Isso porque o poder dos grupos dominantes pode

²⁵ Silvio de Almeida é considerado por Souza (2021, n.p.) “[...] um dos maiores divulgadores do tema racismo estrutural entre nós [...]”.

ser colocado em prática por meio de leis, normas, hábitos e por consensos gerais, dando forma à hegemonia (VAN DIJK, 2001). E, de acordo com o pesquisador, o racismo é um exemplo característico dessa hegemonia.

Diangelo (2018, p. 46) ressalta que são os brancos que “[...] detêm as posições públicas e institucionais na sociedade para imprimir seu preconceito racial nas leis, nas políticas, nas práticas e nas normas sociais [...]”, de uma maneira que os negros não podem fazer. Para exemplificar, a autora acrescenta que uma pessoa negra pode se recusar a atender um indivíduo branco que entra numa loja, mas não pode aprovar uma legislação que proíba pessoas brancas de se matricular em uma determinada escola (DIANGELO, 2018).

O regime do *apartheid*, que foi implantado na África do Sul em 1948 e perdurou até 1994, exemplifica essa questão. O *apartheid* foi uma política racial oficial que tinha como objetivo promover um desenvolvimento separado entre as pessoas, com base nas diferenças raciais do povo sul-africano (MUNANGA, 2003), criando um estado de negação de direitos aos negros.

2.2.2 Racismo, preconceito e discriminação

Embora seja inegável a relação entre os conceitos de racismo, discriminação e preconceito raciais, Almeida (2019, p. 22) explica que o preconceito é “[...] o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias”. Ratificando Almeida, Diangelo (2018, p. 43) entende o preconceito como “[...] o prejulgamento de outra pessoa com base nos grupos sociais aos quais ela pertença [...]”, consistindo, portanto, em pensamentos que incluem “[...] estereótipos, atitudes e generalizações baseadas em pouca ou nenhuma experiência”. “Considerar negros violentos e inconfiáveis [...]” (ALMEIDA, 2019, p. 22) é um típico exemplo de preconceito racial.

O preconceito é uma característica inerente aos indivíduos (VAN DIJK, 2018). Dessa forma, na visão de Diangelo (2018), ninguém pode evitar ter preconceitos. A autora explica:

Se estou consciente de que determinado grupo social existe, terei recebido informação sobre esse grupo da sociedade em meu entorno. Essa informação me ajuda a compreender o grupo a partir de meu quadro cultural. Pessoas que se declaram imunes a preconceitos estão demonstrando uma enorme carência de autoconsciência (DIANGELO, 2018, p. 43).

Já a discriminação racial é explicada por Almeida (2019, p. 23) como “[...] a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados”. Dessa forma, a discriminação guarda relação direta com o poder, com a possibilidade real do uso da força para que sejam atribuídas vantagens ou desvantagens por causa da raça. Para Diangelo (2018, p. 43), a discriminação é uma ação que tem em sua base o preconceito e inclui os atos de “[...] ignorar, excluir, ameaçar, ridicularizar, difamar e violentar”.

A prática de discriminar leva, ao longo do tempo, à estratificação social, fenômeno “[...] em que o percurso de vida de todos os membros de um grupo social – o que inclui as chances de ascensão social, de reconhecimento e de sustento material – é afetado” (ALMEIDA, 2019, p. 23).

Para van Dijk (2018, p. 135), as práticas de discriminação nem sempre são intencionais, mas “[...] pressupõem representações mentais socialmente compartilhadas e negativamente orientadas acerca de Nós sobre Eles”. Corroborando essa visão, Diangelo (2018) afirma que o discurso racista está sempre imbuído de um “nós” e um “eles” raciais.

Nesse contexto, o racismo surge quando o preconceito e a discriminação recebem apoio da autoridade legal e do controle institucional, transformando ações individuais em padrões sociais que passam a ser reproduzidos de maneira automática (DIANGELO, 2018). O racismo, para Diangelo (2018), é um sistema.

Com relação à ideia “[...] absolutamente sem sentido [...]” (ALMEIDA, 2019, p. 37) do racismo reverso, rotineiramente citada por pessoas brancas para expressar que também são vítimas de preconceito e discriminação raciais por parte dos negros, a professora Robin Diangelo (2018, p. 46) é taxativa:

Pessoas de cor também podem ser preconceituosas e discriminarem pessoas brancas, mas elas carecem do poder institucional e social que venha transformar seus preconceitos e discriminação em racismo; o impacto de seus preconceitos

contra os brancos é intermitente e contextual. Os brancos detêm as posições públicas e institucionais na sociedade para imprimir seu preconceito racial nas leis, nas políticas, nas práticas e nas normas sociais de um modo que as pessoas de cor não podem fazer. Uma pessoa de cor pode se recusar a me atender quando eu entrar em uma loja, mas não pode aprovar uma legislação que me proíba e proíba qualquer pessoa como eu de comprar uma casa em determinado bairro.

Portanto, devido ao seu caráter sistêmico, o racismo não é, somente, um ato ou um conjunto de ações discriminatórias ou preconceituosas, sendo, sobretudo, “[...] um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas” (ALMEIDA, 2019, p. 24). Todas as pessoas são preconceituosas ou discriminam, porém as estruturas opressivas vão além dos indivíduos (DIANGELO, 2018). Dessa forma, pessoas negras também estão sujeitas a serem preconceituosas e a discriminar a si mesmas e a outros grupos socialmente minoritários, “[...] mas essa tendência, em última instância, as mantém em desvantagem e, desse modo, reforça o sistema racista, que, ainda por cima, beneficia os brancos” (DIANGELO, 2018, p. 46).

2.2.3 O racismo de lá e o racismo de cá

Tendo em vista que “É a raça que decide, no Brasil, nos EUA, na África do Sul e em muitos outros países do mundo, quem deve viver e quem pode morrer, ou seja, que vidas valem ou importam, e quais vidas não valem e não importam” (TOMMASELLI, 2020, p. 189), consideramos pertinente abordar, ainda que brevemente, diferenças pontuais entre o sistema racial de outros territórios e do Brasil, uma das “[...] maiores nações multirraciais e de formação colonial do planeta [...]” (SANTOS, 2020, p. 200). A importância de entrar nesse assunto está no fato de entendermos que a comparação entre a história e a conduta racial desses países pode nos dar indícios de como os diferentes caminhos percorridos pelo Brasil nos fizeram chegar aos casos de racismo (explícitos ou implícitos) que vivenciamos atualmente.

Enquanto na África do Sul e nos Estados Unidos da América (EUA) houve uma segregação racial oficial, com impossibilidade/interdição de relações interracialis, separação de espaços públicos para brancos e negros e uma aspereza explícita nas relações entre as raças, o Brasil ficou historicamente conhecido pela característica consideravelmente mais relaxada de sua hierarquia racial (ANDREWS, 1985).

A questão racial no Brasil e nos Estados Unidos, especificamente, chama a atenção porque, além de serem as duas grandes nações do Ocidente, ambos os países tiveram experiências intensas tanto com a escravidão de povos africanos quanto com os desafios trazidos pela desigualdade e pela exclusão raciais que foram enraizados de forma profunda (ANDREWS, 2015). Decorre daí a importância de se conhecer mais a fundo a realidade norte-americana e compará-la com a situação brasileira no que diz respeito aos sistemas raciais dos dois países, a fim de se “[...] compreender o modo pelo qual cada sistema ordena suas percepções sociais [...]” (DAMATTA, 2009, n.p.).

Devido ao foco desta dissertação ser um caso de racismo ocorrido no Brasil e como foram produzidos os enquadramentos jornalísticos em dois portais nacionais, não é nosso intuito nos aprofundar na temática do racismo norte-americano. Nosso objetivo com este tópico é salientar diferenças pontuais entre o sistema racial dos dois países, informações que vão servir como base para que entendamos as relações raciais contemporâneas no Brasil.

A diferença já começa pelo fim da escravidão africana. Enquanto nos Estados Unidos a abolição foi decretada em 1865, o Brasil foi “[...] o último país a abolir a escravização [...]” (VAN DIJK, 2021, p. 8), o que só aconteceu 23 anos mais tarde, em 1888. Diangelo (2018) lembra que, quando se deu a abolição norte-americana, os negros foram impedidos de ganhar cidadania porque, para ser legalmente classificado como cidadão, o indivíduo tinha que ser classificado como branco.

Outra diferença entre os sistemas raciais dos dois países diz respeito à classificação em torno da raça. Telles (2003) explica que, nos Estados Unidos, a maioria das pessoas com ascendência africana é classificada como negra. É o que os norte-americanos chamam de *one drop rule*: basta uma gota de sangue

negro para tornar não só o indivíduo, mas todos os seus descendentes, negros (OLIVEN, 2007).

No Brasil, por outro lado, muitas pessoas que são classificadas ou se identificam como brancas têm ascendência africana, o que nos permite inferir que, entre os brasileiros, a raça está vinculada, especialmente, à cor da pele da pessoa e sua aparência física, sendo excluído o componente da descendência africana. Oliven (2007, p. 32) é esclarecedora ao afirmar que, “Para os estadonidenses [sic], mais importante na classificação racial é o genótipo, aqui, o que importa é o fenótipo, a aparência física, que leva em consideração, também, a classe social dos indivíduos: quanto mais ricos e europeus na aparência, mais brancos se tornam”.

DaMatta (2009) avalia que, devido ao fato de os norte-americanos serem avessos à ambiguidade, lá, ou se é branco ou se é negro. De modo oposto, os brasileiros privilegiam o meio termo e valorizam a ambiguidade. Aqui, a classificação racial funciona com base na hierarquia do gradualismo.

Há também a questão da industrialização. No território norte-americano, a população negra foi alocada no trabalho especializado industrial antes da chegada dos imigrantes brancos (TELLES, 2003). Por outro lado, no Brasil os imigrantes europeus ocuparam os novos postos de trabalho, e a mão de obra dos trabalhadores negros não foi empregada nas indústrias, fato que deixou os negros alheios às modificações advindas nas relações trabalhistas e legou a esse grupo funções para as quais se exigia pouca ou nenhuma instrução técnica ou intelectual. Santana e Bicalho (2019, p. 12) lembram que “Esse processo se agravou de tal maneira que, em meados do fim do século XIX, as condições das populações negras se encontravam tão ruins como no período da escravidão”.

Mas acreditamos que a diferença mais significativa entre os modelos raciais do Brasil e dos Estados Unidos está nos termos opostos segregação e miscigenação. Embora os EUA também tenham vivenciado a miscigenação (OLIVEN, 2007), a segregação racial foi mais expressiva e propunha normas que assegurassem uma distância física e social entre as populações branca e negra. O regime Jim Crow, do sul dos Estados Unidos, que Sodré (1999, p. 103) chama de “[...] forma primitiva de racismo [...]”, relaciona dezenas de leis que seguiam “[...] o princípio ‘separados, mas iguais’, estabelecendo afastamento entre

negros e brancos nos trens, [...] cais, hotéis, barbearias, restaurantes, teatros [...]” (LEITE, 2020, n.p.), além de unidades de ensino. Leite (2020) afirma que as leis segregacionistas raciais norte-americanas e a violência do racismo decorrente delas promoveram grandes entraves sociais.

Já o Brasil e outros países da América Latina defenderam a miscigenação como forma de proporcionar um branqueamento gradativo da população (SANTANA; BICALHO, 2019). Segundo Souza (2021, n.p.), o país era visto como o “lixo racial” do mundo, devido à “[...] presença de um povo mestiço que nem as virtudes ambíguas do ‘negro puro’ teria”. A mestiçagem era a base da ideologia racial do Brasil e, ainda que inicialmente tenha provocado certo desconforto entre a elite, serviu como ponto definidor da nação (TELLES, 2003). A intensa miscigenação foi incentivada por causa de uma política de branqueamento da população, que dava preferência aos imigrantes europeus.

Souza (2021, n.p.) acredita que o Brasil era (e, na visão do autor, segue sendo) “[...] assombrado pelo fantasma do ‘branqueamento’”, numa tentativa de forjar o “[...] estilo de vida burguês e europeizado [...]” por meio do “[...] apagamento de características fenotípicas negróides [sic]”.

Mas, segundo Sodré (1999, p. 103),

[...] a sociedade brasileira jamais conseguiu impor uma endogamia racial, fato comprovado pela realidade da miscigenação. Embora o acesso à [sic] posições de poder tenha-se tornado inviável para negros, firmou-se progressivamente a negociação com mulatos, porque a segregação pura e simples, baseada na supremacia branca, não tinha (apesar do racismo “científico” do final do século passado) nenhuma justificativa ética nem legitimidade social.

2.3 O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

A existência de um número maior de mestiços acabou por dar lugar à construção mítica de uma sociedade na qual todos os brasileiros, brancos e negros, estavam misturados e que, portanto, havia uma diminuição dos limites e dos preconceitos de raça. “As incursões sexuais do português sobre a escrava eram reconhecidas como prova da ausência de preconceito do branco. A mestiçagem era representada como expressão do estreitamento nas relações raciais” (DOMINGUES, 2005, p. 124).

Tal entendimento originou o que ficou conhecido como mito da democracia racial, expressão atribuída ao sociólogo Gilberto Freyre²⁶, cuja ideia dominante era a de um país sem barreiras legais que impedissem que o negro alcançasse altos postos de trabalho, garantindo-lhe riqueza e prestígio social. Para Domingues (2005, p. 119),

[...] o mito da democracia racial inverteu o eixo da questão: transformou a exceção em regra; o particular em universal; casos isolados em generalizações. Aproveitaram-se os raros exemplos de negros [...] que se projetaram socialmente e os adotaram como modelo do sistema racial.

De acordo com Ribeiro (2019, p. 18-19), esse mito, criado e disseminado por membros da elite econômica na metade do século XX, afirmava que, diferentemente de outras partes do mundo, “[...] no Brasil houve transcendência dos conflitos raciais pela harmonia entre negros e brancos, traduzida na miscigenação e na ausência de leis segregadoras”.

A rigor, a expressão freyriana denomina

[...] um sistema racial desprovido de qualquer barreira legal ou institucional para a igualdade racial, e, em certa medida, um sistema racial desprovido de qualquer manifestação de preconceito ou discriminação. A lei Áurea, em 1888, aboliu a escravidão, o principal dispositivo institucional de opressão dos negros no Brasil. Em 1889, a proclamação da República universalizou, em tese, o direito à cidadania. Do ponto de vista do discurso legal, cidadãos negros passariam a desfrutar de uma igualdade de direitos e oportunidades em relação aos brancos em todas as áreas da vida pública [...] (DOMINGUES, 2005, p. 116).

Domingues (2005) assegura que os viajantes ofereceram grandes contribuições para a construção do senso comum a respeito das relações entre brancos e negros no Brasil. O viajante francês Louis Couty, por exemplo, relatou aos estrangeiros as oportunidades disponíveis aos ex-escravizados brasileiros no século XIX:

²⁶ Autor do livro *Casa-grande & senzala*, que se tornou clássico em todo o mundo ao exportar a tese da democracia racial (RIBEIRO, 2019, p. 19).

No Brasil, o liberto entra plenamente em uma sociedade na qual ele é imediatamente tratado como um igual [...]. No Brasil, não somente inexiste o preconceito racial, e as frequentes uniões entre as diferentes cores constituíram uma população mestiça numerosa e importante; mas também esses negros libertos e esses mestiços misturam-se inteiramente à população branca [...] (DOMINGUES, 2005, p. 119).

Essa visão de país antirracista era compartilhada, também, por cidadãos brasileiros, membros da elite branca, em suas viagens internacionais. Nascimento (1978, p. 88) relembra quando, em 1968, um delegado do Brasil nas Nações Unidas fez declarações sobre a imagem racial positiva do país: “Essa posição é conhecida e é invariável. Ela representa a essência mesma do povo brasileiro, que nasceu da fusão harmoniosa de várias raças, que aprenderam a viver juntas e a trabalhar juntas, num exemplar de comunidade”.

Assim, o Brasil era visto por outras nações americanas e pelas europeias como um país sem preconceito, discriminação ou racismo, sendo a escravidão nacional vista por abolicionistas (brasileiros, inclusive) “[...] como mais humana e suportável [...]” (GUIMARÃES, 2001, p. 3). Figueiredo e Grosfoguel (2009, p. 227) lembram que, “Para a maioria dos pesquisadores brasileiros, assim como para alguns pesquisadores norte-americanos, o racismo no Brasil é ‘melhor’ do que aquele existente nos Estados Unidos”.

Foi a partir do respaldo do mito da democracia racial que, segundo a elite branca, o negro assumiu o “vírus da fracassonomia” (DOMINGUES, 2005, p. 117), isso é, no entendimento da branquitude, uma vez que aos negros eram garantidos os mesmos direitos que aos brancos, a culpa pelo fracasso na vida daquele grupo somente poderia ser interpretada como consequência de suas deficiências, uma vez que o sistema oferecia oportunidades iguais a todos os indivíduos, independentemente da cor da pele (DOMINGUES, 2005). Esse ponto de vista era repetido, inclusive, dentro de parte do movimento negro. Alguns jornais da imprensa negra publicavam textos que diziam: “A culpa não é dos brancos – é nossa! Pois os meios estão ahi [sic] ao nosso alcance e disposição” (DOMINGUES, 2005, p. 117).

Para Souza (2021, n.p.), essa questão do mérito individual é a arma ideológica que melhor legitima o discurso da meritocracia dos dias atuais, sendo

[...] a ideia de que o mundo até pode ser difícil para alguns, mas é “justo”, premiando o mérito individual dos que, por esforço e trabalho duro, conseguem ganhar 500 vezes mais que outros. Não é que deixemos de lamentar aqueles que ganham 500 vezes menos do que os outros, mas paciência... Infelizmente eles ganham menos por culpa própria, por serem mais burros e preguiçosos.

Domingues (2005, p. 118) supõe que uma das heranças do mito freyriano é ter minado “[...] qualquer possibilidade de o Estado brasileiro implementar políticas compensatórias em benefício dos ex-escravos e seus dependentes, como forma de reparo às atrocidades, aos danos e à expropriação causados pelo regime escravista”. Aliado a esse fato, a dinâmica racial brasileira impossibilitou que a população negra desenvolvesse uma consciência racial, destruindo de várias formas as mobilizações políticas (FIGUEIREDO; GROSGOUEL, 2009; ANDREWS, 1985). Ainda assim, Andrews (1985, p. 54) observa que “Nada refuta mais efetivamente o mito da ‘democracia racial’ do Brasil do que a extensa história da luta dos negros neste país”.

Nascimento (1978, p. 44) considera o trabalho de Gilberto Freyre uma “[...] total inutilidade, aos interesses do negro brasileiro [...]”. DaMatta (1987, p. 79) já indicava essa perspectiva ao expor que

Se o negro e o branco podiam interagir livremente no Brasil, na casa-grande e na senzala, não era porque o nosso modo de colonizar foi essencialmente mais aberto ou humanitário, mas simplesmente porque aqui o branco e o negro tinham um lugar certo e sem ambiguidades dentro de uma totalidade hierarquizada muito bem estabelecida.

O mito da democracia racial é uma particularidade do caso brasileiro que, como vimos, serviu para manter o negro em posição (social e geográfica) de inferioridade, sem abertura para grandes questionamentos. Na seção seguinte, veremos como a questão histórica afeta as relações raciais e sociopolíticas no Brasil contemporâneo.

2.3.1 Do mito da democracia racial à necropolítica

Apesar de a ideologia da democracia racial brasileira ter passado a ser fortemente questionada tanto por pesquisadores dos Estados Unidos quanto por alguns ativistas do Brasil a partir de 1970 (FIGUEIREDO; GROSFOGUEL, 2009), quando passaram a ser mostrados, “[...] de forma mais contundente, a desigualdade entre brancos e negros e o preconceito racial na sociedade brasileira” (OLIVEN, 2007, p. 48), o discurso freyriano tem reflexos até os dias atuais.

O mito da democracia racial vinha sendo utilizado, ainda que indiretamente, por membros do governo de extrema direita do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro para deslegitimar a luta antirracista nacional e extinguir conquistas históricas do movimento negro, como as políticas de promoção à igualdade racial. Almeida (2019) ressalta que a institucionalização do racismo é um projeto, que visa torná-lo “[...] parte do imaginário nacional. Ou seja, o Brasil é um típico exemplo de como o racismo converte-se em tecnologia de poder e modo de internalizar as contradições” (ALMEIDA, 2019, p. 71).

O racismo é inerente ao conceito de nação porque o Estado é a forma política do mundo atual e o racismo não pode se reproduzir sem a alimentação concomitante das estruturas estatais (ALMEIDA, 2019). Almeida (2019) explica que o racismo se relaciona, de maneira direta, com a formação dos países a partir do século XIX. “É por meio do Estado que a classificação de pessoas e a divisão dos indivíduos em classes e grupos é realizada” (ALMEIDA, 2019, p. 58).

O racismo tem, portanto, duas funções ligadas ao poder do estado: a primeira é a fragmentação, de divisão no contínuo biológico da espécie humana, introduzindo hierarquias, distinções, classificações de raças. O racismo estabelecerá a linha divisória entre superiores e inferiores, entre bons e maus, entre grupos que merecem viver e os que merecem morrer, entre os que terão a vida prolongada e os que serão deixados para a morte, entre os que devem permanecer vivos e os que serão mortos. E que se entenda que a morte aqui não é apenas a retirada da vida, mas também é entendida como a exposição ao risco da morte, a morte política, a expulsão e a rejeição (ALMEIDA, 2019, p. 77).

De acordo com Almeida (2019), o papel de uma sociedade democrática seria, mais do que combater o racismo, garantir plena liberdade aos indivíduos, excluindo o peso da raça, ruindo com os privilégios e criando o que ele denomina de império da lei. Logo, não é de se estranhar que todos os partidos legais reconheçam publicamente, desde 1980, a existência de racismo no Brasil (ANDREWS, 1985) e que, na década de 1990, o então presidente Fernando Henrique Cardoso tenha admitido²⁷, pela primeira vez de forma oficial, que nossa sociedade era marcada por preconceito e discriminação raciais (FIGUEIREDO; GROSGOUEL, 2009).

Porém, ao assumir o governo federal em janeiro de 2019, Jair Bolsonaro e aliados romperam com essa tradição ao apresentarem um discurso claramente racista, sendo fácil perceber que a necropolítica²⁸ operava como centro e forma da organização do governo (TOMMASELLI, 2020). Apesar das recorrentes notícias que mostram que os negros são majorias nas prisões, que são os alvos preferenciais de assassinatos ou que têm as menores rendas, além de inúmeras pesquisas acadêmico-científicas realizadas no Brasil sobre o assunto, Jair Bolsonaro e equipe optaram por seguir na contramão do entendimento histórico da política nacional e não só negar a existência do racismo, como também acabar com conquistas históricas do movimento negro.

Bolsonaro “[...] declarou haver ‘tentativas de importar para o nosso território tensões alheias à nossa história’” e o então vice-presidente da República, Hamilton Mourão, “[...] disse que não existe racismo no Brasil [...]” (CAMAZANO, 2020, n.p.). O deputado federal bolsonarista Hélio Lopes protocolou²⁹, em 17 de julho de 2022, o Estatuto da Oportunidade Social, que, segundo ele, visa revisar e substituir o Estatuto da Igualdade Racial, uma vez que este último teria “[...] o nítido objetivo de dividir a sociedade brasileira em negros e não negros”.

²⁷ Apesar da admissão, o governo FHC operacionalizou e institucionalizou mudanças, nunca chegou a propor formalmente a adoção de políticas afirmativas em favor da população negra ao Congresso Nacional (KAMEL, 2006).

²⁸ Segundo Mbembe (2016, p. 146), necropolítica é a “[...] criação de ‘mundos de morte’, formas novas e únicas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem status de ‘mortos-vivos’”. Trata-se da “[...] expressão máxima da soberania [...]”, que “[...] reside, em grande parte, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem pode morrer” (MBEMBE, 2016, p. 123).

²⁹ As informações foram publicadas no perfil oficial do político, na rede social Twitter, conforme <https://twitter.com/depheliolopes/status/1548739926467952642>.

Sobre a relação entre as políticas do governo Bolsonaro e a população negra, Souza (2021, n.p.) avalia que, no Brasil, “[...] qualquer tentativa de possibilitar sua inclusão social ou resgatá-la, como fizeram Vargas e Lula, irá produzir golpes de Estado que buscam mantê-la eternamente explorada, oprimida e humilhada”. Nas palavras de Almeida (2019, p. 68), trata-se de um “[...] ‘projeto nacional’ a produção de um discurso sobre o outro, tornando racional e emocionalmente aceitável a conquista e a destruição daqueles com os quais não se compartilha a mesma identidade”. Dito de outro modo, os governistas vinham eliminando direitos da população negra e uma reportagem produzida pelo portal Brasil de Fato³⁰ demonstrou esse fato. Na ocasião, Vilela (2021) apresentou um relatório de 18 entidades internacionais que apontavam o quanto violência, violações de direitos humanos e desigualdade tiveram aumento já na primeira metade do mandato da presidência de Bolsonaro. Dentre os pontos elencados, está o incremento da violência policial contra pessoas negras e periféricas, manifestação do racismo estrutural.

Além do relatório divulgado pelo Brasil de Fato, levantamento realizado pela organização não governamental (ONG) Safernet³¹ mostrou que, em maio de 2020 (ou seja, pouco mais de um ano após a posse de Bolsonaro), foram criados 204 *sites* com discursos racistas, armamentistas e LGBTfóbicos (ALESSI; HOFMEISTER, 2020). Por outro lado, em maio de 2019, a ONG levantou a existência de 42 páginas e, no mesmo mês de 2018, foram encontrados 28 sites (ALESSI; HOFMEISTER, 2020).

Todavia, tudo aconteceu sem que o antigo governo agregasse o peso de promover uma política de extermínio oficial. “Assim, aos que merecem viver, são garantidos direitos sociais básicos, como alimentação, saúde, transporte, educação. Àqueles que podem morrer, tais direitos são negados” (VARJÃO, 2008, p. 2.395).

³⁰ A reportagem pode ser lida, na íntegra, em <https://www.brasildefato.com.br/2021/01/19/violencia-violacao-e-desigualdade-aumentaram-sob-bolsonaro-diz-grupo-internacional>.

³¹ A ONG promove os direitos humanos na internet e monitora sites radicais (ALESSI; HOFMEISTER, 2020).

2.3.1.1 O surgimento do mito

Souza (2021, n.p.) pondera que a eleição de Jair Bolsonaro demonstra, “[...] melhor que qualquer outro fenômeno, que o arranjo racista do branqueamento [...], com todos os seus artifícios, continua sendo a lei intocável da sociedade brasileira até nossos dias”. Dentre as manifestações de cunho racista proferidas pelo presidente, pode-se citar quando, em maio de 2022, Bolsonaro dirigiu-se a um apoiador negro e questionou: “Conseguiram te levantar? Tu pesa o quê? Mais de sete arrobas, né?” (SOARES, 2022, n.p.). Em setembro do mesmo ano, durante a participação em um *pool* de *podcasts*, Bolsonaro se dirigiu a um dos apresentadores, um rapaz negro, e ironizou: “Tu é meio escurinho. Ah, isso é crime. Nunca ouviu falar que eu era racista, não?” (MARQUES, 2022, n.p.).

Esse tipo de fala de Jair Bolsonaro, aliás, rendeu-lhe o apelido de “mito” por seus apoiadores anos antes de ele se tornar presidente do Brasil. De acordo com Assis e Leite (2019), as piadas feitas pelo então deputado federal, durante suas aparições no programa *Pânico na Band*³², fizeram surgir o quadro intitulado “Mitadas do Bolsonaro”, com vários episódios. Dessa forma, o termo mito passou a ser utilizado como algo positivo, de maneira elogiosa às opiniões do então deputado (ASSIS; LEITE, 2019).

Todas as declarações polêmicas cultivaram um grande número de pessoas contra o deputado, que repudiavam suas opiniões e achavam absurdo ouvi-las de um político, mas por outro lado, também cultivaram uma grande quantidade de fãs, pessoas que o aplaudiam de pé e passaram a apoiá-lo fortemente, que o viam como herói por ter a coragem de falar o que realmente pensa em uma sociedade repleta de “mimimi”, como os seguidores referiam-se ao considerado socialmente como politicamente correto (ASSIS; LEITE, 2019, p. 6).

A alcunha “mito” veio, então, do termo “mitar”, neologismo advindo das redes sociais digitais que se relaciona com a alegada autenticidade do ex-presidente, que sempre fala o que pensa sem filtros, por mais controversas que sejam tais opiniões (ASSIS; LEITE, 2019). Quando um *post* recebe um grande número de curtidas e compartilhamentos na internet, ganhando relevância, diz-se que ele mitou. “Isso pode ocorrer independente do teor de seu conteúdo, podendo ser

³² Programa de humor que foi transmitido pela rede Bandeirantes entre 2003 e 2017.

engraçado, politizado, debochado, etc, o importante é chamar a atenção dos outros” (NAMISE, 2019, p. 66).

Mitos políticos, como Jair Bolsonaro, são aqueles que conseguem influenciar o modo de pensar e de agir das pessoas, legitimando suas atitudes, uma vez que “[...] o poder do mito político não vem da lógica, mas sim das emoções” (NAMISE, 2019, p. 56). Embora a história nos mostre o caráter estrutural do racismo brasileiro, não podemos deixar de relacionar o efeito que discursos e ações do ex-presidente tiveram no aumento de casos de racismo observado no Brasil nos últimos anos.

Santos (2020, p. 217) analisa que as falas do ex-presidente e de membros de seu então governo,

Mais do que palavras soltas, elas evidenciam uma ambiência política contrária da atual gestão, o que efetivamente indica dificuldades: sendo as ações afirmativas³³ uma nova forma de relação do Estado com o Movimento Negro e sua luta antirracismo [...], em que o Estado busca reverter tensões evidenciadas por lutas sociais [...], evidencia-se uma ruptura de um “ciclo de aprendizagem política”, crucial para a qualidade da promoção de políticas públicas [...]. Tais discursos geram efeitos inibidores nos comportamentos dos atores sociais que reivindicam e defendem tais políticas (SANTOS, 2020, p. 217).

Nessa perspectiva, a postura do ex-presidente da República e de seus aliados se relaciona ao caso do furto da bicicleta no Leblon na medida em que o discurso governista atua de forma a manipular a população a fim de que ela mantenha a “[...] subjugação histórica de pretos, pardos e pobres [...]” e a “[...] construção do imaginário social branco, segundo o qual onde há muito preto é local de criminalidade” (TOMMASELLI, 2020, p. 196). A manipulação é aqui entendida segundo van Dijk (2018, p. 234), para quem manipular

[...] é uma prática comunicativa e interacional na qual um manipulador exerce controle sobre outras pessoas [...]. Mais especificamente, a manipulação implica o exercício de uma forma de influência deslegitimada por meio do discurso: os manipuladores fazem os outros acreditarem ou fazerem coisas que são do interesse do manipulador [...].

³³ Políticas públicas de recorte étnico-racial surgidas na década 2000 e que já colocaram o Brasil como exemplo significativo, em relação a outros países da América Latina (ALAKIJA, 2012).

Esse racismo implicitamente institucionalizado é um dos fatores que origina todo o tipo de violência contra a população negra, dando segurança para que brancos realizem atos racistas, como o que ocorreu no Leblon. De acordo com Diangelo (2018, p. 44), “Quando o preconceito coletivo de um grupo racial é apoiado pelo poder da autoridade legal e do controle institucional, ele é transformado em racismo [...]”. As consequências mais contundentes desse processo de discurso manipulador do governo são a reverberação das falas desses governantes na sociedade e os impactos diretos sobre corpos negros, como o de Matheus Ribeiro.

Tommaselli (2020, p. 180) observa que “[...] no governo de Jair Bolsonaro a questão racial e, especialmente, a questão da população negra vem ganhando tons dramáticos, trágicos e dantescos”. Esse contexto faz com que não cause espanto que apoiadores do governo tenham organizado um evento chamado “Minha cor é o Brasil”, apresentado pelos organizadores como o “[...] primeiro congresso de negros conservadores do Brasil [...]”³⁴. Dentre as temáticas que seriam debatidas e foram veiculadas na propaganda do evento (Figura 4), consta “O Brasil não [é] um país racista!”.

Figura 4 – Cartaz oficial do evento cancelado “Minha cor é o Brasil”

“



Fonte: CNN Brasil³⁵, 2022.

³⁴ Conforme publicado no Twitter oficial do ex-presidente da Fundação Cultural Palmares Sérgio Camargo, no endereço: <https://twitter.com/CamargoDireita/status/1545846516534988800>.

³⁵ <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/minha-cor-e-o-brasil-evento-que-negava-o-racismo-no-pais-e-cancelado/>

O evento foi idealizado por Hélio Lopes (que aparece na imagem do panfleto e é conhecido por “Hélio Negão”) e deveria ter acontecido no dia 16 de julho de 2022, em formatos remoto e presencial, num bairro nobre do Estado de São Paulo, mas foi suspenso pela própria organização, que alegou “motivo de força maior³⁶”. O comunicado do cancelamento também fala em remarcação de data.

Van Dijk (2018, p. 156) entende essa negação do racismo como uma atitude estratégica, já que formas explícitas de preconceito e discriminação raciais são proibidas por leis, normas e valores sociais, e os governistas estão cientes de tais restrições. Para o pesquisador,

A maioria dos falantes brancos não somente se sentem ofendidos por serem individualmente percebidos como racistas, mas também, e de forma mais importante, tais estratégias podem ao mesmo tempo visar à defesa do grupo como um todo: “Não somos racistas”; “Não somos uma sociedade racista” (VAN DIJK, 2018, p. 158).

A respeito da ligação entre o então governo e a intensificação do racismo contra a população negra nacional, Souza (2021, n.p.) é taxativo: “Nada deixou tão claro o funcionamento e a força social e política do racismo brasileiro como a eleição de Jair Bolsonaro, tornando evidentes inclusive a segmentação de classe do racismo brasileiro e a forma peculiar de seu funcionamento [...]”.

Aliás, sobre essa “forma peculiar” do racismo do Brasil, cabe um justo questionamento: “Como ele se expressa no país do racismo cordial?” (SOUZA, 2021, n.p.). Para Nascimento (1978, p. 93),

Devemos compreender “democracia racial” como significando metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o *apartheid* da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país.

Por isso, é importante também que falemos sobre um tipo de racismo disfarçado, pois “O erro, que se comete por ignorância ou má fé, é acreditar que o racismo

³⁶ A informação, publicada no perfil oficial de Hélio Lopes no Twitter, pode ser vista em <https://twitter.com/depheliolopes/status/1547773549942779904>.

se apresenta apenas nestas práticas mais evidentes” (TOSTA, 2019, p. 14). O próximo tópico busca elucidar essa questão.

2.4 O RACISMO QUE SE SENTE

O racismo explícito, como o *apathoid* sul-africano ou a segregação racial norte-americana, e outros tantos casos que preenchem os noticiários diariamente, é uma realidade quase palpável, mas essa abordagem não é suficiente para dar conta dos modos pelos quais nós negros sofremos racismo diariamente. Nesse ponto, é importante falar sobre uma especificidade do racismo praticado no Brasil, onde ele tem uma “[...] aparência mutável, polivalente, que o torna único” (NASCIMENTO, 1978, p. 136), sendo, muitas vezes, caracterizado como cordial, sutil, sem rosto, que discrimina de maneira privada, silenciosa (JERÔNIMO, 2021).

Referimo-nos a “[...] uma tendência para refutar as práticas racistas explícitas – ou para tornar invisíveis os mecanismos discriminatórios –, em favor de uma proclamada *democracia racial* [...]” (COSTA, 2012, p. 58). Diangelo (2018, p. 64) apresenta esse “novo racismo³⁷” como uma expressão usada para “[...] classificar as formas como o racismo foi se adaptando no decorrer do tempo, de modo que as normas modernas [...] e as práticas resultem em efeitos raciais iguais aos do passado, embora não aparentando serem explicitamente racistas”. Sobre isso, Diangelo (2018, p. 64-65) faz um interessante questionamento: “[...] embora quase ninguém mais declare ser racista, o racismo ainda existe. Como isso é possível?” Ao que a própria pesquisadora responde: “O racismo ainda pode existir pelo fato de ele ser altamente adaptável” (DIANGELO, 2018, p. 65).

O antropólogo Roberto DaMatta passou a utilizar o termo racismo à brasileira como forma de sobrepujar a expressão racismo cordial, cunhada pela mídia (GUIMARÃES, 2001). Assim, o racismo à brasileira é aquele cuja manifestação é “[...] implícita, disfarçada e de difícil discussão, como se, entre nós, brasileiros, falar de racismo fosse um tabu [...]” (DAMATTA, 2009, n.p.).

³⁷ Expressão criada pelo professor de cinema Martin Barker (DIANGELO, 2018).

Para DaMatta (1987, p. 68), o racismo à brasileira é, portanto, “[...] uma ideologia que permite conciliar uma série de impulsos contraditórios de nossa sociedade, sem que se crie um plano para sua transformação profunda”. Assim, o nosso racismo funciona “[...] como uma ideologia racial às avessas, antiideológicas [sic], que se nega a si própria, mas que é uma imagem de espelho do racismo [...] americano” (DAMATTA, 1987, p. 84).

O sociólogo Florestan Fernandes entende o racismo à brasileira como aquele que é “[...] camuflado com a máscara da benevolência paternalista” (NASCIMENTO, 1978, p. 122). Souza (2021, n.p.) chama esse racismo de multidimensional, considerado menos visível que o racismo racial “[...] e que perpassa todas as sociedades fio a fio”. Na concepção de Van Dijk (2021, p. 140), “[...] essa negação sistemática do racismo [pode ser] chamada de ‘criptoracismo’”. Para o pesquisador, “Não se trata de uma questão de negação individual do racismo, mas de um sistema de racismo oculto” (VAN DIJK, 2021, p. 140).

Isso se dá, principalmente, porque, embora haja racismo no Brasil, o país, como vimos, nunca possuiu um sistema de segregação racial legitimado oficialmente. Em entrevista concedida a pesquisadores da Universidade Federal do Espírito Santo em 2015, van Dijk explicou que a afirmação de que no Brasil não existe racismo é tão recorrente justamente porque

[...] a negação do racismo é típica do racismo, especialmente das “elites simbólicas” na política, nos meios de comunicação e educação que estão cientes das normas antirracistas de uma sociedade democrática. [...] recusas de racismo (tipicamente por membros do grupo dominante branco) também pode significar ignorância sobre o racismo em geral e sobre as muitas formas de racismo, em particular no Brasil [...] (REZENDE; NOGUEIRA; AMARAL, 2015, n.p.).

O racismo praticado no Brasil é definido como flexível e sutil também por George Andrews (1985), professor da Universidade de Pittsburgh. Para ele, “A indignação moral contra a desigualdade racial é muito mais difícil de ser gerada em um país onde a discriminação assenta-se sobre formas silenciosas e, às vezes, inconscientes, tornando difícil identificá-la e transformá-la em ação política” (ANDREWS, 1985, p. 55.).

Como veremos ao longo deste trabalho, a mídia branca hegemônica persiste chancelando a discriminação e essa nova faceta do racismo nacional com suas coberturas enviesadas. “Obviamente, não se espera que se faça isso de maneira explícita. No Brasil, o racismo não se configura de maneira transparente. É nos detalhes, nos implícitos, que o discurso midiático se constrói racista [...]” (TOSTA, 2019, p. 10).

A pesquisa *Racismo cordial: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*³⁸, realizada pelo Datafolha e referenciada na Introdução desta dissertação, concluiu que “[...] 87% dos brancos mostram ‘intolerância’ em relação aos negros” (VAN DIJK, 2021, p. 151). Inferiu, ainda, que “[...] os brasileiros sabem haver, negam ter, mas demonstram, em sua imensa maioria, preconceito contra negros” (TURRA; VENTURINI, 1995, p. 11).

A conclusão foi de que os brasileiros são “racistas”, mas que esse racismo é “cordial”, e isso confirmou parcialmente o mito da democracia racial. Vemos, assim, que, pelo menos até meados da década de 1990, a grande imprensa ainda acreditava na atitude generalizada de que o racismo no Brasil é “cordial” [...] e essa posição não parece ter mudado nos dias de hoje (VAN DIJK, 2021, p. 151).

Essa é também a conclusão dos sociólogos Ângela Figueiredo e Ramón Grosfoguel (2009, p. 228), segundo os quais, mesmo que a maior parte da sociedade brasileira perceba a desigualdade racial, há uma dificuldade latente em identificar atos racistas no cotidiano brasileiro, uma vez que “[...] os brasileiros têm preconceito de ter preconceito”.

Bell Hooks (2019, p. 99) analisa que, para muitos brancos, “[...] o racismo que se manifesta nas interações do dia a dia [...] é apenas um desconforto a ser evitado, não algo a ser confrontado e desafiado. É só algo negativo interrompendo um momento agradável, melhor não dar atenção e fingir que não está ali”. De acordo com Diangelo (2018), a estratégia da branquitude é fazer com que seja tão deplorável o confronto (não importando o quão educadamente

³⁸ O estudo teve como base entrevistas coletadas por 700 profissionais, durante seis meses (VAN DIJK, 2021).

seja feita a interlocução) que o negro violentado preferirá desistir da interpelação e simplesmente optar por não voltar a falar no assunto.

O advogado, professor e pesquisador Adilson Moreira (2020, p. 31) afirma que o “racismo sem racistas” é um conceito que representa uma “[...] narrativa na qual os que reproduzem o racismo se recusam a reconhecer que suas ações ou omissões podem contribuir para a permanência de disparidades raciais na nossa sociedade”.

Sodré (1999, p. 235) lembra de casos como o do Leblon, nos quais a discriminação, geralmente disfarçada, tornou-se explícita, causando reações em alguns membros da sociedade “[...] preocupados com essa extrapolação do preconceito velado para o âmbito do racismo aberto. O que de fato parece chocar a consciência pública é a quebra do pacto social implícito de invisibilização dos mecanismos discriminatórios” e não a prática racista em si.

O racismo à brasileira pode, ainda, ser subdividido em racismo daltônico, racismo aversivo e racismo cultural, nos termos de Diangelo (2018). O daltonismo racial pode ser resumido na frase: “[...] se fingimos não perceber a raça, então não existe racismo” (DIANGELO, 2018, p. 66). Esse tipo de racismo está associado às lutas pelos direitos civis do negros norte-americanos, quando muitos brancos viram, pela primeira vez, homens, mulheres e crianças negros sendo atacados por cães da polícia e mangueiras de incêndio (DIANGELO, 2018). A partir desse fato, muitos brancos “[...] passaram a não querer ser associados aos atos racistas que testemunhavam na televisão (além do fato de que, a partir de então, a discriminação era ilegal)” (DIANGELO, 2018, p. 66). Logo, o daltonismo racial transformou-se em solução para o racismo e os brancos passaram a insistir que “[...] não viam raça ou, se a vissem, ela não fazia o menor sentido para eles” (DIANGELO, 2018, p. 66).

Diangelo (2018, p. 67) analisa que, “Embora a ideia de daltonismo racial possa ter se iniciado como uma estratégia bem intencionada para interromper o racismo, na prática ela serviu para negar a realidade do racismo e, portanto, mantê-lo intocado”.

Já o racismo aversivo diz respeito a “[...] uma forma sutil, mas insidiosa, dado que os racistas aversivos praticam o racismo de modo a manter uma

autoimagem positiva [...]” (DIANGELO, 2018, p. 68). Esse tipo de racismo pode ser exemplificado pela ocasião em que o ex-presidente Jair Bolsonaro afirmou não ser racista por ter salvo um colega negro em seu período servindo o Exército: “[...] o negão caiu dentro da água e eu ia fazer o que? [...] Entrei lá. Na segunda vez que mergulhei, consegui trazer o negão do fundo da lagoa” (CERIONI, 2019, n.p.). Aparentemente, Jair Bolsonaro não se enxerga racista pois suporta a presença de negros, convive com negros, trabalha com negros e até salva a vida de negros. No entendimento do presidente, um racista seria somente “[...] alguém que pretensamente não consegue tolerar nem ao menos ver uma pessoa de cor” (DIANGELO, 2018, p. 104).

Outro exemplo seria o próprio furto da bicicleta no Leblon. Quando Tomás Costa e Mariana Spinelli abordaram Matheus Ribeiro, isso demonstrou a tendência implícita entre muitos brancos de associar atividades criminosas à raça negra. Segundo Diangelo (2018, p. 70), pesquisas demonstraram “[...] que percepções de atividade criminosa são influenciadas pela raça. Os brancos perceberão o perigo simplesmente diante da presença de negros [...]”. Porém, para o casal, eles só fizeram questionar a posse da bicicleta. Para o racismo aversivo, esse fato só reforçou a crença fundamental da branquitude sobre a negritude, uma vez que implicou um “nós” contra “eles” (DIANGELO, 2018).

Nós nos cremos superiores em um nível profundamente internalizado e agimos de acordo com essa crença em nossas práticas cotidianas, mas temos de negar essa crença para caber na sociedade e manter nossa autoimagem de pessoas boas e corretas. Infelizmente, o racismo aversivo protege exclusivamente o racismo porque não podemos questionar nossos filtros raciais sem nem ao menos pensar na possibilidade de que nos guiamos por eles (DIANGELO, 2018, p. 72).

Em relação ao discurso, os brancos utilizam-se do racismo aversivo quando, por exemplo, evitam linguagem racial direta e usam “[...] termos racialmente codificados, como urbano, subprivilegiado, diverso, grosseiro e bairros decentes” (DIANGELO, 2018, p. 69). Veremos mais detalhes sobre isso no Capítulo 4 desta dissertação.

Já o racismo cultural diz respeito às constantes mensagens de que ser negro é pior do que ser branco (DIANGELO, 2018), que a sociedade emite aos indivíduos

desde a infância, desenvolvendo nas pessoas o senso de superioridade branca. É uma espécie de racismo que se aproxima do daltonismo racial e diz respeito a “[...] uma dinâmica especialmente desafiadora em que brancos operam sob a falsa afirmativa de que não podemos ser, simultaneamente, pessoas boas e termos parte com o racismo” (DIANGELO, 2018, p. 74).

Ao ser questionada se considera a geração mais nova menos racista que a anterior, Diangelo (2018, p. 109) ressalta que não há como educar os mais novos de maneira imune ao racismo, uma vez que “[...] o racismo é um sistema social entranhado na cultura e em suas instituições”, e complementa:

Não, eu não acho. De alguma maneira, as adaptações do racismo no decorrer do tempo são mais sinistras que leis concretas com as de Jim Crow. As adaptações produzem o mesmo resultado (as pessoas de cor são impedidas de avançar), mas foram instaladas por uma sociedade branca dominante que não irá ou não pode confessar suas crenças (DIANGELO, 2018, p. 75).

Diangelo (2018) avalia que, atualmente, há uma norma cultural que faz com que a população branca esconda seu racismo dos negros e o negue, mas não o desafie. Já Souza (2021) acredita que, no Brasil, a gramática do racismo tem uma linguagem cifrada, capaz de se disfarçar de outras linguagens para seguir ativa, comandando a sociedade.

Em entrevista concedida ao Canal Reflexo (@canalreflexo), o jornalista e líder do grupo étnico-racial da Globo Marcos Luca Valentim (2022) falou, dentre outros assuntos, sobre discurso e racismo. Ele afirmou não gostar de usar a palavra cuidado, já que não percebe esse cuidado no trato com a população negra:

Algumas pessoas têm mais pudor e o pudor, às vezes, pode ser ruim a nós mesmos porque ele faz com que a pessoa não haja explicitamente como ela quer agir. Então, ela age de maneira velada, ela age de maneira “não intencional” para não ser tão vergonhoso o que ela está produzindo. E só a gente detecta isso. Quando a gente explica para alguém, a pessoa fala “ah, ela não quis dizer isso, não foi bem assim”. [...] O que a gente tem que entender é que o racismo é uma tecnologia. Se não fosse, teria acabado quando teve a abolição da escravidão. Ele vai se adaptando para sempre existir. A nossa tecnologia é ter sabedoria, é ter estratégia, é saber ser poliglota falando o mesmo idioma [...].

Na rede social Twitter, o perfil “Eu era mais feliz no Orkut” (2022) afirma que é ilusão julgar apenas o que os olhos podem ver, uma vez que não é possível mensurar o estrago causado por baixo da pele daquele que sofre. E destaca: “[...] Palavras também fazem sangrar, mas a hemorragia é interna”.

A despeito dessas especificidades do racismo à brasileira, importante ressaltar que “[...] o racismo é em toda a parte diferente, e em toda a parte o mesmo – varia em estilo, mas não em essência” (NASCIMENTO, 1978, p. 80). Em entrevista concedida em 2019, o antropólogo brasileiro-congolês Kabengele Munanga (2019) reforça esse entendimento ao afirmar que

Sem dúvida, todos os racismos são abomináveis e cada um faz as suas vítimas do seu modo. O brasileiro não é o pior, nem o melhor, mas ele tem as suas peculiaridades, entre as quais o silêncio, o não dito, que confunde todos os brasileiros e brasileiras, vítimas e não vítimas.

2.5 VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

Assim como acontece com o racismo, a violência não se apresenta sempre como um fato com características identificáveis, físicas. Pelo contrário, a violência também pode não ser “[...] evidente por si mesma em todas as suas manifestações, algumas das quais tão sutis e tão bem manejadas que podem passar por condições normais e naturais [...] do cotidiano” (ODALIA, 2017, p. 14).

Souza (2021, n.p.) entende que casos de violência física são necessariamente transitórios, não atendendo às pretensões da dominação, que precisa de continuidade temporal para “[...] ‘convencer’ o oprimido de sua própria inferioridade, de que ele é um mero corpo animalizado”. A força dos sistemas simbólicos reside justamente no fato de que as relações de poder expressas neles se manifestam somente de modo irreconhecível (BOURDIEU, 1989).

Assim, a violência simbólica é entendida pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu como aquela exercida “[...] com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la” (BOURDIEU, 1997, p. 22).

Por esse motivo, o estudioso também denomina essa violência de “[...] suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas

vias puramente simbólicas da comunicação [...]” (BOURDIEU, 2012, p. 7). Isso é, a violência simbólica só existe porque ela não é reconhecida como violência, uma vez que “O ponto de partida para que ela exista é que o agente da violência não enxergue em si mesmo um agressor e que a vítima não enxergue que é agredida” (ALBUQUERQUE, 2016, p. 13).

Essa violência surge de um mecanismo de construção social que visa manter e perpetuar os valores simbólicos da classe dominante, sendo constantemente naturalizada nas rotinas de produção jornalísticas por meio da construção de coberturas que seguem sendo vistas pela elite como não violentas. Por isso, a violência simbólica acaba por servir como ponto de partida para variadas formas de discriminação, preconceito e racismo, sendo mais uma “[...] forma de amesquinhar, humilhar e desprezar o oprimido convencendo-o de sua própria inferioridade” (SOUZA, 2021, n.p.).

Sobre isso, Bourdieu (1989, p. 11) aborda que

As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. Elas podem conduzir esta luta [...] diretamente, nos conflitos simbólicos da vida quotidiana [...].

Os meios de comunicação, em geral, e o jornalismo, em particular, têm papéis fundamentais na reprodução da violência simbólica, haja vista gozarem de grande crédito perante a população. Isso, por si só, garante a eles um poder simbólico que os capacita a interferir na formação e/ou na consolidação do senso comum e, em consequência disso, na forma como as pessoas enxergam a realidade (BUENO, 2020).

Além disso, Varjão (2008, p. 372) acredita que a violência simbólica pode ser exercida pela mídia

[...] por meio de construções narrativo-discursivas (produzidas a partir de relações de poder e saber e expressas por meio de sistemas lingüísticos [sic] ou representações gráficas) que imponham univocidades ou universalidades; obscureçam a diversidade dos pontos de vista; e/ou induzam grupos ou indivíduos a avaliarem e/ou viverem em espaços socioeconômicos e culturais segundo um sistema de valores

materiais e imateriais nos quais eles não se reconhecem, ou aos quais eles não têm, de fato, acesso.

Entende-se disso que as coberturas realizadas pela grande mídia têm forte influência na sociedade e na maneira como os indivíduos agem. O poder simbólico da mídia é, assim, “[...] uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder” (BOURDIEU, 1989, p. 15). Por seu caráter de invisibilidade, a violência simbólica se forma nos estereótipos raciais criados e mantidos pela mídia branca hegemônica, respondendo por parte da submissão, da humilhação e da exclusão social às quais o negro brasileiro é submetido diariamente.

Diferentemente da violência física, a simbólica está envolvida nas relações sociais, tornando invisível a coação, já que ela impõe significações e as toma como legítimas, disfarçando as relações de poder que são a base de sua força (BOURDIEU; PASSERON, 1992). As relações de dominação entre brancos e negros, então, “[...] passam a ser de conhecimento tácito e automático, pois são perpassadas naturalmente aos sujeitos, por meio não somente dos modos de vida já estabelecidos, mas também por instituições que reforçam estes modos [...]” (BUENO, 2020, p. 18) e autorizam o exercício de poder de um grupo sobre o outro.

Tais relações de dominação são explicadas por Bourdieu (1989, p. 11) na síntese que segue:

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim [...] para a “domesticação dos dominados”.

Dessa forma, além de exercer seu poder por meio do Estado e da violência física, a elite branca exerce dominância “[...] por meio de uma violência simbólica, que, invisível, fortalece as amarras que aprisionam as classes oprimidas” (ALBUQUERQUE, 2016, p. 13). Para Bueno (2020), o jornalismo tem grande

responsabilidade nessa legitimação, uma vez que reproduz e publiciza essa relação de dominação como algo ordinário, sem questionamentos.

A elite dominante espera que uma pessoa branca tenha maior renda, redes de contato mais prestigiosas e maiores níveis educacional e cultural do que um indivíduo negro, e isso é materializado em forma de textos jornalísticos com vieses discriminatórios. Isso acontece pela naturalização no negro como inferior na sociedade, situação gerada também pela violência simbólica da cobertura midiática e refletida nos casos de criminalização e assassinato da população negra. Portanto, os impactos desse tipo de violência na vida e na saúde física e mental dos violentados é (e sempre foi) bastante real.

Nos termos de Varjão (2008, p. 2322),

[...] nem sempre a mão que aciona uma arma é a única responsável pela morte resultante do ato, porque esta mão pode ser de aluguel. Entre o assassino e sua vítima pode haver um fator que determina esta morte – no caso, um mandante. De modo análogo, pode-se dizer que há “mandantes” de “execuções” de negros [...]. Só que em forma de engrenagens não visíveis – ou pouco visíveis [...].

Neste capítulo, dialogamos com algumas questões históricas que ajudam a entender as ferramentas utilizadas pela sociedade ao longo dos anos para legitimar o racismo contra a população negra. Parte da mídia hegemônica, como lado ativo desse processo, segue reproduzindo as escolhas, os valores e os padrões de uma grande parcela da população branca que ainda detém os poderes político, econômico e social de ditar as regras do jogo midiático. Essa relação entre mídia e racismo será abordada mais profundamente no próximo capítulo.

3 TIC E TERRITORIALIDADES CONTEMPORÂNEAS: A NOTÍCIA E O CORPO NEGRO

“O tempo e o espaço figuram como variáveis de ordenamento da vida humana desde a mais tenra evocação da modernidade. Percorrer grandes extensões físicas de espaço em pouco tempo se tornou uma verdadeira ambição do homem moderno que, de tanto persistir, acabou comprimindo espaço e tempo por meio de recursos tecnológicos que aceleram ainda mais a já movimentada dinâmica da vida” (Edgard Patrício de Almeida Filho; Naiana Rodrigues Silva, 2019, p. 186).

Tão importante quanto tratarmos do racismo existente na sociedade é falarmos dos novos territórios nos quais este crime se manifesta na atualidade, principalmente a partir do advento da internet.

3.1 O IMPACTO DAS TIC NA COMUNICAÇÃO

O vertiginoso desenvolvimento de novos meios de comunicação observado nas últimas décadas tem demonstrado a importância de estudos que estimulem reflexões acerca da relação das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) com as sociedades, com os mediadores e públicos da comunicação e com os novos territórios, tanto os humanos quanto os da notícia. O antropólogo e filósofo colombiano Jesús Martín-Barbero (2006, p. 54) chama atenção para o fato de que “O lugar da cultura na sociedade muda quando a mediação tecnológica [...] da comunicação deixa de ser meramente instrumental para espessar-se, condensar-se e converter-se em estrutural [...]”. Para o autor, a tecnologia atual remete a novas formas de percepção e de linguagem.

Para a pesquisadora e professora norte-americana Safiya Noble (2018), tanto a tecnologia quanto as configurações das empresas tecnológicas estão passando por rápidas transformações, que ocorrem por meio de fusões e dissoluções. Com isso, ainda de acordo com a autora, estudiosos da área têm enfrentado dificuldades para escrever sobre as especificidades desse período,

caracterizado por um fenômeno com capacidade de ser transformado no segundo posterior.

A humanidade vive um momento histórico marcado pelo deslocamento do “[...] eixo da riqueza e do desenvolvimento de setores industriais tradicionais [...] para setores cujos produtos e serviços são intensivos em tecnologia e conhecimento” (CAVALCANTI; GOMES, 2000, p. 53). Ao contrário do que acontecia anos atrás, quando os criadores de bens e produtos ocupavam o lugar de pessoas poderosas no mundo de maneira mais proeminente, o que se vê hoje em dia é a maior importância daqueles cujo trabalho envolve a entrega de serviços e informações. O sucesso de muitos produtores de conteúdo para as redes sociais, os chamados influenciadores digitais, é exemplo típico desse fato.

As TICs auxiliam a humanidade em todos os setores, como medicina, agricultura e esportes. Porém, o vertiginoso incremento observado na área da informação impulsionou, em larga escala, o processo de mudança na forma como se dá a comunicação. Martín-Barbero (1997) explica que, entre os anos 1930 e 1950, os meios massivos desempenharam papel decisivo, transformando-se em porta-vozes da interpelação que, a partir do populismo, convertia as massas em povo e o povo em Nação.

Considerada a mais significativa das novas tecnologias inventadas pelo homem, a internet tornou-se, assim, um meio interativo e não um mero canal de comunicação, veículo transmissor de mensagens; trata-se, na atualidade, de um elemento determinante da comunicação.

A esse respeito, McLuhan (1996, p. 21) afirma que “[...] o meio é a mensagem. Isto apenas significa que as consequências sociais e pessoais de qualquer meio [...] constituem o resultado do novo estalão introduzido em nossas vidas por uma nova tecnologia [...]”. Em outras palavras, McLuhan quer dizer que a era eletrônica já criou um ambiente novo em sua totalidade. Contudo, conforme explica Santaella (2003, p. 24), nem mesmo essa célebre provocação de McLuhan “[...] chegou ao nível de obliteração da linguagem que o fetiche das mídias tem alcançado”.

De acordo com a pesquisa TIC Domicílios³⁹, que coletou dados sobre acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação nas residências urbanas e rurais do Brasil entre outubro de 2021 e março de 2022, embora um terço da população mais pobre do país ainda não tenha acesso à internet, 81% dos brasileiros acessaram essa tecnologia em 2021 (CETIC.BR, 2022). O mesmo estudo constatou que pessoas entre 16 e 24 anos são as que mais acessam a internet e que os maiores índices de uso estão concentrados nas regiões Sul, Norte e Centro Oeste, com 83% cada. A análise identificou, também, que o acesso à internet nas zonas rurais subiu no período da pandemia do novo coronavírus, indo de 53% para 73% em 2021, e que metade dos brasileiros acessa a internet pela televisão, superando o uso via computador e celular. Esse dado deixa clara a percepção de Ferrari (2016, p. 15), segundo a qual “A informação não é um privilégio ou um luxo, mas uma necessidade”.

Essas mudanças estão relacionadas a uma mutação cultural caracterizada pela chegada de uma civilização diferente, em que a produção dos sentidos é feita de outros modos. Dessa forma, a experiência passa a ser “[...] mais digital, fluida, hipertextual, caótica” (MARTÍN-BARBERO; RINCÓN, 2019, p. 17, tradução nossa). Conforme Pierre Lévy (acesso em 31 ago. 2022, p. 4), “[...] a técnica é uma das dimensões fundamentais onde está em joga [sic] a transformação do mundo humano por ele mesmo” e, por isso, tal questão ocupa uma posição central.

Ferrari (2016) acredita que estamos vivendo em uma nova utopia cognitiva que pode ser comparada àquela vivenciada décadas atrás, quando o surgimento do cinema e da fotografia significaram uma mutação cultural. Segundo a autora, não se pode negar que a televisão tenha trazido a modernidade para as residências do século XX, mas, o que se observa atualmente, é uma modificação social profunda que tem como protagonistas a televisão, a internet e os aplicativos.

Martín-Barbeiro e Rincón (2019, p. 20, tradução nossa) chamam esse processo de tecnicismo e, para os autores, “O tecnicismo é muito mais amplo do que a

³⁹ Os indicadores gerados pela TIC Domicílios oferecem um cenário de acesso e uso de TIC no Brasil, abordando temas como acesso às TIC e uso da internet. O levantamento é feito anualmente pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br). Os resultados completos do estudo podem ser acessados em <https://cetic.br/pesquisa/domicilios/>.

técnica, é a forma como as mudanças-chave nos impregnam, é uma linguagem com a qual as mudanças são lidas, vistas, compreendidas e explicadas”.

3.2 UMA NOVA SOCIEDADE

Sociedade em rede, sociedade do conhecimento, sociedade pós-industrial ou sociedade da informação são algumas das muitas expressões cunhadas com a intenção de entender as mudanças trazidas pelas TICs, como os portais de notícia e os redatores-robôs, em se tratando de rotina jornalística. Parente (2004) sugere, ainda, outros termos, como era da informação, era do simulacro, era do virtual e sociedade do controle – denominações que, para o autor, servem como admissão de que as modificações experimentadas atualmente são causadas pelo desenvolvimento tecnológico.

O papel perdeu, há algum tempo, a função de principal suporte de informação e entretenimento (BEGUOCI, 2016), além de que os principais veículos de comunicação do país podem ser encontrados, atualmente, nos meios eletrônicos. Logo, ainda que os avanços vivenciados na contemporaneidade se reflitam em todos os segmentos da vida social, é especialmente no jornalismo que se percebe uma busca incessante e cada vez mais ávida por informações atualizadas, em tempo real, já que, na sociedade da informação, o conhecimento é a nova forma de poder. Conforme sentenciou Flusser (2014), atualmente, só é possível saber de alguma coisa porque o saber acontece no espaço virtual.

Por outro lado, a internet e o conseqüente aumento da pluralidade da mídia geraram, também, novas formas de mal-estar generalizado para a elite hegemônica, acostumada a gerenciar a produção e a circulação dos quadros. Com as TICs, o controle do que pode vir a ser notícia passou a ser, também, alheio às grandes corporações midiáticas (SILVA, T., 2022). A esse respeito, Noble (2018, p. 39, tradução nossa) faz um importante questionamento: “[...] se a internet é uma ferramenta para o progresso e o avanço [...] então *cui bono* – para o benefício de quem, e quem detém o poder de moldá-la?”.

Os desafios atuais enfrentados pelo jornalismo, uma das áreas mais pressionadas a se transformar com o advento da internet (BELESSA, 2020), foram tema da discussão inaugural do webinar Catedra Oscar Sala, evento

organizado, em 2020, pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP), em parceria com o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC BR).

Para um dos participantes do encontro, o acionista do Grupo Estado Rodrigo Mesquita, a internet deixou de ser um meio, transformando-se em uma nova infraestrutura que tem efeito sobre todos os processos sociais, criando outra realidade cognitiva. Mesquita, citado por Belessa (2020) argumenta que a internet uniu “[...] editoração, impressão, televisionamento, computação, radiodifusão e telecomunicações [...]”, anulando a ideia de McLuhan, descrita anteriormente, de que o meio é a mensagem. De acordo com Rodrigo Mesquita, na contemporaneidade, o discurso é a mensagem (MESQUITA, 2020). Santaella (2003, p. 25) entende a questão da mesma forma:

Ora, mídias são meios, e meios, como o próprio nome diz, são simplesmente meios, isto é, suportes materiais, canais físicos, nos quais as linguagens se corporificam e através dos quais transitam. Por isso mesmo, o veículo, meio ou mídia de comunicação é o componente mais superficial, no sentido de ser aquele que primeiro aparece no processo comunicativo. Não obstante sua relevância para o estudo desse processo, veículos são meros canais, tecnologias que estariam esvaziadas de sentido não fossem as mensagens que nelas se configuram.

Vivenciamos, portanto, uma nova sociedade, uma sociedade em rede, culturalmente híbrida, que surgiu a partir dessa mudança de paradigma causada pela avalanche de informações midiáticas proporcionadas e/ou facilitadas pelas TICs. A dilatação e a complexificação progressiva observadas nos meios de comunicação produziram ferramentas que auxiliam na organização e na disseminação da informação e do conhecimento.

Segundo Silverstone (1999, p. 12),

É impossível escapar à presença, à representação da mídia. Passamos a depender da mídia, tanto impressa como eletrônica, para fins de entretenimento e informação, de conforto e segurança, para ver algum sentido nas continuidades da experiência e também, de quando em quando, para as intensidades da experiência.

A introdução das TICs proporcionou, assim, uma modernização significativa no campo social, uma vez que a cada dia surgem novas transformações, numa

relação de troca entre a sociedade, a cultura e as tecnologias. É a cibercultura, entendida por Almeida Filho e Silva (2019) como uma cultura naturalmente desterritorializada, que trouxe consigo, dentre inúmeras outras ferramentas, celular com tecnologia 4G (e, mais atualmente, 5G), jornalismo on-line e em tempo real, TV digital, Twitter, Skype, Instagram, Facebook, WhatsApp.

Por esse motivo, Ferrari (2016) conclui que o ambiente virtual já faz parte da nossa vida, não havendo mais a divisão clara entre os mundos real e virtual. Ao que Gutmann (2021, p. 20) indaga: “[...] teria ainda algum sentido distinguir o digital do que já não é? Alguém aí ainda ‘entra’ e ‘sai’ da internet?”.

Isso sem falar na convergência tecnológica, movimento que une telecomunicação, mídias eletrônicas e informática sob a mesma base tecnológica. É a união entre computadores, telecomunicações e os meios clássicos de comunicação, cujo resultado é, além da internet, novas ferramentas para apuração de notícias, imagens via satélite e novas formas de transmissão e armazenamento da informação (PAVLÍK; MOREIRA, 2000).

A partir de março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a covid-19 (doença causada pelo novo coronavírus – SARS-CoV-2) como uma pandemia e orientou o isolamento social como forma de contenção da propagação do vírus, um novo contexto foi criado, e as TICs firmaram-se como essenciais para a manutenção de relações pessoais e profissionais. Nesse sentido, Carvalho, Bliacheriene e Araújo (2020, p. 23) apontam que:

Apesar de presente no nosso dia a dia, antes da pandemia, a tecnologia era apresentada como um futuro possível. Algo que alguns poucos experimentaram e que muitos questionaram a viabilidade de sua adoção em massa e sua acessibilidade econômica. Com a chegada da pandemia, foi revelado um contexto para o qual nem mesmo as grandes empresas de tecnologia estavam preparadas.

De forma inédita e excepcional, diante da necessidade imposta pelo isolamento social e da falta de certezas relacionadas à duração da pandemia, as TICs foram usadas massivamente em todo o mundo como oportunidade de suavizar o impacto imediato do afastamento físico entre as pessoas. Eventos sociais (que ficaram conhecidos como *lives*), reuniões profissionais, aulas: tudo passou a ser mediado pelo computador, via conexão de internet. Naquele momento, a

tecnologia VOIP⁴⁰, na qual é possível receber e realizar chamadas de voz por meio da internet, significou a utilização massiva da internet por todo o mundo.

Atividades que se originaram na internet vêm afetando de maneira drástica o campo do fluxo livre de informações. A habilidade das pessoas de interagir com esse novo panorama informacional tem impacto sutil e difuso na compreensão do mundo e dos indivíduos (NOBLE, 2018).

Criticando esse uso massivo das TICs nesse momento de novos desafios sociais, Tarcízio Silva (2022) vê o tecnocentrismo como a solução equivocada para o problema, uma vez que o sistema favoreceu sobremaneira as elites. O autor considera que “A pandemia de covid-19 tornou-se um sonho inesperado para corporações e *startups* empenhadas em datafocar mais camadas da vida a fim de oferecer sistemas de gestão algorítmica” (SILVA, T., 2022, p. 167).

Essa mudança social é explicada por Lévy (1999), segundo o qual a cultura é responsável pela produção da técnica, sendo esta uma produção humana. Portanto, é imperativo que se analise, além do impacto das tecnologias, o que fazer com elas e aonde elas levam a sociedade. Corroborando esse pensamento, Garrido (2005) salienta que, na essência, não é a tecnologia que transforma a sociedade, mas a utilização que se faz dela.

O tecnicismo, a informatização e a globalização vivenciadas entre os anos 1900 e 2000 transformaram completamente a cultura, a comunicação e, em especial, o modo de se fazer jornalismo, como nunca se havia experimentado anteriormente. As redes tornaram-se tanto paradigmas quanto personagens principais das modificações que vêm ocorrendo com as TICs, o que culminou nesse papel estruturante que as novas estruturas de comunicação têm na nova ordem mundial (PARENTE, 2004).

3.3A POPULARIZAÇÃO DOS PORTAIS DE NOTÍCIA

A internet acarretou, ainda, modificações no *modus operandi* do jornalismo e, com as facilidades de acesso e reverberação de conteúdos inerentes ao meio

⁴⁰ *Voice Over Internet Protocol*. A tecnologia VOIP foi especialmente utilizada durante o isolamento social como medida de contenção do avanço da covid-19, quando a interação pessoal ocorria, preferencialmente, por áudio e vídeo.

virtual, portais de notícia têm cada vez mais influência sobre o senso comum e sobre as relações sociais. Na perspectiva de Martín-Barbero (2018), uma das mais intensas modificações que uma sociedade pode sofrer refere-se à alteração no modo como as informações circulam.

Como lembra Beguoci (2016, p. 150),

[...] na medida em que o mercado inteiro mudou, e continua mudando, percebemos que o jornalismo ganha mais ou menos força dependendo não apenas da história que você tem, como sempre foi e continuará sendo. A boa história é o básico do básico. Agora, a boa história depende do formato em que vai ser materializada, da plataforma em que vai ser publicada e dos canais pelos quais vai ser distribuída.

Os primeiros portais de notícias surgiram após as grandes empresas jornalísticas perceberem a oportunidade de aproveitamento do êxtase criado em torno da expansão da internet. Dessa forma, em 1996 (um ano após a chegada da internet ao Brasil), os principais portais de notícias já estavam atuando com uma estratégia diferenciada, em relação àquela utilizada pelos veículos impressos.

Renó (2020, n.p.) define os portais de notícias como “[...] um conjunto de diferentes conteúdos em um mesmo site [...]”, como as notícias. Para a autora, o que diferencia um portal de um site

[...] é o fornecimento de conteúdos voltados a um público específico. Para isso, os portais podem ser de duas categorias: horizontais ou verticais. O primeiro caso, dos portais horizontais, refere-se à presença de conteúdos sobre vários assuntos, como no Globo.com [...]. Apesar desta diversidade temática, o foco em um mesmo público se mantém. Os portais verticais, no entanto, são caracterizados pela abordagem de um assunto específico [...], no qual são encontrados diferentes conteúdos sobre o mesmo tema⁴¹ [...] (RENÓ, 2020, n.p.).

Segundo a autora, apesar de a terminologia “portal” não ser mais tão popular atualmente, a palavra continua presente no imaginário social e os veículos continuam aparecendo e tendo sucesso (RENÓ, 2020). Renó (2020) explica que,

⁴¹ Nesse sentido, podemos entender o portal de notícias G1 como horizontal, por abordar uma diversidade de pautas voltadas principalmente para o público branco, enquanto o Mundo Negro se enquadra na categoria de portal vertical, já que, apesar de disponibilizar conteúdos variados, o foco permanece na negritude. Aprofundaremos essas questões no Capítulo 4 desta dissertação.

nos anos 1990, quando foram criados, era normalizado o fato de que os portais fossem direcionados a um grande público, abordando diversas temáticas. Atualmente, a mídia de nicho também tem adotado essa prática (RENÓ, 2020).

Os grandes grupos de comunicação que têm portais de notícias (caso do Grupo Globo e seu G1) veem na internet a vantagem de fortalecer a marca da empresa em todos os suportes e conquistar novos leitores. Adicione-se a isso o potencial dos portais de “[...] extrair as melhores características das mídias tradicionais [...] e ‘reembalar’ em um produto novo e único, carregando os aspectos positivos das mídias já existentes e poucos, caso existam, dos negativos” (RASÊRA, 2010, p. 4).

Já para os jornalistas, as vantagens são a abertura de um enorme campo de possibilidades de trabalho, a maior proximidade com o público e a possibilidade de ter um *feedback* dos leitores (OLIVEIRA, 2008). Além disso, observamos agora um contato mais frequente entre fontes e repórteres, possibilitando um fluxo contínuo de alimentação dos sites. Dessa forma, os portais de notícia “[...] têm em comum a busca de mudanças que se relacionem com a revolução da informação, com os novos meios e ferramentas jornalísticas e com as profundas modificações nos hábitos dos leitores” (OLIVEIRA, 2008, p. 224).

Após a fase da simples transposição do conteúdo impresso para o meio on-line, os portais passaram a produzir notícias especificamente para as mídias digitais, destacando os conteúdos nas *homepages*. Assim, em 1999, foi lançado o “Último Segundo”, primeiro jornal brasileiro criado exclusivamente para o meio on-line (DANTAS; ROCHA, 2016). Segundo Herscovitz (2009), no Brasil, os portais de notícia bem-sucedidos são, normalmente, afiliados a grandes conglomerados privados de mídia. Assim, a estrutura das grandes empresas de comunicação impacta diretamente a qualidade do conteúdo produzido pelos portais.

Atualmente consolidados e popularizados como novas possibilidades de divulgação de conteúdo, os portais de notícia utilizam o tempo real com o propósito de fazer com que a notícia chegue de forma instantânea ao seu público. Tal instantaneidade é entendida por Franciscato (2003) como componente da atualidade do jornalismo, levando-nos à percepção de que a notícia, como produto do jornalismo, registra o instante, que é transmitido de maneira imediata, atingindo-se, assim, a plena instantaneidade. Como afirma

Martín-Barbero (2006, p. 71), “[...] as mídias de massa se transformaram em ‘máquinas de produzir o presente’, ou seja, acham-se dedicadas a fabricar o esquecimento”.

Noble (2018, p. 85, tradução nossa) analisa os modos pelos quais os dados analíticos, divulgados em tempo real, comprometem a qualidade da cobertura jornalística que chega até o público:

[...] jornalistas são confrontados com telas que fornecem dados analíticos em tempo real da viralização das histórias que publicaram. Nessas circunstâncias, jornalistas são incentivados a modificar manchetes e palavras-chave em uma notícia para promover maiores índices de atração e compartilhamento entre seus leitores. As práticas [...] são precisamente o tipo de análise baseada em algoritmos que coloca pressão sobre jornalistas para modificar o conteúdo do que escrevem com o propósito expresso de aumentar o tráfego publicitário.

Segundo Palácios e Gonçalves (1997, p. 3), o jornalismo feito por um portal de notícias “[...] representa a adaptação de uma modalidade específica de conhecimento da realidade a um novo suporte comunicacional, a tecnologia de transmissão digital de informações”. Essa adaptação a um novo suporte causou certo desconforto em muitos jornalistas tradicionais que, segundo Rodrigues (2009), acreditavam que o jornalismo feito para o meio on-line seria um demérito para a profissão. Além disso, os profissionais da imprensa temiam que o determinismo tecnológico resultasse em desprofissionalização no meio jornalístico.

Muitas empresas de comunicação também se mostraram temerosas com a chegada da tecnologia às redações e seguiram, por um tempo, falando somente para seus públicos cativos e fugindo das novas tecnologias, como aplicativos, *tags* e compartilhamentos de mensagens (FERRARI, 2016). Sobre isso, Lévy (acesso em 31 ago. 2022, p. 8) argumenta que “O cúmulo da cegueira é atingido quando as antigas técnicas são declaradas culturais e impregnadas de valores, enquanto que as novas são denunciadas como bárbaras e contrárias à vida”.

O decorrer dos anos mostrou que o trabalho jornalístico não se tornou dispensável devido à massificação e à globalização observadas no mundo digital. Pelo contrário, a imensa quantidade de informações e o imediatismo

inerente ao meio exigem um ordenamento e uma hierarquização dos fatos, responsabilidades que consideramos ser de um profissional do jornalismo.

Isso é notável especialmente quando vivemos na era da convergência jornalística⁴², caracterizada pela

[...] integração dos meios distintos; a produção de conteúdos dentro do ciclo contínuo 24/7; a reorganização das redações; jornalistas que são *plataform-agnostic*⁴³ [...]; a introdução de novas funções, além de habilidades multitarefas para os jornalistas; a comunidade/audiência ativa atuando segundo modelo *Pro-Am* (profissionais em parceria com amadores); o emprego efetivo de interatividade, do hipertexto e da hipermídia para a criação de narrativas jornalísticas originais (BARBOSA, 2009, p. 38).

Assim, a profissão de jornalista, mesmo bastante “[...] modificada tanto em sua maneira de apuração e produção quanto em sua forma de apresentação, seguirá sendo uma atividade que exige um profissional especializado” (PALACIOS; GONÇALVES, 1997, p. 3).

A necessidade da intermediação do profissional jornalista pode ser comprovada por dados do Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf Brasil 2018), coordenado pela Ação Educativa e pelo Instituto Paulo Montenegro e realizado pelo Ibope Inteligência. Segundo o documento, somente 12% da população economicamente ativa no Brasil pode ser considerada proficiente, ou seja, tem condições de apreender e elaborar textos diversos, como um discurso jornalístico (AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2018). “As habilidades de compreensão de códigos, que tornam o indivíduo proficiente em sua língua, são consideradas indispensáveis para a fruição de textos minimamente complexos, como os conteúdos noticiosos” (D’ARCADIA; CARVALHO, 2020, p. 531).

Além dessa questão, outro importante ponto a ser discutido é a segregação territorial na rede, que faz com que um grupo de elite utilize de forma intensa as novas estruturas de comunicação; outro grupo, menos influente, formado por um

⁴² Fenômeno que surgiu da “[...] necessidade de se modificar a maneira como o jornalismo é praticado nas redações do mundo inteiro no que se refere à produção e à distribuição da notícia [...]” (RASÊRA, 2010, p. 6).

⁴³ Profissionais que têm a capacidade de tratar a notícia da forma correta, “[...] seja para distribuir no impresso, na web, nas plataformas móveis etc [...]” (BARBOSA, 2009, p. 38).

agrupamento dos usuários da informação; e um terceiro nicho, formado pelo desconectados que não atuam na internet com total autonomia (SILVA, M. T. C. da, 2022).

Entendemos, assim, que o território cibernético existe, mas sua delimitação não é a de um território de acesso para todos. Os sujeitos ou objetos fazem das leis da lógica as chaves de entrada/saída/ (on/off). Os territórios cibernéticos são, acima de tudo, representações de territórios individuais e/ou privados, que a nível grupal, quer pessoal (SILVA, M. T. C. da, 2022, p. 2).

Michéle Silva (2022, p. 2) percebe o território cibernético como um rizoma⁴⁴, que se ramifica e se reticula “[...] num intenso processo de desterritorialização e reterritorialização das relações sociais”. Para a autora, o rizoma se assemelha à complexidade do novo paradigma tecnológico. Logo, “A comunicação deixa de ser um processo unidirecional e horizontal, para se transformar em um sistema rizomático, no qual já não é mais possível identificar o emissor e o receptor, tornando o mecanismo da produção da comunicação ainda mais complexo” (CASTILHO; FIALHO, 2009, p. 122).

Então, o jornalismo, entendido como território cultural e econômico, sofre constantes ações de desterritorialização, tendo de se reorganizar em busca de novas significações para si e para os profissionais que atuam nesse território (ALMEIDA FILHO; SILVA, 2019).

3.4 PORTAIS DE NOTÍCIA COMO NOVO *LOCUS* DA INFORMAÇÃO

Entendemos a globalização e o desenvolvimento tecnológico como uma necessidade social de diminuir ou mesmo findar com as restrições entre os espaços. Isso porque “[...] a cidade informacional do século XXI encontra na cultura da mobilidade o seu princípio fundamental: a mobilidade de pessoas, objetos, tecnologias e informação sem precedente” (LEMOS, 2009, p. 28).

Na perspectiva de D’arcadia e Carvalho (2020), o jornalismo tinha um território institucionalizado que teve sua estabilidade abalada pelo aparecimento e pela disseminação das novas TICs, em um fenômeno de desterritorialização. Características inerentes à internet e, por consequência, aos portais de notícias, como instantaneidade, flexibilidade e dinamismo, causam uma nova relação de

⁴⁴ Termo empregado, metaforicamente, por Deleuze e Guattari (SILVA, M. T. C. da, 2022).

produção e consumo da informação que deixou de estar vinculada aos seus espaços tradicionais de materialização, como jornais e revistas impressos, rádio e TV (D'ARCADIA; CARVALHO, 2020).

Os portais são, atualmente, as novas territorialidades da notícia e, nesse sentido, podemos entender que esta nova territorialidade está relacionada ao espaço por meio do qual as relações humanas desfrutam atualmente de trocas simbólicas. Isso porque, no entendimento de Castilho e Fialho (2009, p. 142), “Na era digital, a sobrevivência das empresas jornalísticas [...] passou a depender de uma crescente simbiose [...] entre publicações impressas e virtuais e a web”.

O público consumidor deu lugar às comunidades de leitores, cuja informação já não depende mais exclusivamente dos jornais impressos. [...] a principal função do jornalista na era digital não é mais encher os jornais e páginas web com notícias, mas fomentar a criação de redes sociais a partir do interesse comum de seus membros por informações (CASTILHO; FIALHO, 2009, p. 142).

A diversificação da mídia de “massa” em mídias alternativas, como telefones celulares e *tablets*, por exemplo, que transformaram a maneira de se consumir notícias, foi ocasionada, especialmente, pela expansão tecnológica. A disseminação das TICs deslocou as manifestações da sociedade de seus espaços clássicos de participação para as abordagens favorecidas pelos novos meios de comunicação, fazendo com que a desterritorialização passasse a ser uma percepção cultural (D'ARCADIA; CARVALHO, 2020). Lemos (2009) avalia que as novas mídias móveis digitais ampliaram as possibilidades de consumo, produção e distribuição da informação.

Contudo, van Dijk (2018, p. 20-21) chama a atenção para a importância de se

[...] descobrir se essa diversidade de tecnologias, mídias, mensagens e opiniões faz com que cada cidadão seja melhor informado e capaz de resistir à manipulação através de mensagens que aparentam ser direcionadas pessoalmente para ele – mas que poderia implementar muito bem as ideologias dominantes [...]. A ilusão de liberdade e diversidade pode ser uma das melhores maneiras de produzir a hegemonia ideológica que servirá aos interesses dos poderes dominantes na sociedade, incluindo as empresas que fabricam essas próprias tecnologias e seus conteúdos midiáticos e que, por sua vez, produzem ilusão.

Essa nova territorialidade da informação foi objeto de estudo da *Reuters Institute*⁴⁵, instituição ligada à Universidade Oxford, que analisou como a população de 38 países das Américas, da Europa e da Ásia consome os produtos midiáticos de várias plataformas. No Brasil, a pesquisa realizou 73 mil entrevistas e ouviu 2.013 pessoas, tendo o estudo se concentrado em analisar a configuração das fontes de notícias consultadas pela maior parte dos brasileiros. A pesquisa concluiu que, entre 2013 e 2019, o consumo de informações factuais teve um novo território, ou seja, por quase uma década, a internet se manteve no topo dentre as ferramentas mais acessadas, quando se pensa na busca por notícias (D'ARCADIA; CARVALHO, 2020).

Segundo Doria (2009, p. 197), esse tipo de consumidor de mídia e informação revela uma das maiores diferenças entre o passado e o presente:

[...] um consumidor é passivo, o outro é ativo. O velho consumidor recostava-se confortavelmente em sua poltrona e esperava que a informação lhe fosse transmitida por alguma autoridade: o jornal, a tevê, a enciclopédia – ou a primeira página do portal. A diferença é que o novo consumidor quer intervir. Ele vai à informação, não espera que lhe entreguem nada. Ele mexe com a informação, costura dados separados e os junta, comenta, republica, distribui.

Lemos (2009) chama esse novo consumidor de nômade virtual, já que ele cria territorializações enquanto se movimenta no espaço urbano. Segundo o autor, esses nômades virtuais estão em busca de novos territórios, os territórios informacionais, que definem novos lugares físicos e espaços de fluxos (LEMOS, 2009). As mudanças nos hábitos desses novos consumidores podem ser incluídas dentre os responsáveis pelas alterações no sistema de comunicação, que passou a ser integrado e digital (FERRARI, 2016).

As novas mídias têm sido também muito consideradas pelos meios tradicionais e são cada vez mais referendadas, principalmente por causa de algumas características inerentes ao meio, como flexibilidade, dinâmica, imprevisibilidade de alcance e possibilidade de anonimato (D'ARCADIA; CARVALHO, 2020). Por esse motivo, D'arcadia e Carvalho (2020, p. 530) apontam que as redes sociais

⁴⁵ A pesquisa completa pode ser encontrada em <https://www.digitalnewsreport.org/>.

digitais, como Instagram e Twitter, são, atualmente, o não lugar das notícias porque

[...] a informação que circula nesses ambientes muitas vezes não resiste a um protocolo básico de aferição a respeito de sua confiabilidade: os conteúdos não são assinados, e, portanto, não há autores que se responsabilizem pelo material exposto. A data da publicação não pode ser verificada, e o tripé básico de apuração (entrevista, coleta de dados e investigação) nem se efetiva. Mais graves são a distinção entre os gêneros (informativo, opinativo e interpretativo) e a indefinição a respeito dos conteúdos jornalísticos e publieditoriais [...].

O avanço das TICs, especialmente após a chegada da internet e suas possibilidades ilimitadas de interação, modificou o público consumidor, transformando-o em agente (FERRARI, 2016). Noble (2021) parece se preocupar com esse novo agente e com a questão da falta de um protocolo básico de aferição da confiabilidade. Para a autora, essa nova realidade pode potencializar casos de desigualdade no meio on-line, já que “Não tem nenhum benefício social coletivo em organizar fontes de informação na internet por meio de processos que solidifiquem a desigualdade e a marginalização [...]” (NOBLE, 2021, p. 17, tradução nossa). Por sua vez, Paulo Rogério Nunes (2016) acredita que o potencial das TICs deve ser utilizado para dar voz à criatividade e à construção de novas maneiras de superar os problemas sociais do povo negro, garantindo um futuro melhor para as gerações futuras. “Esse foi o propósito inicial dos entusiastas que sonharam com uma sociedade em rede” (NUNES, 2016).

Informações postadas nessas redes sociais digitais e em aplicativos de mensagens instantâneas, como o WhatsApp, passaram a ser incorporadas nas rotinas de apuração dos jornalistas, haja vista a cada vez maior utilização de redes sociais por instituições públicas e privadas e por políticos e governantes. O estudo da *Reuters Institute*, citado anteriormente, apresenta o desmedido crescimento dos aplicativos de mensagens visando à obtenção de notícias. No Brasil, destaca-se a utilização exponencial do WhatsApp, lembrado por 48% dos entrevistados (D’ARCADIA; CARVALHO, 2020). Podemos citar, ainda, o uso massivo do Telegram atualmente. Logo, o que se vê hoje em dia é um encadeamento entre redes sociais e portais de notícia, com um meio tornando-

se complementar ao outro. “Mesmo notícias que sejam meras reproduções de algo dito no Twitter podem ser úteis para aqueles que não viram o conteúdo circular em outra ferramenta [...]” (ZAGO, 2011, p. 63).

Fragoso, Rebs e Barth (2011, p. 215) analisam que “As peculiaridades da comunicação mediada pela internet permitem o estabelecimento de *ambientes* de interação *muitos-muitos*, que são compostos por representações visuais e/ou textuais visíveis e acessíveis em meio às quais acontecem as práticas sociais”.

Além de oferecer os suportes para a criação, organização e compartilhamento desses lugares-territórios, a internet também potencializa a diversificação das interações e, com isso, a multiplicação das identidades e identificações culturais. [...] Nesse processo, as vinculações identitárias individuais e coletivas transpõem-se para as representações online (ou seja, para os lugares-territórios virtuais), potencializando a experiência multiterritorial ao ampliar a gama de territórios dos quais o sujeito pode fazer parte tanto material quanto simbolicamente (FRAGOSO; REBS; BARTH, 2011, p. 215-216).

Os jornalistas dos portais passaram a atuar, portanto, filtrando informações de interesse público que circulam nas redes sociais; estas, aliadas aos aplicativos de mensagens, têm, nos dias atuais, protagonismo na disseminação de discursos, como demonstramos até o momento. Os portais funcionariam, então, como territórios digitais, sendo “[...] corredores de movimentação de informações e imagens que demandam organizar zonas de fixação” (SILVA, M. T. C. da, 2022, p. 2). Almeida Filho e Silva (2019) consideram essa descentralização da redação um fenômeno de desterritorialização do jornalismo. Para eles,

[...] o aparecimento de grupos de jornalismo independente organizados em torno de novos arranjos produtivos de trabalho [...] caracteriza uma reterritorialização das fronteiras jornalísticas, implicando a construção de novos sentidos para o jornalismo que é performado dentro desses novos limites (econômicos, simbólicos, culturais e jornalísticos) e para os jornalistas que atuam nesses novos territórios da profissão (ALMEIDA FILHO; SILVA, 2019, p. 187).

Segundo o acionista do Grupo Estado Rodrigo Mesquita, 70% do público que chega aos portais de notícias o fazem devido às discussões que acompanharam nas redes sociais, o que demonstra o enorme impacto criado por tais ferramentas nos discursos sociais (MESQUITA, 2020). Reafirmando o que dissemos

anteriormente, a colaboração entre jornalistas e públicos tornou-se inevitável e mutuamente interessante (CASTILHO; FIALHO, 2009).

O caso estudado nesta dissertação é exemplo desse fato, já que a história só chegou até os portais de notícia após Matheus Ribeiro postar, em seus canais digitais pessoais, o vídeo gravado no momento em que era acusado do furto. A partir daí, a mídia passou a acompanhar o caso, acionar o instrutor de surfe para entrevistas e a repercutir o desenrolar da história. Paulino (2016) assegura ser impossível contestar que essa participação popular nos meios de comunicação foi facilitada pelo surgimento das novas estruturas comunicacionais. Segundo a autora, “Isso é um retorno ao espaço da esfera pública, mas agora em ambientes *online*” (PAULINO, 2016, p. 66). Novos tempos, novas territorialidades.

Para Castilho e Fialho (2009, p. 143),

A grande diferença da era digital em relação à era analógica é que a captura do conhecimento tácito não é mais feita exclusivamente pelos chamados especialistas, entre eles os jornalistas. Os equipamentos digitais e a Internet colocaram nas mãos de pessoas sem formação acadêmica as ferramentas necessárias para também executar essa função, criando simultaneamente a necessidade da colaboração, quase uma alquimia, entre as multidões que conhecem pouco e os poucos que conhecem muito.

Rasêra (2010) é enfática ao afirmar que os jornalistas precisam parar de produzir conteúdos que não geram interesse no público, uma vez que o consumo da notícia mudou e sua produção e distribuição devem acompanhar essa mudança. Como afirma Ferrari (2016, p. 15): “Ousar na mídia digital significa não ter medo de arriscar”.

Rasêra (2010, p. 8) analisa que as empresas de comunicação

[...] já se mostram preocupadas com esse panorama e já começaram a buscar soluções e tomar medidas para acompanhar essa transformação. Os grupos comunicacionais já entenderam que a sua forma de trabalho também deve mudar, já que a postura do público em relação ao consumo da notícia mudou. Não adianta mais produzir conteúdo da mesma forma como era feito [...], uma vez que o público não o recebe da mesma forma.

Logo, como visto, já se notam frequentes tentativas de os meios de comunicação convencionais se reposicionarem nesses novos territórios, como a produção colaborativa com as redes sociais digitais, criando um novo ambiente social. Castilho e Fialho (2009) mencionam uma impossibilidade de se produzir informações na intensidade, imediaticidade e profundidade exigidas pela era digital senão por meio de ações coletivas. Fragoso, Rebs e Barth (2011, p. 213) sentenciam que “[...] os territórios não estão desaparecendo, mas mudando de lugar constantemente, adquirindo outro sentido relacional”.

Na avaliação de Beguoci (2016, p. 152),

O jornalismo continua sendo uma ferramenta para a sociedade se conhecer e se questionar. A comunicação continua sendo um instrumento para nos dar senso de comunidade e pertencimento a um mesmo lugar. O que muda, e isso é um desafio grande e permanente, são as ferramentas para cumprir essas missões e materializar as grandes linhas.

D’arcadia e Carvalho (2020) acreditam que a velha mídia esteja buscando uma reterritorialização da notícia.

3.5 TERRITORIALIDADE HUMANA: O CORPO NEGRO NO ESPAÇO SOCIAL

Conforme lembra Paulino (2016, p. 52), quem atua na internet são seres humanos que estão

[...] ligados às redes do mundo desconectado, e as interferências entre os dois ambientes, até certo ponto, são inevitáveis. Assim como o mundo real é levado para as redes sociais digitais, as discussões online têm o potencial de gerar atitudes e ações no mundo físico.

Segundo a autora, a internet se constitui como um espaço privilegiado de discussão de temas de relevância social, como o racismo estrutural, uma vez que há possibilidade de interação entre públicos diversos, aptos a discutir assuntos de interesse geral. Nesse contexto, tratar a territorialidade humana é importante tanto pelo tema abordado nesta dissertação, que envolve indivíduos que ocupam territórios diferentes em várias vertentes, quanto devido à relação estabelecida entre a geografia e o homem. Isso tendo em vista que a

comunicação mediada pela internet tem efeito sobre as relações entre espaço geográfico e identidade cultural (FRAGOSO; REBS; BARTH, 2011) e que, a depender da renda e da classe social dos indivíduos, o espaço adquire diferentes significados (SANTOS, 2011).

Ferrari (2016) alega que a mobilidade informacional, a qual garante acesso rápido, pleno e facilitado à informação, tem íntima relação com a potência da mobilidade física. Para a autora, “[...] a mobilidade deve ser politizada, conquistada, pois a mobilidade de uns pode ser a imobilidade de outros. A mobilidade globalizada vem gerando novas territorializações e novos sentidos de lugares” (FERRARI, 2016, p. 139).

Conforme apresentado na Introdução deste trabalho, Matheus Ribeiro foi abordado no bairro do Leblon por um casal de brancos, que buscava identificar a posse da bicicleta que ele (Matheus) portava. Recapitulando brevemente, Matheus Ribeiro, um rapaz negro, morador do Complexo da Maré (conjunto de 17 favelas localizado na zona norte do Rio de Janeiro), aguardava a namorada em frente ao Shopping Leblon, localizado no bairro homônimo, zona sul da capital fluminense. Ele estava sentado em sua bicicleta elétrica quando foi abordado por Tomás Oliveira e Mariana Spinelli, um casal de jovens brancos, que alegava que a bicicleta de Mariana, de mesmo modelo, havia sido furtada nas redondezas. Naquele momento, Matheus passou a filmar a abordagem e, no vídeo, que foi parar nas redes sociais e originou uma série de notícias sobre o caso, é possível ver o casal de brancos afirmando que o veículo era parecido com o deles e questionando se o instrutor teria furtado a bicicleta.

Matheus Ribeiro provavelmente fora notado e considerado suspeito do pretense furto porque seria “um estranho no ninho”. Era um corpo negro em um bairro de classe alta, parado em frente a um shopping de luxo. O bairro do Leblon conta com pouco mais de 46 mil moradores, dos quais 87% se autodeclaram brancos, contra 8,9% que se dizem pardos e 3,4%, pretos (BORGES, 2020). O racismo se inter-relaciona com a geografia na medida em que é possível nomear qualquer espaço das cidades e seu perfil racial (DIANGELO, 2018). Diangelo (2018, p. 61) observa ser fácil perceber se determinada região está avançando ou recuando em termos de mercado imobiliário, já que, para a autora, essa

equação está fundamentalmente baseada no ritmo de alteração da demografia racial: “Se estiver recuando, é porque estará se tornando menos branco”.

Para Diangelo (2018), a classificação dos bairros em bons ou ruins parte do critério racial. É o que se convencionou chamar de segregação racial residencial, quando pessoas do mesmo grupo estão concentradas nos meus espaços, levando a uma desigualdade humana (RIOS NETO; RIANI, 2009).

Daí que bairros majoritariamente brancos, como o Leblon, são vistos por grande parte da sociedade como seguros, bons, limpos e desejáveis. Já espaços de maioria negra, como o Complexo da Maré e seus 62,1% de habitantes autodeclarados pretos ou pardos (CARVALHO, 2021), são lidos como ruins, perigosos, sujos e cheios de criminalidade, devendo ser evitados.

Com isso, queremos dizer que vivemos em uma sociedade que estigmatiza e marginaliza profundamente o território negro. É dessa forma que o quadro racial branco⁴⁶ começa a ser construído e

[...] qualificar os espaços brancos como seguros e aqueles que neles são criados como racialmente inocentes conecta-se com as narrativas clássicas de pessoas de cor como não inocentes. Imagens racistas e os medos delas decorrentes podem ser encontrados em todos os níveis sociais, e [...] os brancos acreditam que pessoas de cor (especialmente as negras) são perigosas (DIANGELO, 2018, p. 72).

A segregação territorial faz com que aqueles que não se identificam ou não participam do grupo sejam excluídos por inúmeras razões, tornando-se indesejáveis e sendo impedidos de entrar ou permanecer sem serem convidados (SILVA, T., 2022). É o território sendo “[...] usado como palco de ações isoladas e no interesse conflitante de atores isolados” (SANTOS, 2011, p. 187).

A segregação territorial, atrelada ao racismo estrutural, foi o que mediou a acusação de furto discutida nessa dissertação. No entendimento de Tomás Oliveira e Mariana Spinelli, só o fato de uma pessoa negra estar em um dos metros quadrados mais caros do Brasil, portando uma bicicleta elétrica avaliada em mais de R\$ 3 mil, já a coloca em estado de suspeição, uma vez que a

⁴⁶ Quadro racial branco é o termo usado por Robin Diangelo (2018, p. 59) para “[...] descrever como os brancos fazem circular e reforçam mensagens raciais que os instituem como superiores”.

expectativa social em relação a indivíduos como Matheus Ribeiro é a pobreza, a marginalidade e a subserviência (TOLENTINO, 2021).

Alguns estudiosos brasileiros tendem a creditar a segregação racial residencial a fatores socioeconômicos. Em outras palavras, para esse grupo, a segregação no Brasil seria da ordem de classes sociais e, como a classe mais baixa é majoritariamente negra (ao contrário do que é observado nas classes mais abastadas), a aglomeração habitacional de pretos e pardos poderia ser explicada por essas diferenças sociais.

Contudo, Rios Neto e Riani (2009) apresentam pesquisas que mostram como a condição socioeconômica não pode ser apontada como o único fator de segregação no país e que aspectos étnico-raciais também devem estar envolvidos na questão. Para os autores,

[...] não se pode considerar que apenas os fatores socioeconômicos são os responsáveis pela segregação residencial [...], fatores como autosegregação e racismo também têm que ser levados em consideração, visto que aparece uma tendência a que, mesmo alcançando ascensão social em termos de renda per capita familiar e escolaridade do chefe do domicílio, negros continuem residindo em bairros onde as médias destes indicadores estejam abaixo da sua, mas onde se verifica concentração de negros – e, deve-se lembrar, também, de pobres (RIOS NETO; RIANI, 2009, p. 101).

Varjão (2008) corrobora essa visão. Para ela, o fator racial impõe-se porque as ferramentas coloniais de dominação seguem vinculadas com a questão racial.

Talvez por compor uma parcela da população que não tem condições para mudar de bairro, Matheus Ribeiro viaja, diariamente, cerca de 20 quilômetros entre sua residência e a praia do Leblon para atuar como instrutor de surfe. Segundo Lemos (2009, p. 29), duas noções devem ser levadas em conta ao se falar de mobilidade:

[...] a *extensibilidade*, ou seja, a capacidade de uma pessoa ou grupo superar as dificuldades de movimento, e a *acessibilidade*, ou a potência para alcançar o ponto desejado. Estas duas dimensões são complementares: enquanto a extensibilidade refere-se ao poder e à habilidade de se mover, a acessibilidade refere-se às possibilidades de alcançar determinados pontos no deslocamento (sejam eles físicos, informacionais ou cognitivos).

No momento da abordagem, Matheus Ribeiro não estava trabalhando – situação que muitos brancos esperam de uma pessoa negra em espaços dominados pela hegemonia branca. Naquele instante, ele era um cidadão gozando de um momento de folga, o que, aparentemente, não lhe garantia “[...] o mesmo valor enquanto produtor e enquanto consumidor [...]” (SANTOS, 2011, p. 175).

De acordo com Santos (2011, p. 172-173),

[...] o espaço também contribui para que, no sistema capitalista, o desenvolvimento das forças produtivas e a expansão da divisão do trabalho sejam paralelos à formação de uma estrutura de classes que separa, de um lado, os proprietários dos bens de produção, e, de outro, os portadores da força de trabalho [...].

Diangelo (2018, p. 120) cita o escritor e jornalista Ta-Nehisi Coates⁴⁷, que afirma: “Negros labutando estão em seu estado natural; brancos labutando suscitam o fantasma da escravidão branca”. Além de não estar trabalhando, Matheus Ribeiro estava fora do território que fora designado pela branquitude para si, espaços como o Complexo da Maré. Se ele estivesse no local carregando uma mochila térmica de aplicativos de entrega, provavelmente não teria sido sequer notado e as chances de ser colocado na posição de principal suspeito do furto seriam menores (TOLENTINO, 2021).

Santos (2011) apregoa, ainda, que as condições existentes em dadas regiões são determinantes com relação à desigualdade no valor de cada indivíduo. Para o autor, as disparidades contribuem “[...] para que o homem passe literalmente a valer em função do lugar onde vive. Essas distorções devem ser corrigidas em nome da cidadania” (SANTOS, 2011, p. 192).

Menezes e Tuzzo (2013) avaliam que, além de ser um direito, a cidadania está intimamente ligada à qualidade de vida, ao *status* de ser cidadão. Isso porque ser cidadão, para as autoras, é ocupar um lugar, participar e ser ativo socialmente. Dessa forma, é cidadão e exerce a cidadania aquele que está visível na esfera pública.

Os negros foram desterritorializados da África e trazidos para o Brasil em um processo no qual “A identidade diaspórica foi historicamente produzida,

⁴⁷ Ta-Nehisi Coates é o escritor responsável por criar histórias em quadrinhos famosas, como Pantera Negra.

particularmente, no rastro do deslocamento transoceânico de pessoas a serviço do projeto colonial” (HINTZEN, 2009, p. 55). Aqui, a senzala passou a representar a submissão à brutalidade dos brancos, demarcando os limites do território e da autonomia do negro sob o regime escravocrata, uma vez que o corpo do escravizado era propriedade do senhor e somente a fuga era capaz de romper esse limite (ROLNIK, 2009). De acordo com Villaça (2012), a senzala representava um espaço de exclusão, do qual era necessário manter distância das diferenças materializadas pelos cantos, danças e feitiços dos negros

Apesar da desterritorialização inicial, DaMatta (1987) analisa que vivemos atualmente em um meio social no qual as coisas e pessoas têm lugares demarcados e cada um desses lugares tem suas coisas e pessoas. Logo, “Em lugar de casas-grandes, sobrados. Em vez de senzalas, ‘quartos para criados’” (VARJÃO, 2008, p. 2.507). Em outras palavras, em lugar de casas-grandes, Leblon; em vez de senzalas, Complexo da Maré.

Assim, segundo DaMatta (1987, p. 76), os negros têm um território demarcado nesse sistema de relações humanas:

Em sociedades assim constituídas, situações de discriminação (ou de segregação) só tendem a ocorrer quando o elemento não é conhecido socialmente; isto é, quando a pessoa em consideração não tem e não mantém relações sociais com pessoa alguma naquele meio. A discriminação não é algo que se dirige apenas ao diferente, mas ao estranho, ao indivíduo desgarrado, desconhecido e solitário: ao estrangeiro – o que, numa palavra, não está integrado na rede de relações pessoais altamente estruturadas [...].

Supõe-se, pois, que a suspeição sobre o jovem negro e sua posse no bairro do Leblon esteja associada à cor da pele de Matheus Ribeiro, que, nos termos de DaMatta (1987), era o diferente, o estranho, o desgarrado, o estrangeiro e destoava daquele ambiente elitizado e embranquecido. Para Braga (2019), esse fato está relacionado ao medo do descontrole sobre a população subalternizada, temor que se remodela e cria novas metodologias, embora incorra sempre em um mesmo objetivo: diminuir ao máximo a circulação dos corpos negros no território.

Segundo Santos (2011), o valor de um indivíduo depende de onde ele está, de sua localização no território. Villaça (2012, p. 15) explica essa questão

apontando que “Faz parte do senso comum considerar a diferença do espaço e do corpo periférico como unidade que se distingue dos corpos de outras faixas sociais”. Logo, Matheus Ribeiro seria considerado mais ou menos cidadão a depender de onde estivesse: no Leblon ou no Complexo da Maré. “O homem-cidadão, isto é, o indivíduo como titular de deveres e direitos, não tem o mesmo peso nem o mesmo usufruto em função do lugar em que se encontra no espaço total” (SANTOS, 2011, p. 167).

Daí entendemos o que Sack (2013) quis dizer ao sentenciar que, para os indivíduos, a territorialidade é uma estratégia poderosa de controle de áreas. Ela é, ainda, “[...] instrumento de manutenção, conquista e exercício do poder” (BRAGA, 2019, p. 32). Na perspectiva de Raffestin (1993, p. 159), “O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele”. Braga (2019, p. 32) utiliza-se do pensamento do geógrafo Rogério Haesbaert para explicar que

O olhar sobre as relações de poder permite um envolvimento com o controle territorial, que depende do tipo (funcional ou simbólico) dos sujeitos que promovem o território, fazendo com que a intencionalidade não seja centralizada apenas na figura do Estado, pois tem uma intencionalidade mais diversa.

A territorialidade, portanto, desempenha um papel relevante nas relações sociais. Logo, é importante que se conheça o que a territorialidade faz, além do que ela é (SACK, 2013). Quando Tomás Oliveira e Mariana Spinelli se aproximaram e abordaram Matheus Ribeiro, isso mostrou o quanto o racismo segue naturalizado no Brasil, já que brancos não se intimidam de se aproximar de um negro na rua e questionar a posse de sua propriedade – especialmente nos últimos anos, devido, como mostrado no capítulo anterior, ao respaldo sentido na postura dos governantes no exercício do poder na República à época do caso.

Para Santos (2011, p. 192),

Uma política efetivamente redistributiva visando a que as pessoas são ou sejam discriminadas em função do lugar onde vivem, não pode, pois, prescindir do componente territorial. É a partir dessa constatação que se deveria estabelecer como dever legal – e mesmo constitucional – uma autêntica instrumentalização do território que a todos atribua, como direito

indiscutível, todas aquelas prestações sociais indispensáveis a uma vida decente e que não podem ser objeto de compra e venda no mercado, mas constituem um dever impostergável da sociedade como um todo e, neste caso, do estado.

3.5.1 Territorialidade e racismo

Sodré (1999, p. 261) lembra que o racismo é exacerbado exatamente no momento da proximidade entre corpos brancos e negros. Dessa forma, o racismo implicaria “[...] uma desterritorialização – do Mesmo ou do Outro”, sendo este Outro

[...] aquele que supostamente “não conhece seu lugar” – assim se expressa o senso comum discriminatório – isto é, aproxima-se demais, rompendo com a separação dos lugares em todas as configurações possíveis (ego, corpo, vizinhança, etc.) e deste modo conspurcando a pureza pressuposta de uma hierarquia territorial. O nojo racista ao Outro decorre de seu deslocamento territorial: ele (o negro [...]) está ali onde não deveria [...] (SODRÉ, 1999, p. 261).

Retomamos a noção do “Nós” contra “Eles”, comentada no capítulo anterior, para tratar do espaço antropológico, que seria

[...] o espaço de investimento de sentido em que homens e mulheres constituem os limites míticos e identitários, criando um “nós”, fonte de referência e de identidade, ao qual se contrapõe um “eles”, fora de suas fronteiras, distante, distinto. Tais lugares não se prendem apenas a geografia, mas também a simbolismos (VILLAÇA, 2012, p. 15).

Sobre isso, DaMatta (1987, p. 78) introduz um questionamento: “[...] como encontrar um lugar para negros, ex-escravos, num sistema que situava (e ainda situa) o indivíduo e a igualdade como a principal razão de sua existência social?”. Para o autor, a resposta a essa pergunta é a discriminação na forma de segregação, em uma sociedade individualista para a qual é importante a manutenção de um sistema com grande desigualdade (DAMATTA, 1987).

A territorialidade do corpo negro faz-nos retomar a questão do mito da democracia racial, abordado no capítulo dois. O caso do furto da bicicleta no Leblon, além de tratar do racismo estrutural e estruturante, está intrinsecamente ligado à questão de território, aqui entendido em seu conceito simbólico-cultural,

segundo o qual “[...] é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” (HAESBAERT, 2011, p. 40). Por sua vez, Sack (2013) apregoa que a territorialidade é a tentativa de indivíduos ou grupos de influenciar, afetar ou mesmo controlar pessoas e relações, por meio da delimitação e do controle sobre determinada área geográfica.

Matheus Ribeiro estava em uma via pública do Leblon e isso pareceu incomodar o casal que o interpelou – o que remete ao fenômeno social da repartição espacial das classes sociais, referida por Santos (2011). Sobre isso, o autor questiona acerca do direito ao acesso a determinados espaços, ao que ele mesmo responde: “Hoje, os espaços públicos (praias, montanhas, calçadas etc) foram impunemente privatizados” (SANTOS, 2011, p. 125). Por outro lado, os territórios da branquitude

[...] estão disponíveis para todos os brancos, independentemente da posição da classe, mesmo para aqueles brancos que estão sem poder, dinheiro ou influência. Porque os negros são considerados inferiores, embora não mais com base na ciência como determinante antecedente, mas na base da pirâmide social, permite que os brancos – todos eles – se incluam no círculo dominante. A maioria dos brancos não possui poder real, porém todos podem reivindicar sua identidade racial privilegiada (SANTOS, 2018, p. 174).

Menezes e Tuzzo (2013) relembram o período da busca pelos valores europeus e pelo embranquecimento da nação, idealizados pela elite brasileira colonial. Nesse sentido, havia “respeito” às culturas negras, já que não era “educado” ignorá-las. Por outro lado, o negro “[...] agora lutava por um espaço na sociedade brasileira e afirmações de identidade, enfrentando o racismo e a exclusão social” (MENEZES; TUZZO, 2013, p. 157).

Braga (2019) vê o interesse pelo branqueamento da população brasileira no pós-abolição como uma política territorial que visava reconstruir o país a partir da europeização, cujo objetivo principal era o apagamento da participação negra da história e da geografia nacionais. Rolnik (2009) também remete a essa questão e afirma que o embranquecimento populacional significou uma redefinição dos territórios. Além disso, mesmo após o fim da escravidão, o negro ex-escravizado ficou condenado ao estigma da colonização, sendo estereotipado e tendo sua

cor relacionada a atributos negativos (BRAGA, 2019). “Assim, o negro, que antes estava com o corpo marcado, agora teria seu território demarcado” (BRAGA, 2019, p. 36) pela elite hegemônica.

Braga (2019) considera essa hierarquização dos territórios como a responsável pela construção de fronteiras simbólicas que até hoje criam muitas dificuldades para o povo negro brasileiro. Logo, o fato de Tomás Oliveira e Mariana Spinelli terem “confundido” Matheus Ribeiro com um ladrão de bicicleta pode ser entendido como

[...] uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação. [...] Sendo a ação sempre comandada por um objetivo, este é também uma delimitação em relação a outros objetivos possíveis (RAFFESTIN, 1993, p. 153).

Diangelo (2018) chama atenção para o fato de que, embora muitas pessoas brancas considerem os territórios ocupados por muitos indivíduos negros como sendo mais indesejáveis e perigosos, é preciso levar em consideração outra perspectiva: “Ouvi muitas pessoas de cor descreverem como foi dolorosa a experiência de serem elas as poucas pessoas não brancas em suas escolas ou bairros” (DIANGELO, 2018, p. 93).

Existem, ainda, maneiras invisíveis de se delimitar territórios, o que traz nossa análise à discriminação, ao racismo, à mídia, às coberturas jornalísticas, às TICs, ao cruzamento de mídias, ao jornalismo, ao contexto, à história, enfim, todos os ingredientes que promovem a perpetuação de um sistema racial mascarado pelo mito da democracia racial, que protege e acomoda “[...] confortavelmente a hipervalorização da identidade branca e a hipovalorização da identidade racial negra” (SANTOS, 2018, p. 173).

Por outro lado, são os negros que povoam os espaços de criminalidade dos portais de notícias, tanto quanto autores quanto como vítimas. Pode-se inferir desse fato que a violência é o território midiático do negro (VAZ; MENDONÇA, 2002). Dessa forma, é crucial tratar de territorialidade, negritude e racismo também sob o viés da mídia, partindo-se da “[...] configuração dos meios de comunicação, uma vez que estes se transformaram no principal lócus, no qual se externam posições públicas e se constroem referenciais de comportamentos e valores” (OLIVEIRA, 2011, p. 25).

4 MÍDIA, RACISMO E LUTA ANTIRRACISTA

“Os estudos concernentes à mídia convencem-nos de que este tem sido um ‘território’ interdito às populações negras e, também, um espaço de constante criação de estereótipos. Se levarmos em consideração que as mídias formam/produzem opiniões, e não somente informam/reproduzem (sobre) fatos, podemos inferir que a imagem de negros e negras que se quer incutida ou ratificada no imaginário social ainda tem sido, com grande frequência, a daquele (a) que ocupa o ‘lugar a menos’.” (Roberto Borges; Rosane Borges, 2012, p. 36).

O prólogo nos dá ideia do que vamos abordar neste capítulo: racismo midiático, invisibilização de corpos negros na mídia branca hegemônica e maneiras encontradas pela população negra para se contrapor a este paradigma.

4.1 A HEGEMONIA É BRANCA

Debates públicos, conversas do cotidiano, trocas nas redes sociais digitais, declarações de especialistas – tudo isso pode influenciar substancialmente a forma como enxergamos o mundo. Porém, é cada vez maior a importância da mídia e dos produtos jornalísticos como formas de conhecermos e participarmos da realidade social. Mais do que isso, a mídia está inserida no tecido social e, por isso, devemos entender que sua condição simbólica tem influência nas decisões tomadas pela sociedade (ANDRADE; SILVA, 2021).

Como apresentado nos capítulos anteriores, são diversas as motivações históricas, sociais, culturais, políticas, biológicas e geográficas utilizadas pela branquitude para legitimar e perpetuar uma perspectiva que busca manter a ordem racial vigente no Brasil, baseada na branquitude. Parte relevante da tecitura social (e tendo a contribuição das TICs e da internet para fazer reverberar seus enquadramentos em escala mundial), a mídia branca, hegemônica, tem papel central na construção da representação sobre maiorias minorizadas, como a população negra, o que acaba por manter as desigualdades

entre brancos e negros nas notícias por meio de um significativo reforço de estigmas negativos com relação à população negra (SANTOS, 2018).

De acordo com Carranço (2012, p. 158), a indagação que deve ser feita é: “[...] o racismo é um problema estrutural da sociedade brasileira, que afeta todas as suas instâncias, de que maneira ele se manifesta [...] na produção cotidiana dos jornalistas?”

Em seu texto de apresentação do livro *Desigualdade Racial Midiática*, de autoria de Tiago Vinicius André dos Santos, Moreira (2018, p. 15) explica que a cultura midiática apresenta duas características principais, quais sejam: “[...] a reprodução de vários estereótipos que designam supostas características e supostos lugares que minorias raciais podem ocupar na nossa sociedade [...]”; e “[...] práticas discursivas que procuram invisibilizar minorias raciais de forma a referendar uma ordem social na qual apenas pessoas brancas são vistas como os únicos atores sociais competentes”. Santos (2018, p. 20) complementa, apontando outras duas características do sistema midiático: “[...] sua capacidade de fixar sentidos e ideologias interferindo na formação do imaginário social e da opinião pública [...]” e “[...] sua capacidade de transmitir valores e significados que não são meramente abstratos, mas, organizados e vividos”.

Para van Dijk (2018), todas as ideologias (re)constroem a realidade social, a depender de determinados interesses. Daí que as notícias jornalísticas têm papel central na formação e na transformação de ideologias, sendo determinante analisar os produtores que controlam os meios de comunicação – e são responsáveis pela (re)produção ideológica – e quais são os processos utilizados por eles (VAN DIJK, 2018).

Van Dijk (2018, p. 144) sugere que

[...] muito da fala cotidiana sobre as minorias é inspirada pela mídia. Falantes, rotineiramente, referem-se à televisão ou aos jornais como suas fontes de conhecimento (e de autoridade) e opiniões sobre as minorias étnicas. [...] não somente para os cidadãos comuns, mas também para as próprias elites, a mídia é hoje a principal fonte de conhecimento e opinião étnicos na sociedade.

No entendimento de Cordeiro⁴⁸ (2018), nós, pesquisadores, não teríamos que nos preocupar tanto com os assuntos abordados pela mídia se não existissem duas situações: o lugar de privilégio que a mídia ocupa na hierarquia social e a natureza do papel que os meios de comunicação desempenham na contemporaneidade. É, como pontua Santos (2018), como se o ambiente virtual condensasse dentro de si toda a vida social, incluindo os pensamentos, a cultura, as informações, as cadeias produtivas e os costumes de uma sociedade.

Santos (2018) entende que a mídia tem um poder imaterial que invade sem resistências físicas e territoriais, com capacidade para expandir esse poder para além dos portais de notícias. Na concepção do autor, a mídia é

[...] um sistema efetivo e eficaz apto a definir estratégias de largo alcance e transmitir significados e valores que não são meramente abstratos, pois, exercem interferência crucial na circulação de informações, interpretações e crenças indispensáveis à consolidação de consensos sociais (SANTOS, 2018, p. 143).

Van Dijk (2018, p. 73) sugere não haver dúvidas de que, dentre todas as formas de texto, “[...] as dos meios de comunicação de massa são as mais penetrantes, se não as mais influentes, a se julgar pelo critério de poder baseado no número de receptores”. Na concepção do linguista, as notícias têm um papel vital na sociedade. Por isso, Cordeiro (2018, p. 91) chama a atenção para o fato de que, embora haja esse acordo com relação à importância da comunicação para a sociedade contemporânea, essa harmonia

[...] não tem sido acompanhada de atitudes e comportamentos relacionados com o fazer da comunicação, de um modo geral. Nos produtos comunicacionais, é possível observar marcas de distinção as quais, por sua vez, sugerem que a mídia tende a se pautar por esquemas de classificação previamente estabelecidos na sociedade.

Importante, portanto, realizar estudos sobre a relação entre mídia e racismo para repensar a constante invisibilidade midiática da população negra e a

⁴⁸ Tânia Cordeiro foi a responsável pelo texto de apresentação do livro *Micropoderes, Macroviolências*, de autoria de Suzana Varjão.

representação racializada e estigmatizada desse grupo no Brasil (SANTOS, 2018).

A mídia goza de grande crédito e privilégio no tecido social, além de desempenhar papel crucial na mediação da experiência humana, ajudando na construção de sentidos que se cristalizam como significados inerentes aos objetos (COSTA, 2012). Cordeiro (2018, p. 91) avalia que “A apreciação positiva que se tem em relação à mídia [...] torna mais adequada a necessidade de zelo e responsabilidade quando da confecção de todos os produtos midiáticos, com especial atenção para os materiais jornalísticos”.

A acelerada corrida pelo furo da notícia e pelo tempo real da informação fazem com que a abordagem da mídia hegemônica muitas vezes despreze uma reflexão aprofundada acerca da cobertura jornalística produzida, culminando na repetição de representações historicamente construídas pela população brasileira contra o povo negro. A preocupação que apresentamos neste trabalho está justamente no fato de que estamos lidando com “[...] uma esfera capaz de acusar a existência de algo a um número incontável de indivíduos que, de outro modo, não teriam acesso àquela informação” (CORDEIRO, 2018, p. 99).

No entendimento de Oliveira, Oliveira e Arrais (2019), o corpo negro pode ser compreendido como uma peça-chave para discussões em torno das várias formas de representação que, na maioria das vezes, sustentam o racismo estrutural e descentralizam o combate. Tais representações são produzidas a partir de relações de poder, criando e/ou reforçando enquadramentos midiáticos estigmatizados da população negra, que acabam por potencializar a desigualdade racial, tendo em vista que banalizam determinados dados e aumentam a submissão desse grupo (OLIVEIRA; OLIVEIRA; ARRAIS, 2019).

4.1.1 O branco visível, o negro invisível

Ferro (2012) conta que, já no Brasil colonial, o negro aparecia na mídia de duas formas extremas: ou como força de trabalho, infrator, animal domesticado; ou como obediente, fiel, alforriado. Nota-se, pois, que o tratamento jornalístico costuma ter certo descuido quando se refere à população negra, em relação ao que observamos com os brancos, seguindo o mecanismo colonial de dominação

(VARJÃO, 2018). Com isso, e lembrando os conceitos de violência simbólica já estudados neste trabalho,

[...] as narrativas midiáticas cotidianas, ao posicionarem as “vítimas preferenciais” das violências num espaço de pouca valoração em relação às suas vidas, constroem, imaginária, cultural e socialmente, o sentido de pertencimento a este lugar, naturalizando a clivagem entre os que devem viver e os que podem morrer (VARJÃO, 2018, p. 1.444).

Consideramos oportuno ressaltar, contudo, que não se trata, aqui, de exaltar uma pretensa obrigação de que os veículos de comunicação hegemônicos produzam somente notícias e reportagens visando à promoção de uma imagem positiva do negro brasileiro (FERRO, 2012). Isso porque, no entendimento de van Dijk (2018, p. 30-31), uma cobertura jornalística cuja pauta seja “[...] ações criminosas cometidas por membros de grupos minoritários não é, em si, racista [...] mesmo quando tal reportagem ‘negativa’ possa confirmar preconceitos étnicos entre grupos brancos”.

No entanto, Ferro (2012, p. 66, 68) acredita que

[...] o processo da *desterritorialização* se faz necessário, objetivando o rompimento de um padrão historicamente estabelecido na representação das raças negra e branca [...]. Hoje, mais de meio século depois, o cenário é o do Brasil independente e democrático, onde acreditamos regerem os princípios de cidadania, direitos humanos e, acima de tudo, onde a responsabilidade social e ética do jornalista parece estar mais claramente definida; o negro permanece sendo notícia, salvo raríssimas exceções, nos mesmos espaços que sempre lhe foi reservado. É o criminoso e carente, por um lado; e o cidadão (negro) de sucesso, o exemplo de superação, por outro.

Esse extremismo midiático, que coloca o negro ora como mocinho, ora como bandido, mas raramente como cidadão comum, personagem da vida real, é responsável pela manutenção da percepção da população negra sob a fantasia dos estereótipos e estigmas que lhe são atribuídos desde que aportaram no Brasil, advindos do continente africano (FERRO, 2012). Esse aspecto é relevante e deve ser problematizado, uma vez que formas de ação não são neutras; carregam ideologias (VARJÃO, 2018).

Ferro (2012, p. 70) alerta para o fato de a branquitude seguir sendo vista como “[...] as vítimas que sobrevivem ao caos causado pelos negros. Resulta daí um Brasil dividido: o dos negros (do mal) e o dos brancos (do bem)”. É o rastro deixado pelas vozes dominantes sendo cada vez mais perceptível (VARJÃO, 2018).

Os termos “cidadão comum” e “personagem da vida real” são utilizados por Ferro (2012) para apresentar aquela pessoa sem qualquer tipo de avaliação relativa à sua cor de pele, classe econômica ou *status* social. O cidadão comum é aquele que é chamado quando se pretende representar um fato real da vida, visando facilitar a cobertura jornalística, o entendimento do público-alvo da mensagem e conferir credibilidade à notícia (FERRO, 2012).

Com todo esse apelo, o *personagem da vida real* transmite ao receptor, implicitamente, a ideia de igualdade, de proximidade e de empatia, já que, esses personagens permeiam o relato, levando consigo uma poderosa mensagem subliminar: *eu sou igual a você. Isto aconteceu comigo, portanto, poderia ou pode acontecer com você* (FERRO, 2012, p. 68).

Excetuando-se as extremidades supracitadas, o que se percebe nas notícias brasileiras é um enorme predomínio de cidadãos comuns brancos, desconsiderando a diversidade racial característica da população brasileira. De acordo com Andrade e Silva (2021, p. 64),

[...] a diversidade racial tornou-se instrumento para que o preconceito velado fosse elevado à categoria de característica positiva da visibilidade de uma pretensa cultura brasileira – o que representa, na verdade, uma estratégia de apagamento ou inferiorização das culturas africanas.

Além das personagens, a escolha das fontes⁴⁹ também impacta e condiciona a cobertura midiática. De acordo com Andrade e Silva (2021), a mídia branca privilegia a presença de fontes que representem os grupos hegemônicos, em prejuízo de outras parcelas da sociedade.

Assim, a “regra de ouro” da objetividade em perseguir a produção de um texto equilibrado muitas vezes prioriza e/ou contempla fontes que os próprios veículos de imprensa consideram dignas de credibilidade. O que resulta, comumente,

⁴⁹ Pessoas entrevistadas pelos portais durante o processo de produção das notícias.

na ocupação privilegiada dos espaços nos textos por atores em posições privilegiadas [...] (ANDRADE; SILVA, 2021, p. 70).

Van Dijk (2018) ressalta que os jornalistas sabem (ou deveriam saber) das consequências possíveis que uma notícia tendenciosa tem sobre a população negra. Por isso, nós, jornalistas, não precisamos fechar nossos olhos para as questões negativas relacionadas à população negra, mas devemos aplicar nossos próprios padrões profissionais ao cobrir notícias relacionadas aos “Outros” (VAN DIJK, 2018).

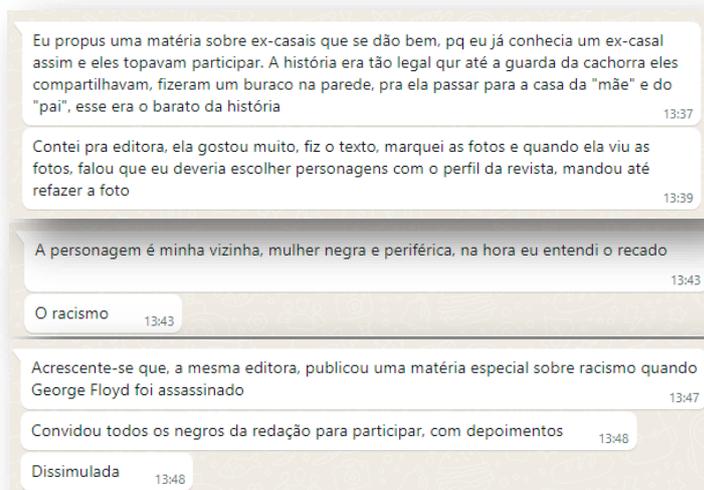
Segundo van Dijk (2018, p. 74), a “[...] mídia jornalística decide quais atores serão representados na arena pública, o que será dito a respeito deles e, em especial, como será dito”. Corroborando esse entendimento, Santos (2018) avalia que, quando um jornalista precisa apresentar uma personagem, todos os veículos hegemônicos brasileiros utilizam quase que de maneira exclusiva uma pessoa branca.

Tal opção acarreta em um apagamento da população negra da cobertura midiática hegemônica, o que resulta na permanência dos estereótipos culturais que legitimam essa exclusão (MOREIRA, 2016). Para exemplificar essa invisibilidade, Ferro (2012) relembra um caso real em que, para produzir uma reportagem sobre obesidade na adolescência, seria necessário buscar uma personagem principal que se enquadrasse no perfil. Foi localizado um rapaz de 14 anos que atendia aos requisitos da matéria, mas foi reprovado, quase que por unanimidade, exclusivamente por causa de sua raça.

Os contrários à sua escolha argumentaram que ilustrar uma reportagem a partir de um negro poderia “causar um ruído na mensagem”. Os receptores “estranhariam” a presença de uma família de afrodescendentes como personagem principal de uma “história comum” (FERRO, 2012, p. 64).

Outro caso, relatado por uma jornalista a esta pesquisadora, aconteceu entre 2016 e 2017, em uma revista encartada em um grande jornal do Espírito Santo. O print da história, contada via WhatsApp, é apresentado na Figura 5:

Figura 5 – Relato de caso de racismo em redação capixaba



Fonte: Relato da fonte à pesquisadora⁵⁰, ocorrido em setembro de 2022.

Esses casos exemplificam como a abordagem racista se manifesta no jornalismo. É algo relevante porque descortina a estratégia utilizada durante a construção de ideologias que têm como objetivo legitimar uma ordem social com base na exclusão dos negros (MOREIRA, 2018). Trata-se, de acordo com Varjão (2018, p. 2118), de “[...] uma *performance* jornalística que guarda relação mimética com práticas coloniais e escravistas de extermínio. Entretanto, é uma performance que se realiza de modo automatizado, em estreita vinculação com a forma de produção cotidiana das notícias”.

Para Borges (2012, p. 182), esse apagamento da população negra é resultado de uma busca, por parte da mídia branca hegemônica, pela fixação de um modelo comum de referências, visando instituir

[...] padrões operacionais: falas [...], vestimentas, modelos de beleza [...] são balizas que conduzem a modos específicos de escrever, filmar, fotografar, ou seja, de mostrar ou ocultar, que acaba, em última instância, de forma arbitrária e excludente, sintetizando o universal do homem.

⁵⁰ A divulgação da conversa para fins desta pesquisa foi expressamente autorizada pela fonte.

Os resultados de atitudes como as dos exemplos são alarmantes para a população negra, pois demonstram a ação de mecanismos, procedimentos e estratégias operados por jornalistas da mídia hegemônica que nem sempre são visíveis, servindo aos interesses daqueles que estão no topo da pirâmide racial – os mesmos que controlam a mídia (VARJÃO, 2018). Tais processos resultam em situações desfavoráveis aos negros, acarretando prejuízos permanentes à sua cidadania.

Imagens negativas também são criadas a partir da invisibilidade da população negra, o que acaba por criar na população geral a percepção de que apenas os brancos podem ocupar posições sociais de destaque (MOREIRA, 2020). Como analisa Ferro (2012, p. 74),

Ora, em um país onde mesmo com o fim da escravidão, a história foi e continua sendo severa e até desumana com os negros; onde o preconceito em relação a este grupo permanece; onde o cotidiano continua influenciando negativamente sua autoestima, as constantes vinculações de imagens do negro nos extremos [...], omitindo sua participação (também) no campo do cidadão comum, funcionam como um ícone dos tempos da escravidão e têm consequências negativas imensuráveis e altamente prejudiciais na construção da desejável, porém inexistente, democracia racial no Brasil. A mais imediata delas está diretamente ligada à visibilidade: é o reforço dos estereótipos.

4.2 UM PROCESSO NATURALIZADO

A mídia hegemônica tem grandes poder e amplitude, tornando-se facilmente capaz de reforçar estereótipos negativos sobre determinados grupos sociais, como o povo negro. Ao longo dos anos, pesquisas empíricas sobre mídia e racismo vêm demonstrando o caráter estigmatizante do jornalismo brasileiro com relação à população negra, assim como o desprezo, por parte dos grandes veículos, de abordar assuntos relacionados a racismo, preconceito e discriminação racial no Brasil (SANTOS, 2018).

Para Varjão (2018), esse parece ser um problema com tendências a se repetir indefinidamente, haja vista os recém-chegados às redações aprenderem a linha editorial dos veículos “por osmose”. Em outras palavras, trata-se de

[...] um processo naturalizado de absorção [...] estruturado por meio de uma sucessão de recompensas e punições. Assim, o adestramento dos profissionais à política dos veículos se dá, em geral, sem a necessidade de enunciados diretos, emitidos, verticalmente, a partir de um ponto localizado, fixo, identificável. Incorporadas desse modo, as regras dos [...] são automaticamente embutidas nas atividades diárias [...] dos meios de comunicação (VARJÃO, 2018, p. 2172).

O Brasil segue o mecanismo mundial da informação vertical, o que originou a formação de padrões de cultura, estética e linguagem bem distantes da realidade dos valores e ideais da população negra (ALAKIJA, 2012). Ou seja, o racismo se desenvolve, geralmente, de cima para baixo e é “[...] pré-formulado pelas elites e pelos discursos que elas controlam, sendo seguidos, reproduzidos e adaptados nos discursos e práticas cotidianas da população” (VAN DIJK, 2021, p. 38). Veja-se o caso estudado nesta dissertação.

O problema reside no fato de que esse quadro sistemático de racismo à brasileira e a violência simbólica cometida nas coberturas relacionadas à população negra auxiliam na (re)produção de um quadro de violências mais próximas da física do que da pretensamente refletida (VARJÃO, 2018). Van Dijk (2018) avalia que a branquitude também exerce seu poder perante grupos ditos minoritários por meio da humilhação discursiva, uma vez que alguns estilos de textos noticiosos podem provocar ambiguidades e estereotipização. Mais uma vez, veja-se o caso do furto da bicicleta no Leblon.

Isso ocorre porque as notícias, ainda que prezem pela pretensa objetividade característica do meio jornalístico, são responsáveis por produzir, de forma simultânea, realidades que, “[...] enquanto construções, estão imbricadas com as relações de produção, a partir de aspectos organizativos de trabalho; e que, enquanto construtoras, (re)produzem tais relações” (VARJÃO, 2018, p. 2.284). Andrade e Silva (2021) entendem que, na prática, a ação institucionalizada da mídia branca, visando à garantia de objetividade e de imparcialidade da cobertura, soa paradoxal quando se é possível identificar a atuação de suas fontes preferenciais.

Segundo van Dijk (2018, p. 61-62),

[...] mesmo tendo opiniões, falas e ações racistas se tornado mais indiretas e sutis em certos contextos, atitudes racistas usuais podem não ter mudado muito [...]. o uso de ofensas raciais contra pessoas negras, ofensas essas realizadas por alguém contratado para fazê-las, pode provocar esse tipo de atitude entre pessoas brancas e resultar em declarações ainda mais negativas a respeito de pessoas negras.

Para Varjão (2018, p. 2.308), é possível falar em uma performatividade das notícias, cujos textos produzem “[...] representações desvalorizadas e desvalorizantes das vítimas preferenciais das violências. Em sua maioria absoluta, pessoas menos favorecidas em termos socioeconômicos e afrodescendentes”. Nesse ponto, é importante recorrer novamente aos estudos de van Dijk (2018) acerca da relação entre discurso e poder. O linguista fala em abuso de poder para tratar da dominação exercida pelas elites simbólicas (nas quais inclui os jornalistas), ou seja, o controle que um grupo exerce sobre outros grupos. Abuso de poder que é entendido por ele como o uso deslegitimado do poder.

Segundo van Dijk (2018, p. 17-18),

Se esse controle se dá também no interesse daqueles que exercem tal poder, e contra os interesses daqueles que são controlados, podemos falar de abuso de poder. Se as ações envolvidas são ações comunicativas, isto é, o discurso, então podemos, de forma específica, tratar do controle sobre o discurso de outros, que é uma das maneiras óbvias de como o discurso e o poder estão relacionados: pessoas não são livres para falar ou escrever quando, onde, para quem, sobre o que ou como elas querem, mas são parcial ou totalmente controladas pelos outros poderosos, tais como [...] a mídia [...].

4.3 DE BRANCO PARA BRANCO

Em editorias de veículos hegemônicos, como economia, saúde e educação, observa-se, em geral, uma cobertura padronizada, “de homem branco para homem branco”⁵¹, – o que pode fazer com que um leitor menos atento acredite que está diante de uma população de extensa maioria branca. Como vimos, ao privilegiar fontes e personagens jornalísticas brancas, a mídia hegemônica

⁵¹ Referência ao discurso do apresentador Tiago Leifert, do Grupo Globo, ao falar sobre um caso de racismo ocorrido dentro do *reality show* Big Brother Brasil, na edição de 2021.

promove a discriminação racial, prejudicando, por consequência, a população negra. E, conforme abordado anteriormente, o intrincado campo de convergências tecnológicas favorece um enquadramento racialmente tendencioso.

Esse fato está relacionado ao que se convencionou chamar de ideologia do branqueamento, termo que descreve o discurso ideológico da elite branca, que necessita que seus valores sejam assimilados até o ponto em que os negros passem a pensar, agir e se comportar de acordo com a ideologia racial da branquitude (DOMINGUES, 2002). Decorre que a mídia veicula a cultura branca, hegemônica, sem se preocupar com a divulgação das diferenças raciais inerentes ao Brasil. O resultado é o que vemos: noticiários com aparência branca e a branquitude se firmando como um projeto de nação ideal, com sua autoimagem positiva (SANTOS, 2018).

Santos (2018, p. 167) nos lembra que

Se nos Estados Unidos, há quase 30 anos atrás, discutia-se sobre a importância da representatividade de minorias nos meios de comunicação, no Brasil, a contestação da hegemonia branca, e, portanto, a ausência de representatividade negra na mídia, possui grau bastante reduzido. Isso se deve, entre outros fatores, à viabilização do projeto de branqueamento por meio do discurso [...] midiaticizado.

A ideologia pode ser entendida como “[...] formas de significação que legitimam assimetrias de dominação, atendendo a interesses de grupos específicos em detrimento de outros” (GONÇALVES SEGUNDO, 2014, p. 1.286). Dessa maneira, a ideologia acaba por transformar aspectos da realidade, optando por enquadramentos que viabilizem sua naturalização já que, na briga para conquistar ou manter o poder, o papel da ideologia é fundamental (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017). Aliás, Domingues (2002) vê esse branqueamento como uma das maneiras pelas quais age o racismo à brasileira. Essa ideologia do branqueamento, reflexo do privilégio branco, fica evidente na mídia hegemônica, o que resulta em coberturas estigmatizadas e racialmente discriminatórias. Como são os brancos que detêm o poder de representar o “outro” racial, essas representações são por vezes estreitas e problemáticas,

sendo, ainda assim, repetidas e reforçadas (DIANGELO, 2018) devido ao que Adichie (2019) chama de “história única”.

De acordo com a autora, “[...] a história única cria estereótipos e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história” (ADICHIE, 2019, p. 26). A história única rouba a dignidade das pessoas, tornando difícil o reconhecimento da humanidade do povo negro, pois enfatiza as diferenças entre as raças (ADICHIE, 2019). Para a autora, a história única está diretamente relacionada a poder, a “ser maior do que o outro” – o que ela define com o substantivo *nkali* (ADICHIE, 2019).

4.3.1 A morte tem (outra) cor

Van Dijk (2021) ressalta que qualquer pesquisa sobre o racismo deve focar não só na história coletiva ou pessoal de marginalização, mas, sobretudo, no relato da discriminação contemporânea do país. Em virtude desse aspecto, recorreremos aos dados do Atlas da Violência mais recente (com pesquisas feitas em 2019 e divulgadas em 2021), os quais mostram que 77% das vítimas de homicídios no Brasil eram negras (CERQUEIRA *et al.*, 2021). Conforme o documento, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), enquanto a taxa de morte por 100 mil habitantes entre a população negra era de 29,2, entre os não brancos (soma de amarelos, indígenas e brancos) o percentual foi de 11,2 para os mesmos 100 mil. Daí conclui-se que, naquele ano, “[...] a taxa de violência letal contra pessoas negras foi 162% maior que entre não negras” (CERQUEIRA *et al.*, 2021, p. 49).

O Atlas da Violência 2021 revelou, ainda, que, à exceção de Paraná e Roraima, em todos os demais estados do país uma pessoa negra tinha, em 2019, mais chance de ser assassinada do que a não negra.

Pelo menos desde a década de 1980, quando as taxas de homicídio começam a crescer no país, vê-se também crescer os homicídios entre a população negra [...]. Nesse sentido, a desigualdade racial se perpetua nos indicadores sociais da violência ao longo do tempo e parece não dar sinais de melhora, mesmo quando os números mais gerais apresentam queda (CERQUEIRA *et al.*, 2021, p. 49).

Tendo em vista esses dados, Santos (2018) nos convida a questionar se o grupo racial que detém o controle dos meios de comunicação hegemônicos e se as estatísticas sociais e econômicas brasileiras correspondem ou não à miscigenação que o mito da democracia racial oferece.

Os estereótipos raciais negativos, que estão presentes em grande parte da cobertura jornalística produzida pela mídia branca hegemônica, são os mesmos que fomentam atos discriminatórios e racistas em outros contextos (MOREIRA, 2020), determinando a percepção de muitos brancos. Conforme apregoa van Dijk (2021, p. 225), “[...] se você quiser saber quem é negro ou quem é branco, pergunte a um policial ou ao porteiro de um edifício nobre”. Esse discernimento pode resultar em atitudes diversas, desde casos como o de Matheus Ribeiro até os homicídios apontados no documento do Ipea.

Segundo Sodré (1999), os espaços sintomáticos de racismo são variados e, geralmente, estão disfarçados. Esse aspecto social é refletido na mídia branca hegemônica, que, dada sua inserção social, possui condição simbólica para influenciar nas decisões que a sociedade moderna toma diariamente (ANDRADE; SILVA, 2021). Logo, o racismo é imprescindível para o real entendimento do campo da comunicação (LOPES, 2021).

Isso porque, ainda que os negros sejam maioria e o povo brasileiro seja caracterizado por sua miscigenação, o grupo social que detém o poder e controla as instituições (públicas ou privadas) ainda é racialmente homogêneo, “[...] uma realidade incompatível com uma sociedade genuinamente democrática” (MOREIRA, 2016, p. 120).

4.4 RACISMO MIDIÁTICO

Assim age o que Sodré (1999) chama de racismo midiático, contexto em que a falta de representatividade racial abre espaço para uma discussão acerca da atuação do jornalismo com relação às questões raciais e ao enquadramento hegemônico que tem sido criado quando a personagem retratada é negra.

Moreira (2020) apresenta uma definição de racismo recreativo que entendemos ser coerente com a definição que trazemos nesta pesquisa para racismo midiático. Segundo o autor, o racismo recreativo deve ser entendido como

[...] um projeto de dominação que procura promover a reprodução de relações assimétricas de poder entre grupos raciais por meio de uma política cultural baseada na utilização do humor como expressão e encobrimento de hostilidade racial. O racismo recreativo decorre da competição entre grupos raciais por estigma social, sendo que ele revela uma estratégia empregada por membros do grupo racial dominante para garantir que o bem público da respeitabilidade permaneça um privilégio exclusivo de pessoas brancas (MOREIRA, 2020, p. 148).

Nesse sentido, o racismo midiático não deve ser traduzido como algo instintivo, mas como uma atitude deliberada que tem como objetivo assegurar que determinados grupos sociais sejam inerentemente inferiores (MOREIRA, 2020).

Daí a importância de que a cobertura jornalística produzida por portais como o G1 (especialmente quando tem minorias raciais como pautas) seja objeto de estudo, já que a mídia branca hegemônica contribui para a reprodução de discriminação, preconceito e racismo, visando manter sua dominação e a desigualdade social (VAN DIJK, 1991).

Não raro, encontramos nos quadros produzidos pela mídia hegemônica, especialmente na editoria de polícia, notícias nas quais as personagens negras são referenciadas como traficantes, ladras, bandidas. Já às brancas, é garantida a suspeição ou elas são simplesmente chamadas de jovens, estudantes que fazem “delivery de drogas” (RIBEIRO, 2020, aspas da autora). Ao contrário do que ocorre com os negros, a quem a grande mídia e a sociedade naturalmente atribuem os crimes e a violência, os brancos seguem recebendo o benefício da dúvida que não é garantido aos negros (DIANGELO, 2018).

Dito de outra forma, basta ser branco para que seja presumida e, muitas vezes, estabelecida a inocência, uma vez que negros são tidos como bandidos até que se prove o contrário – e muitas vezes, mesmo depois disso. Por motivos como esses, Oliveira (2011, p. 39, 40) chama a mídia hegemônica de

[...] etnomídia, pois propaga valores referenciais de uma determinada tipologia humana e é centrada na branquitude normativa. Negros, negras e seus descendentes são colocados na perspectiva de um desvio e, portanto, segregados simbolicamente em determinados espaços, cujas competências

estão associadas à caracterização como minoria, sensualidade extremada e objeto de satisfação.

Santos (2018, p. 168) argumenta que a população negra, via de regra, é retratada nos portais de notícias da mídia hegemônica “[...] como dependente e serviçal [...] ou como o negro violento [...] ou ainda, o negro que é centro de notícias escandalosas”. Moreira (2020) entende que a forma de representar o outro é a chave das relações raciais, sobretudo porque o racismo é também reproduzido por meio de padrões diferenciais de acesso midiático por grupos hegemônicos e subordinados (VAN DIJK, 2018).

A maneira como as pessoas são retratadas determina o valor que elas possuem, indicando, assim, o *status* social delas. Van Dijk (2018) avalia que temas como criminalidade, violência e desvios socioculturais são as pautas preferidas pela cobertura “étnica”. Vaz e Mendonça (2002, p. 3) consideram

[...] notório, por exemplo, a ausência de representação negra nos cadernos de economia, campo de consagração daqueles aos quais a sociedade contemporânea capitalista confere o título de “bem sucedidos”. [...] Nos cadernos de informática, nas colunas sociais e no *glamuroso* mundo dos automóveis, a representação negra também é marcada pela escassez ou inexistência. [...] Claro está que há exceções, “fendas simbólicas”, em que esse tipo de negro acaba por despontar, mas a tônica é a elipse dos negros desses cenários de decisão.

Dentre essas “fendas simbólicas”, nas quais esse paradigma é quebrado e personalidades negras são alçadas aos postos de protagonistas das notícias (desta vez como referências positivas), estão o mês de novembro, por causa do Dia da Consciência Negra (22); eventos esportivos, como Copa do Mundo e Olimpíadas; e festividades culturais, como o carnaval. Ainda assim, é preciso ficar atento ao fato de que, mesmo em coberturas pretensamente positivas, como as que exaltam a diversidade nacional, “[...] pode estar inserida uma estratégia camuflada empregada pelo grupo dominante para inferiorizar a cultura do dominado e descaracterizar o privilégio e, assim, manter a estrutura de poder” (ANDRADE; SILVA, 2021, p. 64-65).

O carnaval, aliás, tem tido aparência cada vez mais embranquecida porque, para atender aos ideais midiáticos, até os negros estão se tornando brancos

(SANTOS, 2018). Muitos atores, modelos e influenciadores digitais são convocados para se apresentar na avenida exclusivamente pela beleza ou por seus ofícios famosos, não necessariamente pelo samba no pé – e a grande maioria são pessoas brancas (SANTOS, 2018).

Vaz e Mendonça (2002, p. 4) afirmam ser sintomático, por exemplo, que os negros nunca tenham sido símbolos do Brasil: “Tanto os brancos (‘europeus civilizadores’) quanto os índios (‘silvícolas heroicos’ e ‘bons selvagens’) já foram símbolos de uma identidade nacional, mas não o negro. Eles sempre tiveram a representação eclipsada”.

A mídia branca permite uma pequena participação do negro como objeto sexual, cultural ou folclórico. Dessa forma, a negritude é citada em temas suaves e menos problemáticos, como religião, arte e cultura geral (VAN DIJK, 2018). De acordo com Oliveira (2011, p. 40), ao conceder um espaço insignificante e estigmatizado à população negra, a mídia hegemônica cria “[...] uma paisagem estética branca, com pinceladas de participação negra em determinadas situações, nas quais o negro sempre aparece como algo exótico e voltado para a satisfação da curiosidade [...]”.

Assim, percebemos que a branquitude brasileira é construída como uma identidade, uma função social, um ideal midiático (SANTOS, 2018). Com isso, a tendência é que a população negra seja cada vez mais relegada às páginas policiais da mídia branca hegemônica e que pautas relevantes para a população negra, como racismo, discriminação, preconceito, subemprego e educação e saúde precarizadas, especialmente quando a elite simbólica é culpada pela situação (VAN DIJK, 2018), tornem-se cada vez menos proeminentes.

Em sua dissertação, intitulada *Representação do negro em jornais no centenário da abolição da escravatura no Brasil*, Ricardo Alexino Ferreira

[...] percebeu mudanças na imagem do negro enquanto informação. Antes de 1988, a população negra ficava restrita à editoria de cultura por meio do samba, à editoria de esportes, sobretudo na imagem do futebol, e nas páginas de polícia. Apenas após a aprovação da legislação que tipifica racismo como crime inafiançável e imprescritível, é que negras e negros migram para outras editoriais (MARTINS, 2015).

4.4.1 Hipervalorização versus hipovalorização

Ainda que não esteja contemplada no escopo deste trabalho, consideramos importante falar do uso da imagem nas coberturas jornalísticas. Assim como os textos, a fotografia está imersa em mitos como o da objetividade jornalística e da notícia como espelho da realidade. Diangelo (2018) fala em conversa racista ao tratar da introdução explícita no cotidiano social de signos e símbolos raciais que têm como único sentido relegar os negros ao nível mais baixo da hierarquia racial. E essa percepção imagética da violência desfavorece a autoestima dos negros (VAZ; MENDONÇA, 2002).

Do ponto de vista linguístico, as notícias têm uma estrutura esquemática convencional, segundo a qual é possível manter o foco nas manchetes e verificar se há diferenças nesse elemento jornalístico no momento em que são traçados paralelos entre a construção discursiva quando trata-se de personagens negras e quando os atores são membros do grupo dominante (VAN DIJK, 2018). Vejamos alguns exemplos de títulos produzidos pelo portal de notícias G1 ao longo dos últimos anos, somente a título de ilustração desse ponto. Atentemos para o fato de que, em todas as figuras, as pautas apresentam situações judicialmente semelhantes.

Figura 6 – Manchetes sobre personagens brancas e negras



Fonte: G1 Rio⁵², 2015; G1 Roraima⁵³, 2019.

⁵² <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/03/policia-prende-jovens-de-classe-media-com-300-kg-de-maconha-no-rio.html>.

⁵³ <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2019/01/03/policia-prende-dupla-de-trafficantes-que-portava-10-kg-de-supermaconha-na-zona-oeste-de-boa-vista.ghtml>.

Figura 7 – Manchetes sobre personagens branca e negra



Fonte: G1 São Paulo⁵⁴, 2021; G1 Santos⁵⁵, 2019.

Figura 8 – Manchetes sobre personagens branca e negra



Fonte: G1 Rio⁵⁶, 2016; Bom Dia Rio⁵⁷, 2021.

⁵⁴ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/08/19/justica-de-sp-nega-pedido-de-prisao-domiciliar-para-gatinha-da-cracolandia-acusada-de-traffic-de-drogas.ghtml>.

⁵⁵ <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2019/09/29/traficante-fa-de-selfies-e-pres-a-participar-de-festa-em-sp.ghtml>.

⁵⁶ <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/01/jovem-morador-de-copacabana-e-pres-o-por-roubo-de-carros.html>.

⁵⁷ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/07/08/ladrao-e-pres-o-em-flagrante-tentando-furtar-um-carro-da-policia-na-gavea.ghtml>.

Figura 9 – Manchetes sobre personagens branca e negra



Fonte: G1 São Paulo⁵⁸, 2016; G1 Maranhão⁵⁹, 2015.

Figura 10 – Manchetes sobre personagens branca e negra



Fonte: RPC Foz do Iguaçu⁶⁰, 2021; G1 Paraná⁶¹, 2018.

As Figuras de 6 a 10 nos dão indícios de que o portal de notícias G1 tende a hipervalorizar as personagens brancas (descritas como “jovens de classe média”; “gatinha da Cracolândia” e “estudante”) e a hipovalorizar as negras (por meio de descrições como “traficante”; “ladrão” e “assassino”), reforçando

⁵⁸ <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/08/estudante-mata-mae-facadas-e-deixa-2-vizinhas-feridas-na-zona-sul.html>.

⁵⁹ <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2015/01/assassino-de-medico-e-lider-de-grupo-especializado-em-assaltos-sao-presos.html>.

⁶⁰ <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2021/08/25/empresario-brasileiro-suspeito-de-chefiar-organizacao-criminosa-e-preso-no-paraguai.ghtml>.

⁶¹ <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2018/12/16/traficante-brasileiro-preso-no-paraguai-e-expulso-para-o-brasil.ghtml>.

mensagens raciais que instituem os brancos como superiores. É o tipo de mensagem visual que origina as formas como o outro é concebido e cria tradições que ficam enraizadas nos modos como avaliamos, aprovamos ou reprovamos “[...] códigos de conduta e formas de apresentação (estética e, às vezes, moral. Com as informações advindas dos tentáculos midiáticos, esculpimos o outro, traço por traço” (BORGES, 2012, p. 184).

Van Dijk (2018) garante que casos clássicos de racismo midiático acontecem quando a imprensa hegemônica publica notícias sobre crimes cometidos por pessoas negras, por exemplo, mas, ao mesmo tempo, defende essa prática, alegando que está noticiando “a verdade”. Agindo assim, a mídia branca hegemônica consegue se esquivar de suas opiniões discriminatórias e preconceituosas sobre crimes que envolvem os negros, além de contradizer aqueles que alegam que a grande imprensa dissemina o racismo com o intuito de fomentar o ódio racial (VAN DIJK, 2018). “

Isso é preocupante se considerarmos que a maior parte dos brancos vive em isolamento racial, tendo poucos ou mesmo nenhum contato inter-racial autêntico, o que favorece que coberturas relacionadas a corpos negros advindos dos produtos jornalísticos os influencie profundamente (DIANGELO, 2018

Segundo Moreira (2020, p. 135), “A negritude aparece associada como expressão de feiura, de periculosidade e de ausência de caráter”, sendo apresentada como a antítese da branquitude. Trata-se, segundo van Dijk (2018), de uma estratégia, nem sempre intencional, de incorrer em uma tendência de polarização da autoapresentação positiva e da outroapresentação negativa.

Assim, podemos encontrar referências a “ressentimento” ou “discriminação” no país, mas não está sempre explícito quem ressentido ou discrimina quem, como se a discriminação ou o racismo fossem fenômenos da natureza em vez de práticas dos membros do grupo dominante (VAN DIJK, 2018, p. 147).

Um rápido exame nas imagens escolhidas pelos profissionais em cada um dos exemplos expostos anteriormente nos revela alguns sentidos construídos sobre o ser negro e o ser branco no Brasil. As fotos que estampam as notícias do G1 constituem ações reveladoras de sentidos sociais porque “A representação influencia o modo de se ver as situações do dia a dia; participa da construção do

imaginário de uma sociedade; e configura e reconfigura seus quadros interpretativos” (VAZ; MENDONÇA, 2002, p. 8).

Os estigmas expressos na junção entre imagem e texto são resultado de percepções que naturalizam a condição do negro como ser humano inferior em nossa sociedade (MOREIRA, 2020). Como, na mídia hegemônica, é dos brancos o poder de representação do “outro” racial, as representações do povo negro são construídas de maneira extremamente rasa e problemática e, ainda assim, elas é que acabam sendo reforçadas continuamente (DIANGELO, 2018).

No entendimento de Borges (2012, p. 180),

As formas de emoldurar o Outro, de fundi-lo em figuras restritas, é prática recorrente nos sistemas midiáticos que se nutre, em grande medida, do discurso imagético. A gramática de produção desses sistemas homogeneíza signos dispersos no tecido social, adequando-os às máquinas tecnológicas de produção de sentido da contemporaneidade. [...] O código produz e regula a convenção que tem por finalidade última orientar as escolhas e “gostos” [...].

Nas redes sociais digitais, muitas pessoas já identificaram essas diferentes “formas de emoldurar” personagens brancas e negras. Os exemplos das Figuras de 11 a 14⁶² mostram algumas mensagens de indignação publicadas no *Twitter* sobre o assunto:

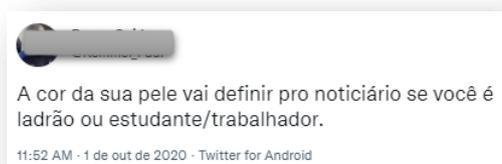
Figura 11 – *Twitte* sobre a cobertura da mídia branca



Fonte: Twitter, 2021.

⁶² Todos os *prints* de mensagens de redes sociais digitais apresentados nesta pesquisa tiveram as identidades dos produtores protegidas em atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que entrou em vigor em setembro de 2020.

Figura 12 – *Twitte* sobre a cobertura da mídia branca



Fonte: Twitter, 2020.

Figura 13 – *Twitte* sobre a cobertura da mídia branca



Fonte: Twitter, 2019.

Figura 14 – *Twitte* sobre a cobertura da mídia branca



Fonte: Twitter, 2019.

Figura 15 – *Twitter* sobre a cobertura da mídia branca



Fonte: Twitter, 2020.

O incômodo mostrado nessas mensagens parece partir da forma como os veículos hegemônicos tratam pessoas em situações judicialmente semelhantes que se diferem na cor da pele e/ou na condição social. No entendimento de Reis (2018, n.p.), “[...] Todos deveriam ser suspeitos, e não bandidos ou traficantes”.

Ressaltamos que o que está em análise aqui não são as condutas criminosas dos sujeitos, mas, isso sim, a seletividade dos enquadramentos e dos termos linguísticos quando jornalistas escrevem sobre suspeitos ou criminosos diferentes. Como vimos, “[...] Na prática, quando o bandido é de classe média, pele clara e cabelo liso raramente é chamado de ‘bandido’ ou ‘infrator’” (REIS, 2018, n.p.).

Assim, os *tweets* representados nas Figuras de 7 a 11 ratificam o que as Figuras de 2 a 6 mostram:

[...] o racismo como uma rede de normas e de ações que criam consistentemente vantagens para os brancos e desvantagens para os negros. Essas normas e ações incluem os direitos fundamentais e os benefícios da dúvida, aparentemente garantidos a todos, mas que só são real e consistentemente disponibilizados aos brancos (DIANGELO, 2018, p. 52).

Isso ocorre porque a mídia é um agente indispensável do ponto de vista da mudança comportamental, sendo capaz de interferir, inclusive, no processo de

construção da identidade (ALAKIJA, 2012). Na visão de Alakija (2012), esse fato é responsável por causar tanto prejuízo às culturas negras quanto ao processo identitário dessa parcela da população. Moreira (2020, p. 130) observa que

Nosso sentimento de valor pessoal está atrelado à nossa reputação, à forma como a sociedade nos trata. A perda da dignidade pode resultar na exclusão do reconhecimento proporcionado pelas regras de civilidade que regulam as normas de interação dentro de uma comunidade política. Elas são importantes para a diferenciação do comportamento das pessoas, entre aquelas que possuem honra e as que são excluídas dela em função de atos que se desviam de ideias morais.

4.5 PLURALIDADE AMEAÇADA

Ainda que, até o momento, não existam pesquisas acerca da identidade racial dos proprietários das empresas de comunicação hegemônicas do país, é possível inferir que, atualmente, a concentração da propriedade midiática no Brasil está exclusivamente nas mãos de empresários brancos (SANTOS, 2018). Ou seja, há uma exclusividade racial na gestão das empresas e o quadro de jornalistas ainda possui baixa representatividade relativa de negros nos veículos de comunicação tradicionais. Em outras palavras, “[...] os meios de comunicação no Brasil são economicamente concentrados e racialmente exclusivos” (SANTOS, 2018, p. 185).

A mídia tem o poder de fixar sentidos e ideologias, o que é exercido de maneira hegemônica devido, segundo Santos (2018), à alta concentração do poder midiático, isso é, um número pequenos de indivíduos com privilégio de exercer poder em uma sociedade altamente contraditória quando tratamos de raça e racismo (SANTOS, 2018). Para Santos (2018, p. 146), a partir do momento em que assumimos que a mídia pode interferir

[...] na circulação de informações, interpretações e crenças indispensáveis à consolidação de consensos sociais é possível inferir que sistemas midiáticos concentracionários e alheios às questões de representatividade racial, como é o caso do Brasil [...], são de fundamental importância para o exílio do debate sobre raça e racismo na sociedade e para a manutenção das desigualdades entre brancos e negros.

Pesquisa realizada pela organização não governamental Instituto Ethos e divulgada em 2019 mostra que, apesar da melhora no desempenho em relação à inclusão social e econômica observada nos últimos anos, o país segue ocupando as primeiras posições dentre as nações mais desiguais do mundo. Os negros ainda têm baixa representatividade nas empresas e sofrem com a dificuldade de ascensão hierárquica e a diferença salarial. Após mapear ações voltadas para a inclusão social em diversas empresas, o Instituto Ethos concluiu que, “[...] caso o ritmo se mantenha, a igualdade racial no ambiente de trabalho só será alcançada em 150 anos [...]” (INSTITUTO ETHOS, acesso em 30 maio 2022).

Isso retrata um contrassenso em um país para o qual se “importou” o maior número de negros escravizados⁶³ (VAN DIJK, 2021), formando uma nação de maioria negra que, em 2020, contava com 54% da população formada por indivíduos negros e que tem o maior contingente de negros fora do continente africano (LOPES, 2021; RIBEIRO, 2019; PRUDENTE, 2020). Portanto, não observar pessoas negras ocupando espaços de poder e prestígio no Brasil deveria ser algo escandaloso e impactante (RIBEIRO, 2019).

Outra pesquisa,⁶⁴ realizada no Brasil pelo coletivo Intervezes (em ação ligada à organização internacional Repórteres Sem Fronteiras), revelou, em 2017, que o sistema de mídia do país é altamente concentrado, possuindo grupos regionais que controlam diversas mídias ligadas às elites políticas. Essa concentração é fruto de “[...] estratégias de adaptação de alguns grupos brasileiros [...]” frente “[...] ao cenário de múltiplos dispositivos de comunicação, com a chamada convergência tecnológica [...]” (INTERVOZES, 2017a, n.p.), o que permitiu que essas empresas aumentassem sua fatia mercadológica por meio da propriedade cruzada⁶⁵ de diferentes mídias.

⁶³ Segundo van Dijk (2021, p. 8), foram 4,9 milhões.

⁶⁴ A pesquisa *Media Ownership Monitor Brasil* (<https://brazil.mom-rsf.org/br/>) mapeou 50 veículos de comunicação, dos quais 11 eram redes de TV e 12, de rádio; e 17 eram veículos de mídia impressa e 10, on-line. Dentre outros fatores, o estudo também analisou a capacidade de agendamento de cada um. Nenhum veículo de comunicação ligado ao movimento negro foi listado na pesquisa.

⁶⁵ De acordo com Santos (2018, p. 160), “A [...] propriedade cruzada (*cross-ownership*) é aquela na qual uma pessoa ou empresa detém o controle de diferentes veículos de comunicação social [...] em uma mesma localidade ou região”.

O Grupo Globo é o melhor exemplo de propriedade cruzada (também chamada de concentração multimídia) dos meios de comunicação no Brasil, uma vez que atua nas áreas de televisão aberta (de concessão pública) e fechada (por assinatura), jornais, revistas, rádio e provedor de acesso à internet (SANTOS, 2018).

Dentre outras coisas, os resultados da pesquisa feita pelo Intervezes mostram que o Globo, grupo de comunicação que domina o país, é o conglomerado que “[...] ganha maior destaque na propriedade cruzada [...]”, possuindo “[...] veículos ou redes centrais a todos os mercados de mídia”. A esse respeito, o estudo conclui:

Com o domínio de tantos mercados, o Grupo Globo alcança sozinho uma audiência maior do que as audiências somadas do 2º, 3º, 4º e 5º maiores grupos brasileiros. Esse fato é tão significativo que o grupo anunciou em campanha recente que atinge 100 milhões de brasileiros todos os dias, cerca da metade da população nacional. O que para o conglomerado é propaganda de seu alcance, para a pluralidade na mídia pode ser visto como um cenário muito preocupante (INTERVOZES, 2017a, n.p.).

Apesar de a hegemonia do Grupo Globo não ser mais total como no passado, é notório que a superioridade permanece e que atualmente há um oligopólio ou monopólio de poder em um mesmo setor (SANTOS, 2018).

4.5.1 O portal de notícias G1

O portal de notícias G1 foi lançado em 2006 pela globo.com, “[...] maior portal de notícias brasileiro [...]” (INTERVOZES, 2017a, n.p.), que reúne conteúdo e marcas da Globo na internet. O G1 surgiu como substituto ao antigo globonews.com (de 2001).



O G1 foi a “[...] primeira iniciativa de conteúdo jornalístico da Globo criada e pensada para o digital” (G1, acesso em 22 set. 2022b), contando com uma estrutura híbrida e equipe própria, dedicada exclusivamente à produção de informação em tempo integral. O G1 é coordenado pela Central Globo de

Jornalismo e conta com redações em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte e Recife, além de equipes distribuídas nas emissoras afiliadas de todo o país (GLOBO, 2021).

A equipe, composta por cerca de 240 profissionais (dentre os quais estão diretores, coordenadores, gerentes, jornalistas, editores, produtores e designers), é comandada pelo diretor-geral de Jornalismo Ali Kamel (G1, acesso em 22 set. 2022a). O portal “Conta, ainda, com as informações produzidas pelos jornais, rádios e revistas do Grupo Globo, além de serviços e agências de notícias nacionais e internacionais” (GLOBO, 2021). Desde 2015, quando foi criado o boletim G1 em 1 Minuto, as principais notícias publicadas no portal são também veiculadas na programação da TV Globo (GLOBO, 2021).

Dividido em editorias como Brasil, Economia, Mundo, Política, Educação, Saúde, Ciência, Concurso e Emprego, Agro e Dados, o portal G1 atinge uma média de 55 milhões de usuários por mês e está presente nas principais redes sociais digitais (G1, acesso em 22 set. 2022b).

4.5.2 Organizações Globo e concentração midiática

Lançado em 1925, o jornal O Globo, fundado por Irineu Marinho, foi o primeiro veículo de comunicação do Grupo Globo. Numa breve linha do tempo⁶⁶, vemos que em 1944 foi inaugurada a Rádio Globo; em 1957, o então presidente Juscelino Kubitschek aprovou a concessão do canal 4, futura Rede Globo; em 1952, foi criado um dos maiores parques gráficos do país, a Rio Gráfica Editora; em 1965, foi inaugurada a TV Globo; em 1969, entra no ar o Jornal Nacional, primeiro telejornal brasileiro transmitido em rede; em 1991, é inaugurada a CBN, primeira emissora de rádio do país a transmitir jornalismo 24 horas por dia; em 1996, é lançado o Globo On Line, versão para internet do jornal O Globo; em 1996, é inaugurado o GloboNews, primeiro canal de notícias 24 horas da TV brasileira; em 1998, foi criada a Infoglobo, empresa responsável pela publicação de jornais e da Agência O Globo; em 1998, foi lançado o jornal Extra; em 1998, houve o lançamento da revista Época; em 2000, foi lançado o portal Globo.com

⁶⁶ Demos preferência para citar somente as datas relacionadas ao campo jornalístico. A linha do tempo completa está disponível em <https://historia.globo.com/historia-grupo-globo/1925-1964/>.

e o jornal Valor Econômico; em 2001, o Grupo Globo comprou o jornal Diário Popular, que passou a adotar o nome Diário de S. Paulo; em 2006, foi lançado o jornal Expresso, que circula na região metropolitana do Rio de Janeiro, e o portal G1; em 2016, o Grupo Globo tornou-se o único proprietário do jornal Valor Econômico (GLOBO, acesso em 22 set. 2022).

Segundo dados levantados pela pesquisa Intervezes (2017b, n.p.), desde 2007, “O Grupo Globo figura no ranking dos principais trinta proprietários de mídia do mundo [...]” (INTERVOZES, 2017b, n.p.), estando na 19ª posição entre os maiores conglomerados de mídia em 2017.

A indústria midiática nacional é controlada por poucos grupos familiares e estes mesmos grupos oligárquicos controlam as políticas regional e local. A isso, Santos (2018, p. 157) denomina “coronelismo eletrônico”. De acordo com o autor, essas poucas famílias formam uma espécie de clube, cuja entrada, devido à concentração político-econômica e racial, além das legislações permissivas à concentratividade da mídia, é cuidadosamente reservada. A Figura 16 apresenta os veículos pertencentes ao Grupo Globo, controlado pela família Marinho.

Figura 16 – Veículos de mídia pertencentes ao Grupo Globo



Fonte: *Media Ownership Monitor Brasil*⁶⁷, 2017.

Ainda que a concentração da propriedade privada na mídia nacional seja um fenômeno condenado de forma expressa pela Constituição Federal de 1988, a

⁶⁷ <https://brazil.mom-rsf.org/br/destaques/concentracaao/>.

hegemonia de uma única empresa privada, como o Grupo Globo, é uma das marcas do sistema midiático brasileiro (SANTOS, 2018). Segundo o Intervezes, (2017c, n.p., grifo nosso), os interesses dos conglomerados de mídia, como o Grupo Globo,

[...] impedem a existência de uma pluralidade de vozes, o embate de opiniões e a coexistência de valores e visões de mundo diferentes. *A mídia brasileira de maior audiência é controlada, dirigida e editada, em sua maior parte, por uma elite econômica formada por homens brancos.*

Durante o período da ditadura, o mito da democracia racial ganhou *status* de dogma e o comprometimento das empresas midiáticas com a reprodução de discursos raciais em sintonia com a ideologia racial da segurança da nação condizia com os processos de concessão pública (SANTOS, 2018). Dessa forma, ir contra a existência do racismo na sociedade ou reproduzir o discurso da democracia racial era importante para o regime e para o Grupo Globo.

Se, como vimos, durante a pós-abolição e a política de branqueamento da população os investimentos estatais tinham foco na busca por imigrantes europeus a fim de se criar uma nova nação, no período da idealizada democracia racial percebem-se investimentos na área de comunicação, buscando a promoção de uma aparência de país conciliador e pacífico. Na perspectiva de Santos (2018, p. 152), midiaticizar a democracia racial era fundamental “[...] para a consolidação de processos de redenção racial [...]”.

Do ponto de vista político, os conteúdos propagados pelo Grupo Globo foram indispensáveis como forma de disseminação de um discurso nacional de otimismo desenvolvimentista, essencial para o sustento e a legitimação do autoritarismo (SANTOS, 2018). Logo, o Grupo Globo seguiu um “[...] padrão de expressão da informação e das ideias que serviu para mitificar o Brasil como um país onde reinava a democracia racial [...]” (ALAKIJA, 2012, p. 122). Ramos (2000, p. 15) percebe a Globo dos anos 1970 como um espelho fiel do regime, para o qual não havia conflito social, repressão ou pobreza, quem dirá racismo.

A comunicação sintonizava com a política geral implementada pelos governos, que privilegiava minorias em detrimento dos interesses da maioria do povo brasileiro, favorecendo a objetivos de grandes grupos nacionais e estrangeiros e ainda interligando-se com outros setores da vida econômica da sociedade. As

políticas sociais na época espelharam o maior fantasma do fenômeno que o mundo denominou grandiosamente de sociedade universalizada: a excludência – com o surgimento da legião daqueles que não tinham acesso à saúde, à educação, ao trabalho, à moradia, à riqueza, aos meios de produção, de provimento e, porque não, à produção da sua própria cultura e comunicação (ALAKIJA, 2012, p. 126).

4.5.3 A negação do racismo

Com isso, a minoritária elite branca se fortaleceu como produtora de um enquadramento que passou a ser majoritário e dominante, reforçando pontos de vista enviesados, como democracia social e meritocracia. Um claro exemplo desse discurso foi produzido pelo diretor-geral de Jornalismo do portal de notícias G1, uma de nossas unidades de observação. Ali Kamel é autor do livro intitulado *Não Somos Racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*, lançado em 2006, e que segue sendo divulgado no site oficial⁶⁸ do diretor. Para Santos (2018), a obra ilustra uma das muitas implicações da concentração midiática experimentada pelo Brasil: o perigo da unificação dos discursos.

Três trechos são capazes de ilustrar a tese central da obra de Kamel, jornalista e sociólogo por formação: (1) “Tenho procurado mostrar que, mais que o racismo, a má situação do negro no Brasil se deve à pobreza e que não existem atalhos fáceis para superá-la, como cotas ou políticas assistencialistas” (KAMEL, 2006, p. 40); (2) “A grande tragédia que as políticas de preferências e de cotas acarretam é a disseminação de conflitos e, no limite, o ódio. O sentimento de que o mérito não importa esgarça o tecido social” (KAMEL, 2006, p. 92); e (3) “[...] a nossa miscigenação é uma realidade e derruba por terra o argumento de que somos estruturalmente racistas. Não podemos ser. Um dado, a miscigenação, desmente o outro, o racismo” (KAMEL, 2006, p. 103).

Em dado momento, o autor ressalta:

Ora, se é verdade a tese de que é por racismo que os negros e pardos⁶⁹ ganham menos, haverá de ser, em igual medida, também por racismo que os amarelos ganham o dobro do que

⁶⁸ http://www.alikamel.com.br/livros/nao_somos_racistas.php

⁶⁹ Ali Kamel entende negro como sinônimo de preto e, por isso, faz sua própria classificação racial: “negros e pardos”. Diferentemente da classificação do IBGE, segundo a qual os negros são a junção de pretos e pardos.

os brancos. Se o racismo explica uma coisa, terá de explicar a outra, elementar princípio de lógica. E, então, chegaríamos à ridícula conclusão de que, no Brasil, os amarelos oprimem os brancos. Não, o racismo não explica nem uma coisa nem outra. Porque não somos racistas, repito. A explicação se encontra no nível cultural e na condição econômica dos diversos segmentos da população (KAMEL, 2006, p. 59-60).

No livro, Ali Kamel critica, ainda, as pesquisas realizadas regularmente pelo Instituto Ethos sobre a participação dos negros no mercado de trabalho brasileiro. O autor cita, como exemplo, o caso do funcionário negro Leílson Gomes, que teria afirmado ao jornal O Globo que nunca enfrentara racismo no trabalho. “Textualmente, eis o que ele disse: ‘Sempre que disputei uma vaga, fiquei com o emprego. Sou um bom profissional e, sem dúvida, um profissional de sorte’” (KAMEL, 2006, p. 76).

Kamel (2006, p. 77) cita, também, uma pesquisa realizada em 2004 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a qual revelou que os negros são “[...] a maioria dos desempregados, tinham as piores condições e ganhavam a metade dos salários dos brancos”. Porém, para o diretor, nada no estudo permitia concluir que os negros estavam naquelas condições “[...] porque o Brasil é racista ou porque os brancos são racistas ou porque os empregadores discriminam os negros [...]” (KAMEL, 2006, p. 77). O autor reitera que “[...] os negros vivem essa situação porque são, na maioria, pobres e, como todos os pobres, tiveram acesso a escolas piores, a um ensino deficiente” (KAMEL, 2006, p. 77). E sentencia: “Daqui a pouco, anotem, haverá quem proponha uma lei estabelecendo aumento salarial de não sei quantos por cento aos negros para que a distorção salarial seja sanada” (KAMEL, 2006, p. 77).

Sobre o Estatuto da Igualdade Racial, Kamel (2006, p. 97) afirma em sua obra ter a sensação de que a lei (em fase de projeto, no momento do lançamento do livro) deixaria “[...] para trás, de uma vez por todas o Brasil que conhecemos e criará um outro país, cindido racialmente [...]”. Ele continua:

Será o fim do país que se orgulhava de sua miscigenação, que sabia que ninguém é inteiramente branco ou inteiramente negro, que tinha orgulho de seu largo gradiente de cores. Seremos transformados num país bicolor, num país não de brasileiros simplesmente, mas de brasileiros negros, de um lado, e brasileiros brancos, do outro. E a suposição será a de que os dois lados não se entendem (KAMEL, 2006, p. 98).

A obra é finalizada com um convite do autor para que “[...] manifestem-se todos aqueles que ainda pensam numa nação misturada, miscigenada, colorida, sem espaço para diferenças de ‘raça’ [...]” (KAMEL, 2006, p. 143).

O livro *Não Somos Racistas* foi objeto de análise no Jornal Nacional, da Rede Globo (um dos telejornais mais respeitados e de maior audiência do país) e seu autor foi procurado por diversos canais de comunicação para conceder entrevistas (SANTOS, 2018). A obra foi utilizada de maneira ampla pela mídia hegemônica, buscando debater questões elementares para o movimento negro, como ações afirmativas. Um trecho do livro afirma, por exemplo, que “[...] políticas de cotas raciais são extremamente prejudiciais e injustas” (KAMEL, 2006, p. 53).

Sobre esse posicionamento de Ali Kamel, Moreira (2020, p. 143) avalia que

O que está por trás desse argumento é a culpabilidade por associação: ações afirmativas significam que toda a sociedade é racista, que negros não conseguem ter acesso a oportunidades por causa do racismo branco, fatos que o sujeito não pode admitir como verdadeiros. [...] Aqui também vemos pessoas brancas utilizarem uma estratégia discursiva para protegerem a imagem social delas.

Esse interesse da mídia pelo livro de Ali Kamel pode ser explicado pela escolha, por partes dos canais de comunicação hegemônicos, de “[...] colunistas, articulistas e comentaristas que compõem uma força-tarefa cujos móveis principais são tentar convencer, fazer pressão e obter consenso em torno de seus pressupostos de análise” (SANTOS, 2018, p. 173).

Discursos que vão na contramão de estudos acadêmico-científicos, instituições renomadas e pesquisas de conceituados estudiosos da negritude e do racismo têm, portanto, papel central na produção e na reprodução do racismo, da discriminação e do preconceito porque apresentam todos os elementos que viabilizam a perpetuação de um sistema racial camuflado pela ideologia da democracia racial, que se tornou um escudo protetor que acomoda de maneira confortável a hipervalorização da ideologia racial da branquitude em detrimento da hipovalorização da identidade racial da negritude (SANTOS, 2018).

É um quadro racista que, ao sê-lo, torna-se “[...] uma prática racista por si só, mas é também o principal meio de difusão de preconceitos e ideologias racistas” (VAN DIJK, 2021, p. 10). É o tipo de cobertura que permite a

[...] pessoas brancas expressar sua hostilidade por minorias raciais e ainda assim afirmar que elas não são racistas, reproduzindo então a noção de que construímos uma moralidade pública baseada na cordialidade racial. Esse projeto de dominação racial expressa a aversão que brancos sentem em relação a negros, mas permite que eles ainda assim apareçam como pessoas comprometidas com a igualdade (MOREIRA, 2020, p. 95, 96).

Ali Kamel é diretor-geral de Jornalismo no maior conglomerado de mídia do Brasil. Sua abordagem, reflexo do racismo estrutural, pode ser uma repercussão do pensamento majoritário dos mandatários do Grupo Globo e/ou ser absorvido (ainda que de maneira inconsciente) pelos jornalistas, que acabam por reproduzir nos veículos da empresa (dentre os quais, lembremos, está o portal de notícias G1) a “[...] transformação da branquitude como um tipo de capital cultural, e a negritude como elemento de inferioridade moral” (MOREIRA, 2020, p. 99). Segundo Carrança (2012, p. 152),

[...] não é difícil imaginar que a maneira como jornalistas, donos de jornais e toda a classe dominante encaram a questão das relações entre brancos e negros no país se reflita no material veiculado pelos meios de comunicação, exercendo grande influência sobre o comportamento da população nesse âmbito (CARRANÇA, 2012, p. 152).

É um poder que limita a diversidade jornalística, com consequências sobre o enquadramento noticioso e, por consequência, sobre a sociedade. A concentração dos veículos de mídia é, portanto, uma espécie de continuidade da política de branqueamento da população porque

[...] os níveis de concentração econômica da mídia no país [...] bem como sua instrumentalização política e ideológica contribui não apenas para a limitação dos espaços de discussão pública de ideias, mas para o enfraquecimento de grupos minoritários ou mesmo de parcelas expressivas da população que não dispõem de acesso a esses canais de expressão e se veem excluídos do debate (SANTOS, 2018, p. 143).

Mesmo que nos últimos anos tenha-se notado uma ligeira mudança no comportamento da mídia hegemônica ⁷⁰, com grandes portais de notícia pautando eventos e assuntos significativos para a população negra, Alakija (2012, p. 140) acredita que

[...] essas pequenas grandes mudanças, que têm acompanhado as mudanças no mundo, parecem mais estar associadas ao engendramento das expectativas do mercado pela grande mídia, para atender à emergente classe média negra constituída por mais de 15% da população do país e que movimenta em torno de 50 bilhões de reais por ano [...]. Até porque a grande imprensa em seus noticiários e editoriais costuma favorecer opiniões contrárias e se posicionar contra as ações afirmativas [...].

4.6 UMA ALTERNATIVA À HEGEMONIA MIDIÁTICA BRANCA

Uma vez que os canais da mídia hegemônica ainda têm se mostrado insuficientes para romper com a lógica do fluxo de informações (ALAKIJA, 2012), emergem os veículos alternativos especializados na temática racial, impulsionados, especialmente, pelas TICs e pela internet. Produzidos pelos negros e para os negros, tais meios de comunicação foram criados “[...] a partir de redes ou projetos coletivos, não associados às grandes organizações midiáticas, políticas e empresariais” (ARAÚJO, 2019, p. 124). Assim, já na década de 1980, diversos veículos alternativos independentes de comunicação (re)surgiram como forma de resistência ao ávido liberalismo da (in)comunicação mundial (ALAKIJA, 2012).

Utilizamos o termo (re)surgiram porque, é importante pontuar que, pelo menos desde o século XIX, já existia uma organização individual ou grupal contra a discriminação racial, o preconceito e o racismo, que resultou na criação de veículos da mídia negra (PINTO, 2010). Esse movimento teve um papel fundamental na estruturação e no fortalecimento da identidade negra, atuando como ferramenta de autoafirmação e como a principal voz ressoando contra a ideologia da democracia racial (ALAKIJA, 2012).

⁷⁰ Por exemplo, o portal G1 mantém no ar uma página especial (<https://g1.globo.com/consciencia-negra/>) em alusão ao Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro.

De acordo com Santos (*apud* PINTO, 2010, p. 113), essa movimentação aconteceu principalmente porque

Nenhum jornal mostrava-se disposto a discutir e informar sobre questões e problemas que diziam respeito aos negros. Além disso, quase todos os grupos étnicos imigrantes dispunham de periódicos próprios e a imprensa operária, da qual a maioria dos negros fazia parte, não demonstrava vontade política para discutir e divulgar as questões relativas aos homens de cor.

Além de os grandes grupos de mídia da época deixarem de representar os interesses da população negra, pesquisas feitas por estudiosos de racismo e discurso mostram os estereótipos que eram disseminados sobre os negros, quando eles eram pautas da mídia branca. Em seu livro *Retrato em branco e negro*, Schwarcz (1987) faz uma análise de três grandes jornais⁷¹ do período abolicionista e mostra os estigmas produzidos e divulgados pelos periódicos da época acerca dos negros. Lembramos, nesse ponto, que as imagens da negritude que vemos na mídia contemporânea têm vinculação com aquelas dos tempos passados (BORGES, 2012).

A obra se inicia apresentando o trecho de uma notícia, cuja manchete é *Como elles são*. Segundo a autora, a matéria

Parece estabelecer [...] um evidente clima de contraposição entre o “creoulo” em si e a sociedade branca que aparece colocada como uma espécie de “panorama de fundo” no decorrer de todo o texto. A começar pelo título, “Como elles são”, fica claro como “elles” marca uma oposição a um “nós” implícito no texto, e que por sua vez corresponde logicamente ao jornalista que redigiu a matéria e aos leitores do jornal da época. Além disso, vai-se criando um “clima” de ironia com relação ao “creoulo”, que é dado primeiramente pela forma pouco direta com que o sujeito é descrito. [...] Todo esse ambiente que vai, cada vez mais, como que definindo o “creoulo” como o “outro”, o “estranho à ação”, e a ironia subjacente são reforçados também a partir das palavras que o jornalista vai destacando em maiúscula em momentos específicos da leitura (SCHWARCZ, 1987, p. 15-16).

A esse respeito, van Dijk (2021, p. 32) observa a existência de ideologias cuja polarização se concentra entre “[...] o endogrupo e o exogrupo: NÓS versus

⁷¹ A autora analisa os periódicos paulistanos *A Província de São Paulo* (atual *Estadão*), *Correio Paulistano* e *A Redempção*, entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX.

ELES. Frequentemente essa polarização é expressa no enquadramento, enfatizando as características negativas do grupo ELES e as positivas do grupo NÓS”. Vem daí a necessidade de ELES, os próprios negros, construírem quadros antirracistas com estruturas discursivas específicas (abordagem, apresentação e ênfase antirracistas), além de se basear em normas, atitudes, valores e ideologias antirracistas, que buscam reproduzir para impor a ideia de grupo (VAN DIJK, 2021). Grupo este “[...] onde o indivíduo se sente pluralmente” e no qual o “[...] ‘coletivo’ [...] é o ‘sujeito do individual’” (SODRÉ, 1999, p. 141).

4.6.1 Breve perspectiva histórica da imprensa negra colonial

O primeiro veículo da mídia negra no Brasil foi o pasquim *O Mulato ou O Homem de Côr*, que surgiu no Rio de Janeiro em 14 de setembro de 1833 (PINTO, 2010). Na esteira desse jornal, vieram outros, como *Brasileiro Pardo*, *O Cabrito* e *O Lafuente* (1833); *O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social* (1876); *A Pátria – Órgão dos Homens de Cor* (1889); *O Exemplo* (1892); *O progresso – Órgão dos Homens de Cor* (1899); *O Menelick* (1915); e *O Baluarte – órgão oficial do Centro Literário dos Homens de Côr* (1903) (PINTO, 2010).

Tais veículos de comunicação, escritos por homens negros livres⁷² e dirigidos aos cidadãos negros da Corte, tinham como foco denunciar a discriminação racial (PINTO, 2010). Os textos produzidos pelos redatores asseguravam aptidões e virtudes, tendo a pretensão de contribuir para solucionar os problemas enfrentados pela parcela negra da população (PINTO, 2010). Eram veículos noticiosos feito por e para negros, abordando temáticas interessando ao povo negro (PINTO, 2010).

Pinto (2010, p. 23) explica que

[...] homens livres de cor, nascidos em terras brasileiras, tiveram destacada participação naquele início do século. Ocuparam espaços decisivos para a expressão de suas opiniões sobre a sociedade em que viviam, estabeleciam alianças, romperam outras, enfrentaram dúvidas e, em alguma medida, tiveram sucesso em suas empreitadas.

⁷² Pinto (2010) conta que era comum os redatores desses jornais manterem o anonimato.

Contudo, os sugestivos títulos dos jornais, aliado a esse relativo sucesso, chamaram a atenção (negativamente) da elite branca, uma vez que “[...] a mais discreta possibilidade de levantes negros resultante da associação com escravizados, de livres e libertos ou de ambos os grupos era motivo de grande apreensão” (PINTO, 2010, p. 21). Esse racismo disfarçado de incômodo resultou em tentativas de censura para silenciar os protestos dos redatores negros, “Ainda mais quando os termos empregados para localizar a identidade de seus responsáveis remetiam a uma origem racial negra perpassada por um pertencimento ‘nacional’ brasileiro [...]” (PINTO, 2010, p. 21). O resultado dessa dinâmica foi

[...] a negação da capacidade dos negros, em geral, e dos livres, em particular, de refletir com base em suas próprias experiências sobre os rumos da sociedade em que viviam. Os questionamentos que apareciam a torto e a direito denunciando o “preconceito de cor” não seriam mais que o fruto da manipulação de homens brancos astutos (PINTO, 2010, p. 21).

Dessa forma, a participação política dos negros foi sendo aos poucos desqualificada dos eventos sociais (PINTO, 2010).

O histórico da comunicação desde os tempos da escravidão mostra que, ainda que não houvesse, no Brasil, leis que proibissem o acesso dos negros à mídia (ao contrário do que aconteceu nos Estados Unidos, por exemplo), a ausência de proprietários negros⁷³ no setor de comunicação é devida, principalmente, às imposições financeiras e de experiência profissional, fatores limitantes a uma população privada de emprego e educação (LOPES, 2021). A Constituição republicana de 1891 excluiu os negros dos acessos à educação e ao legislativo, uma vez que proibia os analfabetos de exercerem a cidadania por meio do voto – os negros compunham a imensa maioria da população inserida nessa condição (MAIA, 2021; DOMINGUES, 2002).

Aliado a isso, Lopes (2021) lembra que havia a questão do direito costumeiro, regras não escritas (mas aceitas) segundo as quais a exclusão racial equivalia

⁷³ Santos (2018) relata que há, no Brasil, uma única experiência de canal de televisão com programação produzida e voltada para negros. Trata-se da *TV da Gente*, que iniciou sua programação no Dia da Consciência Negra de 2005. O veículo teve vida curta: sem audiência, a *TV da Gente*, fundada pelo cantor e empresário José de Paula Neto (o Netinho), não atraiu anunciantes e teve suas atividades encerradas em fevereiro de 2007.

ao direito, para além de mera convenção social. A pesquisadora explica que o direito costumeiro revela “[...] as sutilezas do racismo, no qual as regras de segregação não precisam necessariamente estarem escritas para excluir” (LOPES, 2021, p. 228).

4.6.2 Uma luta constante

Dando um salto até o século XX, observa-se o (re)surgimento de formatos de produção da mídia negra. Reis (2021) aponta registros de jornais negros em vários estados brasileiros em todas as décadas do século XX. São canais com forte atuação social e apoio na produção de “[...] instrumentos como Lei Afonso Arinos⁷⁴ (1951), a Constituição de 1988, a Lei Caó⁷⁵ (1989), as políticas de ações afirmativas (a partir dos anos 2000) e o Estatuto da Igualdade Racial (2010), dentre outros” (ALAKIJA, 2012, p. 148). Vimos, com isso, que o movimento negro sempre desempenhou um papel de destaque já no período abolicionista, sendo contrário ao racismo também do pós-abolição à contemporaneidade (VAN DIJK, 2021).

Apesar disso, e conforme já demonstramos, o negro seguiu sendo retratado de maneira negativa e/ou estereotipada na mídia branca, referendando as percepções já existentes na sociedade sobre essa grande parcela da população brasileira. Na perspectiva de Tosta (2019), as coberturas construídas pela grande mídia são as principais formas de disseminação do racismo. Para o autor, é uma imprensa que ora exclui, ora estigmatiza, ora é indiferente, ora tem repulsa.

O já mencionado advento das TICs, aliado às possibilidades trazidas pela internet, significou uma retomada da mídia negra brasileira e trouxe alterações nas relações entre grupos sociais e populares (ARAÚJO, 2019), além de recursos para que as iniciativas do jornalismo alternativo pudessem se (re)lançar e se consolidar no cenário nacional.

⁷⁴ Promulgada pelo então presidente Getúlio Vargas, essa é a primeira lei antirracismo do Brasil.

⁷⁵ Lei, assinada pelo então presidente José Sarney, que prevê pena de reclusão de até cinco anos por discriminação ou preconceito, incluindo de raça.

De fato, diferentemente do que acontecia com a mídia negra oitocentista, atualmente é possível que os produtores interajam com seus públicos a todo instante, via internet. Araújo (2019, p. 124) avalia que

No caso específico dos jornais negros essa necessidade se faz ainda maior, pois existe uma busca da negritude, com o auxílio da imprensa negra, em agregar indivíduos principalmente negros e não-negros nas discussões antirracistas. E a internet possibilita esse acesso ampliado, uma vez que o conteúdo publicado por um site negro de uma determinada localidade pode ser lido nas diversas localidades.

Alakija (2012) lembra que os anos 1990 foram bastante ricos para a mídia brasileira, em termos de jornalismo alternativo. De acordo com a autora, ainda que o período estivesse marcado por aquele modelo de comunicação altamente verticalizado, com os veículos hegemônicos determinando e pautando o que deveria ser notícia, as modificações nas relações sociais trazidas pelo desenvolvimento tecnológico associado à internet apontaram para a possibilidade real de se interferir na realidade (ALAKIJA, 2012).

Dentre tais modificações, Alakija (2012, p. 134) cita a alteração nas estruturas de poder percebida após a entrada de novas tecnologias no mercado, que deslocou o eixo econômico e, por consequência, as configurações de poder do jornalismo, o que afetou, essencialmente, o sistema de propriedade e a utilização dos veículos; e a democratização na produção da comunicação, a partir do aumento do acesso a determinadas tecnologias, proporcionado pelo baixo custo.

Um amplo estudo⁷⁶, elaborado em outubro de 2019 pelo Fórum Permanente pela Igualdade Racial (FOPIR, 2019⁷⁷), mapeou 65 mídias negras atuando no Brasil desde 1965 até aquele momento. Os resultados mostram que, até 2016, o número de veículos negros oscilava entre um e quatro por ano. Em 2017, houve um salto e o número de mídias negras subiu para nove, chegando a 15 no ano seguinte, voltando ao patamar anterior em 2019.

Desses canais, 44,4% se identificam como veículo de comunicação, estando a maioria localizada nas regiões Sudeste (44,6%) e Nordeste (35,4%). Em 29,7%

⁷⁶ Por meio do endereço <https://bitly.com/midianegra> é possível conhecer o estudo completo.

⁷⁷ “Coalização de organizações antirracistas que visa desenvolver estratégias e ações de diagnóstico, mobilização, comunicação e incidência política capazes de deflagrar um debate amplo e democrático em prol do enfrentamento do racismo [...]” (FOPIR, 2019, p. 3)

deles há apenas um profissional atuando; a faixa etária maior é a de 30 a 40 anos (49,2%) e a maioria é jornalista, ligada a movimentos sociais. A prioridade editorial dos veículos pesquisados é o combate ao racismo, com destaque para pautas relacionadas às mulheres negras. Para se sustentar, a maior parte deles se utiliza de recursos próprios, verbas publicitárias e voluntariado.

4.6.3 O portal de notícias Mundo Negro

Nosso segundo objeto de observação, o portal de notícias Mundo Negro⁷⁸ foi um dos respondentes da pesquisa realizada pelo Fopir. Criado em 2001 pela jornalista Sílvia Nascimento, o site (sediado em São Paulo) se intitula “O melhor conteúdo



sobre negros do Brasil”. De acordo com Silva (2022), o Mundo Negro é o primeiro canal noticioso do país a ser dedicado integralmente à população negra. O portal é composto por um time de redatores 100% negro e possui em seu quadro o jornalista negro mais influente do Brasil na rede social Twitter⁷⁹, o baiano Arthur Anthunes, que ocupa a 11ª posição no ranking geral. Os dados são de 2022.

Ao falar sobre o time de redatores 100% negro, em entrevista concedida a Silva⁸⁰ (2022, p. 21), Sílvia Nascimento pontua que

Não tem como você falar da nossa realidade com pessoas que não viveram o mesmo. [...] as pessoas brancas têm uma total perspectiva, e isso, com certeza, ecoa na escrita, ecoa na maneira de interpretar a pauta. Sem contar que, quando a gente fala de empregabilidade, a gente também sabe que as pessoas negras têm mais dificuldade para entrar no mercado de trabalho em algumas áreas. Então não faria sentido, para mim, não ter o meu negócio priorizando a contratação de pessoas negras. Mas ele vem majoritariamente, e intencionalmente, com a ideia de que o conteúdo é genuíno por ser produzido por pessoas negras na redação. [...] para produzir qualquer conteúdo, seja de vídeo ou texto, são pessoas negras.

⁷⁸ O nome do portal teve inspiração na música *Ilê Ayê* (mundo negro, em iorubá), da banda nacional O Rappa (SILVA, 2022).

⁷⁹ De acordo com pesquisa realizada pela plataforma *Brazil Chart Lab*, que monitora o nível de influência de profissionais de comunicação na internet. Os dados foram divulgados em agosto de 2022 (FERREIRA, 2022).

⁸⁰ Maria Clara Ferreira da Silva (Macla Silva) é jornalista e colaboradora do Mundo Negro.

O portal Mundo Negro nasceu de um trabalho de conclusão de curso (SILVA, 2022). Silvia Nascimento realizou uma pesquisa qualitativa, na qual analisou a Revista Raça Brasil⁸¹, observando o trabalho desenvolvido pela imprensa brasileira, focando em uma incipiente mídia negra (SILVA, 2022). “O resultado foi a criação do site, pioneiro na temática, em meio ao surgimento da internet” (SILVA, 2022, p. 8).

O nome “Mundo Negro” surgiu numa época que não se falava muito “negro” [...]. Então, nesse contexto, eu que saí do desconfortável. Muita gente falou “coloca ‘Mundo Afro’, ‘Mundo Negro’ vai ser ruim”, mas acho que chegou o momento em que a gente não mudou e deu certo! (NASCIMENTO, 2022, p. 17).

Sobre ser o primeiro portal de notícias da mídia negra do Brasil, Silvia Nascimento (2022, p. 18) lembra que “[...] ser o primeiro também tem seus riscos, né? A gente veio numa época em que a internet, em si, era uma novidade. [...] Então, o pioneirismo teve seu preço [...]”.

O portal apresenta o que Silva (2022, p. 6) denomina de jornalismo de subjetividades, que seria um “[...] conceito-chave para alargamento dos critérios de noticiabilidade e uma atuação mais igualitária nas redações e nos resultados das notícias jornalísticas”. Divide-se em editorias como entretenimento, artes, política e colunas, visando oferecer outros pontos de vistas sobre a negritude, em uma tentativa de fugir das temáticas preferenciais da mídia branca hegemônica quando se trata de pautas raciais, como violência, criminalidade e outros estereótipos negativos vinculados ao povo negro (SILVA, 2022). Desde 2021, o portal organiza o Prêmio Mundo Negro, com periodicidade anual. A premiação visa valorizar pessoas negras de destaque em suas áreas de atuação.

A equipe é composta por quatro redatores fixos, além de 15 colaboradores, todos negros. “A gente existe para mostrar o quanto as pessoas negras são maravilhosas e quanto elas são múltiplas, quanto elas são importantes” (NASCIMENTO, 2022, p. 17). Apesar de o Mundo Negro ter conteúdo voltado

⁸¹ Criada em 1996, foi a primeira revista brasileira com conteúdo voltado para a cultura negra.

para a comunidade negra, as pautas buscam abranger quaisquer pessoas. De acordo com Silvia Nascimento (2022, p. 19),

Logicamente que a persona, quando eu penso, nunca vai ser uma pessoa branca, mas a gente tem cada vez mais a participação deles. E eu acredito que é isso: porque se a gente falar de comunicação como um meio de interromper estereótipos [...], quanto mais pessoas consumirem nosso conteúdo e ver que, além das pessoas sofrerem racismo, nós somos executivos, nós somos médicos, nós estamos protagonizando as nossas histórias, a gente também ajuda a quebrar o preconceito e o racismo.

O portal passou a receber um número maior de acessos mais de 15 anos depois de sua criação, especialmente após a morte de George Floyd⁸², o que refletiu nos negócios e garantiu sustentabilidade ao veículo. “Muita gente acha que eu sou uma ONG, que eu sou um outro tipo de projeto... Não, eu sou uma empresa! [...] com CNPJ, que paga todos os impostos [...], que gera emprego e que faz a roda girar” (NASCIMENTO, 2022, p. 18).

Dados levantados por Silva (2022) mostram que o Mundo Negro já atingiu 9.295 visualizações em uma única publicação do portal e que, nas redes sociais, o canal atinge entre cinco e oito milhões de acessos orgânicos por semana. No Instagram, o canal é seguido por mais de 600 mil pessoas atualmente⁸³. Ainda assim, Silvia Nascimento (2022, p. 17) sente falta de mais apoio ao seu empreendimento: “Eu vejo, às vezes, produtos similares ao Mundo Negro nos Estados Unidos, em alguns países africanos, que tem muito mais reconhecimento no sentido financeiro mesmo, como negócio”.

O portal tem linha editorial pautada em “[...] uma agenda positiva, não negando os problemas relacionados ao público afrodescendente, mas principalmente apresentando um conteúdo que divirta, informe e eleve a autoestima por meio da informação e da interatividade⁸⁴”. Silvia Nascimento declarou, em seu perfil no Instagram⁸⁵:

Eu e meu time gastamos muito tempo e neurônio checando informações, falando com fontes, entrevistando pessoas,

⁸² Negro norte-americano morto em maio de 2020, estrangulado por um policial branco, nos Estados Unidos.

⁸³ Em 16 de janeiro de 2023, eram 666 mil.

⁸⁴ <https://mundonegro.inf.br/quem-somos/>

⁸⁵ O conteúdo da publicação pode ser visto aqui: <https://www.instagram.com/p/ChvIBIhr015/>.

dialogando sobre o tom dos textos, títulos e fotos. Não é porque nossa linha editorial [...] fala de negritude, porém com a maioria dos temas conteúdos com temas não necessariamente sobre racismo, que somos um veículo de valor menor do ponto de vista jornalístico. Colocar jornalistas negros somente como comunicador da dor é limitar nosso espaço e nossa experiência. É dizer o que devemos ser e portanto é um ato racista. Eu acredito nos sonhos e nas boas notícias como agente de mudanças.

Outros canais relevantes no cenário da mídia negra atual foram analisados como possíveis objetos desta pesquisa, mas descartados por não preencherem os requisitos metodológicos do estudo (longevidade, número de seguidores nas redes sociais, visualizações e, especialmente, ser um portal de notícias). Dois exemplos são o *Alma Preta – Jornalismo Preto e Livre* (<https://almapreta.com/>), projeto que surgiu em 2014, por se tratar de uma agência de notícias, desenvolvendo conteúdos jornalísticos para serem veiculados em outros portais. Além disso, o veículo tem 465 mil seguidores⁸⁶ no Instagram; e o *Geledés – Instituto da Mulher Negra* (<https://www.geledes.org.br/>), de 2009, por se apresentar como uma organização política de mulheres negras (portanto, apesar de também produzir conteúdo jornalístico, não foi concebido como um portal de notícias). O *Geledés* é seguido por 136 mil pessoas⁸⁷.

Inclusive, Silvia Nascimento (2022, p. 19) relata que, em algum momento do desenvolvimento do portal, o veículo já foi

[...] muito parecido com o que a 'Alma Preta' faz hoje, muito mais politizada. Depois de um tempo, eu fui entendendo que a gente falar sobre negritude era falar sobre outros assuntos, você acaba atraindo até pessoas não-negras [sic] que querem saber. [...] às vezes elas vêm porque você está falando de uma série, está falando de um artista.

Apesar de os jornalistas do Mundo Negro também produzirem conteúdos de opinião, (assim como a mídia branca hegemônica) e de estarem mais próximos das pautas relacionadas à população negra, o canal pode ser enquadrado como jornalístico por se colocar como intermediador (ARAÚJO, 2019) e por constituir um veículo de “[...] expressão e visibilidade de e para um público segmentado (o

⁸⁶ Em 16 de janeiro de 2023.

⁸⁷ Em 16 de janeiro de 2023.

público afro) que tem confrontado com a mídia convencional e dominante, em termos de quebra de imagem, linguagem e atitude” (ALAKIJA, 2012, p. 140). Silva (2022) entende que essas características fazem do Mundo Negro um portal de notícias afrocentrado.

Visto como produto de uma comunicação contra hegemônica por se contrapor ao enquadramento construído pela grande mídia, o portal Mundo Negro exerce seu papel de cidadania, “[...] na busca da dignidade humana e da convivência civilizada com as diferenças. Possível apenas numa sociedade democrática, justa e equitativa nos seus valores e direitos” (ALAKIJA, 2012, p. 148). Isso porque, no entendimento de van Dijk (2021, p. 24), a luta antirracista “Não é apenas *contra* o abuso de poder, mas também *em favor* de uma sociedade democrática, livre de racismo e que respeite os direitos humanos e sociais”.

4.7 DE NEGRO PARA NEGRO: O ANTIRRACISMO MIDIÁTICO

Estudos sobre o papel da mídia e sua relação com o racismo ganharam maiores destaque e espaço na agenda do movimento negro quando se tornou perceptível o poder do jornalismo, por um lado, como instrumento de produção e/ou manutenção do racismo e, por outro, como promotor de inclusão e igualdade social (CARRANÇA, 2012). Logo, passou-se à compreensão de que “[...] só um novo sistema de representações do negro [...] poderá livrá-los dos estigmas que os aprisionam em categorias desumanizantes” (BORGES, 2012, p. 186).

Van Dijk (2021) alerta para o fato de que, apesar de muito se falar sobre racismo no Brasil, pouco é falado sobre o antirracismo e menos ainda sobre o discurso antirracista. Na visão do pesquisador, o antirracismo é pressuposto do racismo. Trata-se de um movimento social e histórico que se opõe à dominação e a outros abusos sofridos por territórios colonizados pelos países europeus, cujo intuito é se posicionar contrariamente a toda e qualquer forma de racismo (VAN DIJK, 2021).

O antirracismo pode ser, assim, entendido como “[...] um modo de resistência contra formas de abuso de poder étnico-racial e de violações dos direitos humanos de pessoas racializadas como não brancas [...]” (VAN DIJK, 2021, p. 22). No Brasil, o movimento antirracista ficou mais explícito no pós-abolição,

quando os negros passaram a oferecer resistência à herança colonial do preconceito e da discriminação raciais e passaram a combatê-los (VAN DIJK, 2021).

Nesse contexto, o movimento negro foi se fortalecendo cada vez mais e passou a tomar alguns dos espaços trazidos pelas novidades tecnológicas e pela internet, buscando novos meios para garantir mais visibilidade às causas do grupo. Os portais de notícias foram definitivamente incluídos nas estratégias de comunicação implementadas pelo movimento, que experimenta a

[...] combinação e complementaridade nos usos de tecnologias da informação e comunicação que se caracterizam por continuidades, justaposições e rupturas entre as chamadas novas mídias e ferramentas tradicionais [...] ou, ainda, entre modos de gestão e produção mais ou menos individuais e coletivos [...] (COGO; MACHADO, 2010, p. 10).

Em outras palavras, o movimento negro se apropriou do ciberespaço e foi favorecido pelas conexões entre comunidades e formas de expressão colaborativas e coletivas (PERUZZO, 2009a), estimuladas pela internet. Contudo, não se trata somente de ter ou oferecer visibilidade aos movimentos sociais. Pelo contrário, a mídia alternativa busca uma participação política, visando interferir “[...] para a ampliação da qualidade da cidadania, para a circulação de ideias dissonantes das dominantes e para a transformação social” (PERUZZO, 2009a, p. 144).

A mídia alternativa negra tem primordial importância para o antirracismo porque, como a mídia branca hegemônica é dominante e controlada por ideologias racistas, um canal negro surge com a função de “[...] analisar criticamente, opor-se e deslegitimar ideologias racistas, em geral, e atitudes racistas que decorrem dessas ideologias, em particular” (VAN DIJK, 2021, p. 32). Ela é imprescindível à sociedade por ser capaz de analisar, avaliar e denunciar ferramentas utilizadas pela elite midiática visando manter uma ordem racial que tem como base a hegemonia branca no Brasil (SANTOS, 2018).

4.7.1 Nós por nós

A mídia negra surge, então, como alternativa, como um meio capaz de inserir o povo negro em espaços nos quais ele tem sido reiteradamente excluído. Além disso, de acordo com o que vimos sobre violência simbólica,

Nem todos os alvos da dominação racista são necessariamente conscientes dessa dominação e, nesse sentido, ainda não são membros do movimento antirracista. Daí a importante e complexa atividade de conscientização, isto é, da educação antirracista (VAN DIJK, 2021, p. 22-23).

Educação antirracista esta que é, também, promovida por uma mídia negra forte na atuação contra hegemônica. Um jornalismo feito do negro para o negro, o que, por si só, já é um contraponto ao *status quo*. Na visão da fundadora do portal Mundo Negro, Silvia Nascimento (2022, p. 22), mídia negra que fala só sobre temas sensíveis, como racismo, acaba por manter o estado das coisas, conservando a negritude no espaço de associação ao racismo: “A gente precisa de outras narrativas, de outros tipos de pautas [...]. A gente tem que entender que, pra gente, pro grupo oprimido, consumir as notícias que às vezes, para outras pessoas, podem parecer ‘fúteis’, [...] pra gente faz falta”.

Essa busca por apresentar novas possibilidades de enquadramentos, diferentes daqueles divulgados pela mídia branca, está envolvida com a visibilidade de pontos de vista de grupos sociais historicamente invisibilizados. Além dessa característica, há “[...] o não-alinhamento [sic] ao estado e a crítica ao *modus operandi* da grande mídia, principalmente no seu caráter mercadológico e amplamente atrelado aos interesses ideológicos e políticos das classes dominantes” (COLODETI, 2016, p. 55).

Em outras palavras, o que caracteriza um veículo de comunicação como alternativo é que ele representa uma opção de fonte de informação, com conteúdo e abordagem diferenciados (PERUZZO, 2006). Nesse sentido, as noções de mídia alternativa propostas por Cicilia Peruzzo se tornam profícuas. Para ela, o jornalismo alternativo consiste em uma maneira pela qual segmentos marginalizados da população podem se expressar, “[...] mas em processo de mobilização visando suprir suas necessidades de sobrevivência e de

participação política com vistas a estabelecer a justiça social” (PERUZZO, 2008, p. 368).

Em outra definição, a pesquisadora diz que a mídia alternativa é a “[...] expressão das lutas populares por melhores condições de vida”, representando “[...] um espaço para participação democrática do ‘povo’” (PERUZZO, 2009b, p. 49). Em outras palavras, a mídia negra é uma opção de veículo de produção e de divulgação de conteúdos jornalísticos, frente à mídia branca. Nos termos de Martín-Barbero (2018, p. 24), a mídia alternativa é parte de “[...] outras formas de comunicação em que a fala dos grupos dominados foi liberada [...]”. Para o pesquisador, mais do que uma alternativa, essa comunicação mostra o “empobrecimento radical” da mídia hegemônica.

De acordo com Silva e Pedro Neto (2021, p. 128),

O termo “alternativo” já fornece pista sobre uma das principais características do conceito: um modelo de imprensa que possibilita outro modo de fazer e de pensar o jornalismo, uma alteridade ao padrão “convencional” – este último, por seu turno, um dos possíveis antônimos para a própria adjetivação do fenômeno.

Dessa forma, nossa opção por adotar a expressão “mídia alternativa” dá-se devido ao entendimento de que esses canais circulam à margem da comunicação hegemônica, sem se subordinar aos enquadramentos e procedimentos preestabelecidos pelos conglomerados midiáticos; pelo contrário, apresentando-se como uma opção, uma alternativa estética e discursiva aos veículos corporativos inseridos em um contexto de privilégio branco.

Tais características estão fortemente presentes em um padrão cultural e comunicativo negro, que se atualizou como a mídia negra de formatos variáveis, graças ao incremento das TICs. Reis (2021, p. 23) entende a mídia negra como aquela que é “[...] agente de anunciação de núcleos políticos organizados da população negra em luta por liberdade, autodeterminação e cidadania”.

Por seu turno, Lopes (2021, p. 236) conceitua a mídia negra brasileira como aquela formada “[...] por pessoas com trajetórias vinculadas ao movimento social negro”. São pequenas empresas que têm como tarefa específica fazer jornalismo de combate ao racismo (LOPES, 2021).

Veículos de mídia negra ampliam o debate sobre questões relativas à negritude apresentadas pela mídia branca. Além disso, trazem identidade ao público negro, a referência que

[...] promove uma intersecção entre história individual e do grupo com o qual convive. [...] A ideia de grupo impõe-se como a de um outro 'lugar', onde o indivíduo sente pluralmente e, por essa identificação, é espaço de luta por causas similares, engajamento e exercício da cidadania (MENEZES; TUZZO, 2013, p. 158).

Para que cada vez mais canais negros alternativos tenham o poder necessário para garantir que a imagem das minorias raciais seja construída a partir da perspectiva negra, é fundamental que o Estado atue visando à inclusão de grupos excluídos não só por meio da redistribuição de concessões (atenuando a burocracia e os fatores econômicos), mas também provendo meios para que esses grupos desenvolvam suas propriedades (LOPES, 2021).

Segundo dados divulgados em 2022 pela pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro, realizada entre agosto e outubro de 2021, "Os jornalistas brasileiros ainda são majoritariamente brancos (67,8%) e [...] a diferença para as demais raças e/ou etnias é bastante significativa" (LIMA, 2022, p. 30). Os outros grupos étnicos somados (pretos, pardos, amarelos e indígenas) atingem 31,6%.

Lopes (2021, p. 229) ressalta que

A redução das desigualdades e a introdução de alguma diversidade passam necessariamente por políticas públicas, "que valorizem a comunicação como direito humano e contribuam para deter a oligopolização da produção simbólica, a começar por mecanismos democráticos de regulação, de universalização de acessos" [...].

Dessa forma, a mídia negra seria a materialização do agastamento da população negra com as formas de tratamento dispensadas a este grupo pelos veículos hegemônicos, situação que remonta aos tempos da escravatura e que estimulou a criação dos seus próprios jornais (LOPES, 2021).

A diretora de Conteúdo e Parcerias do portal Mundo Negro, Silvia Nascimento, ressalta que "O estereótipo do jornalismo é o que eles associam a negritude ao racismo, assuntos sobre violência, a pautas sensíveis. E dá a impressão que nós

não somos pessoas comuns. Esses estereótipos que eu tento quebrar, de mostrar as pessoas num outro lugar [...]” (NASCIMENTO, 2022, p. 7-8).

Nós existimos! Nossas vidas, quando a gente fala “a vida das negras importam” a gente não pode falar só na seara da sobrevivência, a gente tem que falar na seara da existência. Então, para mim, interessa muito contar as histórias que mostrem que nós somos pessoas comuns, que nós somos pessoas que queremos ser felizes (NASCIMENTO, 2022, p. 22).

5 ANÁLISES, RESULTADOS E DISCUSSÕES: POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES FRENTE AO RACISMO ESTRUTURAL E MIDIÁTICO

*“[...] quem já não teve a experiência de ler a mesma notícia em veículos midiáticos distintos [...] e ter a sensação de que um veículo pareceu tratar a notícia de forma mais ou menos favorável do que o outro?”
(Alessandra Coutinho Fernandes, 2014, p. xii).*

Como já mencionamos, o objetivo principal desta dissertação é verificar como racismo, violência simbólica e movimento antirracista se manifestam nos enquadramentos noticiosos escolhidos por G1 e Mundo Negro na cobertura do caso do furto da bicicleta no Leblon. Os capítulos anteriores apresentaram a fundamentação teórica que norteia a pesquisa empírica, trazendo apontamentos e discussões de diversos autores estudiosos das temáticas em questão. No capítulo 4, especialmente, analisamos como a mídia branca hegemônica pode ser tendenciosa na construção de seu enquadramento, como isso contribui para a percepção da sociedade a respeito dos negros e a importância do movimento antirracista da mídia alternativa negra perante esse contexto.

5.1 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, o foco é a análise e a discussão das 15 notícias que compõem o *corpus*, bem como a apresentação dos resultados encontrados. Conforme explicado no capítulo metodológico (1. Metodologia: caminhos percorridos), dividimos a pesquisa empírica em três fases: 1. separação das notícias por veículo, compilação e processamento, em dois blocos únicos, no aplicativo *Voyant Tools* e catalogação dos termos mais citados; 2. análise dos termos encontrados na fase anterior e estudo das notícias, com o objetivo de contextualizar as palavras nos enquadramentos noticiosos; e 3. análise da amostra, segundo critério estabelecido para observação do enquadramento construído em cada portal.

A seguir, apresentaremos os resultados obtidos após as análises.

5.2 CORPUS

As 11 notícias do portal G1 e as quatro do Mundo Negro foram distribuídas, conforme apresentado nos Quadros 2 e 3:

Quadro 2 – Matérias analisadas do portal G1

(continua)

Portal	Manchete	Data de publicação	Fonte
	Rapaz negro registra boletim de ocorrência em que diz ter sido acusado de roubar bicicleta por casal no Leblon, zona sul do Rio	14 de junho de 2021	https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/14/rapaz-negro-registra-boletim-de-ocorrencia-em-que-diz-ter-sido-acusado-de-roubar-bicicleta-por-casal-em-frente-a-shopping-no-rio.ghtml
	Polícia investiga caso de jovem negro que diz ter sido acusado de roubar bicicleta por casal branco no Leblon	15 de junho de 2021	https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/15/policia-investiga-caso-de-jovem-negro-que-diz-ter-sido-acusado-de-roubar-bicicleta-por-casal-branco-no-leblon.ghtml
	Lojas demitem jovens que teriam acusado professor de surfe de roubar bicicleta no Leblon	15 de junho de 2021	https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/15/loja-demite-rapaz-que-teria-acusado-professor-de-surfe-de-roubar-bicicleta-no-leblon.ghtml
	Homem branco é preso por suspeita de furtar bicicleta elétrica; caso motivou denúncia de racismo de jovem negro no Rio	17 de junho de 2021	https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/17/policia-prende-suspeito-de-furto-de-bicicleta-eletrica-que-motivou-abordagem-a-jovem-negro-no-rio.ghtml
	Vídeo mostra homem preso por furto de bicicleta no Leblon chegando em casa; jovem negro foi acusado pelo crime	17 de junho de 2021	https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/17/videos-mostram-homem-furtando-bicicleta-no-leblon-e-chegando-em-casa.ghtml
	No dia em que foi preso por furto de bicicleta no Leblon, suspeito branco teve prisão indeferida por outro crime em Ipanema	18 de junho de 2021	https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/18/no-dia-em-que-foi-preso-por-roubo-de-bicicleta-no-leblon-suspeito-branco-teve-prisao-indeferida-por-outro-crime-em-ipanema.ghtml
	MPRJ denuncia homem preso pelo furto de bicicleta elétrica no Leblon	19 de junho de 2021	https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/19/mprj-denuncia-homem-preso-pelo-furto-de-bicicleta-eletrica-no-leblon.ghtml

(conclusão)

Portal	Manchete	Data de publicação	Fonte
	Acusado de furtar bicicleta no Leblon tem prisão preventiva mantida	19 de junho de 2021	https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/19/preso-por-furto-de-bicicleta-no-leblon-tem-prisao-preventiva-mantida.ghtml
	Justiça recebe denúncia contra preso por furtar bicicleta no Leblon; jovem negro denunciou que foi falsamente acusado por casal	2 de julho de 2021	https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/07/02/justica-recebe-denuncia-contra-preso-por-furtar-bicicleta-no-leblon-jovem-negro-denunciou-que-foi-falsamente-acusado-por-casal.ghtml
	Furto de bicicleta no Leblon: Justiça conclui que não houve crime contra jovem negro	5 de agosto de 2021	https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/08/05/furto-de-bicicleta-no-leblon-justica-conclui-que-nao-houve-crime-de-casal-contra-jovem-negro.ghtml
	Furto de bicicleta no Leblon: Justiça condena réu a um ano e quatro meses em regime semiaberto	25 de agosto de 2021	https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/08/25/furto-de-bicicleta-no-leblon-justica-condena-reu-a-um-ano-e-quatro-meses-em-regime-semiaberto.ghtml

Fonte: produzido pela autora.

Quadro 3 – Matérias analisadas do portal Mundo Negro

Portal	Manchete	Data de publicação	Fonte
	Empresa demite funcionário racista que acusou Matheus Ribeiro de roubar bicicleta	15 de junho de 2021	https://mundonegro.inf.br/empres-a-demite-funcionario-racista-que-acusou-matheus-ribeiro-de-roubar-bicicleta/
	Ladrão de bicicleta do Leblon é um homem branco	17 de junho de 2021	https://mundonegro.inf.br/ladrao-de-bicicleta-do-leblon-e-um-homem-branco/
	Justiça arquiva caso de racismo no Leblon e alega que casal não teve intenção	5 de agosto de 2021	https://mundonegro.inf.br/justica-arquiva-caso-de-racismo-no-leblon-e-alega-que-casal-nao-teve-intensao/
	Ladrão branco é condenado a ano e quatro meses de reclusão em regime semiaberto	26 de agosto de 2021	https://mundonegro.inf.br/ladrao-branco-do-leblon-e-condenado-a-ano-e-quatro-meses-de-reclusao-em-regime-semiaberto/

Fonte: produzido pela autora.

5.2.1 Fase um: termos mais citados

Nesta primeira fase da pesquisa, o processamento dos materiais compilados no *Voyant Tools* calculou um total de 5.766 termos distintos no G1 e de 1.086 palavras diferentes no Mundo Negro, o que nos permite inferir que, em número de palavras, a cobertura do G1 teve um percentual de 430% superior à do Mundo Negro.

Obviamente, este dado tem relação direta com o fato de o G1 ter somado mais esforços em sua cobertura sobre o caso, buscando apuração mais rigorosa, ainda que de maneira objetiva e carregada de parcialidade implícita (explicaremos estes pontos ao longo do capítulo). É preciso dar o mérito à extensa gama de matérias produzidas pelo G1, que se empenhou para apresentar os desdobramentos do caso em suas notícias, embora muitas apresentem repetições de entrevistas, textos e imagens.

Por outro lado, esperávamos do Mundo Negro uma cobertura mais rica, haja vista tratar-se de um caso de racismo. Por se posicionar como um veículo afrocentrado e antirracista, o Mundo Negro poderia ter produzido reportagens mais elaboradas, trazendo, por exemplo, mais humanização a Matheus Ribeiro por meio de relatos de sua história de vida e luta para conseguir se inserir em um território branco, como o Leblon, sendo negro e vindo de um espaço pobre e preto, como o Complexo da Maré. Um portal antirracista tem o dever social de trazer novos olhares sobre a população negra.

As figuras a seguir mostram nuvens de palavras apresentando os termos mais frequentes no *corpus*, o que nos favorece na identificação instantânea dos assuntos mais abordados nos portais. De acordo com a ferramenta Termos fornecida pelo *Voyant Tools*, as três palavras mais frequentemente utilizadas pelo portal G1 no compilado das 11 notícias sobre o caso estudado foram “bicicleta” (93); “Leblon” (53); e “Matheus” (51). Dessa forma, o *Cirrus* para esta investigação apresentou o formato conforme a Figura 17:

As nuvens de palavras apresentadas nas Figuras 17 e 18 reforçam, graficamente, algumas descobertas encontradas nesta pesquisa. A prevalência dos termos “bicicleta”, “Matheus” e “Leblon” dentre as primeiras posições de ambos os portais evidencia que predominam, respectivamente, o objeto furtado, a personagem negra e o bairro carioca nas coberturas construídas por ambos os portais, o que já nos sugere a importância desses assuntos para a compreensão de qual enquadramento dado pelos veículos. Veremos, ao longo deste capítulo, como cada um dos veículos enquadrrou o caso.

Nesse sentido, entendemos que a nuvem de palavras foi eficiente por nos oferecer subsídios textuais e visuais que relacione as palavras mais citadas aos seus contextos de uso. Trataremos dessa questão no tópico posterior, quando será apresentada a segunda fase do estudo.

5.2.2 Fase dois: contextualização

Organizados os conhecimentos adquiridos na fase de mineração dos textos, que buscou apresentar alguns resultados relevantes a esta pesquisa, passamos à fase dois, na qual, após minucioso estudo das notícias construídas pelos portais G1 e Mundo Negro, verificamos os contextos em que se encontram os três termos mais referenciados em cada um dos veículos, de acordo com o processamento feito no *Voyant Tools*.

Para melhor apresentação e entendimento dos resultados, criamos o Quadro 4:

Quadro 4 – Termos mais citados e seus contextos

(continua)

Posição	Termos	Contextualização
G1		
1º	“Bicicleta”	Aparece ligada ao furto ou como o objeto caro que seria inacessível a um negro – motivo alegado por Matheus Ribeiro para a suspeita de furto recair sobre ele.
2º	“Leblon”	Território onde ocorre o caso, é motivo de questionamento, da parte de Matheus Ribeiro, sobre ser um local no qual um homem negro não poderia estar.
3º	“Matheus”	Racializado em todas as matérias (na manchete, no <i>lead</i> ou no corpo do texto). Tem idade, profissão, nome completo e rosto revelados desde a primeira notícia sobre o caso. O <i>post</i> feito por ele, relatando sua indignação com o caso, foi transcrito em algumas matérias.

MUNDO NEGRO		
1º	“Matheus”	Só é racializado em uma matéria. Tem o nome completo e a profissão revelados. É chamado de jovem ou rapaz em alguns momentos.
2º	“Bicicleta”	Geralmente citada como elemento causador da acusação de furto feita pelo casal ou ligada ao ladrão branco.
3º	“Leblon”	Território onde acontece a ação, termo é vinculado ao ladrão branco ou à postagem indignada de Matheus Ribeiro.

Fonte: produzido pela autora.

Os termos com maior incidência se repetem em ambos os portais (ainda que haja alteração com relação à frequência), o que nos permite afirmar que as matérias partiram de uma mesma pauta. A menor frequência da expressão “Matheus Ribeiro” (nome do rapaz negro que originou todo o caso a partir da publicação do vídeo da abordagem racista) no G1 e maior no Mundo Negro nos sinaliza que o portal de mídia branca hegemônica apresenta enquadramento mais voltado para o objeto furtado e para o território onde tudo aconteceu, em detrimento do racismo sofrido pelo rapaz, enquanto a maior incidência no canal de mídia alternativa negra nos indica que os *frames* buscam chamar mais atenção para o jovem negro e para a prática racista que envolve o caso.

5.2.2.1 Matheus Ribeiro

Podemos relacionar esse resultado a alguns dados que apontamos na fundamentação teórica, como o fato de o diretor-geral de Jornalismo do portal G1, Ali Kamel, negar a existência do racismo no Brasil. Atitude que, como vimos, é uma forte característica do racismo praticado no campo da Comunicação, especialmente pelas elites simbólicas (REZENDE; NOGUEIRA; AMARAL, 2015). Logo, o espaço para que um negro acuse pessoas brancas de terem cometido crime dessa natureza tende a ser reduzido por uma questão de linha editorial, já que, por meio dos quadros, a mídia fabrica a realidade e adequa o caso ao veículo, não o contrário (SANFELICE, 2018). Como Kamel não acredita que exista racismo no Brasil (em consonância com os discursos do antigo governo), podemos inferir que a linha editorial do G1 considera excluir das coberturas aquilo que não se encaixa em suas molduras prévias (MARTINO, 2021).

Isso, contudo, vai na contramão do que vimos em Porto (2002), segundo o qual é dever dos veículos de comunicação transmitir as informações com imparcialidade e objetividade, para o bem da democracia. O autor é enfático ao afirmar que canais jornalísticos devem trabalhar para que valores e ideologias de empresários do setor e jornalistas não atuem de modo a interferir na transmissão dos fatos (noção de objetividade) e evitar que a mídia favoreça determinados grupos sociais (noção de imparcialidade) (PORTO, 2002).

Por outro lado, a criadora e diretora do Mundo Negro, Silvia Nascimento, busca exaltar a negritude, sem perder de vista os problemas que envolvem a população negra brasileira, como racismo, discriminação e preconceito. Por essa razão, os quadros do Mundo Negro privilegiam coberturas relacionadas ao universo significativo do qual o portal faz parte e do qual o veículo participa da construção (VIMIEIRO; DANTAS, 2009). Nessa lógica, vemos maior incidência do termo Matheus Ribeiro na construção do enquadramento do canal.

Em seu *post* de desabafo, publicado nas redes sociais digitais e reproduzido tanto pelo G1 quanto pelo Mundo Negro, Matheus Ribeiro faz uma reflexão sobre a branquitude não poder ver a negritude portando determinados itens, principalmente, em bairros considerados nobres. Retomamos, aqui, um ponto abordado por Diangelo (2018, p. 72), quando ela afirma que indivíduos criados em territórios como o Leblon são vistos como inocentes, do ponto de vista racial, o que se liga “[...] com as narrativas clássicas de pessoas de cor como não inocentes. [...] os brancos acreditam que pessoas [...] negras são perigosas”.

A fundamentação teórica nos mostrou que a análise das molduras nos auxilia na determinação de quais fatos foram selecionados como noticiáveis, haja vista os enquadramentos enfatizarem um componente específico de um problema, influenciando o público (OLIVEIRA JÚNIOR; PÔRTO JUNIOR, 2018). As figuras abaixo mostram como G1 e Mundo Negro publicaram a postagem de Matheus Ribeiro. Na Figura 19, vemos um trecho da reprodução feita pelo G1, que optou por transcrever a postagem na íntegra, sem edição:

Figura 19 – Transcrição de um trecho da postagem de Matheus Ribeiro, feita pelo G1⁸⁸

Moral da história, esses **filhos da puta** não aguentam nos ver com nada, no mesmo lugar que eles?! Piorou

Eu não era alguém pedindo esmola ou vendendo jujuba...

Um preto numa bike elétrica?! No Leblon???

Aaah só podia ser, eu acabei de perder a minha, foi ele...

São coisas que encabulam o racista.

Eles não conseguem entender como você está ali sem ter roubado dele, não importa o quanto você prove

Fonte: G1⁸⁹, 2021.

Este fato nos remete à similitude de visões hegemônicas que encontramos em Jair Bolsonaro e Ali Kamel com relação ao racismo. Assim como vimos em Souza (2021), durante o governo do ex-presidente qualquer tentativa de incluir ou resgatar a população negra, garantindo-lhes cidadania, era rechaçada. Do mesmo modo, o diretor-geral de Jornalismo do portal G1 parece buscar, em sua cobertura, a manutenção da negritude em uma posição de eterna humilhação perante a sociedade.

Já o Mundo Negro decidiu publicar parte da postagem, excluindo pontos mais contundentes (Figura 20). Isso corrobora o que foi demonstrado por Gonçalves (2005) em nossa fundamentação teórica: por meio dos quadros, os veículos têm a possibilidade de produzir um recorte do real que condiciona o conhecimento do público somente para partes específicas do todo, segundo os interesses editoriais.

⁸⁸ Todos os grifos em cores de laranja ou amarelo apresentados nas figuras ao longo do capítulo são da autora.

⁸⁹ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/15/policia-investiga-caso-de-jovem-negro-que-diz-ter-sido-acusado-de-roubar-bicicleta-por-casal-branco-no-leblon.ghtml>

Figura 20 – Transcrição da postagem de Matheus Ribeiro, feita pelo Mundo Negro

“Não aguentam nos ver com nada, no mesmo lugar que eles?! Piorou. Eu não era alguém pedindo esmola ou vendendo jujuba... ‘Um preto numa bike elétrica?! No Leblon? Aaah só podia ser, eu acabei de perder a minha, foi ele’. São coisas que encabulam o racista. Eles não conseguem entender como você está ali sem ter roubado dele, não importa o quanto você prove. Ela não tem ideia de quem levou sua bicicleta, mas a primeira coisa que vem a sua cabeça é que algum neguinho levou”, desabafou Matheus na época da acusação em suas redes sociais.

Fonte: Mundo Negro⁹⁰, 2021.

Por mais que Matheus Ribeiro tenha publicizado sua opinião nas redes sociais digitais em um texto forte, amargurado e crítico ao racismo estrutural, cada um dos portais escolheu construir sua cobertura por um enquadramento específico. Inferimos que o fato de o Mundo Negro ter optado por editar a postagem, excluindo expressões de baixo calão e xingamentos, esteja ligado à postura contra hegemônica do veículo, aliada à sua luta pela dignidade humana e pelo ideal de boa convivência entre os “diferentes”.

Em concordância com Sanfelice (2018), entendemos que os portais de notícia não são somente intermediadores de vozes. Eles são selecionadores e têm o poder de enfatizar e até de intervir no social por meio de palavras e imagens. Os enquadramentos dos diferentes veículos é que elegem o bom e o mau, o mocinho e o bandido, construções que reforçam e legitimam casos de racismo, discriminação e preconceito e têm papel fundamental no imaginário social relacionado à negritude.

Logo, o canal negro preza pelo cuidado com a representação da personagem negra, uma vez que, como vimos em alguns exemplos ao longo da fundamentação teórica, a mídia branca hegemônica atua mantendo desigualdades entre brancos e negros em suas notícias por meio do reforço de estigmas sociais negativos com relação à negritude. Dessa forma, entendemos

⁹⁰ <https://mundonegro.inf.br/ladrao-branco-do-leblon-e-condenado-a-ano-e-quatro-meses-de-reclusao-em-regime-semiaberto/>

que o veículo negro alternativo e antirracista escolheu enquadrar somente o que considerou importante para o entendimento geral da mensagem que Matheus Ribeiro queria passar, deixando os detalhes para aqueles que buscassem a fonte da postagem. Seguindo o entendimento de Paixão, Theodoro e Leite (2018), a construção dos *frames* midiáticos é o que decide o processo construtivo dos significados para temas de interesse público, como o racismo estrutural.

Retomando nossa teoria, Antunes (2009) explica que os mecanismos dos quadros nem sempre aparecem de maneira explícita nas notícias, mas, como são *frames*, são, de forma inevitável, acionados no momento da interpretação. Dessa forma, a reprodução integral da postagem, como foi feita pelo G1, reforça, ainda que de maneira implícita, estereótipos de violência e agressividade ligados à população negra, o que acaba por manter certas desigualdades entre branquitude e negritude nas notícias por meio dessa apresentação do negro como naturalmente agressivo.

Em nossa discussão sobre o período colonial, Ferro (2012) argumenta que, desde aquela época, o negro é retratado na mídia ora como força de trabalho e infrator, ora como obediente e fiel. Esse “descuido” no tratamento jornalístico oferecido pelo G1 a Matheus Ribeiro segue o mecanismo colonial de dominação. Tal questão nos remete ao conceito de violência simbólica (BOURDIEU, 1989), uma vez que se trata de uma força sistêmica na qual as relações de poder expressas nela se manifestam de modo irreconhecível. Considerando o que foi postulado por Tosta (2019), segundo o qual a violência contra o negro no Brasil não aparece sempre de maneira explícita, transparente, surgindo em muitos momentos nos detalhes dentro dos quadros midiáticos (assim como observamos na escolha feita pelo G1), é possível falarmos, aqui, em racismo à brasileira.

5.2.2.2 Leblon

Com relação ao espaço geográfico onde tudo aconteceu, o Leblon, como vimos, é um bairro no qual quase 90% dos moradores se autodeclaram brancos (BORGES, 2020). É para onde Matheus Ribeiro, morador do Complexo da Maré e dos seus 62% de habitantes negros (BORGES, 2020), deslocava-se regularmente para trabalhar como instrutor de surfe. Em seu relato, Matheus

questiona o fato de não estar no local “pedindo esmola ou vendendo jujuba⁹¹”; estava ali a lazer, algo incompatível com o *status quo* criado pela branquitude. Recordamos, aqui, um trecho da fala de Coates (*apud* DIANGELO, 2018, p. 120), citada na parte teórica deste trabalho: “Negros labutando estão em seu estado natural [...]”.

Um negro portando o mesmo bem de um branco, em um bairro branco, é desconfortável para a branquitude, devido à questão da segregação territorial, que demarca o sistema de relações humanas e exclui aqueles indivíduos considerados indesejáveis, que destoam de ambientes elitizados e embranquecidos. Essa discussão está em concordância com o que vimos em DaMatta (1987) e Diangelo (2018), os quais avaliam que a discriminação e o preconceito se dirigem ao diferente, ao estranho no ninho, ao inusitado, àquele que é desconhecido – ponto que reforça nosso entendimento sobre o quadro racial branco, cuja ideia pressupõe a inocência inata da branquitude e a culpabilidade inata da negritude.

Nossa percepção é de que um portal como o G1 provavelmente não faria uma cobertura tão extensa de um caso de furto de bicicleta se o episódio não tivesse acontecido em um bairro nobre e “bom” (do ponto de vista do critério racial hegemônico) e/ou se todas as personagens envolvidas fossem negras. Isso se identifica com abordagens sobre a dimensão racista da mídia, que, como demonstrado na teoria, postulam haver práticas discursivas que invisibilizam a negritude de maneira a referendar o ponto de vista da branquitude.

Além dessa questão, o fato de o verdadeiro autor do crime ser um homem branco quebrou a estrutura da cobertura racista da mídia branca hegemônica, acostumada a associar o negro à criminalidade e/ou à suspeição. Essa é uma amostra do funcionamento do racismo estrutural brasileiro, que decorre da própria estrutura da sociedade, isso é, da normalização com que se dão as relações raciais no Brasil (ALMEIDA, 2019).

⁹¹ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/14/rapaz-negro-registra-boletim-de-ocorrencia-em-que-diz-ter-sido-acusado-de-roubar-bicicleta-por-casal-em-frente-a-shopping-no-rio.ghtml>

Vimos que alguns autores consideram a raça como uma “[...] categoria jurídica necessária para a classificação dos indivíduos em certos contextos por ser parâmetro efetivo para a medição das desigualdades sociais” (MOREIRA, 2020, p. 39-40) e, por conta disso, todas as pessoas acabam por ser racializadas na sociedade. Contudo, o fato de o G1 optar por, na maioria das vezes, ocultar a cor do casal racista, em detrimento da repetição da raça da vítima, demonstra a despersonalização do negro como indivíduo. Nesse ponto, o G1 corrobora o que vimos em nossa fundamentação teórica: atores brancos são simplesmente pessoas, sem necessidade de fazer menção à raça – diferentemente do que ocorre com a personagem negra, que é constantemente racializada. Ao mostrar que personagens brancas não precisam ser localizadas no campo das interações raciais, a mídia branca hegemônica naturaliza o racismo em seus enquadramentos. Dessa forma, Tomás Oliveira e Mariana Spinelli se tornam simplesmente “jovens” ou “casal”, enquanto Matheus Ribeiro é o “rapaz negro”.

Tal dado nos remete a questões relacionadas à premissa fundadora da branquitude: a de que os brancos são o padrão do ser humano e indivíduos não brancos (neste caso, o negro) são os desvios a essa norma. Consideramos que Igor Pinheiro provavelmente tenha a raça citada muitas vezes pelo G1 por ser o imprevisto do caso: um homem branco cometendo um furto no Leblon. Tal fato se torna inusitado porque quebra o extremismo midiático que coloca o negro como o bandido e o branco como mocinho. Além disso, subverte a visão de que a branquitude é sempre a vítima que sobrevive ao caos gerado pelos negros, resultado de um Brasil separado entre a negritude (má) e a branquitude (boa).

Visando cortar esse rastro deixado pelas vozes dominantes, que, como dito anteriormente por van Dijk (2018), sabem, ou deveriam saber, das consequências possíveis que uma notícia tendenciosa tem sobre a população negra, em uma atitude antirracista, o Mundo Negro busca, sempre que é pertinente, referenciar a raça de Tomás Oliveira e Mariana Spinelli, localizando ambos como brancos, assim como faz com Igor Pinheiro. O portal utiliza-se do poder da mídia de decidir como as personagens serão representadas, o que será dito a respeito delas e, principalmente, como será dito. Assim, Matheus Ribeiro é, na maioria das vezes, retratado como uma personagem da vida real, um cidadão comum que foi vítima de crime (sempre buscando deixar claro que os

agressores são brancos e que o crime é de racismo). As Figuras 21 e 22 ilustram esse ponto:

Figura 21 – G1 racializa o negro e não os brancos

O furto fez com que **Mariana Spinelli** e **Tomás Oliveira** abordassem o instrutor de surfe **Matheus Nunes Ribeiro**, também de 22 anos e **negro**, **perguntando se ele teria roubado o veículo**. O casal prestou depoimento nesta quarta-feira (16) e **responderá por calúnia**.

Fonte: G1⁹², 2021.

Figura 22 – Mundo Negro racializa o casal branco

Entenda o caso — Matheus Ribeiro aguardava a namorada no último sábado, em frente ao Shopping Leblon, quando foi acusado por um **casal de brancos** de estar em posse da bicicleta deles. “Você pegou essa bicicleta ali agora, não foi? É, sim, essa bicicleta é minha”, disse a mulher branca a Matheus.

Fonte: Mundo Negro⁹³, 2021.

Conforme mencionado na fundamentação teórica, a mídia branca hegemônica é parte relevante da tecitura social e a contribuição das TICs e da internet é essencial para a reverberação, em escala mundial, de enquadramentos baseados na superioridade branca. É o que observamos quando o portal G1 não inclui fotos nítidas de Tomás Oliveira e Mariana Spinelli em nenhuma das 11 notícias analisadas. Quando as matérias mostram o vídeo gravado por Matheus Ribeiro durante a abordagem, os rostos do casal são borrados e suas vozes, distorcidas (o mesmo não ocorre com a voz da vítima, Matheus Ribeiro). As

⁹² <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/19/mprj-denuncia-homem-presos-pelo-furto-de-bicicleta-eletrica-no-leblon.ghtml>

⁹³ <https://mundonegro.inf.br/empresa-demite-funcionario-racista-que-acusou-matheus-ribeiro-de-roubar-bicicleta/>

imagens do casal não aparecem nem quando ele é o assunto principal da matéria.

Somente uma notícia⁹⁴ apresenta um vídeo de reportagem produzida pelo Jornal Hoje, da TV Globo, no qual o casal branco tem seu rosto exposto. A âncora do telejornal, a jornalista Maju Coutinho (mulher negra) verbaliza que Matheus Ribeiro deu queixa por crime de racismo, mas o caso foi registrado como calúnia. Maju Coutinho apresenta, também, o verdadeiro autor do furto, ressaltando se tratar de “um homem branco, loirinho”.

Esse *frame*, que opta por ocultar, o máximo possível, a identidade de atores brancos, criminosos, privilegiando o escancarar da vida pessoal da personagem negra, vítima, remete-nos novamente aos conceitos de racismo à brasileira, além de ser uma ação discriminatória, nos moldes do que vimos em Almeida (2019) e Diangelo (2018).

Na nossa visão, esse racismo à brasileira praticado pelo G1 se enquadra na subdivisão racismo aversivo (DIANGELO, 2018), no qual a branquitude busca por sua autoproteção, mantendo uma imagem positiva de si, em detrimento da depreciação da imagem do outro racial. O fato de o G1 ser cuidadoso com a imagem dos agressores, brancos, e não se preocupar com a personalidade da vítima, negra, demonstra-nos esse tipo de racismo. Podemos, ainda, considerar esse fato como um exemplo do funcionamento do privilégio branco, haja vista a vantagem do anonimato, no G1, não poder ser desfrutada pelo negro Matheus Ribeiro da mesma forma que ocorre com o casal branco.

Já o Mundo Negro, apesar de não reproduzir o vídeo da abordagem, apresenta fotos em *close* de Tomás Oliveira e Mariana Spinelli em uma das notícias e só de Tomás Oliveira em outra. Esse é mais um movimento antirracista do portal de mídia alternativa negra, que utiliza os *frames* como ideias organizadoras centrais, buscando sugerir o que está realmente em questão. No caso, o que está em questão para o Mundo Negro é mostrar quem é o casal racista, enquanto o G1 opta por escondê-lo. As Figuras 23 (G1) e 24 (Mundo Negro) mostram exemplos de como isso acontece:

⁹⁴ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/08/05/furto-de-bicicleta-no-leblon-justica-conclui-que-nao-houve-crime-de-casal-contrajovem-negro.ghtml>

Figura 23 – Vídeo do G1 borra imagem dos agressores



Fonte: G1⁹⁵, 2021.

Figura 24 – Mundo Negro mostra com nitidez a imagem dos agressores



Fonte: Mundo Negro⁹⁶, 2021.

Essa questão relativa à diferenciação na publicização das imagens dos envolvidos está intrinsecamente ligada ao fato de que os ambientes virtuais trazidos pelas novas estruturas de comunicação condensam a vida social dentro de si, o que nos leva a ponderações dos autores estudados anteriormente, de acordo com os quais informações textuais e visuais publicadas nesse novo território têm capacidade para expandir o poder da mídia branca hegemônica para além dos portais de notícias, legitimando formas de racismo, discriminação e preconceito.

Daí a importância do crescimento de canais de mídia alternativa negra, como o Mundo Negro, que quebram o *status quo* e geram formas de mal-estar nas elites

⁹⁵ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/15/policia-investiga-caso-de-jovem-negro-que-diz-ter-sido-acusado-de-roubar-bicicleta-por-casal-branco-no-leblon.ghtml>

⁹⁶ <https://mundonegro.inf.br/justica-arquiva-caso-de-racismo-no-leblon-e-alega-que-casal-nao-teve-intensao/>

hegemônicas, acostumadas a gerenciar a produção e a circulação dos quadros de acordo com seu ponto de vista. As TICs possibilitaram que outras vozes controlassem o discurso, possibilitando novas formas de se enxergar a realidade.

5.2.3 Fase três: categorias de enquadramento

Conforme explicitamos no capítulo metodológico, nosso próximo passo é correlacionar os dados coletados no *Voyant Tools* e nas leituras das matérias do *corpus* com as teorias do enquadramento noticioso discutidas na fundamentação teórica.

Dessa forma, vamos analisar as notícias, tendo como base as seguintes categorias: abordagem (dos textos jornalísticos); seleção (assunto principal); exclusão (informações ausentes); e ênfase (elementos que foram destacados nos textos), sem perder de vista que, ao tratar de temáticas relacionadas à negritude, esse quadripé tende a ser orientado a partir do ponto de vista da mídia branca hegemônica.

5.2.3.1 Abordagem dos textos

Para fins desta pesquisa, a abordagem foi dividida entre explicativa, denunciativa ou crítica, segundo definições de Araújo (2019), e cada texto foi analisado individualmente. O objetivo desta categoria é identificar em que medida a mídia branca hegemônica e a mídia alternativa negra adotam enquadramentos que esclarecem os fatos, fazem denúncias ou tecem críticas durante a construção de seus textos jornalísticos.

5.2.3.1.1 Explicativa

Nossos resultados sobre os enquadramentos construídos pelo G1 para a cobertura do caso em estudo mostram que as notícias do portal de mídia branca hegemônica se baseiam em relatos de fontes oficiais, apresentando trechos de decisões judiciais e de depoimentos dados por Matheus Ribeiro. *Links* levam o público a relembrar o caso e a entender melhor cada aspecto citado no texto,

enquanto olhos⁹⁷, suítes⁹⁸, imagens, vídeos (inclusive de diferentes ângulos) e a transcrição integral da conversa que ocorreu entre Matheus Ribeiro e Tomás Oliveira, durante a abordagem no Leblon, contribuem para reforçar nosso entendimento de que 100% das notícias do G1 podem ser classificadas como explicativas.

O Mundo Negro constrói seu enquadramento por meio da reprodução do que já foi apurado por outros veículos. Em uma das matérias⁹⁹, o canal de mídia alternativa negra deixa explícito que suas informações foram retiradas de O Globo, ou seja, não houve apuração própria sobre o caso. Ainda assim, a equipe do canal afirma ter tentado contato¹⁰⁰ com a empresa Papel Craft (antiga empregadora de Tomás Oliveira), sem retorno.

Há que se observar, também, que o número de notícias da cobertura do G1 é quase três vezes superior à oferecida pelo Mundo Negro. Essa diferença proporcional pode ser explicada pelos números de cada um dos portais: como mostrado anteriormente, o G1 possui uma equipe composta por mais de 200 profissionais atuando em todo o país, que contam com o suporte de outros veículos do Grupo, como a TV Globo, caracterizando a possibilidade de uma cobertura multimidiática. Por sua vez, o Mundo Negro possui equipe bastante reduzida, se comparada à do G1, contando com menos de 20 colaboradores, todos lotados em São Paulo.

Números discrepantes como esses explicam alguns motivos para os enquadramentos hegemônicos sobressaírem nas notícias, uma vez que, como vimos em Sodré (1999) e Moreira (2020), o grupo que compõe a elite simbólica detém o poder de influenciar especialmente porque é o que ocupa mais espaços no processo de construção das notícias. Aliado a isso, há que se considerar os locais nos quais os profissionais estão atuando, uma vez que já entendemos o

⁹⁷ Frases destacadas no corpo do texto, trazendo depoimentos de personagens envolvidas no caso.

⁹⁸ Conteúdo já publicado que é trazido novamente, com os desdobramentos, para que o público relembre o caso.

⁹⁹ <https://mundonegro.inf.br/ladiao-de-bicicleta-do-leblon-e-um-homem-branco/>

¹⁰⁰ <https://mundonegro.inf.br/empresa-demite-funcionario-racista-que-acusou-matheus-ribeiro-de-roubar-bicicleta/>

quanto isso é determinante com relação a quais fatos serão (ou deixarão de ser) noticiados.

Dessa forma, evidenciamos a abordagem geral do Mundo Negro semelhante à do G1 (embora com menos imagens e sem nenhum vídeo), podendo ser também enquadrado na categoria explicativa, ainda que apresente nuances de denúncia e crítica, características inerentes a um canal de mídia alternativa negra, conforme relataremos a seguir.

5.2.3.1.2 Denunciativa

Considerando-se a abordagem denunciativa, que privilegia enquadramentos relacionados a denúncias, não observamos nenhuma matéria do G1 que possa ser classificada nesta categoria. Por outro lado, o portal Mundo Negro pode ser classificado também como um canal denunciativo, haja vista a preocupação em expor pontos que ficaram sem resposta por parte do portal de mídia branca hegemônica, como os que serão relatados a seguir.

Ao reportar o fato de Igor Pinheiro ter sido condenado a um ano e quatro meses de prisão em regime semiaberto, o G1¹⁰¹ opta por repercutir a sentença judicial e colocar Tomás Oliveira e Mariana Spinelli como testemunhas. O portal inclui imagens de Igor Pinheiro sendo conduzido por duas policiais, *print* do vídeo que mostra o momento do roubo (com destaque para o momento do furto) e vídeo da abordagem (como sempre, com os rostos do casal branco borrados e as vozes distorcidas).

Por seu turno, o Mundo Negro escolhe também noticiar a sentença por meio da abordagem à condenação, com foco na ficha criminal de Igor Pinheiro e utilizando-se de foto da condução dele por dois policiais. Porém, ao final, o veículo denuncia: “O casal que acusou o instrutor segue impune¹⁰²” – informação não incluída pelo G1. Essa sentença evidencia o caráter antirracista do portal

¹⁰¹ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/08/25/furto-de-bicicleta-no-leblon-justica-condena-reu-a-um-ano-e-quatro-meses-em-regime-semiaberto.ghtml>

¹⁰² <https://mundonegro.inf.br/ladrao-branco-do-leblon-e-condenado-a-ano-e-quatro-meses-de-reclusao-em-regime-semiaberto/>

Mundo Negro, que busca ampliar o debate sobre uma questão que não foi mencionada pelo veículo da mídia branca hegemônica.

Além dessa questão, as manchetes de ambos os portais apresentam diferenças nos enquadramentos. O G1 escolhe chamar Igor Pinheiro de “réu” (Figura 25), mesmo que ele notadamente seja o autor do crime e a notícia tratasse propriamente da condenação pela justiça. É possível relacionar esse ponto à hipervalorização da branquitude nos quadros construídos pela mídia hegemônica. A personagem branca não é denominada como ladra pelo G1, quando o portal de mídia hegemônica, no geral, não oferece o mesmo tratamento às personagens negras, como mostram os exemplos apresentados no Capítulo 4 desta dissertação.

Figura 25 – G1 chama Igor Pinheiro de réu

Furto de bicicleta no Leblon: Justiça condena réu a um ano e quatro meses em regime semiaberto

Fonte: G1¹⁰³, 2021.

Como visto no referencial teórico, nos *frames* construídos pela mídia branca hegemônica, personagens negras tendem a ser referenciadas como traficantes, ladras, bandidas, enquanto é garantido às brancas a suspeição ou a infiltração de palavras e terminologias selecionadas. Assim, o ladrão Igor Pinheiro virou réu no G1, onde a branquitude segue recebendo o benefício da dúvida – o que evidenciamos não ser sempre garantido à população negra quando da retratação midiática. A palavra “réu” acaba por reforçar uma representação particular da realidade, e a omissão de outras terminologias, como “ladrão”, sugere um ponto de vista hegemônico, desencadeando um sentimento

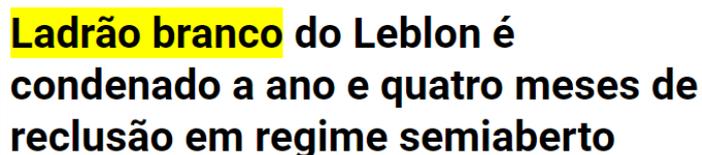
¹⁰³ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/08/25/furto-de-bicicleta-no-leblon-justica-condena-reu-a-um-ano-e-quatro-meses-em-regime-semiaberto.ghtml>

discriminatório. Esse fato nos remete ao Teorema de Thomas, conceitualizado por Martino (2021).

Tal questão também tem relação com a polarização NÓS *versus* ELES, isso é, entre endogrupo e exogrupo (VAN DIJK, 2021), que, no caso do G1, refere-se a brancos *versus* negros, respectivamente. Expressa em enquadramentos do tipo apresentado, essa divisão enfatiza as características negativas do exogrupo em detrimento das positivas do endogrupo.

No portal Mundo Negro, vemos um quadro diferente (Figura 26). O canal de mídia alternativa negra opta por chamar Igor Pinheiro de “ladrão branco”, haja vista sua condenação judicial. Aqui, vemos uma inversão: o endogrupo NÓS (os negros) constrói um quadro antirracista por meio de um enquadramento com abordagem denunciativa.

Figura 26 – Mundo Negro chama Igor Pinheiro de ladrão



Ladrão branco do Leblon é condenado a ano e quatro meses de reclusão em regime semiaberto

Fonte: Mundo Negro¹⁰⁴, 2021.

5.2.3.1.3 Crítica

A abordagem crítica é aquela encontrada nas matérias que têm como objetivo avaliar, julgar ou ponderar sobre o fato em pauta. Conforme já mencionado, todas as notícias analisadas do portal G1 são classificadas como explicativas devido ao foco principal ser o reporte da informação, mantendo distanciamento do caso. Já o Mundo Negro apresenta um posicionamento mais crítico, buscando, além de reportar os fatos, criticar a postura dos envolvidos.

¹⁰⁴ <https://mundonegro.inf.br/ladrao-branco-do-leblon-e-condenado-a-ano-e-quatro-meses-de-reclusao-em-regime-semiaberto/>

Quando Tomás Oliveira e Mariana Spinelli são demitidos de seus empregos devido à repercussão do caso nas redes sociais digitais e à consequente pressão da sociedade, o portal G1 (Figura 27) limita-se a reportar que as empresas demitiram o casal branco.

Figura 27 – Relato da demissão feita pelo G1

Em um comentário nas redes sociais que pedia o posicionamento da empresa, uma rede de papelarias afirmou que **o jovem foi demitido**. O mesmo aconteceu com um espaço de danças onde a jovem dá aulas.

Fonte: G1¹⁰⁵, 2021.

Indo além, o Mundo Negro (Figura 28) critica o fato de que os antigos empregadores, apesar de falar da demissão de maneira informal nas redes sociais digitais, não se posicionaram oficialmente para se manifestar de maneira clara sobre o racismo cometido por seus funcionários (ainda que tenham sido procurados e questionados pelo portal).

Figura 28 – Relato da demissão e crítica feitos pelo Mundo Negro

Ao postar um anúncio de promoção, a empresa recebeu vários comentários de seguidores pedindo um posicionamento da empresa a respeito do caso de racismo protagonizado pelo funcionário. Em resposta a alguns comentários, a empresa informou que "o funcionário já está desligado da empresa", **mas não publicou um posicionamento oficial**.

Fonte: Mundo Negro¹⁰⁶, 2021.

Essa discussão em torno de uma mídia acrílica em detrimento de outra, com abordagem crítica, trata de uma operacionalização do canal de mídia

¹⁰⁵ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/15/loja-demite-rapaz-que-teria-acusado-professor-de-surfe-de-roubar-bicicleta-no-leblon.ghtml>

¹⁰⁶ <https://mundonegro.inf.br/empresa-demite-funcionario-racista-que-acusou-matheus-ribeiro-de-roubar-bicicleta/>

hegemônica, que se utiliza de mecanismos, procedimentos e estratégias nem sempre visíveis, mas que servem aos interesses da branquitude que está no topo da pirâmide social e detém o poder de controlar a mídia.

Ao não criticar a falta de posicionamento oficial dos empregadores dos racistas, nem sequer questionar o porquê de eles terem sido demitidos logo após o caso, o G1 age como se o racismo fosse não um crime previsto no Código Penal brasileiro, mas somente algo desconfortável, um erro inocente que não deve ser levado tão a sério a ponto de ser desafiado e confrontado.

5.2.3.2 Seleção e exclusão nos quadros

A teoria nos mostrou que a importância de se analisar seleção e exclusão está no fato de que o *framing* se preocupa tanto com o que é selecionado ou excluído quanto com a importância dada aos (ou retirada dos) elementos na cobertura jornalística, aumentando ou diminuindo a importância de alguns pontos do assunto abordado.

Considerando que estamos estudando um caso de racismo, é importante apontar como essa temática foi abordada nos dois portais de notícias analisados. Assim, na categoria seleção, observamos que, das 11 notícias construídas pelo G1, sete (63%¹⁰⁷) tiveram seu enquadramento voltado para tratar de Igor Pinheiro como personagem principal, contra duas (18%) que tratam majoritariamente do casal de branco e outras duas (18%), de Matheus Ribeiro. Em outras palavras, o assunto principal, ou seja, o *frame* da cobertura do G1, priorizou o furto, oferecendo menos destaque ao racismo sofrido pelo jovem negro e aos agressores.

No Mundo Negro, no qual a cobertura foi consideravelmente menor, metade das matérias teve como assunto principal Igor Pinheiro; os outros 50% trouxeram o casal branco como temática principal. A diferença está no enquadramento dado pelos dois portais: enquanto no G1 o crime de racismo é citado em seis das 11

¹⁰⁷ As porcentagens estão apresentadas sem as casas decimais.

matérias (54%), o Mundo Negro faz menção ao assunto em três das quatro notícias construídas (75%).

Ainda que o percentual apontado para o G1 pareça alto, considerando se tratar de um veículo de mídia branca hegemônica, devemos analisar como foi construído o enquadramento, ou seja, qual o tratamento dado aos termos racismo/racista nas notícias. Somente em uma das seis vezes em que o G1 fala de racismo (16%) observamos tratar-se de um posicionamento do veículo (Figura 29) e, ainda assim, de maneira acrítica, somente reportando o fato. Nos demais (83%), a palavra é atribuída a Matheus Ribeiro, isentando o portal de qualquer parecer (Figuras 30, 31 e 32). As outras cinco notícias que completam a cobertura sequer citam os termos.

Figura 29 – G1 fala sobre racismo

Homem branco é preso por suspeita de furtar bicicleta elétrica; caso motivou denúncia de racismo de jovem negro no Rio

Fonte: G1¹⁰⁸, 2021.

Figura 30 – G1 coloca vítima para falar sobre racismo

Matheus Ribeiro, professor de surfe, afirmou que esperava a namorada quando jovem chegou perguntando se ele tinha roubado sua bicicleta. Nas redes, **rapaz falou em racismo**. 'Isso é estrutural. Eles não são as piores pessoas do mundo', afirmou.

Fonte: G1¹⁰⁹, 2021.

¹⁰⁸ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/17/policia-prende-suspeito-de-furto-de-bicicleta-eletrica-que-motivou-abordagem-a-jovem-negro-no-rio.ghtml>

¹⁰⁹ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/14/rapaz-negro-registra-boletim-de-ocorrencia-em-que-diz-ter-sido-acusado-de-roubar-bicicleta-por-casal-em-frente-a-shopping-no-rio.ghtml>

Figura 31 – G1 coloca vítima para falar sobre racismo

Em entrevista ao **RJ2**, **Matheus disse que situações de racismo** não são problemas isolados e estão "**enraizadas na sociedade**".

Fonte: G1¹¹⁰, 2021.

Figura 32 – G1 coloca vítima para falar sobre racismo

*Então eu quero que todos vão se foder, quem pensa igual, quem acha que é mimimi, mas principalmente quem não vê maldade em situações como essa. Isso não foi um desespero de quem foi furtado, isso o é o **desespero do racista** quando vê a gente perto.*

Fonte: G1¹¹¹, 2021.

Percebemos, aqui, o padrão de seleção utilizado pelo G1 para organizar seu relato. A estrutura criada pelo portal de mídia branca hegemônica exclui o crime de racismo e opta por incluir *frames* que, implicitamente, inocentam o casal branco. O fato de o G1 selecionar e colocar em destaque, em seis notícias (54%), uma entrevista na qual Matheus Ribeiro afirma que o racismo é estrutural e que Tomás Oliveira e Mariana Spinelli “não são as piores pessoas do mundo” (como mostrou a Figura 30), exemplifica esse dado. Nesse ponto, podemos relacionar a seleção e o destaque dados pelo G1 especificamente a esse trecho da entrevista com aquele já citado tipo de violência invisível a suas próprias vítimas: a violência simbólica de Bourdieu (1997).

Nossa fundamentação teórica mostrou que os enquadramentos podem ser “[...] exclusivistas e inclusivos, pois, da mesma forma que incluem determinadas

¹¹⁰ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/18/no-dia-em-que-foi-presos-por-roubo-de-bicicleta-no-leblon-suspeito-branco-teve-prisao-indeferida-por-outro-crime-em-ipanema.ghtml>

¹¹¹ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/15/policia-investiga-caso-de-jovem-negro-que-diz-ter-sido-acusado-de-roubar-bicicleta-por-casal-branco-no-leblon.ghtml>

mensagens [...], excluem outras” (GONÇALVES, 2005, p. 158), de acordo com a linha editorial do veículo. Nas oportunidades em que o G1 poderia/deveria citar a tipificação do crime registrado no boletim de ocorrência (BO) aberto por Matheus Ribeiro na Polícia Civil, houve a opção pela exclusão (Figura 33). Fato diferente ocorre no Mundo Negro, onde a tipificação do crime é incluída (Figura 34).

Figura 33 – G1 não especifica o crime que gerou o BO

O professor de surfe Matheus Nunes Ribeiro, de 22 anos, registrou um boletim de ocorrência on-line na polícia na segunda-feira (14).

Fonte: G1¹¹², 2021.

Figura 34 – Mundo Negro esclarece que o BO foi por causa de racismo

Leblon, Rio de Janeiro. O casal acusou o **instrutor de surfe Matheus Ribeiro** de ter roubado a bicicleta no mesmo local. Matheus registrou boletim de ocorrência de racismo contra o casal.

Fonte: Mundo Negro¹¹³, 2021.

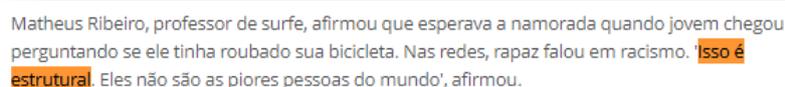
A análise da categoria exclusão nos mostra que a tipificação do crime (racismo) foi citada somente em cinco das 11 matérias do G1 (45%). Todavia, em quatro delas observamos repetição integral de um texto no qual Matheus Ribeiro fala sobre racismo e, em uma, o termo vem na manchete, explicando o tipo de denúncia feita por Matheus Ribeiro. Nas outras seis notícias analisadas (54%), a palavra foi totalmente excluída da cobertura.

¹¹² <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/15/policia-investiga-caso-de-jovem-negro-que-diz-ter-sido-acusado-de-roubar-bicicleta-por-casal-branco-no-leblon.ghtml>

¹¹³ <https://mundonegro.inf.br/ladrao-de-bicicleta-do-leblon-e-um-homem-branco/>

Quando fala de racismo, o G1 opta por colocar o termo sempre “na boca” de Matheus Ribeiro. No título auxiliar de uma das matérias, além de o portal explicar que quem fala em racismo é Matheus Ribeiro (e não o portal), o veículo coloca em destaque uma fala do rapaz que tende a amenizar o crime cometido pelo casal branco, aparentemente jogando a culpa na entidade “racismo estrutural” (Figura 35). O fato de o G1 ter dado destaque a esse ponto da fala de Matheus Ribeiro reforça o posicionamento do portal, que, ao lidar com esse fenômeno social, confunde nomear com explicar. Com o auxílio dos autores estudados, como Souza (2021) e Almeida (2019), entendemos como a utilização vazia da expressão “racismo estrutural” virou moda entre os brasileiros.

Figura 35 – Seleção do G1 para racismo estrutural



Matheus Ribeiro, professor de surfe, afirmou que esperava a namorada quando jovem chegou perguntando se ele tinha roubado sua bicicleta. Nas redes, rapaz falou em racismo. Isso é estrutural. Eles não são as piores pessoas do mundo', afirmou.

Fonte: G1¹¹⁴, 2021.

Há, ainda, outro momento no qual o G1 repete a fórmula de não se posicionar, dessa vez publicando um vídeo que deixa afirmações de que o crime foi de racismo a cargo de Matheus Ribeiro. O destaque é dado para a parte em que o rapaz negro fala sobre enraizamento do racismo estrutural na sociedade (trecho incluído no título do vídeo e repetido na imagem e na legenda), em uma tentativa de passar para o público a impressão de que a própria vítima ameniza o crime cometido pelo casal (Figura 36).

¹¹⁴ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/14/rapaz-negro-registra-boletim-de-ocorrencia-em-que-diz-ter-sido-acusado-de-roubar-bicicleta-por-casal-em-frente-a-shopping-no-rio.ghtml>

Figura 36 – Seleção do G1 para racismo estrutural



Fonte: G1¹¹⁵, 2021.

Por outro lado, o Mundo Negro inclui os termos racismo/racista em 100% de suas matérias, em um movimento que remete ao antirracismo, segundo preceitos de van Dijk (2021). Há dois casos em que as palavras aparecem já nas manchetes: uma na qual Tomás Oliveira é chamado de racista (Figura 37) e outra, que fala do caso de racismo (Figura 38). Os outros momentos em que os termos são incluídos dizem respeito à postagem de Matheus Ribeiro; à demissão de Tomás Oliveira; à acusação de racismo feita por Matheus Ribeiro contra o casal; ao boletim de ocorrência; e à repercussão nas redes sociais digitais.

Figura 37 – Mundo Negro chama Tomás Oliveira de racista

Empresa demite **funcionário racista que acusou Matheus Ribeiro de roubar bicicleta**

Fonte: Mundo Negro¹¹⁶, 2021.

¹¹⁵ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/17/policia-prende-suspeito-de-furto-de-bicicleta-eletrica-que-motivou-abordagem-a-jovem-negro-no-rio.ghtml>

¹¹⁶ <https://mundonegro.inf.br/empresa-demite-funcionario-racista-que-acusou-matheus-ribeiro-de-roubar-bicicleta/>

Figura 38 – Mundo Negro explica do que se trata o caso

Justiça arquiva caso de racismo no Leblon e alega que casal não teve intenção

Fonte: Mundo Negro¹¹⁷, 2021.

Com relação à racialização dos quatro envolvidos, o portal G1 racializa Matheus Ribeiro em 10 notícias (90%). Em três delas, por exemplo, a raça da personagem chega a ser citada cinco vezes, entre manchete, texto e legendas. A Figura 39 é um exemplo da repetida racialização de Matheus Ribeiro nas matérias do G1.

Figura 39 – Racialização repetitiva de Matheus Ribeiro no G1

Furto de bicicleta no Leblon: Justiça conclui que não houve crime de casal contra jovem negro

Segundo a decisão do juiz Rudi Baldi Loewenkron, da 16ª Vara Criminal, o inquérito que apurava a suposta calúnia cometida por Mariana Spinelli e Tomás Oliveira contra Matheus Ribeiro será arquivado, mas eles ainda podem ser punidos pela 'acusação imprudente'.

Por G1 Rio
05/08/2021 14h05 - Atualizado há um ano



Furto de bicicleta no Leblon: justiça conclui que não houve crime de casal contra jovem negro

A Justiça do Rio de Janeiro concluiu que não houve crime contra Matheus Ribeiro, **jovem negro que disse ter sido acusado de roubar uma bicicleta** por um casal de jovens brancos no Leblon, na Zona Sul do Rio, no dia 12 de junho.

Fonte: G1¹¹⁸, 2021.

¹¹⁷ <https://mundonegro.inf.br/justica-arquiva-caso-de-racismo-no-leblon-e-alega-que-casal-nao-teve-intensao/>

¹¹⁸ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/08/05/furto-de-bicicleta-no-leblon-justica-conclui-que-nao-houve-crime-de-casal-contra-jovem-negro.ghtml>

Por sua vez, Mariana Spinelli e Tomás Oliveira têm a raça branca atrelada a eles somente em duas notícias (18%), sendo sempre referenciados como casal (Figura 40). O termo aparece uma vez em uma matéria e duas na outra.

Figura 40 – Uma das duas vezes em que o casal branco é racializado no G1

A Polícia Civil investiga o caso de um **jovem negro que disse ter sido acusado de roubar uma bicicleta por um casal de jovens brancos no Leblon**, Zona Sul do Rio, no último sábado (12). O caso é investigado pela

Fonte: G1¹¹⁹, 2021.

Já Igor Pinheiro é chamado de branco em cinco matérias (45%), entre uma e duas vezes em cada uma delas. A Figura 41 mostra um exemplo.

Figura 41 – Racialização de Igor Pinheiro no G1

Imagens obtidas pela polícia no prédio onde mora Igor mostram o **rapaz branco** chegando em casa com a bicicleta furtada.

Fonte: G1¹²⁰, 2021.

Essa exclusão e a falta de equilíbrio na racialização dos atores envolvidos no caso por parte do G1 mostram o quanto vivemos em uma sociedade na qual a cor da pele ainda dita determinados padrões para a construção de notícias e como o canal de mídia branca hegemônica enxerga o negro como um tipo

¹¹⁹ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/15/policia-investiga-caso-de-jovem-negro-que-diz-ter-sido-acusado-de-roubar-bicicleta-por-casal-branco-no-leblon.ghtml>

¹²⁰ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/08/05/furto-de-bicicleta-no-leblon-justica-conclui-que-nao-houve-crime-de-casal-contrajovem-negro.ghtml>

específico de indivíduo (e não um ser humano), precisando, portanto, ter sua raça identificada e diferenciada da raça branca, universal, legitimando a o poder da branquitude. Além do mais, isso reflete como o G1 se utiliza dos *frames* como formas de processos identitários por meio dos quais a mídia comunica-se com a sociedade. Observamos, aqui, mais um caso de violência simbólica, que surge de um mecanismo de construção social, visando manter e perpetuar os valores simbólicos da classe dominante, sendo constantemente naturalizada nas rotinas de produção jornalísticas por meio de quadros que seguem sendo vistos pela elite como não violentos.

O canal de mídia alternativa negra racializa Matheus Ribeiro em uma matéria (25%) (fazendo somente uma referência), ao apresentar o professor e o casal branco, que, além de ser racializado em duas matérias (50%), tem os nomes completos divulgados e destacados (assim como o de Matheus Ribeiro) (Figura 42).

Figura 42 – Mundo Negro e a racialização das personagens

O crime aconteceu em junho passado e ganhou grande repercussão após o instrutor de surf, **Matheus Ribeiro**, um jovem negro, compartilhar um vídeo nas redes sociais sendo acusado por um **casal branco (Mariana Spinelli e Tomás Oliveira)**. O casal teve o processo de calúnia arquivado na Justiça.

Fonte: Mundo Negro¹²¹, 2021.

Tomás Oliveira e Mariana Spinelli, isoladamente, também são mencionados como brancos em uma oportunidade, cada (Figura 43). Igor Pinheiro é racializado em duas notícias, duas vezes em cada (Figura 44).

¹²¹ <https://mundonegro.inf.br/ladrao-branco-do-leblon-e-condenado-a-ano-e-quatro-meses-de-reclusao-em-regime-semiaberto/>

Figura 43 – Mundo Negro racializa Mariana Spinelli

bicicleta deles. "Você pegou essa bicicleta ali agora, não foi? É, sim, essa bicicleta é minha", disse a **mulher branca** a Matheus.

Fonte: Mundo Negro¹²², 2021.

Figura 44 – Mundo Negro racializa Igor Pinheiro

Um homem branco foi preso nesta quinta-feira (17) por policiais da 14ª DP (Leblon), por ter furtado a bicicleta de Mariana Spinelli e Tomás Oliveira, na tarde do último sábado, no Leblon, Rio de Janeiro. O casal acusou o **instrutor de surfe Matheus Ribeiro** de ter

Fonte: Mundo Negro¹²³, 2021.

Percebemos, assim, maior equilíbrio na cobertura do Mundo Negro no quesito racialização das personagens envolvidas no caso. Quando o Mundo Negro apresenta essas novas possibilidades discursivas, racializando também as personagens brancas por meio de enquadramentos diferentes daqueles construídos pela mídia branca hegemônica, ele está representando interesses e visões de grupos notadamente invisibilizados por veículos da elite simbólica.

A publicização do caso nas redes sociais digitais foi um ponto bastante citado por ambos os portais, haja vista ser a partir da divulgação do vídeo na internet que os veículos tradicionais tomaram conhecimento do assunto. Os jornalistas atuaram, então, como intermediadores, apresentando o fato no formato jornalístico para a sociedade e levando o caso ao conhecimento de um número maior de pessoas, que estão segregadas da rede (o chamado grupo *off-line*). Alguns desdobramentos do caso, como a demissão do casal racista, também foram divulgados primeiramente nos perfis sociais dos envolvidos. Daí a

¹²² <https://mundonegro.inf.br/empresa-demite-funcionario-racista-que-acusou-matheus-ribeiro-de-roubar-bicicleta/>

¹²³ <https://mundonegro.inf.br/ladrao-de-bicicleta-do-leblon-e-um-homem-branco/>

importância dos portais de notícia, esse novo território informacional: transpor informações que, sem eles, poderiam ficar restritas ao território cibernético e não ter um alcance maior.

Enquanto o G1 se limitou a citar que o vídeo foi postado por Matheus Ribeiro na internet (Figura 45), o Mundo Negro, além de mencionar esse fato, também incluiu exemplos de como se deu a repercussão do tema entre pessoas negras nas redes sociais digitais, conforme mostra a Figura 46:

Figura 45 – G1 e a divulgação da postagem do vídeo nas redes sociais digitais

Matheus, que aguardava a namorada no local, negou e mostrou fotos antigas dele com a bicicleta do mesmo modelo. O professor filmou a discussão com o casal e **postou o vídeo nas redes sociais.**

Fonte: G1¹²⁴, 2021.

Figura 46 – Mundo Negro publica postagens de pessoas indignadas com o caso



Fonte: Mundo Negro¹²⁵, 2021.

¹²⁴ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/08/25/furto-de-bicicleta-no-leblon-justica-condena-reu-a-um-ano-e-quatro-meses-em-regime-semiaberto.ghtml>

¹²⁵ <https://mundonegro.inf.br/ladrao-de-bicicleta-do-leblon-e-um-homem-branco/>

Essa opção de quadro, que privilegia a abertura à participação social na matéria (no caso, de indivíduos negros), funciona como um meio integrador da negritude, como forma de dar visibilidade a esse grupo em territórios midiáticos dos quais ele é historicamente excluído. Vemos, assim, o Mundo Negro construindo um tipo de prática discursiva que procura fugir do lugar comum: aquele no qual somente os brancos são vistos como atores sociais legítimos.

Ainda com relação à exclusão, o Mundo Negro não repostou nenhum vídeo acerca do caso, limitando-se a reproduzir *print* do vídeo que mostra o furto acontecendo (uma vez); foto do momento da prisão de Igor Pinheiro (três imagens, duas delas iguais, na mesma matéria); *print* do vídeo da abordagem, na qual aparece nitidamente o casal branco (uma vez); foto de Matheus Pinheiro sentado na bicicleta (duas vezes); e *print* da imagem nítida de Tomás Oliveira, do momento da abordagem (uma vez).

Por seu turno, o G1 apresenta vários vídeos, *prints* e fotos em sua cobertura, dentre os quais, estão: fotos do momento da prisão de Igor Pinheiro (sete vezes); *print* do momento do furto (oito vezes); vídeo da abordagem feito por Matheus Pinheiro (seis vezes); vídeo da mesma abordagem, por outro ângulo (uma vez); vídeo de entrevista feita com Matheus Pinheiro (cinco vezes); vídeo de câmeras de segurança que mostra o momento do furto (seis vezes); vídeo de Igor Pinheiro chegando em casa com a bicicleta furtada (quatro vezes); *print* do vídeo de Igor Pinheiro chegando em casa após furtar a bicicleta (uma vez); foto da bicicleta no carro da polícia, após ser recuperada (três vezes).

Essa extensa cobertura feita pelo G1 mostra, por um lado, um grande interesse do portal de mídia branca hegemônica em divulgar um caso inusitado envolvendo atores brancos e negro em um bairro de classe média alta; e, por outro, a diferença entre as estruturas deste para o canal de mídia alternativa negra, que, conforme já recapitulamos, não possui número suficiente de jornalistas, não é um canal multimídia e não tem sucursais espalhadas por várias regiões do país.

A maior cobertura do G1 em comparação com o Mundo Negro acaba por favorecer uma compreensão de acordo com a forma com a qual o caso foi moldado para a audiência dia após dia, isso é, com o ponto de vista hegemônico.

A partir de nossa fundamentação teórica, inferimos que, quando uma notícia enquadrada em uma dada moldura é repetida de maneira periódica, isso faz com que esse *frame* deixe de ser somente uma cobertura midiática e torne-se o quadro pelo qual a sociedade passa a enxergar o mundo – o que, novamente, remete-nos ao conceito do Teorema de Thomas (MARTINO, 2021).

5.2.3.3 Ênfase das publicações

Como explicamos no Capítulo 1, a categoria ênfase priorizará traçar paralelos entre as manchetes das matérias do *corpus* que têm similitude de pautas entre si. Dessa forma, a análise dos elementos que tiveram mais destaque será feita por meio da observação de oito títulos (Figuras 47 a 50), em pares (A; B; C; e D), sendo quatro de cada um dos portais, conforme apresentado no Quadro 5:

Quadro 5 – Lista de notícias analisadas na categoria ênfase

Portal	Manchete	Data de publicação	Fonte
	Lojas demitem jovens que teriam acusado professor de surfe de roubar bicicleta no Leblon	15 de junho de 2021	https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/15/loja-demite-rapaz-que-teria-acusado-professor-de-surfe-de-roubar-bicicleta-no-leblon.ghtml
	Homem branco é preso por suspeita de furtar bicicleta elétrica; caso motivou denúncia de racismo de jovem negro no Rio	17 de junho de 2021	https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/17/policia-prende-suspeito-de-furto-de-bicicleta-eletrica-que-motivou-abordagem-a-jovem-negro-no-rio.ghtml
	Furto de bicicleta no Leblon: Justiça conclui que não houve crime contra jovem negro	5 de agosto de 2021	https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/08/05/furto-de-bicicleta-no-leblon-justica-conclui-que-nao-houve-crime-de-casal-contrajovem-negro.ghtml
	Furto de bicicleta no Leblon: Justiça condena réu a um ano e quatro meses em regime semiaberto	25 de agosto de 2021	https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/08/25/furto-de-bicicleta-no-leblon-justica-condena-reu-a-um-ano-e-quatro-meses-em-regime-semiaberto.ghtml

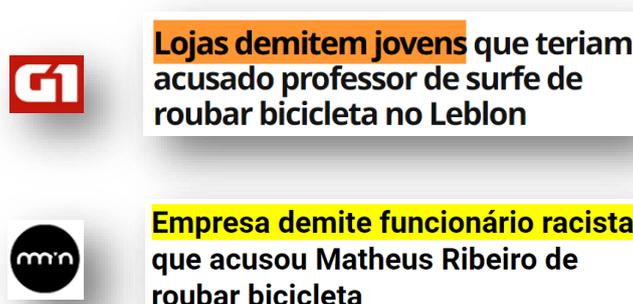
	Empresa demite funcionário racista que acusou Matheus Ribeiro de roubar bicicleta	15 de junho de 2021	https://mundonegro.inf.br/empr esa-demite-funcionario-racista-que-acusou-matheus-ribeiro-de-roubar-bicicleta/
	Ladrão de bicicleta do Leblon é um homem branco	17 de junho de 2021	https://mundonegro.inf.br/ladra o-de-bicicleta-do-leblon-e-um-homem-branco/
	Justiça arquiva caso de racismo no Leblon e alega que casal não teve intenção	5 de agosto de 2021	https://mundonegro.inf.br/justic a-arquiva-caso-de-racismo-no-leblon-e-alega-que-casal-nao-teve-intensao/
	Ladrão branco é condenado a ano e quatro meses de reclusão em regime semiaberto	26 de agosto de 2021	https://mundonegro.inf.br/ladra o-branco-do-leblon-e-condenado-a-ano-e-quatro-meses-de-reclusao-em-regime-semiaberto/

Fonte: produzido pela autora.

5.2.3.3.1 Blocos de análises

Bloco A

Figura 47 – Manchetes sobre demissão do casal branco



Fonte: G1¹²⁶, 2021; Mundo Negro¹²⁷, 2021.

¹²⁶ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/15/loja-demite-rapaz-que-teria-acusado-professor-de-surfe-de-roubar-bicicleta-no-leblon.ghtml>

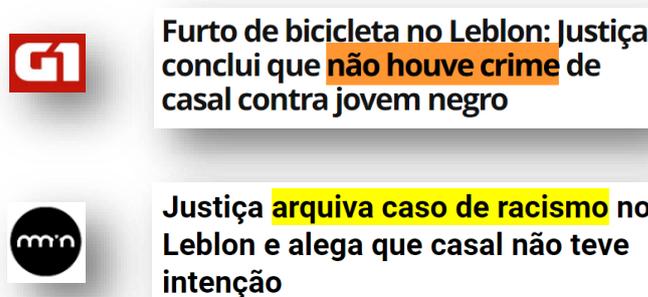
¹²⁷ <https://mundonegro.inf.br/empresa-demite-funcionario-racista-que-acusou-matheus-ribeiro-de-roubar-bicicleta/>

A Figura 47 mostra que o G1 constrói seu quadro com base na suspeição em cima da agressão sofrida por Matheus Ribeiro. A escolha pelo uso da expressão “teriam acusado” reflete esse dado. Acreditamos que o Teorema de Thomas (MARTINO, 2021) possa agir nesse caso, uma vez que tal suspeição levantada pelo G1 pode fazer com que a sociedade haja de acordo com esse *frame*, tendo, como consequência, a desconfiança em denúncias de racismo, que, muitas vezes, já são vistas como “mimimi”.

Além do mais, o portal da mídia branca hegemônica não denomina qual foi a acusação feita pelo instrutor de surfe. Já no Mundo Negro há definição quanto ao ato praticado, o que podemos ver na opção pelo verbo “acusou”. Logo, não há levantamento de dúvidas quanto à acusação de racismo. O portal ainda chama Tomás Oliveira de racista, em alusão ao crime cometido.

Bloco B

Figura 48 – Manchetes sobre decisão da justiça



Fonte: G1¹²⁸, 2021; Mundo Negro¹²⁹, 2021.

¹²⁸ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/08/05/furto-de-bicicleta-no-leblon-justica-conclui-que-nao-houve-crime-de-casal-contrajovem-negro.ghtml>

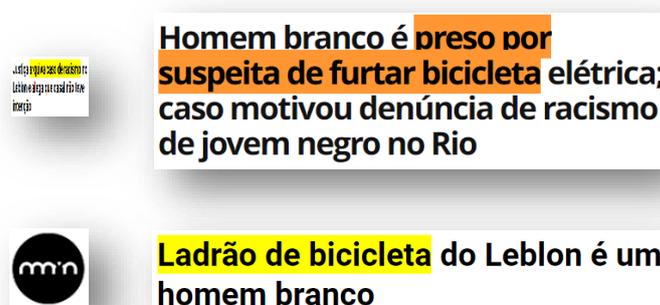
¹²⁹ <https://mundonegro.inf.br/justica-arquiva-caso-de-racismo-no-leblon-e-alega-que-casal-nao-teve-intensao/>

Nessa segunda manchete, o G1 segue dando ênfase para um crime genérico, sem especificações. Parece haver certo receio em nomear o ato infracional, o que nos faz inferir que o portal se utiliza de artifícios para omitir fatos, visando fixar na memória do público aquele detalhe que lhe interessa salientar. No caso da manchete, o fato de que não houve crime.

Também notamos que, enquanto Tomás Oliveira e Mariana Spinelli aparecem como um casal sem raça definida, Matheus Ribeiro é devidamente racializado. Por sua vez, o Mundo Negro também denomina os agressores brancos de casal, mas tipifica o crime cometido: racismo. A importância da repetição do termo “racismo” pelo Mundo Negro está no fato de que nomear a violência influencia tanto no destaque do ponto de vista contra hegemônico quanto na opinião pública e no combate ao crime, uma vez que, como vimos em Ribeiro (2019), não podemos combater o que não tem nome.

Bloco C

Figura 49 – Manchetes sobre prisão do ladrão branco



Fonte: G1¹³⁰, 2021; Mundo Negro¹³¹, 2021.

A Figura 49 mostra a única vez na qual o crime de racismo é citado na manchete em toda a cobertura do caso feita pelo G1. Ainda assim, Igor Pinheiro é colocado

¹³⁰ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/17/policia-prende-suspeito-de-furto-de-bicicleta-eletrica-que-motivou-abordagem-a-jovem-negro-no-rio.ghtml>

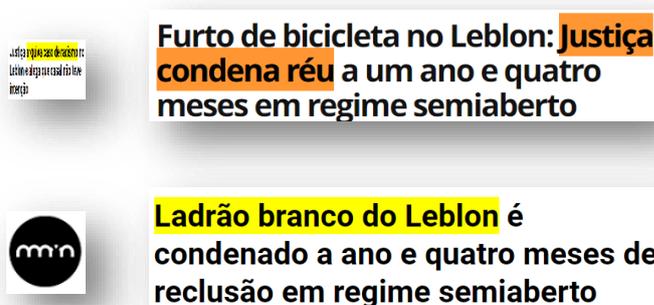
¹³¹ <https://mundonegro.inf.br/ladrao-de-bicicleta-do-leblon-e-um-homem-branco/>

como suspeito do furto, benefício da dúvida, que, como vimos, normalmente não é estendido à população negra nos títulos criados pela mídia branca hegemônica. Ele provavelmente é racializado por se tratar de um criminoso, o que, para o G1, não parece ser o caso de Tomás Oliveira e Mariana Spinelli (cujas identidades são protegidas ao máximo durante a cobertura).

Já o Mundo Negro cria uma manchete mais sucinta, cuja ênfase recai na cor da pele do verdadeiro ladrão.

Bloco D

Figura 50 – Manchetes sobre condenação do ladrão branco



Fonte: G1¹³², 2021; Mundo Negro¹³³, 2021.

Mais uma manchete na qual a ênfase do G1 recai sobre a suavização na denominação do autor do crime. Na Figura 50, percebe-se que Igor Pinheiro é chamado de réu pelo G1. Essa é uma das formas pelas quais o racismo estrutural se manifesta na produção cotidiana do meio jornalístico. Além do mais, é um exemplo claro do racismo midiático que nos foi apresentado por Moreira (2020).

¹³² <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/08/25/furto-de-bicicleta-no-leblon-justica-condena-reu-a-um-ano-e-quatro-meses-em-regime-semiaberto.ghtml>

¹³³ <https://mundonegro.inf.br/ladrao-branco-do-leblon-e-condenado-a-ano-e-quatro-meses-de-reclusao-em-regime-semiaberto/>

O portal Mundo Negro, por seu turno, enfatiza o nome dado a quem comete crimes de furto, em uma ação de antirracismo midiático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O padrão do sistema atual é a reprodução da desigualdade racial; nossas instituições foram desenhadas para reproduzir a desigualdade racial, e o fazem com altíssima eficiência. [...] Romper com o racismo exige coragem e intencionalidade.” (Robin Diangelo, 2018, p. 180).

A sentença do prólogo traduz, em síntese, a motivação para o desenvolvimento deste estudo, cujo problema de pesquisa foi responder ao questionamento geral: *o cenário constituído por uma mídia branca hegemônica, como o portal G1, impacta a cobertura jornalística relacionada à população negra, tornando necessário o fortalecimento de uma comunicação alternativa antirracista, como o canal Mundo Negro?* Dessa forma, a análise foi feita a partir da observação de como dois portais de notícias dessemelhantes e antagônicos – G1, da mídia branca hegemônica, e Mundo Negro, da mídia alternativa negra – enquadraram seus discursos sobre um mesmo caso: o furto de uma bicicleta elétrica ocorrido no bairro carioca do Leblon, em 2021, no qual uma personagem negra foi acusada de furto por dois atores brancos, quando, na realidade, o crime havia sido cometido por outra personagem branca.

Ainda que acreditássemos na importância da discussão acerca do racismo midiático, não vislumbrávamos, no começo de tudo (ainda durante a produção do projeto de pesquisa), a dimensão e a profundidade que este trabalho alcançaria. Sem dúvida, foi um transcurso desafiador e de enorme aprendizado. Desafiador porque mexeu em questões sociais que me atravessam tanto pessoal quanto profissionalmente; e de muito aprendizado, se considerarmos que o letramento racial é um processo dinâmico e complexo, cujo potencial está em induzir os pesquisadores da temática a pensar novas questões constantemente.

Como resultado do percurso de pesquisa empreendido nos últimos meses, sugerimos algumas reflexões que consideramos importantes acerca da invisibilização, da marginalização e da estereotipização da população negra na mídia branca hegemônica e da luta antirracista travada pela mídia alternativa

negra. Para alcançar nosso objetivo geral, qual seja, a verificação de como racismo, violência simbólica e movimento antirracista se manifestam nos enquadramentos noticiosos escolhidos por G1 e Mundo Negro na cobertura do caso estudado, analisamos o conteúdo publicado pelos dois veículos e traçamos paralelos entre os *frames* escolhidos por eles para a construção dos enquadramentos, que contribuem, em maior ou menor grau, para a formação da opinião pública sobre negritude e branquitude. Nesse sentido, acreditamos que tivemos êxito porque, ainda que o portal G1 tenha expressado o racismo de maneira sutil e praticamente invisível a olhos menos atentos (características do racismo à brasileira e da violência simbólica), foi possível identificá-lo nos quadros noticiosos, tendo como pano de fundo o cerne teórico-metodológico do enquadramento noticioso. Da mesma forma, localizamos expressões do movimento antirracista nos quadros construídos pelo canal Mundo Negro, em uma ação que coloca o veículo afrocentrado na posição de alternativa às molduras com visão hegemônica produzidas pela mídia branca.

Atingimos, também, um de nossos objetivos específicos, quando a pesquisa nos mostrou as intensas disparidades socioeconômicas e culturais entre os veículos analisados, apontando o G1 como um grande veículo midiático, integrado a um dos maiores conglomerados de mídia do mundo e, portanto, detentor de grande poder simbólico, enquanto o Mundo Negro surge como um canal ascendente, mas ainda considerado nichado e com número reduzido de profissionais. Além disso, destacamos as discrepâncias entre as visões de mundo dos responsáveis pela linha editorial de ambos os portais: de um lado temos o G1 e seu diretor branco que assumidamente não acredita na existência do racismo e minimiza a questão; de outro, a diretora negra, ativista do antirracismo, que luta pela igualdade racial.

Uma vez que esta elite simbólica (majoritariamente branca) detém maior poder para fazer reverberar seus pontos de vista segundo o enquadramento hegemônico e que o caso e seus desdobramentos tiveram enorme repercussão social (sendo temas de intensas conversações *on-line* e *off-line*), é possível inferir que o julgamento público seria diretamente afetado por quadros que estigmatizam a personagem negra. Aliado às conjunturas sociopolíticas brasileiras (principalmente as vigentes na época do caso), enquadramentos

noticiosos enviesados como esse resultam, na prática, em cada vez mais casos de preconceito, discriminação e racismo – explícitos (com os dados que evidenciam o genocídio da população negra) e/ou implícitos (em coberturas jornalísticas racialmente tendenciosas, culminando em violência simbólica e racismo à brasileira).

A atual conjuntura, aliás, remete-nos a uma profícua reflexão feita por Silvio de Almeida (2019) sobre o racismo estrutural. Nela, o autor fala sobre a quantidade de pessoas que passaram a exigir o direito de ser branco e de não gostar de negros, buscando de volta a “identidade” que lhes foi retirada quando a negritude passou a “existir”. Acreditamos que isso repercute nas formas pelas quais o racismo tem se expressado nas relações sociais brasileiras contemporâneas, manifestando questões mais profundas que vêm se desenvolvendo de maneira cíclica ao longo do tempo.

O alinhamento entre essa e outras diversas abordagens sobre racismo estrutural e midiático nos embasou para a realização da parte empírica da pesquisa, na qual trouxemos os resultados encontrados após analisar o *corpus*, discutindo as diferentes abordagens, seleções, exclusões e ênfases das notícias, com base nos elementos de pesquisa pré-estabelecidos e nos autores estudados. No geral, os resultados mostraram que a negritude, representada aqui por Matheus Ribeiro, ainda é discriminada nos quadros construídos pela mídia branca hegemônica. Os dados apontaram, ainda, como é importante que tenhamos coberturas noticiosas enquadradas segundo o ponto de vista da mídia alternativa negra para questionar o *status quo* e ser mais um ponto de luta frente ao racismo estrutural. Temos, assim, resposta favorável à nossa pergunta de pesquisa.

Essa percepção da representação de branquitude (boa) *versus* negritude (má) foi comprovada em nossa pesquisa quando apresentamos casos de como o G1 se utiliza de ferramentas do enquadramento noticioso para invisibilizar o povo negro e/ou opta por emoldurar seus textos de forma a retratar a negritude de maneira negativa, agindo com discriminação racial. Por meio das notícias que compõem o *corpus* e da utilização de outros exemplos de matérias aleatórias retiradas do portal, concluímos que, principalmente nas manchetes, o *modus operandi* do G1 é oferecer melhor tratamento a atores sociais brancos, quando

comparado aos negros. Dessa forma, atingimos outros apontamentos feitos em nossos objetivos específicos.

Tal fato se repetiu no caso estudado nesta pesquisa, com o G1 utilizando-se de mecanismos que trataram de enfatizar determinados trechos (como a raça do negro) e ocultar outros (a raça dos brancos). Evidenciamos isso, por exemplo, quando constatamos o enquadramento do portal, que buscou, a todo custo, proteger a identidade do casal branco racista formado por Tomás Oliveira e Mariana Spinelli, ao passo que escancarava a imagem da vítima, o rapaz negro Matheus Ribeiro. Há que se destacar, também, a opção por evitar mencionar o nome do crime ao qual o casal foi acusado: racismo. Essa exclusão, aliada a outros pontos levantados, remete-nos à nossa primeira hipótese, que trata da parcialidade do G1 no caso do furto da bicicleta e de um possível juízo de valor de acordo com características fenotípicas das personagens envolvidas. A partir dessa hipótese, concluímos que atributos pessoais, como cor da pele, são fatores preponderantes que interferem na maneira como o G1 enxerga e retrata o corpo negro, haja vista as tipificações que acabaram sendo ressaltadas.

Diante disso, entendemos que a negritude brasileira ainda é subjugada e segregada de espaços que a branquitude acredita pertencer a ela – incluindo, aqui, territórios midiáticos exemplificados, neste trabalho, pelos portais de notícia. A violência cotidiana sofrida por aquele grupo racial nos enquadramentos noticiosos é exemplo desse fato, caracterizado pela pretensa superioridade branca. É nesse contexto que apontamos para a importância da existência de uma mídia alternativa negra, contra hegemônica e sobretudo antirracista, caso do Mundo Negro. Sua “licença” para questionar o *status quo*, como a presunção de inocência dada a indivíduos de pele clara pela mídia branca hegemônica, é cada vez mais imprescindível na luta por cidadania como direito de todos (não só de alguns, como os indícios mostraram que atuava o governo federal anterior).

A forma como a sociedade está organizada se reflete na mídia, que detém o poder de conduzir os indivíduos à identificação com sua forma de relatar as histórias. Se há um veículo com apelo antirracista, construtor de quadros diferenciados, que privilegiem o entendimento do mundo a partir do ponto de

vista da negritude, esse canal deve ser potencializado e encorajado a prosseguir com tais ações, visando incluir os excluídos, tornar visíveis os invisíveis.

Isso se dá na medida em que observamos como, no Mundo Negro, Matheus Ribeiro é de certa forma humanizado e Tomás Oliveira e Mariana Spinelli, além de expostos, passam a ser racializados. Ou quando não só o negro é chamado de ladrão, mas também um branco que comete crime (apesar de que ninguém deveria sê-lo). E, principalmente, quando o portal fala abertamente de racismo, publicizando o que a mídia branca hegemônica prefere “jogar para debaixo do tapete”. É nesse sentido que alcançamos um ponto concernente à nossa segunda hipótese: o Mundo Negro mostra-se mais democrático e inclusivo, sendo um veículo essencial não só ao jornalismo brasileiro da contemporaneidade, mas, principalmente, ao público, que tem como opção um entendimento contra hegemônico e antirracista.

Como pôde ser visto, nesta dissertação optamos pela utilização da expressão “mídia branca hegemônica”, fazendo um contraponto com “mídia alternativa negra”. Ainda que soe redundante, o termo tem como pretensão última racializar os veículos tradicionais, assim como é socialmente normalizado agir ao se tratar dos canais negros, vistos como jornalismo de nicho. Partimos do entendimento de que, se cobramos racialização da branquitude assim como acontece com a negritude, nada mais justo do que racializar, também, os canais produzidos pela elite simbólica.

Ademais, esta pesquisa não se encerra com estas Considerações Finais, haja vista seu caráter transitório. Entendemos que, da mesma forma que este estudo é justificável pela relevância em se fomentar uma discussão crítica sobre o papel do jornalismo na legitimação e massificação do racismo estrutural, há ainda muito a se debater para que se compreenda a real magnitude do problema vivido pela negritude no Brasil, especialmente em termos midiáticos.

Assim, ao fim deste percurso acadêmico, percebemos que os resultados apresentados não são um fim, mas deixam um questionamento impossível de ser respondido em uma única pesquisa: como acabar com o racismo midiático em um país histórica e estruturalmente racista como o Brasil? Apontamos, aqui, possíveis soluções e possibilidades, mas consideramos imprescindível que

surjam novos estudos e trabalhos que apresentem outros pontos de vistas e novos questionamentos.

Esperamos não apenas ajudar na elucidação de como o viés racista de enquadramentos hegemônicos afeta, negativamente, a maneira como a sociedade brasileira enxerga o negro (que se torna vítima potencial e preferencial), mas também de que *frames* noticiosos antirracistas são alternativas potentes de reconstrução do imaginário social da branquitude a respeito da negritude e de inclusão desse grupo marginalizado pela mídia branca. Como bem disse Silvia Nascimento (2022, p. 7-8): “Nós existimos!”.

REFERÊNCIAS

- AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Indicador de Alfabetismo Funcional**: Inaf Brasil 2018 – resultados preliminares. 10 ago. 2018. Disponível em: <https://acaoeducativa.org.br/publicacoes/indicador-de-alfabetismo-funcional-inaf-brasil-2018/>. Acesso em: 30 ago. 2022.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALAKIJA, Ana. Mídia e identidade negra. In: BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane (Orgs.). **Mídia e racismo**. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF: ABPN, 2012. p. 108-153.
- ALBUQUERQUE, Ana Luiza. **As capas do Meia Hora e a violência simbólica de gênero**. 2016. 59 f. Monografia (Graduação em Comunicação Social/Jornalismo) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- ALESSI, Gil; HOFMEISTER, Naira. Sites neonazistas crescem no Brasil espelhados no discurso de Bolsonaro, aponta ONG. **El País**, 9 jun. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-10/sites-neonazistas-crescem-no-brasil-espelhados-no-discurso-de-bolsonaro-aponta-ong.html>. Acesso em: 8 nov. 2022.
- ALMEIDA FILHO, Edgard Patrício de; SILVA, Naiana Rodrigues. Territorialidade e *ethos* em iniciativas de jornalismo independente do nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 15, n. 4, edição especial, p. 183-195, jul. 2019. Disponível em: <https://rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/4851>. Acesso em: 30 ago. 2022.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ANDRADE, Patrícia Gomes Rufino; SILVA, Girley Vieira da. O racismo na seleção das fontes jornalísticas: indignos de crédito? In: ZANETTI, Daniela; REIS, Ruth; ANTOLINI, Marialina (Org.). **Minorias midiaticizadas** (recurso eletrônico): gêneros, etnias e territórios. Pelotas: UFPel, 2021. 346 p. p. 61-84.
- ANDREWS, George Reid. Desigualdade racial no Brasil e nos Estados Unidos, 1990-2010. **Revista Afro-Ásia**, n. 51, p. 141-174, abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/17652>. Acesso em: 6 jul. 2022.
- ANDREWS, George Reid. O negro no Brasil e nos Estados Unidos. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 52-56, 1985.
- ARAÚJO, Valmir Teixeira de. **Imprensa negra na internet**: enquadramentos dos conteúdos produzidos pelos sites Correio Nagô, Mundo Negro e Nação Z.

2019. 172 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Diretoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2019.

ASSIS, Stella Schwanz Dias de; LEITE, Janaína Frechiani Lara. Bolsonaro e a construção do herói: uma análise da construção de imagem por meio de estratégias da mitologia. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 42., set. 2019, Belém. **Anais eletrônicos**... Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1692-1.pdf>. Acesso em: 4 set. 2022.

ANTUNES, Elton. Enquadramento: considerações em torno de perspectivas temporais para a notícia. **Revista Galáxia**, n. 18, p. 85-99, dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/2641>. Acesso em: 3 out. 2022.

ARAÚJO, Valmir Teixeira de. Contribuições da análise do enquadramento noticioso para as pesquisas em comunicação. **Revista Temática**, v. 13, n. 5, maio 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/34307>. Acesso em: 1º out. 2022.

ARAÚJO, Valmir Teixeira de. **Imprensa negra na internet**: enquadramentos dos conteúdos produzidos pelos sites Correio Nagô, Mundo Negro e Nação Z. 2019. 172 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Diretoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2019.

BARBOSA, Suzana. Convergência jornalística em curso: as iniciativas para integração de redações no Brasil. *In*: RODRIGUES, Carla (Org.). **Jornalismo on-line**: modos de fazer. Rio de Janeiro: Sulina, 2009. 216 p. p. 35-55.

BEGUOCI, Leandro. O jornalismo empreendedor é um simpático Benjamin Button. *In*: FERRARI, Pollyana (Org.). **Comunicação digital na era da participação**. Porto Alegre: Fi, 2016. p. 146-155.

BELESSA, Mauro. **O jornalismo profissional em tempos de big techs e redes sociais**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 15 out. 2020. Disponível em: http://www.iea.usp.br/noticias/copy_of_jornalismo-e-novas-tecnologias. Acesso em: 16 jun. 2022.

MESQUITA, Rodrigo. **O jornalismo profissional em tempos de big techs e redes sociais**. Entrevista concedida a Mauro Belessa. São Paulo, 2020.

BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane. Apresentação. *In*: BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane (Orgs.). **Mídia e racismo**. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF: ABPN, 2012. p. 32-39.

BORGES, Rosane. Mídia, racismos e representações do outro. *In*: BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane (Orgs.). **Mídia e racismo**. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF: ABPN, 2012. p. 180-205.

BORGES, Waleska. Leblon esconde passado abolicionista sob m² mais caro do país. **UOL**, 6 set. 2020. Disponível em: [BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 160 p.
BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.](https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/10/06/no-leblon-passado-abolicionista-e-escondido-sob-m-mais-carro-do-brasil.htm#:~:text=De%20acordo%20com%20dados%20do,3%2C4%25%2C%20pretos. Acesso em: 30 jun. 2022.</p>
</div>
<div data-bbox=)

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Calude. **A reprodução**. Tradução de Reynaldo Bairão. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2009.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. O processo da pesquisa e suas implicações teórico-metodológicas e sociais. **Revista Emancipação**, v. 6, n. 1, 2006. Disponível em: [BOVE, Lorenza Coppola. Racismo: como a ciência desmantelou a teoria de que existem diferentes raças humanas. **BBC News Brasil**, 12 jul. 2020. Disponível em: \[BRAGA, Tuwilê Jorge Kin. **A territorialidade do corpo negro na USP**. 2019. 142 f. Dissertação \\(Mestrado em Geografia Humana\\) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.\]\(https://www.bbc.com/portuguese/geral-53325050. Acesso em: 22 set. 2022.</p>
</div>
<div data-bbox=\)](https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/71#:~:text=Resumo,sua%20inser%C3%A7%C3%A3o%20na%20realidade%20social. Acesso em: 1º out. 2022.</p>
</div>
<div data-bbox=)

BRANSKI, Regina Meyer; FRANCO, Raul Arellano Caldeira; LIMA JR., Orlando Fontes. Metodologia de estudo de caso aplicada à logística. *In*: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM TRANSPORTES, 24., 2010, Salvador. **Anais eletrônicos**... Disponível em:

BRINKHUS, Giovana Eloísa. **A importância do uso de métodos e ferramentas no apoio à criação de sentido em processos de inteligência coletiva**. 2020. 106 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Administração) – Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

BUDÓ, Marília Denardin. Editoria policial: da legitimidade à reprodução da seletividade do sistema prisional. *In*: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, 11., Novo Hamburgo, 17-19 maio 2010. **Anais eletrônicos**... Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2010/busca_DT.htm?query=denardin. Acesso em: 2 out. 2022.

BUENO, Noemi Correa. Imprensa e questões de gênero: enquadramentos jornalísticos de um caso de violência contra a mulher. **Revista Comunicação, Cultura & Sociedade**, v. 6, n. 2, p. 17-31, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ccs/article/view/4264>. Acesso em: 30 maio 2022.

CAMAZANO, Priscila. Bolsonaro e Mourão reproduzem discurso racial da ditadura militar, diz socióloga. **Folha de S.Paulo**, 22 nov. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/11/bolsonaro-e-mourao-reproduzem-discurso-racial-da-ditadura-militar-diz-sociologa.shtml>. Acesso em: 8 jul. 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Negros de pele clara por Sueli Carneiro**. 2004. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/negros-de-pele-clara-por-sueli-carneiro/>. Acesso em 30 jun. 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARRANÇA, Flávio. O combate ao racismo nos meios de comunicação. *In*: BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane (Orgs.). **Mídia e racismo**. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF: ABPN, 2012. p. 154-179.

CARVALHO, Augusta César Leite de; BLIACHERIENE, Ana Carla; ARAÚJO, Luciano Vieira. Quando um vírus nos desafia: pandemia, novas tecnologias e teletrabalho – desafios do século XXI. **Revista Controle/Tribunal de Contas do Estado do Ceará**, Fortaleza, v. 18, n. 2, p. 21-41, jul./dez. 2020.

CARVALHO, Carlos Alberto de. O enquadramento como conceito desafiador à compreensão do jornalismo. *In*: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 14., 2009, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos**... Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/lista_area_DT01.htm. Acesso em: 1º out. 2022.

CARVALHO, Pâmela. **“E a casa preta se ergue”**. 2021. Disponível em:

<https://mareonline.com.br/e-a-casa-preta-se-ergue/>. Acesso em: 30 jun. 2022.

CASTILHO, Carlos; FIALHO, Francisco. O jornalismo ingressa na era da produção colaborativa de notícias. *In*: RODRIGUES, Carla (Org.). **Jornalismo on-line: modos de fazer**. Rio de Janeiro: Sulina, 2009. 216 p. p. 119-146.

CASTRO, Darlene Teixeira; PÔRTO JUNIOR, Francisco Gilson Rebouças. A hipótese da agenda-setting: introduzindo conceitos. *In*: PÔRTO JR., Gilson *et al* (Orgs.). **Media effects: ensaios sobre teorias da Comunicação e do Jornalismo** – v. 3: espiral do silêncio, enquadramento e contemporaneidade. Porto Alegre: FI, Boa Vista: EdUFRR, 2018. p. 21-36.

CAVALCANTI, Marcos; GOMES, Elisabeth. Inteligência empresarial: um novo modelo de gestão para a nova economia. **Production [online]**, v. 10, n. 2, p. 53-64, 2000. Disponível em <https://www.scielo.br/j/prod/a/BsH9xYMWZcj5NLtc3sTP8Sg/?lang=pt>. Acesso em: 13 out. 2021.

CERIONI, Clara. Bolsonaro nega ser racista ao dizer que salvou colega negro do Exército. **Exame**, 8 maio 2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/natv-bolsonaro-nega-ser-racista-e-diz-que-salvou-colega-negro-do-exercito/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

CERQUEIRA, Daniel *et al*. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em: 12 maio 2022.

CETIC.BR. **TIC Domicílios**. 21 jun. 2022. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/>. Acesso em: 13 out. 2021.

COGO, Denise; MACHADO, Sátira. Redes de negritude: usos das tecnologias e cidadania comunicativa de afro-brasileiros. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33., set. 2010, Caxias do Sul. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/satiramachado/files/2020/07/redes-de-negritude.pdf>. Acesso em: 15 set. 2022.

COLODETI, Elisângela. **Jornalismo alternativo para o século XXI: um estudo sobre os sites Agência Pública e Ponte**. 2016. 120 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

CORDEIRO, Tânia. Apresentação. *In*: VARJÃO, Suzana. **Micropoderes, macroviolências**. Salvador: EDUFBA, 2018.

CORRÊA, Hércules Toledo. Títulos e macroestruturas textuais. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 8, n. 2, p. 53-78, jul./dez., 1999. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2312>. Acesso em: 15 dez. 2022.

COSTA, Kátia Regina Rebello da. De quando a pluralidade revela a invisibilidade. *In*: BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane (Orgs.). **Mídia e racismo**. Petrópolis, RJ: DP et Alli; Brasília, DF: ABPN, 2012. p. 40-62.

DAMATTA, Roberto. **Racismo à brasileira**. 2009. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/racismo-a-brasileira-roberto-da-matta/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DANTAS, Ivo Henrique; ROCHA, Heitor Costa Lima da. Webjornalismo: dos portais às redes sociais. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2016, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2705-1.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2022.

D'ARCADIA, João Guilherme da Costa Franco Silva; CARVALHO, Juliano Maurício. As novas territorialidades da informação e o não-lugar da notícia. **Revista Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 17, n. 50, p. 522-535, set./dez. 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/194358?locale-attribute=es>. Acesso em: 23 jun. 2022.

DIANGELO, Robin J. **Não basta não ser racista**: sejamos antirracistas. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Faro, 2018.

DOMINGUES, Petrônio José. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889- 1930). **Diálogos Latinoamericanos**, v. 6, n. 10, p. 115-131, 2005. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/dialogos/article/view/113653>. Acesso em: 17 fev. 2022.

DOMINGUES, Petrônio José. **O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930)**. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/i/2002.v24n3/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

DORIA, Pedro. O futuro é logo ali. *In*: RODRIGUES, Carla (Org.). **Jornalismo on-line**: modos de fazer. Rio de Janeiro: Sulina, 2009. 216 p. p. 185-209.

DUARTE, Marcia Yukiko Matsuuchi. Estudo de caso. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. *In*: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 215-235.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (Brasil). **Código de ética dos jornalistas brasileiros**. 2007. Disponível em: <https://fenaj.org.br/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>. Acesso em: 2 out. 2022.

FERNANDES, Alessandra Coutinho. **Análise de discurso crítica para leitura de textos da contemporaneidade**. Curitiba: InterSaberes, 2014.

FERRARI, Pollyana. **Comunicação digital na era da participação**. Porto Alegre: Fi, 2016.

FERRAZ, Gabrielly. “De homem branco para homem branco”: o impacto do discurso do Tiago Leifert na branquitude. **Mundo Negro**, 7 abr. 2021.

Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/de-homem-branco-para-homem-branco-o-impacto-do-discurso-do-tiago-leifert-na-branquitude/>. Acesso em: 15 maio 2022.

FERREIRA, Kauan. Arthur Anthunes: conheça o jornalista negro brasileiro com maior influência no Twitter. **Mundo Negro**, 4 ago. 2022. Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/arthur-anthunes-conheca-o-jornalista-negro-brasileiro-com-maior-influencia-no-twitter/>. Acesso em: 19 set. 2022.

FERRO, Priscilla de Souza. **Mapeamento das ferramentas de comunicação síncrona em Teletandem**: um estudo longitudinal do uso dos chats. 2021. 211 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São José do Rio Preto, 2021.

FERRO, Rogério. O negro sem cor no telejornalismo brasileiro. *In*: BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane (Orgs.). **Mídia e racismo**. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF: ABPN, 2012. p. 64-83.

FIGUEIREDO, Ângela; GROSGOUEL, Ramón. Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 223-234, jul./dez. 2009.

FLUSSER, Vilém. **Comunicologia**: reflexões sobre o futuro – as conferências de Bochum. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 424 p.

FRAGOSO, Suely; REBS, Rebeca Recuero; BARTH, Daiani Ludmila. Territorialidades virtuais: identidade, posse e pertencimento em ambientes multiusuário online. **Revista MATRIZES**, v. 5, n. 1, p. 211-225, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38317>. Acesso em: 30 ago. 2022.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A atualidade no jornalismo**: bases para sua delimitação teórica. 2003. 336 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

G1. **Equipe do G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/institucional/equipe-do-g1.ghtml>. Acesso em: 22 set. 2022a.

G1. **Sobre o G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/institucional/sobre-o-g1.ghtml>. Acesso em: 22 set. 2022b.

GARRIDO, Ulisses. Tendências das novas tecnologias. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 4., 2005, Portugal. **Anais...** SOPCOM, 2005. p. 1.635-1.643.

GLOBO. **História Grupo Globo**. 2021. Disponível em: <https://historia.globo.com/historia-grupo-globo/2005-2014/noticia/2006-lancamento-do-g1.ghtml>. Acesso em: 22 set. 2022.

GLOBO. **História Grupo Globo: 1925-1964**. Disponível em: <https://historia.globo.com/historia-grupo-globo/1925-1964/>. Acesso em: 22 set. 2022.

GOMES, Nathália Esteves da Sila; SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. As comunidades quilombolas no jornal A Tribuna: entre estereótipos e silenciamentos. *In*: ZANETTI, Daniela; REIS, Ruth; ANTOLINI, Marialina (Orgs.). **Minorias midiáticas: gêneros, etnias e territórios**. Pelotas: UFPel, 2021. 346 p. p. 85-110. Disponível em: <https://grudiufes.wordpress.com/2021/11/15/minorias-midiaticas-recurso-eletronico-generos-etnias-e-territorios-organizadoras-daniela-zanetti-ruth-reis-e-marialina-antolini-pelotas-ed-ufpel-2021-346-p/>. Acesso em: 22 jan. 2022.

GONÇALVES SEGUNDO, Paulo Roberto. Linguística Sistêmico-Funcional e Análise Crítica do Discurso: explorando convergências e explicitando especificidades. **Revista Estudos Linguísticos**, v. 43, n. 3, p. 1.282-1.297, set./dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/523>. Acesso em: 15 abr. 2022.

GONÇALVES, Telmo. **A abordagem do enquadramento nos estudos do jornalismo**. 2005. Disponível em: <https://recil.ensinolusofona.pt/handle/10437/2605>. Acesso em: 14 set. 2022.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. **Revista Novos Estudos**, v. 3, n. 61, p. 147-162, nov. 2001. Disponível em: <https://novosestudos.com.br/produto/edicao-61/>. Acesso em: 8 jul. 2022.

GUTMANN, Juliana Freire. **Audiovisual em rede: derivas conceituais**. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2021. 104 p.

HAESBAERT, Rogério. Definindo território para entender a desterritorialização. *In*: HAESBAERT, Rogério (Org.). **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 35-73.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Tradução de Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003. 434 p.

HERSCOVITZ, Heloiza. **Características dos portais brasileiros de notícias**. Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo, 2009. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/viewFile/197/196>. Acesso em: 10 mar. 2022.

HINTZEN, Percy. Diáspora, globalização e políticas de identidade. *In*: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Gutenberg, 2009. p. 53-71.

HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

INSTITUTO ETHOS. **Coalizão empresarial para equidade racial e de gênero**. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/conteudo/projetos/direitos-humanos/33221-2/>. Acesso em: 30 maio 2022.

INTERVOZES. **A hegemonia da concentração sem limites**. 2017a. Disponível em: <http://brazil.mom-gmr.org/br/destaques/concentracao/>. Acesso em: 30 maio 2022.

INTERVOZES. **Grupo Globo**. 2017b. Disponível em: <http://brazil.mom-gmr.org/br/proprietarios/empresas/detail/company/company/show/grupo-globo/>. Acesso em: 22 set. 2022.

INTERVOZES. **Proprietários da mídia**. 2017c. Disponível em: <http://brazil.mom-gmr.org/br/proprietarios/>. Acesso em: 30 maio 2022.

JACQUES, Janderson Pereira. **Pessoas negras seguindo pessoas negras: identidade on-line a partir de uma análise etnográfica do Black Twitter brasileiro**. 2020. 106 f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2020.

JERÔNIMO, Isabel Cristina. Eu sou racista: uma análise discursiva sobre o imbricamento de posições-sujeito. **Revista Expectativa**, Toledo, v. 20, n. 2, p. 116-134, abr./jun. 2021.

KAMEL, Ali. **Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor**. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 2006.

LEITE, Gisele. Considerações sobre a segregação racial nos Estados Unidos (EUA). **Jornal Jurid**, 6 abr. 2020. Disponível em: <https://www.jornaljurid.com.br/colunas/gisele-leite/consideracoes-sobre-a-segregacao-racial-nos-estados-unidos-eua>. Acesso em: 6 jul. 2022.

LEMOS, André. Cultura da mobilidade. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 16, n. 40, p. 28-35, dez. 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/6314#:~:text=Resumo,entrela%C3%A7a%20quest%C3%B5es%20tecnol%C3%B3gicas%2C%20sociais%2C%20antropol%C3%B3gicas>. Acesso em: 31 ago. 2022.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento da era da informática. Disponível em:

<https://lucianabicalho.files.wordpress.com/2014/02/as-tecnologias-da-inteligencia.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2022.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 1999. 260 p.

LIMA, Samuel Pantoja. **Perfil do jornalista brasileiro 2021**: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022. Disponível em: <https://perfildojornalista.ufsc.br/>. Acesso em: 3 set. 2022.

LOPES, Ivonete da Silva. Mídia negra e desigualdade na estrutura midiática: apontamentos sobre Brasil e Estados Unidos. **Anagramas Rubos y Sentidos de la Comunicación**, v. 20, n. 39, p. 223-242, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://revistas.udem.edu.co/index.php/anagramas/article/view/3596/3298>. Acesso em: 30 maio 2022.

MAGALHÃES, Izabel; MARTINS, André Ricardo; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso crítica**: um método de pesquisa qualitativa. Brasília: Universidade de Brasília, 2017. 260 p.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. Tradução de Nivaldo Montingelli Jr. e Alfredo Alves de Farias. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997. 360 p.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações: 3 introduções. **Revista MATRIZES**, v. 12, n. 1, p. 9-31, jan./abr., 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/145681>. Acesso em: 19 maio 2022.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século*. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 51-79. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/tecnicidades-identidades-e-alteridades-jesus-martin-barbero-pdf-free.html>. Acesso em: 19 maio 2022.

MARTÍN-BARBERO, Jesús; RINCÓN, Omar. Mapa insomne 2017: ensayos sobre el sensorium contemporâneo. Um mapa para investigar la mutación cultural. In: JACKS, Nina; SCHMTZ, Daniela; WOTTRICH, Laura (Orgs.). **Um nuevo mapa para investigar lá mutación cultural**: diálogo com la propuesta de Jesús Martín-Barbero. 2019. p. 17-23. Disponível em: https://ciespal.org/wp-content/uploads/2019/12/Mutaciones_Culturales_APROBADO_05_DIC.pdf. Acesso em: 19 maio 2022.

MARTINS, Vinícius. Mídia branca, população negra: negação da realidade. **Alma Preta**, 23 jun. 2015. Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/midia-branca-populacao-negra-negacao-da-realidade>. Acesso em: 13 set. 2022.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 1996. 407 p.

MENEZES, Kalyne; TUZZO, Simone A. Cidadania, racismo e mídia: a identidade do negro. **Revista Comunicação & Informação**, v. 16, n. 1, p. 156-170, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/ci/article/view/26655/15338>. Acesso em: 13 jun. 2022.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **10 lições sobre Goffman**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

MARQUES, Gilvan. “Tu é meio escurinho. Ah, isso é crime”, diz Bolsonaro a apresentador negro. **Estado de Minas**, 13 set. 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/09/13/interna_politica,1393278/tu-e-meio-escurinho-ah-isso-e-crime-diz-bolsonaro-a-apresentador-negro.shtml. Acesso em: 2 nov. 2022.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Revista Arte & Ensaios**, n. 32, p. 123-151, dez. 2006. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 22 set. 2022.

MEDIAVILLA, Daniel. Devemos continuar usando o conceito de raça? **El País**, 8 fev. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/05/ciencia/1454696080_059342.html. Acesso em: 28 jun. 2022.

MOREIRA, Adilson José. A narrativa midiática da raça e a crítica jurídica negra. *In*: SANTOS, Tiago Vinícius André dos. **Desigualdade racial midiática: o direito à comunicação exercido e o direito à imagem violado**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

MOREIRA, Adilson José. Miscigenando o círculo do poder: ações afirmativas, diversidade racial e sociedade democrática. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, v. 61, n. 2, p. 148-177, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/43559>. Acesso em: 24 ago. 2022.

MOREIRA, Adilson José. **Racismo recreativo**. São Paulo: Jandaíra, 2020. 232 p.

MOURA, Tatiana Maria de. **Racismo na contemporaneidade: uma análise do racismo nas redes sociais**. 2017. 191 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Conceitos de raça, racismo e etnia**. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/page/view.php?id=3010050>. Acesso em: 29 jun. 2022.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO, 3., nov. 2003, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=263053&pid=S1809-5267202000030001000015&lng=pt. Acesso em: 29 jun. 2022.

MUNANGA, Kabengele. Kabengele Munanga, o antropólogo que desmistificou a democracia racial no Brasil. **UOL**, 22 maio 2019. Entrevista concedida a Lilian Milena. Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/direitos-humanos/58614/kabengele-munanga-o-antropologo-que-desmistificou-a-democracia-racial-no-brasil>. Acesso em: 28 jul. 2022.

NAMISE, Daniel Kei. **Dos mitos ao “mito”**: um estudo sobre o conceito de mito político na era da comunicação digital a partir da campanha presidencial de Jair Bolsonaro. 2019. 82 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Jornalismo) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio de negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Sílvia. **Há espaço para o jornalismo afrocentrado?** Uma análise do site Mundo Negro como símbolo de resistência. Entrevista concedida a Maria Clara Ferreira da Silva. Rio de Janeiro, 2022.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algorithms of oppression**: how search engines reinforce racism. New York: New York University, 2018.

NUNES, Paulo Rogério. “A internet chegou para provar que somos um dos países mais racistas do mundo”. **El País**, 15 jun. 2016. Entrevista concedida a María Martín. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/10/politica/1462895132_579742.html. Acesso em: 16 jun. 2022.

ODALIA, Nilo. **O que é violência**. São Paulo: Brasiliense, 2017. Ebook.

OLIVEIRA, Dennis. Etnomídia: a construção de uma paisagem étnica na linguagem midiática. *In*: BATISTA, Leandro Leonardo; LEITE, Francisco (Org.).

O negro nos espaços publicitários brasileiros: perspectivas contemporâneas. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP: Coordenadoria dos Assuntos da População Negra, 2011. p. 25-40.

OLIVEIRA, Joedson Kelvin Felix de; OLIVEIRA, Romênia Gomes de; ARRAIS, Joubert de Albuquerque. Racismo estrutural midiático no Brasil: o corpo negro e as imagens online que condenam, matam e discriminam. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 15., ago. 2019, Salvador.

Anais eletrônicos... Disponível em:

<http://www.xvenecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-484/112048.pdf>.

Acesso em: 13 ago. 2022.

OLIVEIRA, Raquel Gomes de. Estudo de ciberjornais de Espanha e Brasil.

Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 5, n. 2, p. 211-224, jul./dez. 2008.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2008v5n2p211>. Acesso em: 1º set. 2022.

OLIVEIRA, Tânia Modesto Veludo de. Amostragem não probabilística: adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas. **Administração OnLine**, v. 2, n. 3, jul./set., 2001.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/263926559_Amostragem_nao_probabilistica_adequacao_de_situacoes_para_uso_e_limitacoes_de_amostras_por_conveniencia_julgamento_e_quotas. Acesso em: 3 out. 2022.

OLIVEIRA JÚNIOR, Elvio Marques de; PÔRTO JUNIOR, Francisco Gilson.

PEC 215: o enquadramento da mídia digital diante da temática indígena. *In*:

PÔRTO JR., Gilson *et al* (Orgs.). **Media effects**: ensaios sobre teorias da Comunicação e do Jornalismo – v. 3: espiral do silêncio, enquadramento e contemporaneidade. Porto Alegre: FI, Boa Vista: EdUFRR, 2018. p. 161-180.

OLIVEN, Arabela Campos. Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil.

Revista Educação, v. 30, n. 1, p. 29-51, jan./abr. 2007. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/539/375>.

Acesso em: 6 jul. 2022.

PAIXÃO, Cláudio Chaves; THEODORO, Luciana Santos; LEITE, Amanda

Maurício. A comunicação em molduras – o efeito do framing nos sites de universidades federais. *In*: PÔRTO JR., Gilson *et al* (Orgs.). **Media effects**:

ensaios sobre teorias da Comunicação e do Jornalismo – v. 3: espiral do silêncio, enquadramento e contemporaneidade. Porto Alegre: FI, Boa Vista: EdUFRR, 2018. p. 167-188.

PALÁCIOS, Marcos Silva; GONÇALVES, Elias Machado. **Manual de**

jornalismo na internet: conceitos, noções práticas e um guia comentado das principais publicações jornalísticas digitais brasileiras e internacionais.

Salvador: Facom, 1997. 141 p.

PARENTE, André (Org.). **Tramas da rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2004. 303 p.

PAULINO, Rita. Tecnologias no apoio aos processos de Comunicação. *In*:

FERRARI, Pollyana (Org.). **Comunicação digital na era da participação**.

Porto Alegre: Fi, 2016. p. 52-66.

PAVLÍK, John; MOREIRA, Sonia Virgínia. Diálogos midiológicos 5 – o impacto das novas tecnologias da informação na prática do jornalismo. **Revista**

Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 139-150, jan./jun. 2000.

PEREIRA, Amilcar Araujo. “O Mundo Negro”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). 2010. 268 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

PERUZZO, Cicilia Krohling. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 17, p. 131-146, jun. 2009a.

PERUZZO, Cicilia Krohling. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e reelaborações no setor. **ECO-Pós**, v. 12, n. 2, p. 46-61, maio/ago. 2009b.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

PORTAL GELEDÉS. **O que é raça?** 2012. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-e-raca/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

PORTO, Mauro Pereira. Enquadramentos da mídia e política. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 26., out. 2002, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <https://docplayer.com.br/17281064-Enquadramentos-da-midia-e-politica.html>. Acesso em: 19 out. 2021.

PRUDENTE, Eunice. Dados do IBGE mostram que 54% da população brasileira é negra. **Jornal da USP**, 31 jul. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/dados-do-ibge-mostram-que-54-da-populacao-brasileira-e-negra/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Murilo César. **Às margens da estrada do futuro**: comunicações, políticas e tecnologia. Brasília: UnB, 2000.

RASÊRA, Marcella. Jornalismo digital: do boom aos dias atuais. Uma reflexão sobre a necessidade da convergência de meios decorrente da mudança de hábitos de consumo da notícia. **Revista Ícone**, v. 12, n. 1, p. 1-9, ago. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/icone/article/view/230424>. Acesso em: 1º set. 2022.

REIS, Alane. À mídia negra brasileira – o legado que nós temos ou pelo o quê comunicamos? *In*: FÓRUM PERMANENTE PELA IGUALDADE SOCIAL. **Mapeamento da mídia negra no Brasil**. 2021. Disponível em: http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2020/08/ebook_mapeamento_da_midia_negra-1.pdf. Acesso em: 18 set. 2022.

REIS, Julia. **Por que o racismo se naturalizou nas manchetes midiáticas brasileiras?** 2018. Disponível em: <https://www.vice.com/pt/article/yw4bax/por-que-o-racismo-se-naturalizou-nas-manchetes-midiaticas-brasileiras>. Acesso em: 22 set. 2022.

REIS, Thays Assunção; GADINI, Sérgio Luiz. Aproximações conceituais entre o *framing* e o jornalismo cultural. **Leituras do Jornalismo**, ano 3, v. 2, n. 6, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/leiturasdojornalismo/index.php/leiturasdojornalismo/article/view/110/80>. Acesso em: 26 set. 2022.

RENÓ, Julia. **Afinal, o que é um portal?** E por que os jornalistas insistem nesse nome? 2000. Disponível em: <https://portal.comunique-se.com.br/jornalistas-portal-de-noticias/>. Acesso em: 22 set. 2022.

REZENDE, Patrick; NOGUEIRA, Mayara de Oliveira; AMARAL, Renata Martins. Racismo e cultura: uma entrevista com Teun A. Van Dijk. **Revista Percursos Linguísticos**, Vitória, v. 5, n. 11, p. 133-142, 2015.

RIBEIRO, Djamila. Negro é traficante, branco é estudante que faz “delivery de drogas”. **Folha de S. Paulo**, 16 jul. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/djamila-ribeiro/2020/07/negro-e-traficante-branco-e-estudante-que-faz-delivery-de-drogas.shtml>. Acesso em: 22 jan. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIOS NETO, Eduardo; RIANI, Juliana de Lucena Ruas. Desigualdades raciais nas condições habitacionais da população urbana. *In*: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Gutenberg, 2009. p. 91-112.

RODRIGUES, Carla. Ainda em busca de definições para o jornalismo on-line. *In*: RODRIGUES, Carla (Org.). **Jornalismo on-line: modos de fazer**. Rio de Janeiro: Sulina, 2009. 216 p. p. 13-33.

RODRIGUES, Janaína *et al.* O enquadramento da morte da vereadora Marielle Franco nas coberturas de *Veja* e *Carta Capital*. *In*: PÔRTO JR., Gilson *et al* (Orgs.). **Media effects: ensaios sobre teorias da Comunicação e do Jornalismo – v. 3: espiral do silêncio, enquadramento e contemporaneidade**. Porto Alegre: FI, Boa Vista: EdUFRR, 2018. p. 175-200.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. *In*: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Gutenberg, 2009. p. 75-90.

ROTHBERG, Danilo. Enquadramento de metodologia de crítica de mídia. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 5., 2007. Sergipe. **Anais eletrônicos...** Disponível em:

http://sbpjor.org.br/admjor/arquivos/coordenada_5_.danilo_rothberg.pdf. Acesso em: 19 out. 2021.

SACK, Robert David. O significado de territorialidade. *In*: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (Orgs.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2013. p. 63-89.

SANFELICE, Gustavo Roesse. **Processos midiáticos no campo esportivo**. Curitiba: Appris, 2018.

SANTANA, Marcelino de Carvalho; BICALHO, Poliene Soares dos Santos. A construção negativa e o mito da democracia racial: uma análise comparativa entre a condição do negro no Brasil e nos Estados Unidos. **Revista Eletrônica de Interações Sociais (REIS)**, Goiás, v. 3, n. 1, p. 8-26, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/reis/article/view/9074>. Acesso em: 6 jul. 2022.

SANTAELLA, Lúcia. Da cultura das mídias à cibercultura: o advento dos pós-humano. **Revista FAMECOS**, v. 10, n. 22, p. 23-32, dez. 2003. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3229>. Acesso em: 30 ago. 2022.

SANTOS, Diego Junior da Silva *et al.* Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar. **Dental Press Journal of Orthodontics**, Maringá, v. 15, n. 3, p. 121-124, jun. 2010. Disponível em: [http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/3667#:~:text=Esses%20dois%20conceitos%20\(ra%C3%A7a%20e,trad%C3%A7%C3%B5es%20de%20um%20deteminado%20grupo](http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/3667#:~:text=Esses%20dois%20conceitos%20(ra%C3%A7a%20e,trad%C3%A7%C3%B5es%20de%20um%20deteminado%20grupo). Acesso em: 29 jun. 2022.

SANTOS, Julio Murilo Trevas dos; KIOURANIS, Neide Maria Michelin. Concepções de corpus de análise na pesquisa em educação em ciências naturais: uma investigação em dissertações e teses de um programa de pós-graduação. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 20, p. 799-822, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/19439>. Acesso em: 10 maio 2022.

SANTOS, Milton. **O espaço da cidadania e outras reflexões**. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011. 224 p.

SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. A questão racial e as políticas de promoção da igualdade em tempos de golpe: inflexão demográfica, projetos de nação, políticas de reconhecimento e território. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 42, v. 4, p. 200-224, dez. 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7877>. Acesso em: 4 jul. 2022.

SANTOS, Tiago Vinícius André dos. **Desigualdade racial midiática: o direito à comunicação exercido e o direito à imagem violado**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SILVA, João Nunes da. Mídia effects: um olhar crítico sobre as hipóteses do agenda-setting e do framing. *In*: PORTO, Gil *et al.* **Media effects** – ensaios sobre teorias da comunicação e do jornalismo. Porto Alegre: Fi, 2018. v. 2, p. 21-47.

SILVA, Marcos Paulo da; PEDRO NETO, Leopoldo. Jornalismo, socialismo e humor: lugares e saberes de Raimundo Pereira e Zivaldo na imprensa alternativa brasileira durante a ditadura militar. **Revista Tríade**, Sorocaba, v. 9, n. 21, p. 123-149, ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/triade/article/view/4396>. Acesso em: 19 set. 2022.

SILVA, Maria Clara Ferreira da. **Há espaço para o jornalismo afrocentrado?** Uma análise do site Mundo Negro como símbolo de resistência. 2022. 23 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Jornalismo) – Faculdades Integradas Hélio Alonso, Rio de Janeiro, 2022.

SILVA, Michéle Tancman Candido da. **A territorialidade do ciberespaço**. 2022. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/2/1/-a-territorialidade-do-ciberespaco>. Acesso em: 29 ago. 2022.

SILVA, Tarcízio. Racismo algorítmico em plataformas digitais: microagressões e discriminação em código. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LAVITS, 6., 2019, Salvador. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <https://lavits.org/wp-content/uploads/2019/12/Silva-2019-LAVITSS.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2022.

SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico**: inteligência artificial e discriminação nas redes sociais. São Paulo: Sesc São Paulo, 2022.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 1999. 302 p.

SOARES, Ingrid. Bolsonaro repete fala racista a apoiador negro: “Tu pesa o quê? Mais de sete arrobas”. **Correio Braziliense**, 12 maio 2022. Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/05/5007395-bolsonaro-repete-fala-racista-a-apoiador-negro-tu-pesa-o-que-mais-de-sete-arrobas.html>. Acesso em: 22 ago. 2022.

SOARES, Murilo César. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**: identidade, povo e mídia no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 272 p.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

TELLES, Edward Eric. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Tradução de Nadjeda Rodrigues Marques e Camila Olsen. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2003.

TOLENTINO, Luana. Muniz Sodré e o furto da bicicleta no Leblon. **Carta Capital**, 18 jun. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/muniz-sodre-e-o-furto-da-bicicleta-no-leblon/>. Acesso em: 22 jan. 2023.

TOMMASELLI, Guilherme Costa Garcia. Necropolítica, racismo e governo Bolsonaro. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 42, v. 4, p. 179-199, dez. 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7868>. Acesso em: 4 jul. 2022.

TOSTA, João Pedro Abraham. **Extra, extra**: o racismo que se noticia e que se lê. 2019. 130 f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

TURRA, Cleusa; VENTURINI, Gustavo. **Racismo cordial**: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil. São Paulo: Folha de S. Paulo/Datafolha, 1995. 55 p.

VAN DIJK, Teun Adrianus. Critical Discourse Analysis. *In*: SCHIFFRIN, Deborah; TANNEN, Deborah; HAMILTON, Heidi E. (Ed.). **The Handbook of Discourse Analysis**. Oxford: Blackwell, 2001. p. 352-372.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Discurso antirracista no Brasil**: da abolição às ações afirmativas. Tradução de Conceição Maria Alves de Araújo Guisardi. São Paulo: Contexto, 2021. 288 p.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2018. 281 p.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Racism and the press**. New York, 1991.

VARJÃO, Suzana. **Micropoderes, macroviolências**. Salvador: EDUFBA, 2008.

VAZ, Paulo Bernardo Ferreira; MENDONÇA, Ricardo Fabrino. A representação visual do negro no jornal impresso. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 25., set. 2002, Salvador. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/61313941123136382550073801735930638563.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.

VIDOR, Letícia. Superada a tese da superioridade branca, restou a desigualdade. **Rede Brasil Atual**, 20 nov. 2015. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/revistas/2015/11/racismo-a-brasileira-8737/>. Acesso em: 28 jun. 2022.

VIEIRA, Aritania Alves. **Notícias sobre o negro no webjornalismo brasileiro: uma análise de discurso crítica**. 2021. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Universidade do estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2021.

VILELA, Pedro Rafael. **Violência, violações e desigualdade aumentaram sob Bolsonaro, diz grupo internacional**. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/01/19/violencia-violacao-e-desigualdade-aumentaram-sob-bolsonaro-diz-grupo-internacional>. Acesso em: 6 jan. 2023.

VILLAÇA, Nízia. Periferia, corpo e mídia. *In*: FERNANDES, Cíntia Sanmartini; MAIA, João; HERSCHMAN, Micael (Orgs.). **Comunicações e territorialidades**: Rio de Janeiro em cena. São Paulo: Anadarco, 2012. p. 11-24.

VIMIEIRO, Ana Carolina. DANTAS, Marcela. Entre o explícito e o implícito: proposta para a análise de enquadramento da mídia. **Revista Lumina**, v. 3, n. 2, dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21048>. Acesso em: 12 set. 2022.

YIN, Robert. **Case study research: design and methods**. 3. ed. California: Sage, 2003.

ZAGO, Gabriela da Silva. O Twitter como fonte para o jornalismo. **Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 10, n. 20, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/2786>. Acesso em: 22 jun. 2022.